

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL EM  
EDUCAÇÃO

**LUDIMILA CORRÊA BASTOS**

**TRABALHO DOMÉSTICO, RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO:  
um estudo com educandas/os da EJA**

**Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG  
2017**

## **LUDIMILA CORRÊA BASTOS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Lúcia Eiterer

Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG  
2017

## BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Carmem Lúcia Eiterer – UFMG (orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Antônia Vitória Soares Aranha - Fae/UFMG

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Nilza da Silva - UEL

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva- UFOP

---

Prof. Dr. Rogério Cunha Campos - UFMG

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina da Silva – UEMG (Suplente)

---

Prof. Dr. Prof. Heli Sabino - UFMG (Suplente)

**Belo Horizonte, Agosto de 2017**

Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte, MG - 31270-901 – Brasil

Às minhas avós, mãe, madrinha e tias.  
Mulheres trabalhadoras, de grande  
determinação e força de vontade.  
Amigas, companheiras, minha base.  
Sem elas eu não seria nada!  
Presentearam-me com os saberes mais  
preciosos!

## AGRADECIMENTOS

Quando penso em minha trajetória até este momento, tenho a certeza de que sozinha eu nunca teria conseguido concluir essa tese.

O apoio, a compreensão e a dedicação de muitos foram essenciais. Sendo assim, este agradecimento público é apenas uma forma de reconhecer a importância de algumas pessoas em minha trajetória.

Não poderia deixar de agradecer a Deus – aquele que me acompanha e me abençoa a cada dia de minha vida.

À Carmem Lúcia Eiterer, minha orientadora e amiga querida; pessoa e profissional na qual me espelho muito pela integridade e dedicação no que faz.

Ao meu filho, Lorenzo, que nasceu no meio do desenvolvimento desta pesquisa e que só me serviu de estímulo para ir sempre em frente, enchendo minha vida de alegria e de motivação.

Ao Lucas, meu marido, por ser meu grande amigo e companheiro. Por acreditar em mim e nunca me deixar desanimar. Pelo amor que me faz tão bem e, principalmente, pelas sugestões, pelas reflexões em conjunto sobre essa pesquisa.

Ao meu pai, à minha mãe e à minha tia Therezinha que nunca mediram esforços, desde que eu era criança, para garantirem que eu pudesse estudar com tranquilidade e me dedicar aos meus sonhos. Sem este apoio, eu nunca teria chegado aonde cheguei.

Ao meu irmão e às minhas tias Mercês e Zélia, por torcerem sempre pelo meu sucesso.

Ao CNPq, pela tão importante bolsa de estudos que me permitiu uma maior dedicação a este trabalho.

À Gabriela, ao Pentagna, ao David e à Tulhianne, pela amizade de infância e de toda a vida.

À Paula Cristina pela parceria e amizade desde a graduação.

Não poderia deixar de agradecer à Ediany, colega de trabalho, companheira de orientação e grande amiga. Pessoa com a qual troco experiências e compartilho aprendizados.

Aos companheiros da Prefeitura Municipal de Mário Campos, que me ajudaram a conseguir uma licença para estudos e me deram total apoio para dedicar-me à esta tese.

Agradeço, com muito carinho, às colaboradoras e ao colaborador desta pesquisa, pela paciência e disponibilidade durante as entrevistas, mesmo com o pouco tempo livre que possuem.

Agradeço à Professora Vitória Soares Aranha, que foi parecerista do meu projeto de pesquisa, participou da minha qualificação, sempre contribuindo muito para esta pesquisa, e, ainda se prontificou a fazer parte da banca na defesa da tese.

Às professoras Fernanda Aparecida Oliveira (UFOP) e Maria Nilza da Silva (UEL); e, ao professor Rogério Cunha Campos (UFMG) por aceitarem contribuir com as reflexões em minha banca da defesa da tese.

Agradeço também à professora Maria Cristina da Silva (UEMG), (a querida Cris, companheira de orientadora e de muitos alegres almoços) e ao professor. Heli Sabino (UFMG), por aceitarem ser suplentes em minha banca.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento e conclusão desta Tese de Doutorado.

*“Eu disse: o meu sonho é escrever!  
Responde o branco: ela é louca.  
O que as negras devem fazer...  
É ir pro tanque lavar roupa”.*

Carolina Maria de Jesus, 1960

## RESUMO

Esta pesquisa desenvolveu-se com estudantes da EJA que atuavam como trabalhadores domésticos. Buscamos analisar as relações de gênero construídas e vivenciadas por estes trabalhadores e compreender como se dava a interpretação de atribuições muitas vezes destinadas a mulheres e aparentemente aceitas como algo natural, nos discursos dos participantes deste estudo, que em alguns casos são mãe, pai, filha, filho, esposa, dona de casa, trabalhador/trabalhadora doméstico(a). Para isso utilizamos, para a coleta de dados, entrevistas semiestruturadas. A pesquisa surge quando constatamos que a infrequência às aulas da EJA, por parte das mulheres é superior à dos homens e, descobrimos que a causa deste fenômeno consiste no fato de trabalharem como empregadas domésticas e muitas residirem no local de trabalho. Partimos da hipótese de que nos grupos sociais que correspondem a estudantes da EJA, ocorre a naturalização de funções e a atribuição de exclusiva responsabilidade às mulheres no que diz respeito às tarefas de cuidado, ou tarefas domésticas. Verificamos que, praticamente todos os sujeitos pesquisados encaram o direcionamento de meninas e mulheres para as atribuições domésticas e de cuidado como algo natural. Vimos que a situação de miserabilidade em que nasceram e cresceram e a ausência de acesso a políticas públicas que as atendessem adequadamente é o que fez com que essas pessoas integrassem no mundo do trabalho ainda na infância. Percebemos, nas entrevistas, que o cansaço decorrente da extensão da jornada de trabalho situa-se em seus discursos como a maior dificuldade apontada para permanecerem na escola. Concluimos, dentre outras coisas, que o processo de inferiorização de mulheres negras se mantém ao longo da história como resultado de herança cultural e faz com que situações de exploração de mão de obra doméstica sejam tratadas com certa naturalidade por empregados e empregadores.

**Palavras chave:** Trabalho doméstico; Gênero; EJA.

## RESUMÉN

Esta investigación se desarrolló con estudiantes de la EJA que actuaban como trabajadores domésticos. Buscamos analizar las relaciones de género construídas y vivenciadas por trabajadores domésticos y comprender cómo se daba la interpretación de atribuciones muchas veces destinadas a mujeres y aparentemente aceptadas como algo natural en los discursos de los participantes de este estudio que en algunos casos son madre, padre, hija, hijo, esposa, ama de casa, trabajador / trabajadora doméstica (a). Para ello, utilizamos para la recolección de datos, entrevistas semiestructuradas. La investigación surge cuando constatamos que la infrecuencia a las clases, en la EJA, por parte de las mujeres es superior a la de los hombres y, descubrimos que la causa de este fenómeno consistía en el hecho de trabajar como empleadas domésticas y muchas viven en el lugar de trabajo. Se trabajó con la hipótesis de que en los grupos sociales que corresponden a los estudiantes de la EJA, ocurre la naturalización de funciones y la atribución de exclusiva responsabilidad a las mujeres en lo que se refiere a las tareas de cuidado, o tareas domésticas. Verificamos que prácticamente todos los investigados encaran el direccionamiento de niñas y mujeres para las tareas domésticas y de cuidado como algo natural. Hemos visto que la situación de miserabilidad en que nacieron y crecieron y la ausencia de acceso a políticas públicas que los atendiera adecuadamente es lo que hizo que esas personas integran el mundo del trabajo aún en la infancia. En las entrevistas, percibimos que el cansancio derivado de la extensión de la jornada de trabajo se sitúa en sus discursos como la mayor dificultad apuntada para permanecer en la escuela. Concluimos, entre otras cosas, que el proceso de inferiorización de mujeres negras se mantiene a lo largo de la historia como resultado de herencia cultural y hace que situaciones de explotación de mano de obra doméstica sea tratada con cierta naturalidad por empleados y empleadores.

**Palabras clave:** Trabajo doméstico; Género; EJA.

## **ABSTRACT**

This research was developed with students of the Education of Youth and Adults who acted as domestic workers. We seek to analyze the gender relations built and experienced by domestic workers and to understand how was the interpretation of assignments often destined to women and apparently accepted as something natural in the speeches of the participants in this research who in some cases are mother, father, daughter, son, wife, housewife, domestic worker. For this, we used to collect the data, semi-structured interviews. The research comes up when we have found the infrequency to classes, in Youth and Adult Education, for the women is superior to that of men and, we have found that the cause of this phenomenon was because the women worked as maids and many live in the workplace. We worked with the hypothesis that in social groups that correspond to the students of the Youth and Adult Education occurs the naturalization of the functions and of the attribution of exclusive responsibility to women with regard to domestics and care tasks. We verify that almost all subjects of the research face as natural the targeting of girls and women to that tasks. We saw the situation of miserability in which they were born and grew and the lack of access to public policies that adequately attend them is what made those people integrate the world of work in childhood. We noticed, in interviews, that the fatigue resulting from the extension of the working day is, in their speeches, the greatest difficulty pointed out to remain in school. We conclude, among other things, that the process of inferiorization of black women continues throughout history as a result of cultural heritage and makes situations of exploitation of domestic labor handled with a certain naturalness by employees and employers.

**Keywords:** Domestic work; Gender; Youth and Adult Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Página da Revista Veja sobre Marcela Temer _____	37
Figura 2: Página do Jornal O Globo sobre a PEC _____	78
Figura 3: Página da Revista Veja sobre a PEC _____	79
Figura 4: Capa da Revista Veja sobre a PEC _____	80

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1: CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DAS OCUPAÇÕES _____	67
QUADRO 2: PERFIL DAS ENTREVISTADAS E DO ENTREVISTADO QUANTO À VIDA PESSOAL _____	96
QUADRO 3: PERFIL DAS ENTREVISTADAS E DO ENTREVISTADO: _____	97
RENDA MENSAL / SITUAÇÃO TRABALHISTA E DE MORADIA _____	97
QUADRO 4: PERFIL DAS ENTREVISTADAS E DO ENTREVISTADO: _____	98
FUNÇÕES _____	98
QUADRO 5: PERFIL DAS ENTREVISTADAS E DO ENTREVISTADO: _____	98
DIREITOS TRABALHISTAS _____	98
QUADRO 6: PERFIL DAS ENTREVISTADAS E DO ENTREVISTADOS QUANTO AOS FILHOS _____	99

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações  
CEB – Câmara de Educação Básica  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
COLE – Congresso Leitura do Brasil  
CPB – Código Penal Brasileiro  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
NEJA – Núcleo de Educação de Jovens e Adultos  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PEC – Proposta de Emenda à Constituição  
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego  
PEMJA – Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos  
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio  
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres  
TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UMEI – Unidade Municipal de Educação Infantil  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. Seleção das colaboradoras .....	20
1.2. Procedimentos e instrumentos de coleta de dados.....	21
2. MULHERES, GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO E EJA .....	277
2.1. Mulheres e relações de gênero.....	299
2.2. “Naturalização” e subalternidade .....	333
2.3. Mulheres trabalhadoras no Brasil .....	40
2.4. Trabalho doméstico remunerado e não remunerado.....	489
2.5. Mulheres empregadas domésticas .....	523
2.5.1. Mulheres negras e o emprego doméstico .....	60
2.5.2. Mulheres empregadas domésticas e os seus direitos .....	666
2.5.3. Mulheres empregadas domésticas alunas da EJA .....	888
3. SUJEITOS DE PESQUISA E SUAS TRAJETÓRIAS.....	966
3.1. Mensalistas residentes no local de trabalho.....	100
3.1.1. Irene Soares .....	100
3.1.2. Maria Emília.....	1077
3.1.3. Rose dos Anjos .....	1144
3.1.4. Julia Silva .....	1188
3.2. As mensalistas não residentes.....	1255
3.2.1. Maria do Rosário .....	1255
3.2.2. Maria Nina.....	1311
3.3. Diaristas .....	1377
3.3.1. Maria Tina .....	1377
3.3.2. Lúcia.....	1433
3.4. O caso de João .....	1488
4. ANALISANDO OS RESULTADOS: DIALOGANDO COM A TEORIA .....	1555
4.1. ORIGEM FAMILIAR .....	1611
4.2. FRONTEIRAS ENTRE EMPREGO E FAMÍLIA .....	1622
4.3. A SITUAÇÃO TRABALHISTA .....	1677
4.4. RAÇA E HERANÇA DA ESCRAVIDÃO.....	171
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	1788
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	1822
APÊNDICE .....	197

## 1. INTRODUÇÃO

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. (GALEANO, 1994, p. 310).

Acredito que um pesquisador, ao escolher um tema de pesquisa, deve ter uma motivação que pode ser de ordem pessoal, acadêmica ou profissional. Às vezes, como no meu caso, pode ser uma junção das três esferas. Foram quatro anos de dedicação e envolvimento que me possibilitaram aprofundar meu conhecimento sobre a temática pesquisada, com a qual tinha proximidade pessoal e profissional.

Posto isso, esta pesquisa teve como foco analisar as relações de gênero construídas e vivenciadas por trabalhadores domésticos e, principalmente, por mulheres, que exercem a profissão de empregadas domésticas – alunas e ex-alunas<sup>1</sup> do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Como sinalizado acima, a construção deste tema envolveu fatores de ordem profissional, acadêmica e familiar.

No que se refere ao envolvimento profissional com a temática, atuo, há 14 anos na EJA. Meu primeiro contato com a área foi como bolsista no Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos da Universidade Federal de Minas Gerais (PEMJA/UFMG) e, em seguida, no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA), também na Universidade Federal, desenvolvendo diversas atividades, como por exemplo: atendimento e acompanhamento pedagógico de alunos e alunas com dificuldades de aprendizagem; organização de trabalhos de campo; eventos culturais; atividades extraclasse e desenvolvimento de dinâmicas de grupo. Posteriormente, fui professora em turmas do 1º Segmento do Ensino Fundamental na mesma instituição na qual atuei por alguns anos como Coordenadora Pedagógica. Trata-se de uma escola católica que oferece Educação

---

<sup>1</sup> Trabalhamos com alunas e ex-alunas, pois a escola onde localizamos os sujeitos da pesquisa oferece o Ensino Fundamental, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, apenas até a 4ª série ou 5º ano do Ensino Fundamental. Sendo assim, à época do trabalho de campo da pesquisa, algumas delas já haviam concluído a série máxima ofertada pela escola. A maior parte dos concluintes dá sequência aos estudos em outras instituições, porém alguns deles interrompem os estudos quando saem da escola em questão. Portanto, estudantes e ex-estudantes colaborarão com a pesquisa.

de Jovens e Adultos em caráter filantrópico<sup>2</sup>, a majoritariamente, moradores do Aglomerado da Serra.

Em minha vivência nessa instituição, constatei que a infrequência às aulas por parte das mulheres era bem superior à dos homens. Investigando a razão, verifiquei que a causa desse fenômeno era o fato de as alunas trabalharem como empregadas domésticas e muitas residirem na casa dos empregadores. Quaisquer eventualidades na rotina das casas onde trabalhavam, como: servir um jantar, uma visita inesperada, por exemplo, faz com que elas sejam requisitadas além do horário normal de trabalho e se vejam impedidas de ir até a escola. Daí o meu interesse em compreender como ocorre a relação entre ser mulher, ser empregada doméstica e ser aluna da Educação de Jovens e Adultos.

Como lembra Hirata (2010), o cuidado, ou *care*, do latim, é o tipo de relação social que se dá tendo como objeto outra pessoa. Segundo a autora, tudo o que fazemos em prol do bem do outro é uma forma de cuidado. Desse modo, Hirata afirma que o serviço desempenhado por empregadas domésticas é uma forma de cuidado, pois envolve ações em prol da alimentação, limpeza da casa e saúde do outro visando a preservar seu bem estar. Isto faz com que seja necessário estudar o que é o trabalho doméstico remunerado e como se dá essa relação de cuidado quando esta se profissionaliza – o que pretendo analisar nesta pesquisa.

Com referência ao envolvimento acadêmico, em minha dissertação de mestrado<sup>3</sup>, defendida em 2011, meu objetivo central foi conhecer as trajetórias de mulheres após a conclusão do Ensino Médio na EJA e identificar os efeitos permanentes da escolarização em suas vidas. Busquei compreender como as mulheres em questão avaliavam a influência da escola em sua qualidade de vida e como a convivência escolar poderia ou não transformar suas relações com a sociedade.

Os resultados dessa investigação evidenciaram muitas informações, a meu ver, valiosas sobre esse público, pois como há três décadas já afirmavam Rosemberg, Pinto e Negrão (1982), é relevante o aumento do grau da escolarização da mulher no Brasil. Entretanto, para as autoras, pouco ou quase nada se sabia sobre os efeitos dessa escolarização em suas vidas e da utilização dela pelas mulheres. Aliás, hoje, a presença

---

<sup>2</sup> O curso é oferecido gratuitamente a pessoas que possuem renda per capita de até um salário mínimo e meio. Em contrapartida, a escola recebe isenção de impostos.

<sup>3</sup> BASTOS, Ludimila Corrêa. *Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA*. Dissertação de Mestrado em Educação - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

delas na escola é mais numerosa e mais longa. Por isso, as autoras sugeriam a realização de novas pesquisas que buscassem entender como a educação escolar tem alterado a qualidade de vida dessa população e sua inserção na sociedade.

Posto isso, dentre as várias conclusões a que chegamos, salientamos que o retorno à escola trouxera resultados em comum: resultados positivos na visão delas como: a realização de alguns sonhos adormecidos, o processo de socialização com os colegas de turma e o aumento da autoestima e da confiança em si mesmas.

Ficou claro, também, na investigação que o apoio e o incentivo familiar são os principais fatores para o retorno à escola, a permanência nela e o prosseguimento da escolarização. Desse modo, o incentivo familiar era visto como sinônimo de garantia e tranquilidade para dedicação aos estudos. Assim, a falta de apoio se configura como mais um desafio a ser encarado por essas mulheres, mais uma dificuldade a ser enfrentada. Percebemos que um número significativo das entrevistadas considerava não ter tido, quando crianças e adolescentes, incentivo dos pais para permanência na escola – o que ocasionou – segundo elas, o adiamento do sonho de ser estudante.

Assim, analisando os depoimentos acerca do passado dessas mulheres, verificamos que foram, para elas, a dedicação às suas famílias, somando ou não filhos e casamento, os principais motivos que afastaram-nas da escola no passado. No caso da falta de um dos pais, havendo a necessidade de cuidado com os familiares, principalmente em casos de doenças, são elas as primeiras a abdicar dos estudos em prol da harmonia familiar. Aliás, o lugar que assume a escola e seus sonhos se arrasta por toda a vida, fazendo com que muitas adiem o retorno à escola por muitos anos, esperando um momento certo, notadamente, a independência de seus filhos e filhas. Outras ainda adiam o ingresso em uma universidade, priorizando as questões familiares.

Com efeito, de acordo com nosso estudo, as maiores dificuldades indicadas por essas mulheres e por suas colegas de turma, na condição de alunas da EJA foram: cansaço da tríplice jornada diária (trabalho, escola e tarefas domésticas); falta de condições financeiras para pagamento de passagem de ônibus até a escola; dificuldade para encontrar pessoas para cuidarem de seus filhos para que pudessem frequentar as aulas; pouco recurso financeiro para lanche ao fim do dia. E, quanto aos fatores que facilitariam a inserção, reinserção e permanência delas em cursos de EJA, apontaram: transporte social que se caracterizaria pela oferta da passagem às alunas que comprovassem baixa renda; local para deixarem seus filhos enquanto assistissem às aulas e oferta de lanche ou redução do seu valor para as alunas e alunos.

De todos os resultados obtidos por Bastos (2011), chamou-nos a atenção, a presença de elementos que evidenciavam um discurso de naturalização de algumas atribuições assumidas como femininas dentro da sociedade. Daí tratarem os desafios já enfrentados, bem como as privações, as tarefas e as responsabilidades que lhes eram imputadas ao longo de suas vidas com aparente naturalidade. Elas interpretavam os desafios como sendo o papel social da mulher, cabendo a elas aceitá-los, parecendo não tomar consciência da condição social e historicamente desigual imposta à mulher, especialmente, à mulher pobre e negra. Isso fez com que a maior parte tratasse suas histórias de vida em um plano individual, não as contextualizando dentro da situação da mulher ao longo dos tempos e não manifestasse contrariedade em relação a ela.

No que diz respeito à ordem familiar, como já mencionado em Bastos (2011), minha avó paterna não frequentou a escola quando criança por vários motivos como: o fato de morar na roça e seu pai não julgar o estudo naquele contexto importante e seus pais não terem condições financeiras adequadas para o sustento de todos os filhos. Em face dessas circunstâncias, resolveram casar as moças o mais rápido possível. Assim, minha avó se casou aos quatorze anos e, aos dezesseis já veio o primeiro de oito filhos – meu pai. Aos dez anos de casada, ficou viúva. Ela e os filhos, que eram apenas crianças, tiveram que buscar diversas formas de conseguir o sustento do grupo familiar, chegando a trabalhar como *bóia-fria*.

Como a situação financeira só se agravava com o passar do tempo, e com um filho que necessitava de cuidados maiores por ter dificuldades de locomoção, a opção tomada por ela foi entregar suas três filhas *meninas*, a partir de nove anos de idade, para famílias com condições financeiras melhores, para trabalharem como empregadas domésticas em troca de moradia e alimento.

Já idosa, superadas as dificuldades do início da vida, minha avó, em Uberlândia, matriculou-se em um curso destinado a jovens e adultos na associação de moradores de seu bairro. Mas, interrompeu os estudos, diversas vezes, por questões familiares.

As constatações acima foram o ponto de partida para a elaboração desta pesquisa que busca analisar as relações de gênero construídas e vivenciadas por trabalhadores domésticos e, principalmente, por mulheres que exercem a profissão de empregadas domésticas, alunas e ex-alunas do Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos. Realizamos um estudo com enfoque específico nesses sujeitos trabalhadores domésticos, estudantes da EJA.

Aproveitamos para ressaltar, aqui, que o foco inicial desta pesquisa se voltava às mulheres que atuavam como empregadas domésticas e estudavam no 1º Segmento do Ensino Fundamental na EJA. Entretanto, no decorrer da investigação, um sujeito do sexo masculino, também aluno da EJA, prontificou-se a participar/colaborar com a pesquisa. Relatou que atuava como empregado doméstico em uma residência na Zona Sul de Belo Horizonte e que residia em seu local de trabalho. Refletindo sobre a questão (orientanda e orientadora), julgamos que a participação de alguém do sexo masculino na pesquisa acrescentaria muito aos resultados. A sua colaboração nos permitiu enriquecer o trabalho no que diz respeito às situações profissionais e trabalhistas enfrentadas por ambos os gêneros.

Entretanto, como o trabalho doméstico remunerado revela-se uma atividade massivamente feminina, porque, cerca de 92,4% destes trabalhadores pertencem ao sexo feminino como mostra Brites (2008), alguns capítulos ou subcapítulos desta tese dão prioridade, quase exclusivamente, a mulheres.

Esta tese buscou, portanto, compreender como se daria para um grupo de trabalhadores a constituição de seu processo identitário como mulher, empregada doméstica e aluna da Educação de Jovens e Adultos. Verificamos que, raça e gênero são operadores de diferença que atuam fortemente na constituição da experiência trabalhista destes sujeitos.

Além de analisar as relações de gênero construídas e vivenciadas por trabalhadores domésticos, buscamos compreender como se dá a interpretação de atribuições muitas vezes destinadas a mulheres e aparentemente aceitas como algo natural, nos discursos dos participantes deste estudo, que em alguns casos são mãe, pai, filha, filho, esposa, dona de casa, trabalhador/trabalhadora doméstico(a).

Diante disso, este estudo trabalhou com algumas hipóteses: a de que haveria certa aceitação por parte da maioria das mulheres que exercem a profissão de empregadas domésticas de que as atribuições a elas destinadas são naturais pelo fato de serem mulheres e a de que, por estarem estudando na EJA, conheceriam seus direitos trabalhistas e os reivindicariam após a promulgação da PEC das Domésticas. Outra hipótese da qual partimos, foi a de que, um homem atuando em uma profissão maciçamente feminina, poderia ter vantagens, principalmente, financeiras, em relação às mulheres que também a exerciam.

Como objetivos específicos, buscamos:

- Conhecer as rotinas desses sujeitos e como se organizam para dar conta de suas múltiplas responsabilidades (trabalho doméstico remunerado, trabalho doméstico não remunerado, escola, cuidado com os filhos...);
- Analisar como a condição social de suas famílias, na opinião dele/delas, pode ter influenciado para que se afastassem da escola em suas infâncias;
- Verificar se o fato de parte dos sujeitos dessa pesquisa residirem no emprego pode afetar a relação dele/delas com a escola, com a família e com o estudo, na opinião desses sujeitos;
- Analisar como avaliam as influências da PEC das domésticas em suas vidas;
- Verificar se os pesquisados contam com apoio dos patrões para prosseguirem seus estudos.

### **1.1. Seleção das colaboradoras<sup>4</sup>**

Após explicitar o que motivou esse estudo e mostrar quais os seus objetivos de pesquisa, realizaremos uma breve apresentação do processo de seleção dos sujeitos e da metodologia adotada para seu desenvolvimento.

Inicialmente buscamos aproximação com nove mulheres empregadas domésticas e alunas da EJA. Esse grupo seria composto por três mulheres que atuam como empregadas domésticas e residem no local de trabalho; três que atuam na mesma profissão, mas que não residem no local de trabalho, e mais três que atuam como diaristas. Entretanto, por falta de mais diaristas que aceitassem participar desta pesquisa por afirmarem falta de tempo (a maioria trabalha também nos finais de semana), trabalhamos apenas com duas diaristas, totalizando oito entrevistadas.

Um fator que nos chamou a atenção foi que, quase todas as mulheres que manifestaram interesse e disponibilidade de participar do estudo eram pardas ou negras, (característica muito comum entre as trabalhadoras domésticas, como veremos no decorrer desta tese), exceto Júlia cuja história de vida será conhecida ao longo desta pesquisa.

Dentre aquelas que manifestaram desejo em colaborar com este estudo, selecionamos mulheres com idades variadas (entre 20 e 65 anos), possibilitando, assim, uma análise mais ampla e fundamentada, levando em conta que os fenômenos sociais

---

<sup>4</sup> Para Meihy (1996), colaborador é um termo importante na definição da ligação entre o entrevistador e o entrevistado o que é fundamental, sobretudo porque estabelece uma relação de afinidade entre as partes.

vivenciados por elas, como mudanças nas leis trabalhistas e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), variaram muito ao longo das décadas.

Como já relatado anteriormente, buscávamos o diálogo com mulheres, alunas da EJA e que atuavam como empregadas domésticas. Contudo, no decorrer deste estudo, um homem, tendo tomado conhecimento da pesquisa através de colegas de escola, se apresentou. Ele atuava como empregado doméstico em uma residência na Zona Sul de Belo Horizonte e morava em seu local de trabalho. Resolvemos (orientanda e orientadora), como dissemos acima, incluí-lo no grupo, pois, ele poderia acrescentar dados importantes aos resultados. A sua participação nos permitiu ampliar o escopo e enriquecer as discussões sobre as situações profissionais e trabalhistas enfrentadas por ambos os gêneros, modificando algumas hipóteses originais.

## **1.2. Procedimentos e instrumentos de coleta de dados**

Para o desenvolvimento desta investigação de doutorado, apoiamo-nos na história oral, que, segundo Meihy (1996), é um recurso recente usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas.

Segundo o autor:

História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistados, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a referência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas<sup>5</sup>. (MEIHY, 1996, p. 15)

O referido autor afirma que, por meio da história oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas, principalmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, além de migrantes, imigrantes, exilados, têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias.

Ainda como argumenta Meihy,

Muitos trabalhos de história oral registram a trajetória de pessoas idosas e, por meio delas recompõem aspectos da vida individual, do grupo em que estão inseridas ou da conjuntura que os acolhe. Jovens, crianças, também se mostram motivadores de registro e análise, particularmente quando representam, experiências coletivas. (MEIHY, 1996, p. 9)

---

<sup>5</sup> Uma vez que em 2016 me desliguei da escola onde os sujeitos estudavam, os resultados serão divulgados a eles após a escrita final da tese de doutorado.

Feito o contato inicial no ano de 2014 via ligação telefônica (no caso das ex-alunas), agendamos uma reunião na escola, lugar em que se realizaria a apresentação dos objetivos da investigação no intervalo das aulas (no caso das alunas). Deixamos claro que o trabalho visava, inicialmente, compreender como se dá a relação entre ser mulher, ser empregada doméstica e ser aluna da Educação de Jovens e Adultos. Logo precisávamos conhecer os motivos pelos quais elas se afastaram da escola no passado; o que as motivara a retomar os seus estudos na EJA; quais eram as dificuldades por elas enfrentadas para se manterem matriculadas e frequentes na escola. Procuraríamos, ainda, conhecer como se tornaram empregadas domésticas, qual a rotina diária delas e a quais direitos trabalhistas tinham ou não acesso.

Além disso, ressaltamos que um dos objetivos do estudo era analisar a representação de gênero nos discursos de mãe, filha, esposa, dona de casa, empregada doméstica de alunas e ex-alunas da Educação de Jovens e Adultos. Informamos que a devolutiva das entrevistas realizadas seria feita após a redação final da tese de doutorado.

Como mencionado anteriormente, atuei como Coordenadora Pedagógica da EJA no Colégio onde todas as entrevistadas e o entrevistado estudaram ou estudam. Isso fez com que já existisse certa intimidade na relação com elas e com ele, o que facilitou nossa aproximação. Todos assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), concordando com a participação. Além disso, obtivemos autorização da escola, em 2013, para desenvolver essas atividades no local.

Vale lembrar que aquelas que, além de interesse em participar, também tivessem disponibilidade para tal, foram informadas, ao serem selecionadas, de que se encaixavam nos critérios estabelecidos pela pesquisa, como: ser alunas ou ex-alunas do 1º segmento do Ensino Fundamental e atuar como empregadas domésticas exercendo diferentes funções de cuidado.

Utilizamos, para a coleta de dados desta pesquisa, entrevistas semiestruturadas. De acordo com Meihy (1996), ainda que muitas pessoas confundam o ato da entrevista com a história oral, ela deve ser vista como uma das etapas do processo.

Posto isso, lembrando Bourdieu (1997), para realizar uma entrevista bem-sucedida é necessário criar uma atmosfera amistosa e de confiança, não discordar das opiniões do entrevistado e tentar ser o mais neutro possível. Acima de tudo, a confiança do entrevistado é fundamental para o êxito no trabalho de campo. Essas entrevistas, ocorridas durante o ano de 2015, constituíram-se, principalmente, de relatos de

vivências e experiências. Nosso objetivo era apreender dados da rotina de vida de cada uma delas, seus percursos escolares, profissionais e familiares, suas expectativas e dificuldades perante a escolarização e ao mundo de trabalho.

Como lembra o referido autor, tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é, em primeiro lugar, tentar conhecer os efeitos que se podem produzir com este processo, procurando, assim, reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer sobre o pesquisado. Sendo assim, as primeiras entrevistas com as egressas tiveram, como tema principal, o contexto familiar, cultural e econômico em que estão inseridas. Nosso objetivo era aproximarmos a realidade em que viviam e entender um pouco mais os desafios por elas enfrentados no dia-a-dia.

Para isso coletamos dados referentes à origem familiar de cada uma, recordando um pouco das vivências da infância. Buscamos conhecer, principalmente, as relações dos entrevistados com a escola, tanto no passado, quanto no presente, e como viam a instituição também, após a interrupção dos seus estudos. Queríamos saber, ainda, se haviam sido impedidos por terceiros de frequentar a escola na infância e, ao retomar a trajetória escolar na EJA, quais os anseios e desafios decorrentes dessa decisão.

Posteriormente, focamos as entrevistas na situação profissional desses sujeitos, almejando maior conhecimento de sua realidade laboral: como e quando se tornaram empregadas domésticas; funções exercidas; direitos trabalhistas aos quais têm acesso; aspiração profissional e relação com os empregadores.

No que se refere à atuação ou à postura do entrevistador no momento da entrevista, Bourdieu (1997) já destacava que não se devia ser nem muito austero nem muito efusivo, nem falante demais, nem demasiadamente tímido. O ideal seria deixar o informante à vontade, para que ele não se sinta constrangido e fale livremente. Assim, as entrevistas foram realizadas em locais e horários de acordo com a disponibilidade e comodidade dos participantes assegurando-lhes confiabilidade dos dados obtidos, e sigilo com relação a seus nomes<sup>6</sup>. Algumas entrevistas foram realizadas no local de trabalho, outras na residência das entrevistadas e outras, no próprio prédio da escola, devido à falta de outro espaço reservado, tranquilo que pudesse interferir o mínimo possível no desenrolar da sua narrativa.

Com o objetivo de melhorar a condução das entrevistas, elas foram gravadas em áudio, e assim pudemos escutá-las e transcrevê-las. Esse procedimento permitiu-nos

---

<sup>6</sup> Todos os nomes utilizados nesse trabalho são fictícios.

examinar e discutir as questões, procurando estabelecer um diálogo entre conteúdo delas e o levantamento bibliográfico realizado.

Conforme já assinalamos, um dos objetivos desta investigação seria, contribuir para um melhor entendimento acerca do universo do trabalho doméstico, principalmente das mulheres, compreendendo como se dá a relação entre ser mulher e ser mãe, filha, esposa, dona de casa, trabalhadora doméstica e aluna da EJA. Assim, a participação dos sujeitos deste estudo revela-se fundamental para a reflexão<sup>7</sup>.

Assim, baseamo-nos nos postulados de Bourdieu (1997), quando ele afirma que o trabalho de campo deve ser submetido à análise constante. Tendo realizado as primeiras entrevistas, é importante esperar um tempo, rever o material para afinar questões previamente definidas. Foi o que procuramos fazer: analisamos as entrevistas, revimos os resultados obtidos e refletimos sobre eles constantemente.

Quanto à organização da tese, pretendemos ainda nesta *Introdução*, evidenciar como ocorreu a seleção dos colaboradores e apresentar os procedimentos e coleta de dados adotados para a realização da pesquisa.

Na segunda seção, intitulada *Mulheres, gênero, trabalho doméstico e EJA*, para contextualizar o leitor deste trabalho, discutimos o conceito de gênero adotado pela pesquisa, pois, como já apontou Gebara (2014), esse conceito auxilia a indagar o lugar da mulher na sociedade e a problematizar o fato de esses lugares sociais serem construídos por meios dos processos de socialização. Logo após, mostramos como determinadas atribuições e lugares sociais, muitas vezes, foram destinados a mulheres como fruto de um processo histórico. Destinando o espaço doméstico a elas, fez-se com que, esses lugares fossem naturalizados como pertencentes a elas. Apresentamos, também, um panorama da situação de trabalho das mulheres no Brasil, mostrando os avanços e as conquistas já ocorridos, mas não deixando de apontar pontos de desigualdade, de lutas e de possíveis melhorias e mudanças. Com a leitura de diferentes autoras e autores, acreditamos que já somos muitas nas mais diferentes áreas da produção. No entanto, convivemos com a preconceituosa ideia de que existem funções destinadas exclusivamente a homens, e outras a mulheres.

Na sequência, na mesma seção, discutimos a diferenciação entre trabalho doméstico remunerado e não remunerado e, então, a situação de mulheres que atuam

---

<sup>7</sup>A participação foi voluntária e gratuita. Entretanto, para quem necessitou de deslocamento extra nos momentos das entrevistas, o valor da passagem foi reposto.

como empregadas domésticas no que diz respeito à origem, escolarização e situação trabalhista. Damos um enfoque maior às mulheres negras, pois sabemos que, dentro da classe trabalhadora, são elas que sofrem o mais alto grau de opressão por serem negras, mulheres e por terem o trabalho doméstico como ofício. Para finalizar esta parte, apresentamos um breve histórico da luta por direitos dessa categoria de trabalhadoras.

Por fim, nesta seção, tratamos sobre as *mulheres, empregadas domésticas, alunas da EJA*, com o objetivo central de refletir sobre a relação dessas mulheres com a escola. Com base na bibliografia e no trabalho de campo, procuramos recuperar os motivos que afastaram grande parte dessas da escola quando ainda crianças e o que faz com que busquem a escolarização na idade adulta. Também procuramos evidenciar a contribuição do mercado de trabalho tanto para retomarem seus estudos, quanto para se afastarem novamente deles. Apontamos alguns limites sociais impostos a elas, os quais inviabilizam a sua inserção e permanência escolar. E, concordando com Nogueira (2002), registramos que o combate ao analfabetismo de mulheres adultas, por se tratar de um contingente com necessidades muito específicas e limites próprios, exige políticas muito bem planejadas para conseguir a atração e a manutenção desse público-alvo.

Na terceira parte desta tese, intitulada: *apresentação dos sujeitos da pesquisa e de suas trajetórias* expomos a composição do grupo de entrevistas que é constituído por duas diaristas, três empregadas domésticas que residem fora do local de trabalho e três empregadas e um empregado doméstico que moram no emprego. Retratamos suas histórias de vida, dissertando um pouco sobre a infância desses sujeitos, suas situações familiares, e, principalmente, suas trajetórias escolares e profissionais. Logo após, discutimos alguns elementos presentes em suas histórias de vida, dialogando com outros autores que contribuíram para a nossa reflexão.

Na quarta seção, cujo título é – *Analisando os resultados: dialogando com a teoria*, após a realização das entrevistas e sistematização dos dados obtidos, definimos alguns pontos que mereceriam reflexões mais aprofundadas como: a origem familiar, as fronteiras entre emprego e família, a situação trabalhista de trabalhadores domésticos e a questão racial juntamente com os continuísmos da escravidão que identificamos neste percurso de pesquisa.

Na seção cinco, as *Considerações Finais*, vimos, principalmente, que a vida desses sujeitos está estruturada no e pelo trabalho. A maior questão encontrada por essa

tese é o papel do trabalho na vida deles, constituindo suas formas de ser e estar no mundo, suas pretensões e disposições.

Em seguida, apresentamos as Referências Bibliográficas usadas no desenvolvimento deste estudo que nos auxiliaram a analisar os dados obtidos, seguidas pelos *apêndices*, que expõe o roteiro utilizado para as entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos que colaboraram com essa pesquisa.

## 2. MULHERES, GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO E EJA

O mundo não é. O mundo está sendo.  
(FREIRE, 2002, p. 46).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, assim como afirma Fougeyrollas-Schwebel (2009), partimos do suposto de que não existe um modelo único de homem ou de mulher, mesmo quando os sujeitos participantes tenham como ponto comum, o fato de atuar como trabalhador doméstico e ser estudante da Educação de Jovens e Adultos. Há peculiaridades e singularidades que os distingue. Apesar de possuírem em suas trajetórias aspectos relativamente semelhantes, verificamos que a vida deles segue caminhos muito distintos de acordo com a faixa etária na qual se encontram, a origem regional, raça, etnia e as experiências vividas.

Vale dizer, com base na leitura de Sabóia (2000) que, para a elaboração desta tese, entendemos por empregadas domésticas, como é o caso de nossas colaboradoras e nosso colaborador, aquelas pessoas que exercem funções como: arrumar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos; lavar roupa ou louça; passar roupa, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas; orientar ou dirigir empregados domésticos na execução das atividades; cuidar de filhos ou outro morador do local, residindo ou não nele, mediante remuneração.

Sendo assim, de acordo com Bruschini e Lombardi (2000), reforçamos que a condição do ofício das empregadas domésticas pode se configurar em três situações: a) aquelas que residem no local de trabalho e recebem salário mensal, casa e comida – as mensalistas residentes; b) aquelas que têm contrato mensal, mas que não residem no local de trabalho, embora nele atuem diariamente; e c) as diaristas, que não residem no local de exercício profissional e exercem como autônomas seu próprio ofício, recebendo por dia, semana ou mês.

De acordo com Lautirer (2009), o trabalho de domésticas, particularmente invisível e que emprega, em quase todo o Terceiro Mundo, mais mulheres do que o trabalho industrial, começa muito timidamente a ser estudado e a presente pesquisa, tem como um de seus objetivos, contribuir para ampliar este campo de estudos.

Percebemos que os discursos familiares efetivados na infância de nossas participantes apresentavam o trabalho doméstico não remunerado como algo natural à mulher, logo, às filhas. Tal visão é que leva, muitas vezes, as meninas pobres a

crecerem acreditando que a única profissão para a qual estão preparadas e está ao seu alcance é o trabalho doméstico remunerado, como veremos adiante nas falas de nossas entrevistadas.

Com base na tese de Gebara (2014), buscamos mostrar que as memórias de infância e os aprendizados adquiridos nas relações das mulheres pesquisadas com as suas famílias aparecem permeados de dúvidas, medos, constrangimentos e vergonha. Ainda fizeram parte da infância das colaboradoras em ambas as pesquisas (a nossa e a dela), assertivas das diferenças quanto ao gênero, às desigualdades de oportunidade e os lugares previstos para meninas/meninos, mulheres/homens. Em nosso caso, tais diferenças definiram, em boa medida, os lugares profissionais, familiares e sociais ocupados atualmente por estas mulheres.

Adverte ainda Gebara (2014) no seu trabalho com mulheres – mães e, moradoras da periferia, que o fazer-se menina/mulher nas concepções das mães e pais daquelas mulheres (hoje adultas), esteve bastante ancorado em uma noção de *uma essência feminina*. Na ideia de que tudo já vem *dado* biologicamente e é *natural*. Tais concepções foram traduzidas em conselhos, discursos e ações para que a menina fosse meiga, educada, sensível.

Recorrendo a Campoy (2012), notamos que o trabalho doméstico remunerado é hoje, uma das atividades mais desenvolvidas em todo o mundo por mulheres oriundas de países de terceiro mundo. Trata-se de uma temática que envolve questões importantes inerentes à sociedade contemporânea: a localização da mulher no mundo do trabalho, a bipolaridade do trabalho feminino, bem como a divisão do trabalho entre os sexos, classes sociais, nações e etnias. Não obstante, relaciona-se, também, a uma questão pouco discutida e mesmo marginalizada, tanto no ambiente político brasileiro quanto internacional – o que contribui para a manutenção da invisibilidade social desta atividade profissional e, conseqüentemente, para a violação dos direitos mais elementares de suas integrantes. Por conseguinte, buscamos, também, demonstrar a importância da temática. Cremos que essa tarefa estaria em consonância com o intuito científico de trazer à tona a discussão atual, apontando sua relevância, como frisou a referida autora.

Nessa perspectiva, buscamos dialogar com estudos relativos a mulheres que atuam como empregadas domésticas e frequentam um curso de Educação de Jovens e Adultos, destacando pontos importantes que contribuíram para a conquista de alguns

direitos dessas trabalhadoras, bem como os desafios ainda a enfrentar no âmbito da sociedade brasileira<sup>8</sup>.

### **2.1. Mulheres e relações de gênero**

De acordo com Marry (2000), gênero é um fator que emergiu historicamente, de forma recente dentro do cenário das pesquisas sociológicas, pois antes essa questão não era reconhecida pelos sociólogos da educação. Para Araújo (2009), o conceito surgiu em meados dos anos 1960-1970 e disseminou-se instantaneamente nas ciências sociais. No Brasil, começou a ser utilizado no final de 1980 e trouxe, para a pesquisa educacional, a possibilidade de repensar várias questões relacionadas à mulher e seu processo educacional.

Morais e Camargo (2009) reforçam também a importância de aprofundamento no campo de estudos de gênero, salientando o entrelaçamento entre a compreensão do processo historicamente construído e a inclusão social de homens e mulheres. Isso nos faz entender gênero, com base nas referidas autoras, como uma temática que vem se firmando no momento em que contingentes enormes de pessoas vivem de maneiras diversas sua subjetividade. Vários fatores concorrem para diferentes processos de subalternização: econômicos, sociais, estéticos, além das diferenças étnicas, raciais e, finalmente, de gênero.

Como ressalta Carvalho (2009), gênero é uma construção social feita sobre as diferenças sexuais. Segundo ela, o que interessava não é propriamente a diferença, mas a forma como ela era representada ou valorizada, aquilo que se diz ou se pensa sobre a diferença.

Entendemos que, no plano do direito, todos os sujeitos se equivalem. Mas, no plano da subjetividade, se diferem, pois as diferenças individuais são marcadas por variadas mobilizações dos conceitos de raça, gênero, classe, etc.

Nessa mesma perspectiva, voltamos a Beauvoir (1970), quando esta autora questiona o determinismo biológico (nascer mulher), a fim de refletir na direção de uma concepção histórico-social de gênero (tornar-se mulher). Em sua obra mostra como, culturalmente, o masculino é um exemplo de positividade (modelo a ser seguido), enquanto as mulheres representam a imagem do “*outro*”. A mulher, ou seja, “*o outro*”, é vista como diferente, com características secundárias, como do “*segundo sexo*”. As

---

<sup>8</sup> O trabalho de campo e a minha análise se desenvolveram em período anterior às PECs aprovadas em 2017 que modificam as relações trabalhistas e não foram incorporadas a este estudo.

distinções entre masculino e feminino são, na verdade, para ela, fruto do que a sociedade impõe como papéis para homens e mulheres.

Em adição, para Louro (2010), é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas é que vão constituir, efetivamente, as relações de gênero em uma dada sociedade. Enfim, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre eles.

Butler (2010) afirma que a representação da figura masculina e da feminina, no entanto, não se restringe absolutamente à condição “do ser macho e do ser fêmea”, mas ultrapassa bastante esses limites biológicos. Trata-se de construções e desconstruções culturais de grande complexidade, modeladas por regras e códigos simbólicos da sociedade.

Dessa forma, com base nas autoras citadas nesta seção, pretendemos recolocar o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos sociais. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Assim, entendemos que o conceito de gênero se refere ao modo como as diferenças sexuais são postuladas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto, ou então, como elas são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. De acordo com Matos (2008), em alguns momentos da história, é necessário reivindicar igualdade; em outros momentos, o que pode ser estratégico e factível são demandas e reivindicações pela afirmação das diferenças.

Do mesmo modo, destaca o Ministério da Justiça do Brasil<sup>9</sup>, vamos considerar o conceito de gênero como uma dada maneira de olhar a realidade da vida (das mulheres e dos homens) para compreender as relações sociais entre eles. Gênero e sexo são conceitos bem diferentes, já que sexo remete às diferenças anatomofisiológicas existentes entre os homens e as mulheres e gênero, por sua vez, remete à maneira as quais as diferenças entre mulheres e homens assumem nas distintas sociedades, no transcorrer da história. Gênero não é uma variável demográfica, biológica ou natural, mas traz consigo toda uma carga cultural e ideológica, já que, como disse Simone de

---

<sup>9</sup> Disponível em: [www.mj.gov.br/sedh/ct/genero](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/genero), acesso em 25/06/2013, às 22h50min. Em 2017, em outro cenário político, tentamos acessar novamente a página e ela não existia mais.

Beauvoir *“ninguém nasce mulher, e sim torna-se mulher”*.(BEAUVOIR, 1980, p. 09)

Santos (2006) também destaca a importância de Simone de Beauvoir chamar a atenção para o sexo aparecer não como “dado”, “natural”, mas como socioculturalmente construído. Construção social da qual as religiões participam, tanto instaurando, através de sua “visão de mundo” uma ordem sexual, quanto fornecendo sentido à ordem sexual vigente, a qual justifica e legitima. Não apenas como metafísica, mas constituindo-a como realidade prática, à medida que confere conteúdo ético a tal ordem.

Nesse sentido, o Ministério da Justiça do Brasil, em 2007, define que “o conceito de gênero se apresenta culturalmente, a partir de ideologias que tomam formas em cada momento histórico e estão associadas a apropriações político-econômicas do cultural”, que se dão como totalidades em lugares e períodos determinados. É nessa direção que caminha o recorte que propomos. E assumindo gênero como relacional, quer como categoria analítica, quer como processo social, o conceito deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama essa na qual essas relações têm lugar. Com isso fica, a nosso ver, demonstrada a centralidade deste conceito em nosso estudo. Assim o entendemos como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas ou construídas entre os sexos e como um modo de significar relações de poder nas quais o princípio masculino é, por vezes, tomado como parâmetro universal.

Como assinala Meyer (2009), parece não ser mais muito necessário destacar a visibilidade que as relações de gênero e de sexualidade adquiriram nas teorizações e práticas sociais, culturais e políticas contemporâneas. Nessa direção, segundo ela, se nos dispuséssemos a fazer uma revisão sistemática de pesquisas, políticas e ações sociais que adotaram tais perspectivas como lentes para problematizar e intervir em processos que instituem e sustentam desigualdades sociais entre homens e mulheres, desde a segunda metade do século XX, poderíamos, contabilizar, na área da educação, vários indícios de uma trajetória de reconhecimento e legitimação do gênero nas últimas décadas. A proposição e implementação de políticas públicas que pretendiam intervir nessas relações para transformá-las constituíram um sinal importante de reconhecimento de sua consistência como categoria de análise teórica e social.

Nessa mesma perspectiva, a remoção das lacunas geradas por desigualdades em função de gênero na educação, segundo a Organização das Nações Unidas para a

Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), assumiria prioridade nos programas de expansão escolar e melhoria de qualidade. Busca-se a garantia dos direitos humanos e dos compromissos políticos assumidos pela maioria dos líderes de governo. Entretanto, o extremo interesse de todos os Estados e povos investir na educação de moças e mulheres que se traduziria em redução da pobreza, melhoria da saúde e nutrição, menores taxas de fertilidade e melhores perspectivas para as gerações futuras, “funda-se na mesma concepção de que a mulher ainda acaba ficando mais ligada ao cuidado dentro das famílias”. (UNESCO, 2003, p. 37). Nessa afirmação, vemos um exemplo de como o cuidar é associado às mulheres.

No Brasil, as discussões sobre igualdade de gênero tiveram prioridade no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) (BRASIL, 2004). A recomendação baseava-se também na ideia de que, é a mulher quem cuida das crianças. Esse Plano fez parte do compromisso assumido pelo Governo Federal em 2002 para enfrentar as desigualdades sociais decorrentes de desigualdades de gênero e raça. Estruturava-se em torno de quatro áreas estratégicas de atuação: a) autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; b) educação inclusiva e não sexista; c) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; d) enfrentamento à violência contra as mulheres. Nessas áreas, estavam contempladas políticas e ações a serem desenvolvidas ou aprofundadas para que mudanças qualitativas e quantitativas se efetivassem na vida das mulheres brasileiras. Orientavam-se pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, princípio da equidade, da autonomia das mulheres, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos e da participação e controle social. Uma política que, segundo o referido plano, partiu da certeza de que o maior acesso e participação das mulheres nos espaços de poder constitui-se um instrumento essencial para democratizar o Estado e a sociedade.

Concluimos que uma construção social diferente de relações gênero é possível, ainda que à margem dos discursos hegemônicos. As diferentes construções de gênero podem ser pensadas quando compreendemos que não há, por exemplo, a *Mulher* como representação de uma essência inerente a todas as mulheres. As *mulheres* também são seres reais, históricos e sociais, definidos pelas tecnologias de gênero e *engendrados* nas relações sociais. (LAURENTIS, 1994 *apud* ARAUJO, 2009, p. 120).

Concordamos com Gebara ao destacar que o conceito de gênero auxilia na indagação acerca dos lugares da mulher e da mãe. A autora problematiza esses lugares, construídos nos processos de socialização, dentre os quais se localizam os processos

educativos. Nesse sentido, pretendemos demonstrar em nosso estudo que, fazer-se estudante da EJA e empregada doméstica decorre, em grande medida, dos mesmos processos educativos que historicamente nos fazem *mulheres* de determinados tipos.

## 2.2. “Naturalização” e subalternidade

Nesta parte do trabalho discutiremos o fenômeno da naturalização de ideais vinculados ao feminino a partir de três principais perspectivas: estudos culturais, com apoio Tedeschi (2008), história com Badinter (1980) e, finalmente, correlacionando a EJA.

Silva (2015) salienta que o espaço da mulher esteve por muito tempo associado, prioritariamente, aos cuidados com lar, a família e a reprodução. Diferentemente do homem, este que sempre esteve atrelado ao espaço público e ao processo de produção intelectual, econômico e científico, adquirindo assim, desde cedo, privilégio no ambiente escolar. Ou seja, vemos que a assimetria de poder levou à subalternização do outro nas relações de gênero.

Posto isso, a primeira dificuldade que uma pesquisadora ou pesquisador deve enfrentar, quando se dedica ao estudo da história das mulheres, decorre do que se pode denominar *natureza masculina* ou androcentrismo da História, que tem levado ao ocultamento do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade.

Pautando-nos em Tedeschi (2008), indicamos que vários discursos, desde a Antiguidade, têm se construído considerando a desigualdade de gêneros como natural e legitimando as diferenças sociais entre os homens e as mulheres. Tomado como universal, do princípio masculino, resulta um sujeito com uma identidade determinada, impondo, por meio das relações de poder, verdades absolutas.

Esses discursos integraram-se às práticas sociais e passaram a determinar a vida das mulheres. A história do corpo feminino é contada pelo olhar masculino, estabelecendo, através dos discursos, uma *natureza feminina* voltada unicamente para a maternidade e a reprodução.

Diríamos, então, com base em Tedeschi (2008), que o pensamento filosófico grego operou a divisão, a partilha dos espaços e das funções sociais entre homens e mulheres. A divisão entre esfera doméstica e esfera pública, incansavelmente repetida, aparece também calcada na natureza. A imposição desse papel *natural* vai afirmar o lugar do feminino na história. Mais tarde, o discurso e as práticas discursivas da Igreja reforçam essa natureza já previamente constituída. O clero – os homens da religião que

exerceram o poder através da escrita – transmitiam o conhecimento, ao seu tempo e além dele, sobre como a mulher deveria agir, como poderia pensar e sobre o que poderia falar.

Outra evidência que o mesmo autor destaca refere-se ao chamado *corpo do sexo único*. Em um mundo público predominantemente masculino, o modelo de sexo único apresentava o que era evidente na cultura mais genérica: o homem é a medida de todas as coisas, e a mulher não existe como categoria distinta em termos ontológicos. Nem todos os homens são calmos, potentes, dignos ou poderosos, e algumas mulheres ultrapassam alguns deles em cada uma dessas categorias. Porém, o padrão do corpo humano e suas representações era o corpo masculino. Todos esses discursos e saberes acabaram por naturalizar o papel e as funções do feminino. Este contexto demarcou uma série de atribuições ao feminino (docilidade, cuidado dos filhos, domesticidade, emotividade), características idealizadas a partir da ideia do papel da maternidade, *daboa mãe*. Há ainda um aspecto econômico que participa desse jogo político. Ao não ter acesso a seus bens e direitos políticos, a autonomia da mulher fica impossibilitada, conforme ressaltamos.

Segundo o mesmo autor, o discurso da Igreja Católica, ainda no período clássico, cria certezas, concepções e imagens sobre as mulheres de uma forma absoluta, impondo um estatuto de celibato e castidade. Tais representações impuseram a elas um leque de modelos de comportamento religioso e doméstico, exortando à prática das *virtudes* da obediência.

Assim, aponta que a imagem da mulher veiculada pela moral cristã será fator determinante dos modelos de autorrepresentação desta e da identidade feminina, operando também como construções sociais em nível mais vasto em que a religião assume um papel particularmente importante. Para o autor, não restam dúvidas de que, o discurso oficial da Igreja foi fundamental na perpetuação de desigualdades associadas ao gênero.

Diante do exposto, fica claro que o discurso cristão fixou lugares e funções, hierarquizando as posturas femininas. Devido à sua suposta impureza, relacionada ao ciclo menstrual, a mulher, lentamente, perdeu ainda mais espaço no catolicismo. Esta redução reforçou o seu papel doméstico, afirmando o espaço do lar como o local de manifestação de seu lugar dentro da moral religiosa e atribuindo ao feminino, características necessárias ao cuidado do lar, da família e do bom desempenho da

maternidade. Dessa forma, à mulher, foram negadas possibilidades e reforçado seu enclausuramento no espaço doméstico.

Ainda segundo Tedeschi (2008), o discurso da Igreja esperava que a mulher exercesse atividades como cozinhar, lavar roupa, fazer faxina e cuidar dos filhos procurando uma atmosfera agradável e afetuosa, além de apregoar, como virtude, o dom para relações pessoais, por esta emotiva e meiga. Entretanto, em compensação, o homem deveria ser intelectual e forte, alguém pronto para a concorrência. Para tanto, não precisava ser bonito – o que por sua vez, era o primeiro dever da mulher.

Logo, o papel social da mulher identifica-se com a maternidade, o que a remete imediatamente ao domínio do privado, dificultando-lhe dedicar-se a outra atividade, já que nenhuma função adquire, segundo a Igreja, maior importância para ela do que a de cuidar dos filhos. Por outro lado, Tedeschi (2008), destaca que, perpetua-se um discurso que segundo o qual, para a mulher, mais do que desvalorizar o trabalho fora do lar, condena-o, uma vez que, além de prejudicial à vocação fundamental da mulher, não estaria de acordo com a sua natureza física e psicológica.

Por sua vez, Gebara (2014) lembra que a efetiva fixação desses lugares sociais de homens e mulheres começou a acontecer no século XVIII, em virtude de importantes mudanças políticas, sociais e econômicas, tais como: ascensão da burguesia, criação dos Estados Nacionais, início da industrialização e a formação da sociedade capitalista. Nesse período, a família extensa feudal desaparece para dar lugar à família burguesa: pai, mãe e filhos (as). E a ideia de identidade individual, do privado, das residências particulares, da família nuclear começa a ser construída. Nessa nova família, aparece, a figura da criança como aquele membro que precisa de cuidados especiais para se desenvolver bem, afinal, ela é o futuro dos Estados Nacionais em construção. Para atender a essa nova exigência social, a mulher confinada à esfera doméstica e, por amor, passaria a viver com o objetivo de cuidar dos (as) filhos (as), marido e casa. Começa, então, segundo a autora, a ser institucionalizada a característica da mulher como cuidadora, refletida nas suas atuações como mãe, esposa e dona de casa.

Nesse caminho, questionando a história social da mulher, Badinter (1980), nos faz perceber que um grande esforço de naturalização dos papéis sociais da mulher. Tais papéis são relacionados ao que a autora denomina de mito do amor materno. Em seu livro, a autora questiona se seria o amor materno um instinto, uma tendência feminina inata, ou dependeria, em grande parte, de um comportamento social, variável de acordo com a época e os costumes.

Badinter (1980) ao questionar a naturalização desse amor, afirma que ele não constitui um sentimento inerente à condição de mulher, pois ele não é um determinismo, demonstrando como se desenvolve histórica e culturalmente. Para ela, o amor materno é apenas um sentimento humano como outro qualquer e, como tal, incerto, frágil e imperfeito. Argumenta que esse amor talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina, observando as mudanças das atitudes maternas ao longo da história. Constata que o interesse e a dedicação à criança podem variar, mostrando diferentes faces da maternidade. Assim, a autora conclui que o instinto materno é um mito, não se constituindo como uma conduta universal e necessária, em diferentes épocas e sociedades.

Deixando as sociedades europeias e centrando-nos na realidade do Brasil, Devreux (2005) apontava que o trabalho parental efetuado pelas mulheres, em nome de sua função biológica na reprodução da vida humana, há muito tempo foi qualificado como *função maternal*, sem que houvesse um termo equivalente masculino. Assim, a parentalidade, ligada ao fato parental de assumir a responsabilidade material das crianças, não adviria do domínio do social, mas derivaria supostamente, da natureza maternal das mulheres.

Destaca Tedeschi (2008), que as mulheres acabam sendo responsabilizadas pela formação de uma nova geração de trabalhadores, o que garante a reprodução do modo de produção. Essa atribuição do sexo feminino inclui a gravidez, o parto e a amamentação – funções para as quais a mulher estaria biologicamente preparada. A essas funções biológicas, acrescentam-se tarefas que são culturalmente impostas e atribuídas exclusivamente ao sexo feminino. Aí se incluem: o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, o cuidado com as roupas e a proteção dos filhos. Tais tarefas são resultado de imposições culturais, sociais e históricas. Essas atividades sempre foram pouco valorizadas, permanecendo quase sempre invisíveis.

Feito esse breve relato sobre a história das mulheres, citamos Quirino (2012). Ela reforça que o trabalho doméstico, remunerado ou não, bem como a maternidade, tem sido culturalmente percebido como atividade das mulheres, associado a atributos de cuidado, abnegação e reprodução. Tais atributos compõem estereótipos de um determinado modelo de feminilidade vigente no país.

O trabalho doméstico, remunerado ou não, é imputado como algo de responsabilidade *natural* das mulheres, restrito à esfera do doméstico, que não tem valor econômico nem social reconhecido, o que o torna desprestigiado e desvalorizado.

A reportagem da revista *Veja*, de Abril de 2016, trouxe uma matéria sobre Marcela Temer, esposa do então Vice-Presidente da República Michel Temer. Nesta matéria, através de um viés que julgamos machista e conservador foi exposto o que muitos da sociedade pensam sobre a mulher e o seu lugar na sociedade. Contraditoriamente escrita por, uma jornalista – logo uma mulher que não podemos supor “do lar”, o conteúdo, de tom conservador expõe concepções que delimitam no imaginário social um lugar aceitável para a mulher atuar.

---

**Figura 1 – página da Revista *Veja* sobre Marcela Temer**



**Fonte: Revista *Veja*, de 18/04/2016.**

---

A reportagem, que é publicada no contexto de deposição de uma presidenta, destaca como Marcela Temer, bonita e recatada, que gosta de utilizar vestidos na altura do joelho, resume seus dias a levar e buscar o filho na escola. Para finalizar, a matéria afirma que Michel Temer é um homem de sorte, reforçando assim, um modelo de feminilidade.

Quanto à relação de gênero e Educação de Jovens e Adultos, reiteramos que as noções de gênero são categorizações fortemente presentes no senso comum. Embora frequentemente tratadas como a-históricas, na verdade, resultam da ligação entre conhecimento, ideologia e poder, como afirma Silva (2009). A autora argumenta que a escola não se pode furtar a esse debate, especialmente na EJA, onde essa questão pode ser definidora da permanência ou não da mulher na escolarização. O fato de a noção de gênero ser culturalmente construída demonstra que este conceito está em constante mudança de sentido, podendo ser permanentemente, reformulado quando então, a escola pode agir.

Ao analisar a visão de mundo de algumas egressas da EJA, revelada em seus discursos, como antes afirmamos (BASTOS e EITERER, 2012), percebemos elementos que evidenciam uma naturalização de uma compreensão de um papel social da mulher na sociedade. Identificamos em suas falas, certa aceitação dos desafios já enfrentados na vida escolar, das privações, das tarefas e responsabilidades que lhes foram atribuídas ao longo da vida. Enfim, não tinham consciência da situação social e historicamente imposta à mulher.

Assim, ao tratarem as suas histórias de vida em um plano individual, as egressas não as contextualizavam considerando a situação de seu sexo ou seu gênero ao longo dos tempos. Pensando numa perspectiva de relações de gênero, podemos dizer que estão carregadas de heranças sociais e históricas que determinam seus lugares possíveis na sociedade. Elas, ao *naturalizarem* tais desafios, não percebem, em suas perspectivas pessoais, que estes são postos como um dever a ser cumprido exclusivamente por elas, em alguns casos, pobres, negras ou pardas.

Ademais, as construções sociais baseadas nas características físicas e biológicas com as quais a mulher nasceu – portanto, totalmente alheias à sua vontade – são fatores mobilizados para sua inferiorização, mantendo-as subjugadas e, dessa forma, mais vulneráveis à exploração.

Lembramos com recurso a Toledo (2008) que, de naturais, as diferenças entre os sexos passam a ser culturais. Na mesma direção apontada por nós (BASTOS e EITERER, 2012), a autora, Cecília Toledo, afirma ainda que, a divisão sexual do trabalho é um fator histórico, porque foi constituída enquanto tal no decorrer da história humana, que, cada vez mais, se distancia da natureza. Não é na natureza do homem e da mulher que se pode encontrar uma explicação para a divisão sexual do trabalho, mas nas imposições socioculturais, conclui ela.

Complementando essa ideia, Toledo (2008) aponta que nas distintas sociedades, até hoje, os papéis desempenhados por homens e mulheres, ou melhor, a forma como a mulher e o homem são tratados, sempre esteve relacionada à divisão social do trabalho, ao papel que cada um cumpria no modo de produção então vigente. Portanto, a definição desses papéis sempre teve sua matriz nos fundamentos econômicos da sociedade (base material, trabalho).

Vimos que, na tradicional divisão sexual do trabalho, às mulheres coube idealmente, a responsabilidade pela manutenção da casa e do cuidado com os membros da família e, aos homens, o papel de provedor. Martins, Luz e Carvalho (2006) nos mostram, porém, que os movimentos feministas que questionaram essa divisão, possibilitaram a conquista do direito ao trabalho profissional, alterando a concepção de trabalho masculino e feminino e contribuindo para que as mulheres ocupassem cargos nos mais diferentes campos profissionais.

As referidas autoras ressaltam também, a importância da discussão sobre as implicações da entrada das mulheres nas atividades profissionais para a organização e distribuição do trabalho no âmbito doméstico. Ora, sendo esse trabalho essencial para a manutenção da vida das pessoas, seria então, responsabilidade de todos. No entanto, o que se observa ao longo dos tempos é que elas foram levadas/treinadas a assumirem essas responsabilidades como obrigação unicamente delas.

Diante do exposto, percebemos que não é possível tratar as histórias de vida das colaboradoras desta pesquisa apenas em um plano individual, mas sim, tentar entendê-las situando-as numa configuração histórico-social das atribuições impostas à mulher pobre e negra. Assim, acreditamos poder conhecer suas trajetórias de vida dentro e fora da escola, os desafios já enfrentados, as privações, as tarefas e as responsabilidades que lhes foram atribuídas ao longo da vida.

Com efeito, essa *naturalização* das atribuições sociais recebidas pelas mulheres educandas da EJA atua como mecanismo de justificação social não só para a falta de acesso à escolaridade na infância e na juventude, como também, para a dificuldade de negociar com empregadores arranjos no horário da jornada laboral que as possibilitem estudar, como nos mostra Ávila (2009). Essa naturalização, segundo a autora, ajuda a manter e reproduzir a dupla jornada ou as jornadas extensivas, intensivas, entre trabalho não remunerado e remunerado. No caso das empregadas domésticas, a profissão aparece como uma reconfirmação dessa atribuição considerada, pelo senso comum, como natural. E, uma vez que está realizando uma ocupação considerada por natureza um

trabalho de mulheres, nada justifica que queiram estudar, ou mesmo buscar uma formação profissional que acabará sendo, portanto, desnecessária.

É a partir desta constatação que discutiremos a seguir a questão das mulheres trabalhadoras domésticas, negras ou não, remuneradas ou não, beneficiadas pelos direitos trabalhistas ou não, e alunas da Educação de Jovens e Adultos.

### 2.3. Mulheres trabalhadoras no Brasil

Como foi visto no item anterior, ainda há muito que se conquistar em termos de simetria de poder, mas não podemos deixar de frisar que as mulheres já conquistaram, aos poucos, pela própria capacidade de reivindicar, o direito à educação, ao voto, à independência econômica. A luta, ainda permanece pela igualdade salarial e acesso às profissões e cargos mais valorizados; por direitos sexuais e reprodutivos; pela partilha do trabalho doméstico; e pela paridade na representação política entre homens e mulheres, como mostra Carvalho (2009).

Como destaca Quirino (2011), no que tange à relação de gênero e mundo do trabalho hoje a questão não se reduz apenas a ressaltar os aspectos negativos das contradições vividas pela mulher e, mais uma vez, a buscar a redefinição do seu papel nos espaços públicos e privados. De acordo com a autora, outras questões convergem na busca de avanços e nos retrocessos, espaços de lutas e conquistas rumo à desnaturalização das desigualdades sociais, as quais multiplicam estereótipos, menosprezam a diversidade cultural e supervalorizam as diferenças biológicas e culturais existentes entre homens e mulheres. A mesma autora afirma ainda:

A pouca visibilidade dada ao trabalho da mulher, tanto em relação às atividades econômicas exercidas por elas, quanto pela importância da sua contribuição para a esfera produtiva, assinalam a desvalorização a qual são submetidas por sua condição feminina. Para tal análise, no entanto, é necessário que se considere os diferentes momentos históricos, as limitações ditadas pela ordem de gênero presentes em cada sociedade – como um padrão historicamente construído – de relações de dominação e poder entre homens e mulheres que, impregnado de determinados modelos de feminilidade e de masculinidade, atravessa as estruturas sociais. (QUIRINO, 2011, p. 25)

Não podemos nos furtar à compreensão de que já somos muitas nas mais diferentes áreas da produção. Entretanto, de acordo com a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (2009), mesmo no terceiro milênio ainda encontraríamos no imaginário de muitas pessoas a persistente ideia de que mulher não teria vocação ou capacidade para ocupar determinadas funções que seriam *reservadas* aos homens.

Também ainda persistiria a ideia de que existiriam profissões *femininas* e *masculinas*, *profissões para negro, branco, índio*.

Indo ao encontro da reflexão anteriormente exposta, Maruani (2009) afirma que, analisar a situação das mulheres no mercado de trabalho e o emprego feminino torna-se o fio condutor para compreender o seu espaço na sociedade. Para a autora, o fato de a maioria delas não deixar de atuar quando se tornam mães mostra o fim das descontinuidades de suas trajetórias profissionais – uma verdadeira ruptura em relação às normas sociais anteriores.

De acordo com Silva (2010), reconhecer o papel das mulheres trabalhadoras implica identificar e admitir sua participação nos espaços públicos, o que, até o início do século XX, não era comum. No entanto, a autora elucida que elas sempre trabalharam, pois os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos e com a casa configuram trabalho, embora não remunerado e pouco considerado por ser praticamente invisíveis. Ressalta, ainda, que, apesar de todas as resistências, o ingresso delas em postos laborais fora do ambiente familiar aconteceu. No entanto, essa inclusão se deu de forma subalterna e na periferia do capitalismo.

Como mostra Devreux (2009), a contribuição das mulheres para a produção econômica e sua presença no mercado de trabalho constituem precisamente desvios em relação à “norma” da repartição entre o papel *expressivo* feminino da esposa-mãe que se consagra à vida doméstica e aos cuidados das pessoas, exercendo sua função afetiva no âmbito da família. Dessa forma, o desafio é, fazer aparecer a contribuição, muitas vezes invisível, das mulheres para a vida econômica.

A propósito, conforme Toledo (2008), o capitalismo e a sociedade burguesa, que tantas esperanças trouxeram à mulher no sentido de emancipá-la da servidão doméstica e do papel subalterno que a sociedade feudal lhe reservou, não conseguiram cumprir suas promessas. Segundo a autora, discriminada como trabalhadora e como mulher, ela conseguiu reunir, dentro do capitalismo, a maior lista de reivindicações que qualquer outro setor social jamais conseguiu em toda a sua história. Toledo (2008) frisa ainda que a mulher alia as reivindicações de todos os trabalhadores – emprego, salário e condições de trabalho – às suas necessidades específicas como mulher – licença maternidade, direito a decidir sobre seu corpo, creches para cuidar de seus filhos e o fim da violência doméstica – chaga que a sociedade impõe a ela a cada dia com maior brutalidade. Sendo assim, com base nessa autora, concordamos que o grau de emancipação da mulher é o mais importante indicativo do grau de desenvolvimento geral de uma sociedade.

Sobre as condições em que vivem homens e mulheres dentro das sociedades, Kergoat (2009) reforça também que essa situação não é produto de um destino biológico, mas, sobretudo, de construções sociais. Mulheres e homens formam dois grupos sociais envolvidos numa relação específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, exprimem-se por meio da divisão social do trabalho entre os sexos – chamada de divisão sexual do trabalho.

Tal divisão do trabalho se relaciona à forma de repartição decorrente das relações sociais de sexo e possui sua forma historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características, a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem *vale* mais do que um trabalho de mulher). (KERGOAT, 2009, p. 67).

Assim, Cattaneo e Hirata (2009) afirmam que a divisão sexual do trabalho possibilita a organização flexível do trabalho: o trabalho assalariado das mulheres, principalmente sob a forma de tempo parcial compulsório, e o trabalho assalariado dos homens, possibilitado pelo trabalho doméstico das mulheres. Segundo essas autoras, a implantação dessa divisão sexual é possível à medida que haja legitimação social. É em nome da conciliação da vida familiar com a vida profissional que tais vínculos empregatícios são propostos às mulheres. A diferença salarial também é socialmente legitimada pela representação usual do salário feminino como renda complementar.

Tais afirmações nos remetem de volta às reflexões de Quirino (2012) sobre o trabalho feminino no Brasil. Segundo, ela a partir da década de 1970 até os dias atuais, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem apresentado espantosa progressão. Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a autora afirma que houve um acréscimo de mais de 10 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2010<sup>10</sup>.

A autora destaca as seguintes causas para o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, dentre outras: o aumento da escolaridade feminina, a queda da

---

<sup>10</sup> Entretanto, Rogerat (2009), mostra que há mais de 20 anos as mulheres ainda predominam dentre os desempregados, especialmente, os de longo prazo e, sobretudo, os jovens. Também lembramos que a população na década de 70, era 96 milhões de pessoas e em 2010, aumentou para 150 milhões de pessoas.

fecundidade; novas oportunidades oferecidas pelo mercado devido ao desenvolvimento tecnológico e aos novos modelos de organização e gestão da força de trabalho e, finalmente, as mudanças nos padrões culturais que alteraram os valores relativos aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres na sociedade.

No entanto, Quirino (2012) reforça que o crescimento da taxa de participação da mulher no trabalho assalariado, não diminui a responsabilidade dela em relação às atividades domésticas e aos cuidados dos filhos e demais parentes. Assim, permaneceram os modelos familiares tradicionais, provocando sobrecarga para as novas trabalhadoras, que veem o seu *trabalho duplicado* ou triplicado, como é o caso das educandas da EJA.

Mais recentemente, segundo Lavinias, Cordilha e Cruz (2016), corroborando com Hirata, a mão de obra feminina permanece concentrada nos serviços e no comércio e é amplamente majoritária nas ocupações formais e informais e de tempo parcial. Isso explica, juntamente à imperiosa necessidade de conciliar atividade remunerada e obrigações domésticas, porque o número médio de horas trabalhadas fora de seu lar, semanalmente pelas mulheres é, em média, inferior ao dos homens.

Nesse caminho, também Silva (2010) já afirmava que, mesmo com o processo de *emancipação das mulheres*, elas não se veem desobrigadas de algumas funções, ao contrário, acumulam atividades e responsabilidades.

Esse fato ocorre porque, como sublinha Machado (2001), apesar de os dados demonstrarem progressiva inserção no mercado de trabalho, várias forças de resistência ainda atuam em sentido contrário, gerando diferenciais sexistas nas condições de exercício profissional, procedentes, basicamente, de uma ordem cultural patriarcal, que sublinha a responsabilidade feminina na esfera doméstica e relega, no campo ocupacional, sua participação a determinados guetos.

Ao mencionarem que ainda hoje as mulheres ocupam cargos e profissões menos valorizadas, as autoras citadas tocaram em um ponto de suma importância no desenvolvimento desta pesquisa. Aprofundando essa ideia, podemos reafirmar que elas ocupam profissões que ainda são consideradas femininas, de cuidado, como por exemplo: professoras, enfermeiras, médicas e empregadas domésticas, sendo esta última profissão comum às entrevistadas deste estudo. Essas profissões consideradas femininas, geralmente estão associadas ao cuidado com o outro, como é argumentado por Helena Hirata:

Se quiséssemos definir de maneira muito rigorosa o que é o *care*, seria: é o tipo de relação social que se dá tendo como objeto outra pessoa. Descascar batatas é *care*, mas de uma forma muito indireta: é *care* porque preserva a saúde, o outro ser. Fazer com que outro ser continue com saúde implica cozinhar, alimentá-lo, pois precisa desse cuidado material, físico. Então, pode-se dizer que tudo faz parte do *care*, mas aí não teríamos mais uma definição rigorosa de *care*. Deixar a casa limpa e agradável, deixar a cama cheirosa e agradável, passar o lençol, isso tudo pode fazer parte do trabalho de *care* da empregada doméstica ou da diarista, que deixa essas tarefas prontas. [...] Em números de 2009 (PNAD), seriam, no Brasil, 7 milhões e 223 mil pessoas em emprego doméstico, das quais 504 mil são homens e 6 milhões e 719 mil são mulheres. Será que podemos dizer que todas essas mulheres que fazem o trabalho doméstico remunerado são trabalhadoras de *care*? [...] Então, é importante estudar o que é o trabalho doméstico remunerado e o que é a relação social de cuidado, quando ele se profissionaliza (HIRATA, 2010, p.48).

O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem estar de outra pessoa, como afirma Kergoat (2016) com base no Colóquio Internacional “*Teorias e práticas do cuidado*”, realizado em Paris em Junho de 2013.

Complementando o argumento acima, Marcondes (2013) salienta que o cuidado de pessoas é elemento estrutural sob o qual construiu socialmente como trabalho feminino. Segundo ela, seja em casa, nos hospitais ou nas escolas, as mulheres cuidam das pessoas. Desde a infância até se tornarem idosas, as mulheres cuidam de crianças, idosos, deficientes e, até mesmo, de homens adultos. A existência social feminina, de acordo com a autora, ficaria restrita a realizar-se à medida que elas cuidam das pessoas. E, apesar de ser uma atividade essencial para a sustentabilidade da vida humana, quem cuida é desvalorizado.

Para Hirata (2016), a análise do trabalho de cuidado confirma a ideia da centralidade do trabalho das mulheres nas instituições ou em domicílio, realizado gratuitamente, ou, como uma atividade remunerada. Apesar das diferenças sociais, ela também confirma a ideia de que este constitui uma das múltiplas facetas do trabalho precário: mal remunerado, pouco reconhecido e pouco valorizado. Em domicílio, ele é muitas vezes realizado, na Europa, por imigrantes e sem documentos e, no Brasil, por empregadas domésticas ou faxineiras sem relações formais de emprego.

Também Abramo e Valenzuela (2016) ressaltam que o cuidado está baseado quase inteiramente sobre o trabalho das mulheres. Nesse contexto, as trabalhadoras

domésticas desempenham um papel de suma importância, à medida que o ofício dessa categoria é estratégico para que outras mulheres possam se inserir no mercado de trabalho.

Entretanto, de acordo com as autoras citadas acima, se por um lado o trabalho doméstico está na ponta da cadeia de cuidado, por outro representa o elo mais fraco dessa cadeia, pois essa ocupação carece de proteção social e de condições de exercício adequadas. Com efeito, em vários países as trabalhadoras não têm acesso legal à aposentadoria, e mesmo naqueles em que elas estão protegidas pela legislação o nível de não cumprimento é elevado. São poucos os países Latino-americanos (Brasil, Costa Rica e Panamá) em que a quantidade de trabalhadoras domésticas com contrato formal de trabalho e que contribuem à Previdência Social ultrapassa 25% do total; e, em apenas dois (Chile e Uruguai) essa porcentagem é superior a 40%.

A propósito, a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (2009) corrobora as informações anteriores. Segundo esse grupo, as profissões femininas ligadas às atividades do cuidar são, de certo modo, decorrentes das atividades relacionadas à vida familiar. Daí a predominância de mulheres em cursos que as levam às atividades ligadas ao Magistério, à Enfermagem, à Nutrição, ao Serviço Social, à Psicologia e mesmo à Medicina, por exemplo. Observamos, pois, que se especializam, sobretudo, em áreas ligadas aos problemas enfrentados por elas, como ginecologia, obstetrícia ou pediatria.

Por outro lado, tem ocorrido, segundo Silva (2010), crescente redução do hiato salarial existente entre trabalhadoras e trabalhadores nos últimos anos e uma incorporação, cada vez maior, das mulheres no mercado de trabalho, bem como, elevação do seu nível de escolaridade a patamares superiores aos dos homens. Baseando-se na tese de que a *feminização* do mundo do trabalho leva pouco apouco à precariedade de toda a classe trabalhadora em geral. A autora questionasse, a tendência atual é, de fato, o aumento dos rendimentos reais das mulheres ou a redução acentuada dos salários dos homens.

Apesar da importância em termos numéricos (as mulheres já representam mais de 50% da população – como mostram dados do IBGE de 2010), e da maior escolaridade e da crescente inserção no mercado de trabalho, as mulheres brasileiras, além de receberem salários inferiores aos dos homens, desempenham atividades de menor status social, ainda têm uma expressão consideravelmente menor que a dos homens em cargos de prestígio e poder, seja na esfera política seja à frente de grandes organizações e, até mesmo, na mídia.

A diferença de renda existente entre homens e mulheres é bastante expressiva. Tal desigualdade traz consequências negativas durante a vida produtiva da população feminina e depois dela, já no momento da aposentadoria, como apontou Benedito (2008). Essa autora mostra que, à medida que as mulheres contribuem em menor número para a Previdência Social durante a vida produtiva, haverá um significativo número de mulheres idosas sem condições de obter a aposentadoria, dependendo do Estado para sobreviver.

Tais fatos, ainda de acordo com a mesma autora, ocasionam à trabalhadora negra uma velhice cercada de dificuldades para obter aposentadoria por tempo de trabalho ou um Fundo de Previdência Privada Complementar, já que a contribuição precisa ocorrer ao longo do período ativo da vida do indivíduo. Logo, quando idosas não possuem mais condições de trabalho e nem de sustento. Vemos, por exemplo, a nossa entrevistada Rose dos Anjos, como veremos mais detalhadamente no decorrer dessa tese, afirma que se precavê, pois paga seu INSS como autônoma. Entretanto, ela se constitui exceção no grupo dos sujeitos entrevistados.

Mesmo com o contínuo crescimento da presença feminina no mercado de trabalho, e o destacado aumento de presença de mulheres na área de educação e o seu conseqüente acesso a ocupações e profissões antes consideradas masculinas e de maior prestígio, segundo as estatísticas oficiais, a participação das mesmas nos espaços de trabalho, poder e decisão continua sendo um desafio para a sociedade brasileira (QUIRINO, 2012, p. 12). Nesse sentido, Silva (2010) mostra que, no Brasil, mesmo possuindo maior escolaridade, a proporção de mulheres dirigentes (4,4%) ainda é inferior à dos homens (5,9%).

As mulheres, de acordo com Lavinias, Cordilha e Cruz (2016), têm mais facilidade de ingressar no mercado de trabalho quando a proporção de empregos de até dois salários mínimos é maior. As autoras observam que a predominância de baixas remunerações acentua as assimetrias, pois as mulheres tendem a ocupar as vagas de pior remuneração.

Posto isso, voltamos a Silva (2010) que conclui que o capitalismo usa a divisão sexual e as diferenças de gênero no mundo do trabalho para estimular a competição entre os/as trabalhadores/as, baixar o nível de salários e não lhes atribuir os rendimentos devidos. A mulher é sinônimo de trabalho barato e, como lembra Marx, embora teoricamente o valor da força de trabalho seja, em média, o mesmo para todos os trabalhadores, na prática a força de trabalho pode ter diferentes valores de troca.

Contudo, a mesma autora também compreende o trabalho doméstico como fundamental para a manutenção da vida em sociedade, pois este está intimamente relacionado à família que se configura como uma importante instituição social em todas as sociedades conhecidas até hoje. No entanto, a SILVA (2010) argumenta que, somente com a industrialização o trabalho feminino ganhou visibilidade. Assim, por exemplo, o trabalho fabril, fora do ambiente doméstico levou as mulheres a ocuparem outros espaços, fazendo-as transitarem cada vez mais pelos espaços públicos.

Adverte-nos, porém, essa mesma autora, que é necessário nos desvencilharmos da ideia do modelo de trabalho feminino como fenômeno novo na sociedade brasileira, pois, há muito tempo as mulheres brasileiras já estão exercendo atividades produtivas, não apenas nos espaços públicos, mas principalmente, nos espaços domésticos. Notadamente no Brasil desde o séc. XVIII.

Entretanto, recorreremos novamente a Kergoat (2009) para avançar mais além na análise da hierarquização das ocupações femininas. A autora aponta que a dualização interna ao emprego feminino, ou seja, ao lado da precariedade e da pobreza de um número crescente de mulheres, assistimos ao aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção de mulheres ativas e isso não pode ser desconsiderado. Assim, vemos surgir, pela primeira vez na história do capitalismo, uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens: pais, esposos, amantes, etc.) se opõem, frontalmente, aos interesses de outras mulheres abrangidas pela generalização do tempo parcial, dos empregos muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, em geral, mais atingidas pela precariedade, como as empregadas domésticas.

Conforme destaca Saffioti (2013)<sup>11</sup>, a concentração de mulheres em certas áreas dos empreendimentos econômicos variou segundo a estrutura econômica da nação e a plena constituição da formação econômico-social capitalista no Brasil expeliu força de trabalho feminina. Segundo os dados oferecidos pelo primeiro recenseamento efetuado no Brasil, em 1872, e excluindo-se as pessoas categorizadas como sem profissão, as mulheres representavam 45,5% da força de trabalho efetiva da nação, sendo que 33% desse total se ocupava no setor de serviços domésticos. Da totalidade da população

---

<sup>11</sup>Em 1967, Saffioti defendeu sua tese de livre-docência na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), sendo orientada pelo professor Florestan Fernandes. Este trabalho gerou uma obra-prima – um livro publicado em 1976 sob o título: *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Nesta tese, trabalhamos com a edição de 2013 deste mesmo livro.

empregada nesse setor, as mulheres representavam nada menos que 81,2%. É preciso, segundo a autora, considerar que a estrutura da economia brasileira de então, por ser muito pouco diferenciada, concentrava os maiores contingentes masculinos e femininos na agricultura, vindo em seguida os serviços domésticos para as mulheres.

Do total de homens ocupados nessa época, 68% dedicava-se à agricultura. Das mulheres ocupadas, 35% estavam empregadas na agricultura, 33% nos serviços domésticos, 20% como costureiras, 5,3% nas indústrias de tecidos e 6,7% em outras atividades.

Em 1900, 52,6% da totalidade das mulheres economicamente ativas se dedicavam aos serviços domésticos. O restante dedicava-se, principalmente, à agricultura, indústrias manufatureiras, artes ou comércio.

Ainda de acordo com Saffioti (2013), por volta de 1950 o número de mulheres dedicando-se a atividades domésticas aumentou consideravelmente. Na categoria de atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes, dentre a população de 10 anos e mais, as mulheres representavam 90,3%, caindo sua participação nas atividades diretamente econômicas para 14,7% em relação ao total de trabalhadores. Do total da população feminina de 10 anos e mais, apenas 10% se dedicavam a atividades fora do lar; 84,1% às atividades domésticas e escolares discentes e 5,9% representavam inativas. De toda a população que desempenhava atividades econômicas fora de casa, as mulheres não ultrapassavam os 11,3%.

Segundo a mesma autora, como a economia não conseguia absorver a totalidade da força de trabalho potencial da nação, as mulheres foram grandemente marginalizadas do processo produtivo de bens e serviços, justificando-se esta marginalização em termos de concepções tradicionais dos papéis femininos.

#### **2.4. Trabalho doméstico remunerado e não remunerado**

A crescente participação das mulheres nos espaços públicos, além da atividade no espaço doméstico, revela novas possibilidades de racionalização laboral, através do controle do trabalho assalariado proposto pelo mercado.

Com essa discussão, recorreremos a Saffioti (2013), quando afirmou que o trabalho feminino remunerado não é requisitado pela formação econômico-social capitalista de modo uniforme, isto é, permanente, como também não se elevou à categoria de componente necessário da personalidade ideal para os elementos do segundo sexo. Ao contrário, idealmente, as mulheres deviam desenvolver um tipo de

personalidade capaz de ajustar-se às funções que delas se esperava: desempenho no lar como esposas e mães.

Para a autora, embora números crescentes de mulheres se qualifiquem para o exercício de uma atividade ocupacional, esta qualificação se faz, quase sempre, a título de garantias pessoais. Isto porque, o trabalho, como via de realização profissional, como fator de enriquecimento da personalidade humana e mesmo como meio de ajustamento social a condições de variável grau de insegurança econômica, não constitui ainda um valor nem para a maioria das mulheres nem para a sociedade quando atribui ao contingente feminino papéis bastante definidos.

Ter um emprego significava, segundo Saffioti (2013), para a mulher, encontrar um modo socialmente aceitável de enfrentar uma situação econômica difícil ou de ampliar os rendimentos da família, de maneira a permitir certa folga orçamentária para proporcionar melhor e mais completa educação aos filhos, alcançar um padrão superior de vida, e, até mesmo, certo grau de consumo. Para a autora, até certo ponto e de modo geral, o trabalho feminino poderia ser visto como mecanismo de manutenção do *status* econômico do grupo familiar ou como mecanismo coadjutor no processo de ascensão social.

Há quase duas décadas também Melo (1998) reiterava que o trabalho realizado pela mulher para a própria família é visto pela sociedade como uma situação *natural*, uma vez que não tem remuneração e é condicionado por relações afetivas entre a mulher e os demais membros familiares. Quando uma mulher contrata uma terceira para executar essas tarefas, isto é, prestar tais serviços para uma família diferente da sua, esse trabalho doméstico converte-se em serviço doméstico remunerado.

Nessa mesma perspectiva, no que diz respeito à *naturalização*, a mencionada autora definia o trabalho doméstico como um modo de vida e não como uma relação empregatícia. Ela mostra que o trabalho doméstico é visto como uma responsabilidade da mulher, culturalmente definida do ponto de vista social como dona de casa, mãe ou esposa. Esse trabalho dirigido às atividades de consumo familiar é um serviço pessoal para o qual cada mulher internaliza a ideologia de servir aos outros, principalmente maridos e filhos.

Assim, para reflexão acerca dessa temática, Quirino (2011) sintetiza as discussões que vimos apresentando:

[...] para se estudar o trabalho da mulher é necessário adotar uma perspectiva de análise em duas dimensões separadas: a do trabalho produtivo ou assalariado - referenciado espacial e funcionalmente ao campo produtivo, sendo que nele o trabalho/emprego é suportado por relações extrafamiliares e unido estritamente a uma remuneração - e a do trabalho (re)produtivo ou privado- referenciada espacial e funcionalmente ao lar, às relações familiares e ao trabalho doméstico envolvido na (re)produção quotidiana dos membros do grupo familiar. A construção social desta imagem polarizada de duas esferas separadas e complementares coloca uma fronteira nos âmbitos de ação de homens e mulheres, na qual o trabalho do mundo 'exterior' seria apropriado para os homens na exata medida em que o lar e a vida doméstica seriam os mais adequados para as mulheres. (QUIRINO, 2011, p. 24)

Segundo a autora, todos os dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por exemplo, não consideram o trabalho doméstico não remunerado realizado predominantemente pelas mulheres, ainda que de fundamental importância para a reprodução da vida e do bem estar da sociedade, do ponto de vista econômico. (QUIRINO, 2011, p. 24)

Por sua vez, Ávila (2009) constata que a construção do ideário do trabalho doméstico como uma atribuição das mulheres inicia-se ainda na infância e é um elemento de socialização no contexto de pobreza. Constitui-se também como um mecanismo de *naturalização* do percurso que leva as mulheres ao trabalho doméstico remunerado.

Nesse sentido, constata ainda que as tarefas de trabalho doméstico extrapolam as realizadas no âmbito da casa e podem se realizar na rua, no parque, na praia, ou então, de forma simultânea. Por isso, a lógica do tempo do mercado de trabalho não se ajusta ao trabalho doméstico. Mesmo nos momentos considerados de lazer, as mulheres podem estar desempenhando alguma atividade relativa ao trabalho doméstico, como, por exemplo, estar na praia ou na festa e estar cuidando de crianças ao mesmo tempo.

Já para Fougeyrollas-Schwebel (2009), produção doméstica, economia doméstica, serviço doméstico, atividades do lar, atividades domésticas, cuidadora de pessoas, dona de casa, esposa, mãe, todos esses termos têm conotações disciplinares e conceituais distintas que, suscitam controvérsias que se ligam à expressão *trabalho doméstico*.

O trabalho doméstico determinaria a situação de todas as mulheres, de todas as classes sociais e de todos os níveis de escolaridade: das que o assumem em suas próprias residências, enquanto os demais membros familiares se dedicam a outras atividades; das que contratam outra pessoa, geralmente outra mulher, para executar essas atividades em suas casas enquanto assumem outras no mercado de trabalho.

O estudo das mudanças ocorridas nas últimas três décadas evidencia que um número crescente de tarefas domiciliares está sendo transformado pela ampliação do consumo de mercado ou realizado por instituições públicas, privadas e comunitárias. Citamos, neste caso: a guarda de crianças, particularmente as mais novas; o cuidado de pessoas idosas que é delegado por mulheres que exercem atividade profissional a outras mulheres. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 260).

O trabalho doméstico não remunerado é definido por essa autora como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – essencialmente por mulheres e gratuitamente.

Fougeyrollas-Schwebel (2009) afirma, tendo em vista a realidade francesa, que mulheres e homens têm papéis domésticos diferentes (as atividades com as roupas são praticamente realizadas por mulheres). Mas, em termos de tempo gasto, a partilha das tarefas está um pouco menos desigual: se o volume global de tempo doméstico permaneceu estável, as atividades predominantemente masculinas (pequenos trabalhos e reparos) aumentaram, enquanto as femininas (cozinha, louça, roupa) diminuíram. Contudo, o que vai definir a variabilidade da produção doméstica ou trabalho doméstico é o tamanho da casa, o número de crianças, as idades delas e a idade do casal e a quantidade de eletrodomésticos disponíveis. Para Fougeyrollas-Schwebel (2009), as variações nas condições sócio-profissionais influenciam mais os homens do que as mulheres. Pois poucas mulheres, qualquer que seja a sua condição social, escapam do trabalho doméstico.

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD)<sup>12</sup> de 2009, pode-se afirmar que os afazeres domésticos constituem um grupo de atividades predominantemente femininas. No país, 109,2 milhões de pessoas declararam exercer atividades relacionadas a estes afazeres, sendo que, deste conjunto, 71,5 milhões são mulheres<sup>13</sup>. Em termos absolutos, é a população adulta de 25 a 49 anos de idade que mais realiza tarefas domésticas. Não obstante, considerando a população em cada grupo etário, observa-se que é a população de 50 a 59 anos de idade que despense maior parte do seu tempo em tais afazeres (24,3 horas semanais).

---

<sup>12</sup>Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo\\_trabalho\\_afdom\\_pnad2009](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2009), acesso em 04/05/2016, às 22h43min.

<sup>13</sup>Lembramos que os 37,7 milhões de homens que exercem atividades relacionadas com os afazeres domésticos atuam como: motoristas, seguranças, caseiros, copeiros, mordomos, etc.

De acordo com a PNAD de 2009, as desigualdades de gênero na realização dessas atividades são ainda mais visíveis quando se considera a população total de acordo com o sexo e os grupos de idade. Verificou-se que, somente 51,1% dos homens realizam afazeres domésticos enquanto que entre as mulheres esse percentual é de 90,6%.

Sobre o número médio de horas gasto em tais afazeres por grupos de idade, de acordo com a PNAD, verifica-se que são os homens de 60 anos ou mais de idade que mais dedicam parte do seu tempo em tais atividades (13 horas semanais). Para as mulheres o trabalho doméstico se intensifica a partir dos 50 anos de idade, mas consome mais tempo entre as de 50 a 59 anos de idade (31 horas semanais) – cerca de três vezes mais o tempo dedicado pelos homens.

Posto isso, sobre as relações entre a esfera doméstica e a esfera profissional, Hirata e Kergoat (2007) apresentam os diferentes modelos de papéis sexuais que são:

a) tradicional – o homem como provedor e a mulher responsável por todo o trabalho doméstico;

b) conciliação – a mulher assume, ou melhor, concilia o trabalho doméstico com o trabalho profissional;

c) parceria – este modelo está baseado na igualdade de estatutos sociais entre os sexos, ou seja, mulher e o homem, como parceiros, dividem as tarefas domésticas;

d) delegação – quando o trabalho doméstico é terceirizado e realizado por alguém contratado para tal. Esse modelo gera uma reação em cadeia sobre as mulheres, pois as trabalhadoras domésticas conciliarão suas tarefas domésticas ou as delegarão a outra mulher.

## **2.5. Mulheres empregadas domésticas**

Aprofundando mais nosso tema, (apesar de contarmos com a contribuição de um participante do sexo masculino para a realização deste estudo, como já mencionado na introdução da pesquisa), pelo fato de o trabalho doméstico remunerado revelar-se uma atividade massivamente feminina, já que, cerca de 92,4% dos trabalhadores domésticos são mulheres, como mostra Brites (2008), dedicaremos este tópico do texto somente às mulheres que exercem essa profissão.

Sendo assim, após a diferenciação entre trabalho doméstico remunerado e não remunerado, recorreremos a Danièle Kergoat, ao afirmar que a participação da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas aumentou, enquanto as segmentações,

horizontais e verticais, entre empregos masculinos e femininos, perduraram. As desigualdades de salário persistiram e as mulheres continuaram a assumir as atividades domésticas. Para Kergoat (2010), no entanto, isso não representa nenhuma aporia ou contradição interna às *relações sociais de sexo*<sup>14</sup>. Para ela, o capitalismo tem necessidade de uma mão de obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade. As tarefas domésticas assumidas por mulheres liberam os homens e, para as mulheres de alta renda, possibilita delegar tal ocupação a outras mulheres.

Nessa mesma linha, Quirino (2011) corrobora a afirmação anterior:

Como as mulheres trabalham cada vez mais no espaço público, investem em suas carreiras e o envolvimento pessoal é cada vez mais exigido pelas novas formas de gestão das empresas, o trabalho doméstico é externalizado. As mulheres assalariadas recorrem à enorme reserva de mulheres em situação precária para a realização dos serviços domésticos, quer seja na função de empregadas domésticas, ou como diaristas. No caso do Brasil, a delegação das tarefas domésticas às empregadas, faxineiras, babás é comum nas camadas mais favorecidas, nas camadas médias e mesmo nas populares. (QUIRINO, 2011, P. 83)

Tratando do tema em questão, Silva (2008), revisando a memória acadêmica, deparou-se com o que previa: escassez de estudos, ausência de investimentos generalizados em pesquisa sobre a sua natureza da organização dessa categoria, das condições de trabalho, das doenças ocupacionais adquiridas por falta de prevenção e segurança, do piso salarial, entre outras questões referentes aos direitos trabalhistas.

Resende (2008) corrobora a afirmação acima. Segundo ela, no Brasil, as pesquisas sobre essa categoria profissional não são tão numerosas. Mesmo assim, nós encontramos, para desenvolvimento desta investigação, estudos que tratam da relação entre empregadas domésticas e escolas e outros que tratam da *condição feminina* e sua relação com a profissão.

Entre os achados, Camargo e Isidoro (1997) já sublinham que a profissão de toda brasileira sem perfil profissional definido era a de empregada doméstica. Evidenciam que essa é a única ocupação na qual as trabalhadoras não se especializam e pouco estudam. Entretanto, as próprias autoras também afirmam que, após cada crise econômica, mesmo algumas mulheres com escolarização básica acabam trabalhando no lar alheio, pois a prática, segundo elas, mostra que basta ser mulher, saber fazer arroz,

---

<sup>14</sup> Lembramos que a autora rejeita o conceito de gênero, preferindo a noção francesa de relações sociais de sexo. Entende relações sociais de sexo como um conceito que retrata uma tensão que atravessa um campo social, repousando em contradições e antagonismos nas relações sociais.

feijão e faxina para “*abandonar a própria vassoura e abraçar a dos outros*”. (CAMARGO E ISIDORO, 1997, p. 123).

De acordo com os dados da PNAD, o trabalho doméstico ocupava, em 2009, mais de 6,5 milhões de mulheres. Isso significa que, de cada 100 trabalhadoras que possuíam uma ocupação, 17 eram trabalhadoras domésticas. Observando-se as diferentes regiões do país, tem-se que a proporção de mulheres ocupadas em ofício doméstico variava de 14% na região sul a 20% no centro-oeste. Nas regiões Norte e Nordeste este valor era de quase 17% e no Sudeste, de 18%. Apesar de todas as importantes conquistas das mulheres ao longo das últimas décadas, seja no que diz respeito à elevação da escolaridade, seja no que tange à participação no mundo laboral, o emprego doméstico continua sendo a maior categoria ocupacional para as trabalhadoras do país.

Também frisam Pinheiro, Gonzalez e Fontoura (2012), em 2009 o exercício doméstico empregava cerca de 7,2 milhões de brasileiros e brasileiras. Esta ocupação se caracteriza por: a) ser tipicamente feminina: 93% de mulheres em 2009; b) tipicamente negra: do total de ocupados, 62% (ou 4,4 milhões de pessoas) eram negras; e, c) tipicamente urbana: 91% dos ocupados nesta categoria (ou 6,5 milhões) encontravam-se em áreas urbanas, sendo que 1/3 do total estava em regiões metropolitanas.

Kofes (2001) traz também diversas contribuições sobre uma tipologia do emprego doméstico no Brasil. Evidencia a estrutura mais geral de seu funcionamento, que julgamos necessário reproduzir aqui. A sua primeira contribuição configura as unidades domésticas e suas várias formas de família: a conjugal (pai, mãe, filhos); a extensa (pai, mãe, avós, tios) e, ainda, as famílias monoparentais com presença de mãe e filhos ou de pai e filhos. A segunda observação da autora refere-se ao trabalho doméstico assalariado que é exercido sob formas variadas: empregadas que não moram no local de trabalho e empregadas que residem neste, com assalariamento diário (diaristas) ou mensal. Quanto à terceira observação essa diz respeito à variedade de composições no que se refere à organização do trabalho das empregadas domésticas, como horário, tempo de trabalho, atribuição das tarefas.

Essa múltipla categorização estaria relacionada à organização diferenciada das famílias, à profissionalização da mulher e à renda familiar. Esses aspectos é que vão definir a presença, ou não, de empregadas e a quantidade delas; a quantidade maior ou menor de equipamentos domésticos; e a utilização da prestação de serviços domésticos externos (estes têm pouquíssimo peso, mas podem alterar o salário da empregada). O

mercado, a legislação trabalhista e a organização familiar combinam-se, na maioria das vezes, com maior peso deste último aspecto. Mas, indicam, também, que na unidade doméstica as tarefas estão sob a responsabilidade, fundamentalmente, das mulheres. Mesmo que tenham sido encontradas algumas tarefas desempenhadas pelos homens, em termos de frequência, seriam exercidas só *eventualmente*, chegando a diminuir quando há vínculos empregatícios com terceiros. (KOFES, 2001, p.161).

Do mesmo modo, Azeredo (2002) destaca um permanente processo de indiferenciação para se pensar a relação entre empregadores e empregadas. Tal relação constitui um complexo entrecruzamento de gênero e raça (a qual acrescentaríamos também a classe), que diferencia os sujeitos e reafirma suas identidades.

De acordo com Brites (2008), a categoria de empregadas domésticas registrava índices muito altos de informalidade. Apenas 26% das trabalhadoras possuíam, em 2008, carteira assinada, contra 58% dos demais trabalhadores; e 27,5% da categoria não chegava a receber um salário mínimo por mês. (BRITES, 2008, p. 76)

Já em 2015, de acordo com dados<sup>15</sup> divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada em 2015 teve uma tendência de maior formalização da atividade. Segundo o estudo divulgado em 2016 o percentual de mensalistas com emprego formal subiu para 42,8% em 2015.

Ainda segundo dados do DIEESE, as domésticas são predominantemente mais velhas e negras. A parcela das trabalhadoras da categoria com 40 anos ou mais subiu de 29,7% em 1992, para 70,2%, em 2015. Do total das domésticas em atividade em 2015, 55,8% eram negras e 44,2% não negras.

Partindo desses dados e com base nas contribuições de Brites (2008), concluímos que, nos lares brasileiros de classe média e alta, as relações familiares são cotidianamente permeadas pela presença de serviçais que realizam todo o trabalho doméstico, inclusive o cuidado das crianças. Recorrendo às contribuições de Donna Goldstein (2003), podemos afirmar que, manter uma empregada doméstica na sociedade brasileira sinaliza a distância da pobreza. Assim, consideramos a sua presença dentro de domicílios de classe média como uma mulher que, no convívio diário com outra mulher (a dona da casa) constrói, troca e remodela saberes domésticos num ambiente em que a

---

<sup>15</sup>Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/mulheresSINTMET.html>, acesso em 19/03/2017, às 20h49min.

cumplicidade e antagonismo andam sempre de mãos dadas e a desigualdade subentendida nessas trocas informa um exemplo típico de *reprodução estratificada*.

De acordo com a autora citada acima, na própria realização das tarefas de cuidado e manutenção das casas e das pessoas desempenhada, na esmagadora maioria das vezes, por mulheres pobres, fora da parentela dos empregadores, e nas formas de remuneração e de relacionamento que se desenvolvem entre os sujeitos nas unidades domésticas, reproduz-se um sistema altamente estratificado de gênero, classe e cor. No Brasil e em diversas outras sociedades do mundo, em diferentes épocas, a manutenção adequada desse sistema hierárquico que o serviço doméstico desvela é reforçada, em particular, pela ambiguidade afetiva entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas. Isto, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil.

Nesse sentido, vale retomar Ávila (2009). A autora afirma que as meninas pobres são socializadas para serem empregadas domésticas e as meninas de classe média e alta para serem empregadoras. Observamos entre os sujeitos da pesquisa que isso se confirma. Lúcia relata que ser empregada doméstica era uma tradição que passava de mãe para filha. Sua avó, mãe e agora ela, atuavam como empregadas domésticas. Segundo ela, quebrou essa tradição porque teve apenas um filho.

Também na leitura do trabalho de Apfelbaum (2009) entendemos que a relação entre patroas e empregadas não deixa de ser uma relação de dominação, uma vez que impõe limites, sujeição e servidão àquela que se submete. Tal relação introduz uma dissimetria estrutural. Explicando melhor, uma se apresenta como representante da totalidade e a única depositária de valores e normas sociais impostos como universais porque os da outra são explicitamente designados como particulares. Em nome da particularidade da outra, o grupo dominante (patroas) exerce controle constante, reivindica seus direitos fixando os limites dos direitos da outra (empregada doméstica).

Vale ressaltar que as relações entre trabalhadoras domésticas e seus empregadores são permeadas por várias contradições. Brites (2008) evidencia que as diferenças de organização doméstica e desigualdades econômicas experimentadas por ambas as partes acabam por gerar uma complementaridade estratificada que justifica o serviço doméstico em nossa sociedade. Acrescenta a autora que existem dinâmicas familiares próprias dos grupos populares nas quais o serviço doméstico acaba por

mostrar-se mais compatível do que outras formas de trabalho. Assim, é possível reconhecer, nas experiências de subalternidade, que essas mulheres vivenciam, tanto no espaço de trabalho como na vida familiar, formas de participação que não são previstas na maior parte da literatura sobre cidadania que trataremos mais à frente.

Brites (2008), em pesquisa cujo objetivo era problematizar a trama do relacionamento doméstico, considera critérios de gênero, idade e classe na distribuição das competências alocadas a cada personagem da cena doméstica. Focando nas famílias de classe média, destaca que é esperado da empregada doméstica o cumprimento das tarefas de limpeza, do cuidado da casa, das crianças, dos velhos e dos animais de forma discreta e afetiva. Ele ressalta que tais ações é que permitem que outros membros adultos possam se dedicar a atividades remuneradas fora do lar.

Nesse contexto, a mãe, além de trabalhar fora, toma para si os cuidados com saúde, higiene e decoração do lar, além de amparar e gerenciar os afetos. Do marido espera-se a parte principal, a da manutenção econômica da família que dará respaldo ao investimento nas carreiras estudantis e sociais dos filhos. Não se destinam trabalhos domésticos às crianças e jovens, sobretudo, do sexo masculino. Em geral, esses jovens têm seus dias quase totalmente ocupados pela escola e, sobretudo, por cursos complementares de inglês, matemática, música, dança e esportes.

Brites(2008) observa ainda que a educação dos filhos ocupa um lugar central nas preocupações dos pais. Inclusive, muitas vezes, justamente para pagar boas escolas particulares, pais e mães aceitam se afastar durante longas horas de suas famílias, tentando ganhar o suficiente para sustentar este padrão. Mas os pais da classe média, que foram entrevistados por ela, quase nunca pensavam na empregada como uma fonte de aprendizado para os seus filhos. Raramente alguém empregava uma babá com responsabilidades especializadas, voltadas para os filhos (cuidar das crianças estava incluído entre outras tarefas, como cuidar da roupa, da casa e cozinhar).

Por sua vez, Campoy (2012) chama a atenção aos principais pontos de vulnerabilidade do trabalho doméstico remunerado, que figuram também nos depoimentos dos sujeitos entrevistados como veremos mais adiante: as longas jornadas de trabalho; ambientes de trabalho e acomodações inadequadas (ou seja, sem qualquer atenção aos padrões mínimos de conforto, saúde e segurança no local de trabalho); falta de privacidade e ingerência sobre a vida pessoal dessas trabalhadoras (situação essa favorecida pelas longas jornadas de trabalho e pelo ambiente doméstico que facilitam esta situação vulnerável); exposição às mais diversas formas de abuso (mudanças

arbitrárias no contrato de trabalho, facilitadas pelo alto grau de informalidade e pelos contratos verbais) e baixos salários.

Posto isso, evidenciamos que trabalhamos nesta tese com o conceito de Ximenes (2015), que define vulnerabilidade social como o impacto resultante da configuração de estruturas e instituições econômico-sociais sobre comunidades, famílias e pessoas em distintas dimensões da vida social. Crises econômicas, debilidade dos sistemas de seguridade e de proteção social e fenômenos de precariedade e instabilidade laboral intensificam a dificuldade enfrentada por indivíduos e grupos em sua inserção nas estruturas sociais e econômicas. Ximenes (2015) aponta ainda que esse mesmo fenômeno relaciona-se com múltiplas dimensões que precisam ser tratadas em um contexto ampliado, com ênfase principalmente nos fatores de renda, caracterizando situações de pobreza, além de considerar outras questões centrais, como escolaridade, ciclo de vida familiar e o escopo das relações sociais dos indivíduos.

O autor ainda afirma que as fragilidades na escolarização, na perspectiva do entendimento ampliado e multidimensional do conceito de vulnerabilidade social, relacionam-se com as dimensões econômicas e sociais de maneira indissociável. Portanto, vulnerabilidade social relaciona-se com múltiplas dimensões que precisam ser tratadas em um contexto ampliado, com ênfase principalmente nos fatores de renda, caracterizando situações de pobreza, mas também considerando outras questões centrais, como escolaridade, ciclo de vida familiar e o escopo das relações sociais dos indivíduos.

Recorrendo a dados apresentados por Pinheiro, Gonzalez e Fontoura (2012), ainda que o emprego doméstico tenha se mantido como a principal categoria ocupacional para as mulheres, mudanças expressivas no perfil desta ocupação podem ser observadas ao longo dos anos. Dentre elas destacam-se aqui, aquelas relacionadas ao reconhecimento do vínculo empregatício existente (trabalho formal/informal) e à natureza desse vínculo (mensalistas/diaristas). A distinção entre trabalhadoras diaristas e mensalistas tem assumido cada vez mais importância no contexto nacional. Os dados mais recentes apontam que, no Brasil, de cada 100 trabalhadoras domésticas, 30 trabalhavam em mais de um domicílio e 70 trabalhavam em apenas um domicílio. Quinze anos atrás, estes valores eram de 18 e 82, respectivamente.

O crescimento das diaristas tem se revelado uma das mudanças mais importantes no perfil do trabalho doméstico em anos recentes, como apontam Pinheiro, Gonzalez e Fontoura (2012). De fato, entre 1995 e 2002, houve pouca alteração no perfil do

trabalho doméstico quando se observa o número de trabalhadoras atuando em um ou em mais de um domicílio. Praticamente toda a mudança observada no período se dá entre os anos de 2002 e 2009, indicando que esta é uma mudança típica dos anos 2000 e que tem se dado de forma sustentada. É típica, também, de regiões urbanas e com economias mais desenvolvidas, alcançando 33% das trabalhadoras das regiões metropolitanas, 35% daquelas no Sul e 31,5% do Sudeste. Por outro lado, emprega inferiores 20% das trabalhadoras nas áreas rurais e 23% das do Norte e Nordeste.

Um dos maiores desafios que este novo cenário sinaliza refere-se à questão da formalização. Apenas cerca de um quarto das trabalhadoras domésticas possuía carteira de trabalho assinada em 2009. Nas regiões metropolitanas, a taxa de formalização é um pouco maior, alcançando um terço do total de trabalhadoras domésticas – proporção similar à encontrada para as trabalhadoras das regiões Sul e Sudeste. É no Norte e no Nordeste, bem como nas zonas rurais, que a categoria encontra mais dificuldades para ter seus vínculos empregatícios formalizados. De cada 100 trabalhadoras do Norte, apenas 12 possuíam carteira, valor que não passa de 14 no Nordeste e 19 no meio rural, como apontam Pinheiro, Gonzalez e Fontoura (2012).

Destaque-se que, entre os anos de 1995 e 2009 houve um crescimento significativo na proporção de trabalhadoras que contavam com carteira de trabalho assinada. No início da série, de cada 100 trabalhadoras, cerca de 18 possuíam carteira assinada. Este número subiu para 26 no ano de 2009. Vale mencionar que este crescimento foi muito mais intenso no período 1995-2002 – quando houve um incremento de cerca de 7 pontos percentuais – do que no período 2002-2009, quando esse aumento foi de apenas 1,6 ponto.

Este novo modelo de inserção ocupacional das trabalhadoras domésticas, de acordo com Pinheiro, Gonzalez e Fontoura (2012), a partir da prestação de serviços em mais de um domicílio, parece trazer, ao mesmo tempo, vantagens e desvantagens. Por um lado, o trabalho prestado em mais de um domicílio permite às trabalhadoras auferirem maiores rendimentos, assim como potencialmente, estabelecerem relações de trabalho mais profissionais com seus empregadores. Por outro lado, porém, vem acompanhado de uma precarização nos vínculos de trabalho e de uma maior desproteção social quanto aos riscos temporários ou permanentes de menor capacidade laboral ao longo da vida. Esta também pode ser uma alternativa de inserção no mercado definida não a partir da opção da trabalhadora, mas como uma estratégia adotada pelos

empregadores/as para não assinarem a carteira de trabalho e formalizarem os vínculos empregatícios.

### **2.5.1. Mulheres negras e o emprego doméstico**

Entre todas as formas de opressão, de acordo com Toledo (2008), exercidas contra a mulher na sociedade capitalista, a de gênero tem um caráter distinto das demais porque atinge mais da metade de toda a espécie humana (52% da população mundial era feminina). Apesar de sê-lo em graus e intensidades diferentes, a opressão de gênero atinge burguesas e trabalhadoras, e, no caso destas últimas, combina-se com a exploração, agravando ambas, ressalta. E, na classe trabalhadora, é a mulher negra que concentra o mais alto grau de opressão: por ser negra, mulher e trabalhadora. E é com base nessa afirmação que desenvolvemos este tópico.

A distribuição ocupacional entre brancos e negros no mercado de trabalho de acordo IPEA<sup>16</sup> traz os setores com piores condições de remuneração, de estabilidade, de proteção e com a maior participação de negros, como se vê: na agricultura (60,3% dos ocupados são negros), na construção civil (57,9%) e nos serviços domésticos, foco dessa tese, 59,1%.

Já a população branca se concentra em setores com maior remuneração e melhor estabilidade, como por exemplo: a indústria de transformação (56,5% dos ocupados são brancos), o comércio e os serviços não-financeiros (54,5%), os serviços financeiros (62,5%), a administração pública, os serviços sociais e de utilidade pública (57,2%).

A população negra está representada nas posições mais precárias da estrutura laboral: trabalhadores não remunerados (55,0% deles são negros), assalariados sem carteira (55,4%) e trabalhadores domésticos (59,1%). Posto isso, a população branca tem maior representação nas posições mais estruturadas: assalariados com carteira assinada (57,2% deles são brancos) e empregadores (71,7%).

Assim, com base nos dados do IPEA, vemos a assimetria de poder expressa no acesso aos postos de trabalho, ficando os negros com as ocupações de menor remuneração.

Segundo Benedito (2008), nas regiões Norte e Nordeste as mulheres negras, além de estarem submetidas a todos os mecanismos discriminatórios, estão expostas à

---

<sup>16</sup> Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/002/pdf/08\\_05\\_13\\_120anosAbolicaoVcoletiva.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/002/pdf/08_05_13_120anosAbolicaoVcoletiva.pdf). (Acesso em 14/08/2016, às 19:16hs)

exploração sexual desde a mais tenra idade. As demais regiões do país persistem em oferecer às negras somente o subemprego, tais como os serviços domésticos, pelos quais recebem baixos salários. Os direitos trabalhistas não são respeitados, mantendo as trabalhadoras negras em condição de desigualdade.

Desta forma, para Benedito (2008), apesar do número de vagas de trabalho para mulheres ter crescido consideravelmente na última década no mercado de trabalho brasileiro, isso não significou necessariamente novos padrões de inserção das mulheres negras.

A propósito, o relatório *A participação das mulheres negras nos espaços de poder*, publicado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, (BRASIL, 2011), afirma que a parcela da população afastada dos espaços de poder tem cor, sexo e classe definidos. Haja vista que a maioria dos ocupantes de cargos no Executivo e no Legislativo é constituída por homens, brancos, heterossexuais e proprietários de diversos bens, o que evidencia a herança colonialista ainda longe de ser superada.

Isso contribui, segundo o relatório supracitado, para que as mulheres sejam tradicionalmente encarregadas das tarefas domésticas e do cuidado com as(os) filhas(os), acarretando o acúmulo de duas jornadas de trabalho (trabalho remunerado e trabalho doméstico/familiar), o que torna mais difícil seu envolvimento com atividades partidárias. Em geral, as poucas mulheres que buscam atuar na política tendem a acumular menos encargos domésticos, por conta de seu estado civil ou posição social e, sobretudo, por contarem com a assistência de outra mulher (trabalhadora doméstica, babá, cuidadora), geralmente negra, para administrar o trabalho do lar e o cuidado da família. (BRASIL, 2011, p. 12)

Esse mesmo relatório destaca, ainda, que as mulheres negras compõem o grupo com piores condições de vida, uma vez que incidem sobre elas dois diferentes eixos de opressão: sexo e cor, gerando estereótipos e condições sociais idiossincráticas.

Durante o período da pós-escravatura, de acordo com Davis (2013)<sup>17</sup>, a maior parte das mulheres negras trabalhadoras que não estava na lida dos campos foi forçada a torna -se criada doméstica. Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, amas, criadas de quarto e todas as propostas domésticas. As mulheres brancas que

---

<sup>17</sup> 1ª publicação na Grã Bretanha pela The Women's Press, Ltda, em 1982.

trabalhavam como domésticas eram geralmente imigrantes europeias que, como as escravas, eram forçadas a aceitar qualquer trabalho que encontrassem.

Os salários recebidos pelas mulheres brancas domésticas eram sempre fixados pelo critério racista usado para calcular os salários das criadas negras, como aponta Davis (2013). As mulheres imigrantes ganhavam mais. Em termos salariais, elas estavam mais próximas das mulheres negras do que de homens brancos que trabalhavam para viver. De acordo com autora, se as mulheres brancas aceitavam o trabalho doméstico, apenas se não encontrassem nada melhor, as mulheres negras ficaram aprisionadas nessa ocupação até a II Guerra Mundial.

Nessa direção, ressaltamos, com base em dados da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (2009), que o emprego doméstico no Brasil se consolida com a Revolução Industrial, no início do século XX. Como citado por outros autores, originou-se dos trabalhos desenvolvidos na casa grande pelas mucamas, amas de leite, ama-seca, entre outras denominações usadas pelos colonizadores escravistas às cuidadoras da casa grande.

De acordo com dados da Articulação anteriormente citada, datam, também, desse período as diferentes formas de organização, de resistência e de luta das mulheres negras para garantia do sustento familiar e da preservação da cultura de matriz africana. Desse modo, analisando as raízes históricas do trabalho doméstico, verificamos que as meninas negras, em decorrência da pobreza familiar e das comunidades onde residem, são introduzidas ao trabalho doméstico familiar nos primeiros anos de vida. Como já evidenciamos anteriormente, essa situação é naturalizada como prática cotidiana das famílias em situação de pobreza. Assim, a passagem para o trabalho doméstico remunerado, em muitos casos somente em troca de casa e comida, torna-se um desdobramento tomado como natural na vida para mulheres negras em situação de vulnerabilidade social.

Ainda de acordo com a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (2009), o estudo do serviço doméstico é, portanto, indispensável para compreendermos a situação de milhões de mulheres negras no Brasil. Por apresentar características muito específicas em termos socioeconômicos, o trabalho doméstico é o principal meio de sustento e de manutenção de muitas famílias, principalmente as chefiadas por mulheres. Ele ilustra a subordinação que ainda recai sobre as mulheres negras, pois não apenas define um lugar na estrutura ocupacional, mas também marca uma diferença – ou

desigualdade – pela relação que se estabelece no trabalho em virtude das diferenças de raça/cor, de classe social, de escolarização e de origem regional.

Segundo Kofes (2001), a palavra escravidão é constante no discurso das empregadas domésticas, seja se referindo à explicação de sua própria existência como empregada doméstica em um sentido histórico propriamente dito (antes era escrava, agora é empregada doméstica); ou se referindo à situação presente, expressando a ausência de tempo e espaço livres, e de liberdade, causado, principalmente, pela alta carga de trabalho (“trabalho de escravo”). Nesse último sentido, a alusão à escravidão também é encontrada no discurso das patroas para se referir ao trabalho doméstico.

A população negra ainda enfrenta uma série de preconceitos quanto às ocupações por ela exercida, por serem, em geral, as menos qualificadas e menos reconhecidas socialmente. Como afirma Kofes (2001), ainda é comum, no Brasil, o uso de expressões que relacionam “*serviços menos qualificados*” e “*serviços malfeitos*” como sendo “*serviços de negros*”. Somado a isso, ainda é muito comum a associação entre empregada doméstica e negra; e “ser da cozinha”, com negritude e escravidão, apesar de já haver se passado mais de um século desde a Abolição da Escravatura no Brasil.

Além das desigualdades socioeconômicas, a opressão de gênero e raça produz também a violência simbólica. De acordo com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, as mulheres negras são consideradas feias, sujas, preguiçosas, hipersexualizadas, burras, resistentes à dor e ao cansaço físico. Essa definição social degradante torna a figura da mulher negra pouco atraente para os partidos políticos, uma vez que a vitória nas eleições depende, entre outros fatores, da capacidade de cativar eleitora(es). Assim, elas estão no último degrau da escala de valor social na qual, no topo estão os homens brancos. Estes se beneficiam de representações positivas como competência, inteligência, racionalidade e capacidade. (BRASIL, 2011, p. 16)

As condições de vida da maioria dessa população e a violência simbólica que as acomete não impedem sua atuação em movimentos sociais, associações de bairro e religiosas ou campanhas eleitorais. Entretanto, as desigualdades de gênero e raça também influenciam as dinâmicas no interior desses grupos, cujas atividades atribuídas são consideradas menos importantes e não são remuneradas. Por exemplo: podemos citar as atividades relacionadas ao cuidado, as que exigem menos qualificação técnica e elaboração mental, e as que não exigem dedicação em tempo integral. Tais atividades

permitem que elas continuem desempenhando as funções de cuidado junto da família. (BRASIL, 2011, p. 17)

Quanto às condições de vida da população negra no Brasil, segundo o texto da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (2009) estas eram significativamente piores se comparadas às da população branca, em qualquer que seja a variável e em todas as áreas sociais observadas. O estudo mostrou os seguintes dados: o percentual da população negra abaixo da linha da indigência é quase três vezes maior que o da população branca; a população negra representa 68% dos pobres e 71% dos indigentes do país; o percentual de analfabetismo entre os negros é de 13,6% contra 6,2% da população branca; em média um trabalhador negro ganha pouco mais da metade do que ganha um trabalhador branco.

As desigualdades raciais e de gênero no Brasil apontadas, em resumo, são persistentes e expressivas ao longo dos anos, e a dimensão dessas desigualdades não pode ser explicitada unicamente pela condição socioeconômica. Parte significativa dessas desigualdades decorre da existência de mecanismos discriminatórios associados à raça/cor e ao gênero.

Diante das contribuições apresentadas e com base no estudo de Neves (2009), afirmamos que as discriminações de gênero e raça, entre outros fatores, funcionam ideologicamente estruturando os padrões de desigualdade e exclusão social. Criam a ilusão de contingência, o que se reflete no mercado de trabalho, no qual as mulheres, especialmente as mulheres negras, vivenciam as situações mais desfavoráveis. Segundo os dados da PNAD de 2011, apresentados pela autora, o emprego doméstico em Belo Horizonte, representava 24,7% do total da ocupação das mulheres negras e 12,3% do total da ocupação das mulheres não negras. Ou seja, o dobro na comparação entre elas.

Ainda de acordo com dados da PNAD de 2011, existiam naquele ano 6,6 milhões de pessoas trabalhando em serviços domésticos no Brasil, e destas, 92,6% eram mulheres. O trabalho doméstico correspondia, em Belo Horizonte, a 16,8% da ocupação feminina. Os 84% restante encontravam-se, principalmente em profissões como, por exemplo: enfermeiras, professoras, médicas, recepcionistas, dentre outras.

Complementando os dados da PNAD de 2011, conforme afirmação de Girard-Nunes e Silva (2013) houve, mesmo antes da promulgação da PEC das Domésticas, progressiva melhoria das condições de trabalho e situação de proteção social das empregadas domésticas. No entanto, quando comparado com outras profissões,

podemos perceber que o índice de formalização entre as trabalhadoras domésticas é ainda muito baixo.

Também conforme os dados da PNAD (2011)<sup>18</sup>, enquanto a proporção média nacional de trabalhadores empregados com carteira de trabalho assinada foi de 59,8%, entre as empregadas domésticas esse índice foi de 24,5%. A explicação desse resultado, na visão de Girard-Nunes e Silva (2013), é que, na hora de assinar o contrato, há uma aceitação da injustiça social. Acreditamos, porém, com base nos depoimentos coletados nesta pesquisa, que não se trata de aceitação, mas sim de desconhecimento de direitos.

Posto isso, também Santana (2003) ressaltou que o trabalho doméstico reforça a teia mantenedora do espaço privado reservado à figura feminina, reproduzindo relações de gêneros. De mesmo modo, Silva (2008) acrescenta que o trabalho doméstico é fundamental para compreendermos a situação das mulheres negras no Brasil, pois a categoria sócio-ocupacional maciçamente feminina e majoritariamente negra apresenta características muito específicas em termos socioeconômicos. Essas mulheres não só contribuem para o sustento e a manutenção de muitas famílias, mas, na maioria das vezes, elas são as únicas provedoras do lar. “Esse tipo de relação de trabalho ilustra a desvantagem, a marginalização e a exclusão dessas mulheres, pois define um lugar na estrutura ocupacional marcado por desigualdades em virtude das diferenças étnico-raciais, de classe social e de origem regional”. (SILVA, 2008, p. 121).

Informa-nos, também, essa autora que, à época, a maior parte das trabalhadoras domésticas era constituída por mensalistas com carteira e/ou sem carteira de trabalho assinada, havendo diferenças entre negras e brancas. Com relação às empregadas domésticas mensalistas, segundo a autora, a proporção é menor entre as negras do que entre as brancas. As empregadas mensalistas com carteira de trabalho assinada são as que, em tese, se encontram na melhor situação comparativamente às outras trabalhadoras domésticas, em razão do reconhecimento formal de seu vínculo de trabalho. A autora mostra que, no ano de 2004, enquanto entre as trabalhadoras domésticas brancas, 28,6% possuíam carteira de trabalho assinada, apenas 22% entre as negras possuíam.

Quanto à educação formal, Silva (2008) referindo-se aos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mostra que a escolaridade da maioria das trabalhadoras domésticas estava concentrada no Ensino Fundamental incompleto. O que

---

<sup>18</sup>Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011>, acesso em 07/12/2015, às 23h49mi n.

significa menos de oito anos de estudo. Mesmo assim, as trabalhadoras domésticas brancas apresentam um nível ligeiramente superior ao das mulheres negras. Além disso, as informações sobre o rendimento das empregadas domésticas indicam que as mulheres negras continuam ganhando menos do que as mulheres brancas.

Diante de todo exposto acima, citamos ainda Almeida Neto (2014), que afirma que para ele, parece claro que a atividade de empregado(a) doméstico(a) foi há bastante tempo “*definida*” em três categorias principais: sexo, classe social e cor. Antes na figura dos escravos e, principalmente, mulheres; hoje, mulheres de classes sociais inferiores e, principalmente, negras.

### **2.5.2. Mulheres empregadas domésticas e os seus direitos**

De modo geral, educandos e educandas da EJA atuam em funções que requerem pouca qualificação profissional e não exigem níveis mais elevados de escolaridade tais como: pedreiros; frentistas; babás, empregadas domésticas; cozinheiros; porteiros; cuidadores de idosos, entre outros. Tenho observado em minha prática docente dos últimos anos que, tais funções configuram trabalhos exaustivos cuja carga horária é intensa.

No quadro abaixo, a partir das contribuições de Avelino (2015), podemos verificar a relação dos cargos classificados como trabalho doméstico.

### QUADRO 1: CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DAS OCUPAÇÕES

CARGO OU FUNÇÃO	CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO)
Acompanhante de Idosos	5162-10
Arrumadeira	5121-10
Assistente Doméstico	2516-05
Assistente Pessoal	5402-05
Babá	5162-05
Caseiro	5121-05
Cozinheira	5132-10
Cuidador de Criança	5162-10
Dama de Companhia	5162-10
Empregada Doméstica	5121-05
Enfermeira	2235-05
Faxineira	5121-15
Garçon	5134-05
Governanta	5131-05
Jardineiro	6220-10
Lavadeira	5163-05
Mordomo	5131-05
Motorista	7823-05
Passadeira	5163-25
Vigia	5174-20

Fonte: Avelino (2015)

No caso das empregadas domésticas, concordando com as informações anteriormente apresentadas, Kofes (2001) assinalou que a história desta classe remonta à abolição da escravatura no Brasil. A empregada doméstica teria substituído a escrava. Mas, para a autora, a referência à escravidão é metafórica. O que distingue a empregada do escravo é, fundamentalmente, o assalariamento; as horas de trabalho reguladas e o poder ir e vir para o trabalho. Contudo, a situação das escravas se aproxima da das empregadas que dormem no emprego – ausência de tempo livre e o fato de morarem com os patrões no local de trabalho (mesmo sendo assalariadas), pois essas empregadas tendem a ser cativas e mais escravizadas. Lembra, ainda, a mesma autora que o ingresso nessa profissão se dá desde muito cedo, em alguns casos, a partir dos oito anos de idade – o que também caracteriza a escravidão. Também assemelha à situação de escravidão, a da empregada que *vai passando de pais para filhos*, como será retratado na história de Irene (item 3.1 desta tese). Ela foi empregada dos pais de sua atual patroa, nos remetendo assim, mais uma vez à escravidão.

Nessa perspectiva, Ávila (2013) mostra que, apesar de atualmente, apenas 2,7% das trabalhadoras domésticas residirem no emprego, esta realidade semelhante à de

escravidão não se encontra de todo superada, porque estamos falando de 180.000 mulheres, o que não é um número desprezível dentro da população brasileira. No caso da pesquisa que fundamenta a presente tese, são quatro mulheres e um homem. Seus depoimentos corroboram a afirmativa apresentada abaixo:

Quando elas vivem ali, é muito mais grave, porque não só se monopoliza o tempo de trabalho e o tempo pessoal; elas não possuem um lugar próprio, não possuem um tempo próprio, porque estão totalmente no espaço do outro. Em minha investigação trabalhei com o conceito de vida cotidiana, e só se pode dizer que a trabalhadora tem uma privacidade quando possui a sua própria casa. Porque quando reside na casa dos patrões, sua privacidade é moldada e definida pelos outros, algo que é diferente a ela. É uma alienação de seu próprio tempo, de sua própria vida cotidiana. (ÁVILA, 2013, p. 232, tradução da pesquisadora.)

Como argumenta Kofes (2001), na década de 1970, a maior reivindicação das associações de empregadas domésticas era a inclusão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o reconhecimento do serviço doméstico como trabalho, atendendo a todos os direitos trabalhistas assegurados às demais profissões.

Com efeito, os direitos requeridos pelas associações de empregadas domésticas, partindo de uma condição de escrava como contraponto, tinham, como horizonte, uma *trabalhadora livre*, no sentido lato do termo. Reivindicavam oito horas de trabalho; tarefas precisas, bem delimitadas e previamente definidas; seguridade social; remuneração de férias e dias de feriado; carteira profissional assinada; indenização por tempo de serviço e retorno à própria casa após oito horas de trabalho. (KOFES, 2001, p. 179) Essas reivindicações, no entanto, só foram contempladas 40 anos após, com a promulgação da PEC das Domésticas em 2013.

Em 1971, segundo a referida autora, já se discutiam os avanços nos direitos trabalhistas para a classe. À época foi organizada a Semana das Empregadas Domésticas por um grupo de religiosas ligadas à obra de Nossa Senhora do Brasil e de assistentes sociais ligadas à Secretaria de Serviço Social. Nesse evento foi apresentado um projeto que estendia às domésticas os benefícios da previdência social.

O grupo religioso concluiu que dever-se-ia aumentar o entrosamento entre patroa e empregada. As assistentes sociais acreditavam que era necessária a instalação de creches para os filhos das empregadas. A Associação de Empregadas Domésticas, por sua vez, defendia a necessidade da classe tomar consciência de seu valor como pessoa humana e como trabalhadora reivindicando também, a regulamentação da profissão; o direito ao estudo e à saúde.

Também alguns jornais apoiaram a criação de uma lei que regulamentasse os direitos e deveres de patroas e empregadas, pois acreditavam que a inserção da doméstica na legislação seria um marco definitivo no avanço social do Brasil e na modernização das relações à medida que estaria contribuindo para o fim da criadagem. (KOFES, 2001, p. 290).

Entretanto, muitas patroas se posicionaram contra a garantia dos direitos básicos às empregadas domésticas. Sobre isso ressalta uma das patroas entrevistadas pela mencionada autora:

E a comida, e a cama, roupa lavada etc etc., no caso da empregada que come e dorme no emprego [...] A empregada come do que come a família etc. E quanto vale a comida, um quarto mobiliado, a energia elétrica, a água, o sabão, a pasta de dentes, sim, tudo isso, porque de tudo isso usufrui a empregada que come e dorme no emprego. (KOFES, 2001, p. 292)

Mas, de acordo com a referida autora, mesmo com a falta de apoio de muitos empregadores, ainda em 1971, foi aprovada a Lei nº 7.839 que regulamentou o trabalho doméstico, prevendo alguns direitos trabalhistas básicos como: férias e benefícios previdenciários. No entanto, os direitos alcançados ainda eram muito inferiores aos garantidos às/aos demais trabalhadoras(es), pois nenhuma legislação determinava o pagamento do salário mínimo. A Constituição Federal de 1988 estendeu os seguintes direitos às/aos trabalhadoras/es domésticas/os: salário mínimo; irredutibilidade de salários; décimo terceiro salário; repouso semanal remunerado; gozo de férias anuais remuneradas acrescidas de um terço do salário; licença gestante; licença paternidade e aviso prévio.

Apenas em 2001, a Lei nº 10.208 previu, de forma facultativa a/ao empregador(a) doméstico(a) a possibilidade do recolhimento, em favor da/o empregada/o doméstica/o, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Também foi previsto, caso fossem realizados os depósitos no fundo, o direito ao seguro-desemprego. (CARELLI, 2013, p.1). É importante mencionar que as empregadas domésticas eram excluídas, até a promulgação da Lei 7.839, de 12 de outubro de 1989<sup>19</sup>, da proteção legal da jornada diária de trabalho estabelecida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Valino (2005) argumenta que, a despeito da legislação, babás e/ou cuidadoras de idosos que moram no local de emprego enfrentam uma situação extremamente delicada e injusta quanto à jornada de trabalho, pois esta tende a se estender por muitas horas a mais. Nesse sentido, muitas vezes, como mostra Santana

---

<sup>19</sup> A Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

(2003), estudo e trabalho tornam-se inconciliáveis em função da necessidade da doméstica estar sempre à disposição da família. Assim, acaba por abandonar seus estudos optando pelo trabalho por ser o meio que garante renda para o sustento próprio e da família.

Carvalho (2008), integrante do Sindicato das Empregadas Domésticas de Recife mostra que, antes de 1988, elas sequer eram reconhecidas como categoria, se organizando apenas em associações pelo fato da instituição de sindicatos ser permitida apenas a categorias de trabalhadores(as) regulamentados – o que excluía as domésticas.

E como sabemos, para a reivindicação de seus direitos, a organização sindical é fundamental. Entretanto, como assinala Oliveira (2008), no caso das domésticas, trata-se de uma categoria dispersa, pois cada trabalhadora está em uma residência/ em um apartamento ou em uma casa o que dificulta a mobilização do grupo em função da restrição de acesso ao espaço privado de outras pessoas.

A organização política das empregadas domésticas é também discutida por Ávila (2016). Segundo a autora, a categoria se defronta com muitas dificuldades de mobilização que decorrem da escassez de tempo livre de trabalho – um dos problemas que afeta de maneira significativa a estruturação sindical. Há tensão em relação ao tempo do trabalho e aos momentos de folga, de lazer e de descanso, pois é nos momentos que sobram dos períodos do tempo de trabalho remunerado e não remunerado – geralmente à noite e nos fins de semana, que a participação política se mostra possível. O sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Cidade de Recife, realiza a Assembléia Geral de Sócias, todo segundo domingo de cada mês, assim como as reuniões de diretoria que também aos domingos. Essa dinâmica constitui uma forma de assegurar a possibilidade de participação na organização coletiva da categoria como lembra a autora.

Como argumenta Oliveira (2008), outra dificuldade para organizar as trabalhadoras domésticas e sindicalizá-las diz respeito à atuação de patroas e patrões, que, de um modo geral, afirmam que o sindicato vai tomar o dinheiro das domésticas. As/os patroas/patrões repassam informações manipuladas conforme seus interesses, fazendo com que a trabalhadora doméstica desista de ir ao sindicato. Sobre isso, citamos o exemplo da entrevistada Irene Soares. De acordo com ela, a sua patroa lhe deu a oportunidade escolher entre ter ou não a sua carteira de trabalho assinada. Porém, disse a ela que se escolhesse ser registrada, perderia sua liberdade e quando quisesse ir embora, estaria “presa”. Sem a carteira assinada, poderia ir embora quando quisesse.

Diante disso, a empregada que queria ser livre e ir embora quando concluiu o 1º segmento do Ensino Fundamental, optou pela não assinatura de sua carteira de trabalho.

Para Oliveira (2008), soma-se a isso, a falta de consciência por parte destes sujeitos quanto à importância de se organizarem politicamente por meio de sindicatos. As trabalhadoras domésticas só buscam a entidade, na maioria das vezes, quando dispensadas do trabalho.

Para Ávila (2016), a falta de recursos materiais, a baixa escolaridade e os preconceitos também pesam sobre as dificuldades de organização das trabalhadoras. Entretanto, a participação traz um sentido novo para a vida cotidiana e tem um impacto direto na construção da autoestima das empregadas domésticas ao trazer para elas, o conhecimento dos direitos e a consciência crítica sobre o valor social do trabalho que realizam. Segundo a autora, a participação política na organização coletiva da categoria tem, ainda, um sentido afetivo de pertencimento a um coletivo de iguais.

Vale lembrar que o sindicato, por vários motivos, desempenha um importante papel na vida dos/as trabalhadores/as domésticos/as. Como relata Carvalho (2008), em caso de demissões, mesmo entre as domésticas não sindicalizadas, os cálculos do valor da rescisão de contrato podem ser feitos pelo próprio sindicato. Para isso, a doméstica deve fornecer as informações corretas: período trabalhado; salário que recebia mensalmente e, depois, levar para o (a) empregador (a) efetuar o pagamento. Caso ele ou ela discorde, este/a deve comparecer ao sindicato com a empregada ou enviar um representante. Dentre as 1.909 demissões ocorridas no 1º semestre de 2007 em Recife, 582 optaram por fazer esses cálculos via Sindicato. Os dados demonstravam que na região, havia somente 258 empregadas com registro na carteira sendo que, entre esta, apenas 184 contribuía para o INSS. A pergunta que a autora se faz é a seguinte: se 258 possuíam carteira assinada, como apenas 184 contribuía? A questão é que os patrões assinam a carteira, mas não faz o cadastramento da empregada no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Desta forma, a doméstica não faz jus à condição de Segurada. Esta situação é extremamente grave, posto que, ao possuir a carteira assinada, a doméstica pensa que está assegurada e, em caso de adoecimento ou licença maternidade não recebe o benefício porque o INSS não se encontra quitado.

Mas, este cenário, atualmente, está modificando, através da Proposta de Emenda à Constituição – a chamada PEC das domésticas aprovada em segundo turno pelo Senado Federal em 26 de março de 2013 e promulgada em 2 de abril do mesmo ano.

De acordo com Avelino (2015), a Emenda Constitucional 77/2013 que ficou popularmente conhecida como “*PEC das Domésticas*”, teve como objeto central, alterar o parágrafo único do Art. 7º da Constituição Federal com o objetivo de estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.

Para o autor, essa alteração se fazia necessária já que, de acordo com dados da PNAD 2012, 70% dos empregados domésticos eram informais, ou seja, não possuíam carteira assinada. Mesmo os empregados que possuíam vínculo formal de emprego, ainda estavam distantes de direitos garantidos aos demais trabalhadores de diferentes categorias profissionais, tais como o FGTS; a multa de 40% sobre o saldo acumulado no FGTS para casos de demissão sem justa causa por parte do empregador; o seguro desemprego; seguro acidente de trabalho e o salário família.

Antes dessa Emenda Constitucional, conforme Resende, Galvão e Batista (2010), os índices de formalização do emprego doméstico no Brasil eram baixos como demonstram os dados do IBGE de 2006. De acordo com o Instituto, apenas 34,4% das domésticas nas metrópoles pesquisadas possuíam carteira de trabalho assinada. Essa porcentagem era um pouco superior em Belo Horizonte (44,6%). Esses dados mostram a situação desfavorável do trabalho doméstico que não assegura uma série de direitos em função da falta de assinatura da carteira de trabalho.

De acordo com o IBGE<sup>20</sup>, em 2015, dois anos após a promulgação da PEC, eram 6.001.258 trabalhadores domésticos no Brasil. Desses, apenas 1.917.267 tinham registro em carteira e os demais 4.083.991 encontravam-se sem registro. Em maio de 2016, segundo o Instituto, o número de trabalhadores domésticos aumentou para 6.294.505. Desses, 2.169.529 possuíam carteira de trabalho assinada – um aumento pequeno em relação ao ano de 2015 se considerando que 4.050.975 continuavam sem registro. De acordo com a PNAD, os empregos com carteira assinada entre os trabalhadores domésticos subiram de 31,5% em 2014 para 32,5% em 2015 registrando-se, portanto, um pequeno aumento no índice de trabalhadoras com a carteira assinada.

A PEC das domésticas buscou beneficiar todos/todas os/as trabalhadores/as domésticos/as como: babás, cozinheiras, jardineiros, caseiros e arrumadeiras. Entretanto, as regras que dão mais benefícios aos/as trabalhadores/as domésticas

---

<sup>20</sup> Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Evolucao\\_emprego\\_carteira\\_trabalho\\_assinada.](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Evolucao_emprego_carteira_trabalho_assinada.), acesso em 18/07/2016, às 21h16mi n.

regulamentados não abrangem os prestadores de serviços esporádicos – os chamados diaristas.

Ainda no que se refere à categoria trabalhador doméstico, de acordo com o advogado Oscar Alves de Azevedo, em reportagem do Jornal Franquia (2013)<sup>21</sup>, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e vice-presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado de São Paulo, "*as diaristas, assim consideradas aquelas que fazem limpeza algumas vezes na semana, mas sem horários específicos ou salários fixos, são consideradas trabalhadoras autônomas, por isso elas não têm os mesmos direitos de um empregado com vínculo*".

Vale descrever aqui, com o auxílio de Avelino (2015) e de sua *Cartilha PEC das Domésticas: direitos e deveres de patrões e empregados*, quais os direitos os trabalhadores domésticos já possuíam desde 1972 e quais foram aqueles regulamentados através da promulgação da PEC das Domésticas, além de evidenciar o que pode legalmente ser descontado do trabalhador.

### **Os direitos já existentes desde 1972**

Desde 11 de novembro de 1972 com a Lei 5.859, e, posteriormente com outras leis, os empregados domésticos já tinham e continuam tendo os seguintes direitos:

- Receber o pagamento mensal até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalho;
- Ter a garantia de salário mensal em caso de afastamentos por doença ou maternidade;
- Ter a garantia de Férias de 30 dias mais o abono de 1/3 de férias para cada ano trabalhado;
- Ter direito ao 13º salário pago em duas parcelas – a primeira em novembro e a segunda em dezembro;
- Ter estabilidade no emprego até o quinto mês após o parto;
- Ter a possibilidade de depósito pelo patrão no FGTS. O depósito não era obrigatório, mas caso fosse feito, o/a empregado/a teria direito à multa rescisória de 40% sobre o saldo do FGTS em caso de demissão sem justa causa.

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.jornalfranquia.com.br/?pg=desc-noticias&id=2649> (Acesso em 01/07/2013, às 21:15hs)

- Receber o Seguro-desemprego (um salário mínimo) por três meses, caso o patrão tenha depositado o FGTS, por no mínimo de 15 meses, desde a admissão até a data de demissão sem justa causa;

- Direito a descanso aos domingos e feriados, ou, pelo menos um dia na semana;
- Aposentadoria por tempo de trabalho, idade ou por invalidez;
- Aviso prévio de 30 dias, em caso de demissão sem justa causa;
- Licença Paternidade de 5 (cinco) dias, quando a mulher tiver um filho – válida para o homem;

- Licença Maternidade, por no mínimo 120 dias, sem prejuízo do salário;
- Vale-Transporte, quando a empregada utilizar condução para ir e vir do trabalho;

- Recebimento de pensão ou equivalente paga pela Previdência Social pelos filhos menores de idade, no caso de morte do/a empregado/a doméstico/a.

### **O que já está em vigor desde 2013**

A PEC foi promulgada em abril de 2013 e a partir daí, os direitos abaixo entram em vigor:

- Recebimento de um salário mínimo ao mês, ou, piso regional para os estados que o possuem;

- Jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais;
- Hora extra;
- Direito a trabalhar em local onde sejam observadas todas as normas de higiene, saúde e segurança;

- Respeito às regras e acordos de convenções coletivas pelo empregador;
- Proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil;

- Proibição de discriminação em relação ao portador de deficiência;

### **Direitos que foram regulamentados em 2015**

- Adicional noturno;
- Adicional de viagem;
- Controle obrigatório de ponto do empregado;
- Utilização do banco de horas;
- Redução da alíquota do INSS do empregador de 12% para 8%;

- FGTS;
- Seguro Acidente de Trabalho;
- Antecipação da Multa de 40% do FGTS;
- Seguro Desemprego;
- Salário Família;

**O que ainda não foi regulamentado:**

- Auxílio creche para filhos até cinco anos de idade.

**O que pode ser descontado da empregada doméstica na folha de pagamento:**

- Vale-Transporte, até 6% do salário-base;
- Atrasos e faltas ao serviço não justificadas e, o domingo de descanso da semana quando existir faltas não abonadas na semana;
- Contribuição Previdenciária, de acordo com a tabela do INSS vigente no período do desconto. O percentual varia de 8% a 11% de acordo com a remuneração (salário + Horas extras – faltas, etc.) recebida no mês;
- Pensão alimentícia, no caso do empregado separado, desde que exista uma sentença que determine o pagamento da pensão;
- Aluguel, quando o imóvel não é o local de trabalho;
- Telefonemas interurbanos.

Não podemos deixar de afirmar que, se essas medidas forem colocadas em prática, poderão contribuir para uma melhoria nas condições de vida e de trabalho dos/desempregados/as. Como Alves (2006) já havia sinalizado, o trabalho executado pelas mulheres não pode configurar qualquer trabalho, mas deve ser entendido como ocupação produtiva, adequadamente remunerada, exercida sob os princípios de liberdade e segurança, garantindo dignidade às mulheres.

De acordo com a reportagem publicada no Jornal da Franquia (online)<sup>22</sup>, em 27 de março de 2013, as novas regras não representariam grande impacto para os patrões que já pagam os direitos trabalhistas das domésticas. Entretanto, o jornal apresenta uma

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.jornalfranquia.com.br/?pg=desc-noticias&id=2649> (Acesso em 01/07/2013, às 21:15h)

estimativa de 800 mil demissões de empregadas domésticas com carteira assinada (quase 80% do total de trabalhadores do setor).

Frente a esse cenário, não podemos deixar de evidenciar o exposto por Ávila (2008), que afirma ser impressionante, no Brasil, a forma como as pessoas falam de suas empregadas: “– *Não está dando mais certo, a minha empregada está cheia de direitos*”. Isso, para a autora, revela a cultura política brasileira, cujos direitos confrontam os privilégios. A classe média e a burguesia brasileira não querem direitos, querem privilégios e os direitos dos outros afrontam a cultura dos privilégios.

Sendo assim, Ávila (2008) acredita que, a afirmação “*faz parte da família*”, na maioria das vezes, objetiva mascarar as formas de exploração das empregadas domésticas. Enviesá-se, portanto, a percepção das relações de trabalho que, em muitos casos, reverte-se em uma forma de não assegurar os direitos.

Outras estratégias são criadas por muitos empregadores para não assegurarem os direitos das empregadas domésticas, e, ao mesmo tempo, garantirem a fidelidade e lealdade das mesmas. Como o discurso da patroa inverte a polaridade transformando em aparentemente favorável à doméstica aquilo que de fato revela-se uma exploração a um olhar menos ingênuo. No entanto, de acordo com Brites (2008), muitas empregadas encontram vantagens nessa ocupação em relação às outras atividades do mercado formal de empregos. Sendo domésticas podem negociar faltas, adiantamentos salariais e, até mesmo e, principalmente, os famosos pagamentos extra-salariais (presentes, como: roupas velhas, restos de comida, móveis velhos), compensando-se assim, o emprego doméstico. Sobre isso, buscamos exemplos em nossas próprias entrevistadas: Irene afirma ter mobiliado toda a sua casa com os móveis doados pela patroa. Nina relata que, quando precisa, a patroa compra para ela o que ela deseja em seu cartão e depois vai descontando aos poucos em seu salário.

Mas, o que não levam em consideração é que, as coisas que recebem são as que já perderam utilidade em seu padrão de consumo. Raramente, compram-se coisas novas para dar de presente às empregadas. Elas ganham aquilo que não tem mais utilidade para a família empregadora. Doam-se, segundo Brites (2008), objetos de segunda mão para pessoas de *segunda classe*, transitando, assim, a lógica das relações sociais entre doador e donatários e mostrando que esses objetos refletem o lugar social das pessoas.

Por sua vez, Mendonça e Jordão (2013) mostram uma análise positiva dos efeitos da Proposta de Emenda à Constituição nº 66 de 2012, a PEC das Domésticas, aprovada em 2013. Ao estender aos trabalhadores domésticos direitos conquistados por

outras categorias e os colocaria no mesmo patamar de igualdade de direitos trabalhistas que os demais trabalhadores urbanos e rurais, gerando uma aproximação entre classes sociais, pelo viés econômico, proporcionando maior acesso aos bens de consumo a uma grande parcela da população brasileira.

Elas reforçam que, antes da aprovação em 2013 da PEC, que equipara os direitos do trabalhador doméstico aos dos demais, dos 34 direitos listados para trabalhadores urbanos e rurais na Constituição Brasileira, o trabalhador doméstico fazia jus a apenas uma parcela destes – além de sua integração à Previdência Social. Lembram ainda que, somente no ano 2001, o empregado doméstico passou a ter direito ao seguro-desemprego e ao FGTS, mesmo assim, somente quando empregador optasse pelo depósito do Fundo de Garantia. Essa distorção da lei era fruto da sedimentação na cultura de desigualdades que têm raízes no Brasil escravocrata, como já apontado anteriormente e reforçado por Mendonça e Jordão (2013).

Ainda no que se refere à cultura escravocrata, os escravos, segundo Freyre (2006), especialmente trazidos da Guiné, Cabo, Serra Leoa *teriam mais aptidão* para o serviço doméstico. Desta forma, especialmente as mulheres eram levadas para as casas-grandes para a execução desse tipo de trabalho – o que já configuraria uma divisão sexual do trabalho doméstico. Após a abolição, essas mulheres continuaram trabalhando em setores desvalorizados, tornando-se grande parte das trabalhadoras domésticas, cozinheiras, lavadeiras e prostitutas.

A ausência de leis que impusessem o limite da cidadania para essas trabalhadoras contribuiu certamente para que a ocupação não se tornasse uma profissão como as demais, deixando para as relações intramuros uma grande parte da definição de fronteiras nas relações sociais entre patrões e empregados.

Durante a discussão sobre a PEC das Domésticas, dois dos maiores portais de notícias, de acordo com Mendonça e Jordão (2013), a Revista Veja e o Jornal O Globo, apresentaram uma característica em comum: a preocupação com a *nova vida* dos patrões. E, quanto aos poucos casos referentes às dúvidas das trabalhadoras, o tom da mídia foi muito mais de caráter mercadológico do que de cidadania, consonante com o público a que se dirige. No site da Veja, por exemplo, com menor destaque, há uma chamada para uma entrevista com o ex-Ministro do Trabalho – o economista Walter Barelli. Segundo ele, a mudança na lei revela-se um avanço civilizatório ou o fim do trabalho doméstico da maneira como tem sido regulado.

A propósito, vejamos as reportagens a seguir:

Figura 2: página do jornal O Globo sobre a PEC

## Veja 10 dúvidas que os empregados têm sobre a PEC

Jornada de trabalho de 8 horas e pagamento de hora extra já estão valendo.

HÁ REGRAS QUE PRECISAM DE REGULAMENTAÇÃO

### Veja as 10 principais dúvidas de patrões sobre a nova lei



CONTAS

#### Calcule: quanto pesa no bolso a nova lei das domésticas?

Calculadora do G1 ajuda a ver gastos.

NA PONTA DO LÁPIS

### Saiba o que fazer se você não desconta o INSS do doméstico



FGTS, INSS, CONTRATO

#### Veja o passo a passo para ter uma doméstica legalizada

Guia explica como se adequar às regras.



ESCOLHA

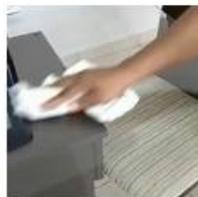
### Saiba o que avaliar na hora de decidir por empregada ou diarista



SAIBA MAIS

#### Leia perguntas e respostas e tire suas dúvidas

G1 reuniu dúvidas sobre o tema.



ATÉ NA INTERNET

#### Cursos ajudam na qualificação de domésticas

Agências e webaulas ensinam habilidades.

Fonte: Mendonça e Jordão (2013)

Como foi apresentado, **O Globo** enfatiza mais o “peso” no bolso dos patrões. Observemos a seguir a reportagem da Revista Veja:

**Figura 3: Página da Revista Veja sobre a PEC**

**PEC das Domésticas**



**Entenda o que muda na prática com a PEC das Domésticas**

Em 20 questões, reportagem de VEJA desta semana esclarece desdobramentos da mudança



**PEC das Domésticas: saiba como ficar dentro da lei**

Contrato de trabalho e folha de ponto ajudam empregador e empregado a evitar problemas

---



Trabalho doméstico  
**Depois da PEC: sai a empregada, entra a lava-louça**



PEC das Domésticas  
**Congresso quer viabilizar o 'Refis das domésticas'**

---



Infográfico  
**Calcule o custo com empregados com a nova lei**



PEC das Domésticas  
**Saiba o que deve mudar para o empregador**

---



Brasília  
**Congresso promulga PEC das Domésticas**



Legislação  
**FGTS: governo quer facilitar recolhimento**

---

PEC das Domésticas - 'Nova lei é avanço civilizatório que já vem tarde', diz ex-ministro

Fonte: Mendonça e Jordão (2013)

Mendonça e Jordão (2013) mostram que a edição impressa da revista trouxe a foto de um homem na cozinha e um título que mais parece uma ameaça, superestimando a mudança – para pior na vida dos empregadores a partir da validade da lei que confere igualdade de direitos às trabalhadoras domésticas. Entendemos que a escolha de um homem lavando louça acentua o caráter de mudança, já que, se a representação fosse de uma mulher (a patroa), talvez o impacto fosse menor. Afinal, não seria tão surpreendente uma mulher a pia, como ilustrado na imagem:

---

**Figura 4: capa da revista Veja sobre a PEC**

Fonte: Mendonça e Jordão (2013)

---

A reportagem atua sobre o receio da mudança, apresentando um sujeito com uma expressão franzida e ar contrafeito. Nela, mostra-se o receio de alguns (ou muitos homens): ver as tarefas domésticas divididas entre toda a família, incluindo-os nesta divisão.

Posto isso, concordamos com Mendonça e Jordão (2013) ao afirmarem que essa lei trouxera mudanças muito maiores do que consequências nas práticas diárias e na economia dos patrões. As mudanças na lei podem trazer impactos tanto do ponto de vista de ganho de direitos, quanto da possibilidade de demissões em grande número. Sob a Emenda Constitucional que assegura os direitos das domésticas, está o suporte de uma tardia, mas tão esperada igualdade e um necessário reconhecimento do trabalho doméstico como uma profissão, cujas raízes das desigualdades encontram-se, como já dissemos, no modo de vida mais cruel e desigual que tivemos: a escravidão legitimada.

Sobre isso, Girad-Nunes e Silva (2013) argumentam que a Emenda Constitucional 115 pode ser considerada como a nova *abolição* e um marco *na história do reconhecimento dos direitos sociais das trabalhadoras no Brasil*, pois equipara a relação de trabalho dos serviços domésticos aos dos demais tipos de trabalho, uma vez que garante os mesmos direitos trabalhistas e sociais às empregadas domésticas. A PEC

das Domésticas, como ficou conhecida, foi recebida de maneira diferenciada na sociedade – defendida por uns e atacada por outros. Essa lei faz parte de um longo processo de reconhecimento do trabalho das empregadas domésticas e de equiparação de direitos. No entanto, percebemos ainda, de acordo com os autores, nos discursos contrários à lei e nos dados do mercado de trabalho dos serviços domésticos, que a real apropriação desses direitos encontra obstáculos na sociedade. Tais obstáculos estão mais imbricados nos valores presentes nas relações de gênero e de trabalho dos serviços domésticos do que com a indisponibilidade financeira de se arcar com tais custos.

Para analisar essa questão, recomendam Girard-Nunes e Silva (2013) que devemos, por um lado, não só investigar o que muda com a promulgação da referida lei e como tal mudança ocorre, mas também entendera multiplicidade de caminhos que possibilitarão a efetivação desses direitos. Inicialmente, os mencionados autores percebem que a informalidade é bastante presente no mercado de trabalho dos serviços domésticos (como veremos nas histórias dos entrevistados desta pesquisa). Por outro lado, há um movimento que busca o reconhecimento de direitos e de uma forma de integração condizente com o que já foi conquistado pelos demais trabalhadores no país. Esse movimento de equiparação legal dos direitos sociais das trabalhadoras domésticas, para os autores citados, no entanto não é acompanhado na mesma velocidade da equiparação real desses direitos. Ou seja, há uma distância entre aquilo que é de direito e o que é de fato. Encontra-se, ainda segundo os mesmos autores, um abismo que separa o que está prescrito na esfera do direito e o que se apresenta na realidade das relações de trabalho dos serviços domésticos.

Em adição, Girard- Nunes e Silva (2013) fazem referência a algumas vozes da sociedade brasileira ligadas aos interesses de empregadores que utilizaram de diversos meios de comunicação de massa para se posicionarem contrários à ampliação dos direitos das empregadas domésticas. Os empregadores entrevistados afirmaram que tal ampliação de direitos, ao aumentar os custos de contratação, acarretaria o desemprego em massa da categoria. Dentre os argumentos utilizados, salientaram que o aumento dos direitos sociais seria catastrófico não apenas para os empregadores, mas, sobretudo, para as domésticas que perderiam seus empregos, caso exigissem a efetivação de tais direitos.

Havia, segundo os autores, grande chance de chegar a essa conclusão. Afinal, o aumento dos custos do trabalho doméstico acarretou a readequação orçamentária da família empregadora e, possivelmente, caso os novos gastos não coubessem no

orçamento familiar, a demissão da empregada poderia ser uma solução. Este seria um movimento acompanhado por muitos empregadores e, a demissão em massa dessas profissionais provocaria excesso de mão de obra disponível, o resultando na diminuição dos salários pagos à categoria.

De acordo com a reportagem de 08 de Julho de 2016 publicada no Jornal Correio (online)<sup>23</sup>, o número de homologações realizadas na Bahia em maio de 2013 foi 25% maior do que a média de meses anteriores à aprovação da emenda. A média mensal era de 20 contratos homologados antes da PEC e, em maio, foram 25.

Nessa linha de raciocínio, recorremos a Furno (2016). A autora aponta outro aspecto relevante a ser destacado: desde 2003, o percentual do trabalho doméstico no total de pessoas ocupadas tem diminuído ano a ano, demonstrando que o crescimento econômico e as melhorias no mercado de trabalho trazem novas possibilidades de emprego, especialmente para as mais jovens, que já não veem mais no trabalho doméstico sua primeira possibilidade de inserção no mercado. Em 2003, 37% das trabalhadoras domésticas tinham até 29 anos, e, no ano de 2014, esse número cai para 18%, demonstrando a tendência de envelhecimento da categoria.

No ano de 2003, eram 6 (seis) milhões de trabalhadoras domésticas, representando um percentual de 17% das mulheres ocupadas. Em 2009, como efeito da crise econômica internacional, esse número foi acrescido em 1 (um) milhão de novas trabalhadoras, representando 18% do total de mulheres ocupadas. Nos anos seguintes, caiu o número absoluto e o percentual de mulheres no serviço doméstico reduz para 15% das mulheres ocupadas, como mostra Furno (2016).

De acordo com Pinheiro, Gonzalez e Fontoura (2012), o único dado que aponta para uma possível redução da categoria, porém, em longo prazo, é a idade das trabalhadoras. No decorrer dos últimos anos é possível identificar um envelhecimento deste segmento, com a queda proporcional nas faixas etárias mais jovens – especialmente até 29 anos – e um aumento entre as mais velhas. Em 1995, as jovens de até 29 anos correspondiam a 51% do total de ocupadas em emprego doméstico; em 2009, este valor caiu para 27%. Na outra ponta, nota-se que a fração daquelas que possuem mais de 50 anos saltou de 10% para 19% no mesmo período. Esta mesma tendência pode ser percebida quando se observa que, ao longo dos últimos quinze anos,

---

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/numero-de-demissoes-de-domesticas-sobe-25-apos-nova-lei/> (Acesso em 09/07/2016, às 16h48min)

a idade média das trabalhadoras domésticas passou de 30 para quase 38 anos e que essa tendência tem sido contínua e sustentada ao longo do tempo.

Nas áreas metropolitanas e nas regiões Sul e Sudeste, a média de idade é maior, girando em torno de 40 anos. Em posição oposta estão as trabalhadoras de zonas rurais e das regiões Norte e Nordeste, cuja idade média está na casa dos 33 anos. Isso significa que o envelhecimento da categoria se dá de forma diferenciada em todo o território nacional, apontando para um processo mais avançado nas zonas de maior industrialização e desenvolvimento econômico, como evidenciam os dados apresentados pelos referidos autores.

Dessa forma, baseando nos dados da PNAD/IBGE apresentados por Furno (2016), referentes a diferentes anos e no Relatório Técnico produzido por Pinheiro, Gonzalez e Fontoura (2012), comprova-se que, nos períodos de crescimento econômico e melhoria do mercado de trabalho, as mulheres, majoritariamente ocupantes dessa categoria, têm possibilidades de ingressar em trabalhos com maiores chances de formalização, maior valorização social e superior rendimento.

Nos períodos de crise, o trabalho doméstico torna-se uma das únicas possibilidades para muitas mulheres, especialmente, as negras, como anteriormente apontado. No ano de 2014, segundo Furno (2016), quando começaram os sinais de desaquecimento da economia, o número de trabalhadoras no emprego doméstico já havia aumentado em 17 mil em relação a 2013.

A mencionada autora aponta ainda a ideia de que o maior custo na contratação da empregada doméstica não seria um fator de aumento do desemprego. Mostra que, para o empregador que já assinava a carteira de trabalho, são acrescidos apenas 10% no total já pago. Contabilizando o salário médio nacional da trabalhadora doméstica<sup>24</sup> (R\$642,82) e acrescidas as alíquotas fixas de 8% de INSS e FGTS, são em torno de apenas R\$ 60,00(sessenta reais) mensais a mais, e R\$ 25 (vinte e cinco reais) de multa rescisória. Furno (2016) demonstra ainda que, para o empregador esse valor poderia se equiparar a despesas supérfluas, enquanto que, para o trabalhador seria uma possibilidade de um futuro melhor, com garantia ao conjunto de direitos que dão acesso à aposentadoria, à casa própria e a outros direitos básicos.

Nesse sentido, recorreremos aos dados apresentados pelo Pinheiro, Gonzalez e Fontoura (2012), que reafirmam que, a manutenção de uma empregada doméstica é

---

<sup>24</sup> Valor médio nacional no ano de 2016.

opção feita geralmente por famílias de renda elevada. Cerca de 2/3 das famílias que se encontram entre as 10% mais ricas da população contratam serviços de trabalho doméstico, independentemente do vínculo (formal/informal) ou da frequência (mensalista/diarista). Entre as famílias que se encontram na base da pirâmide econômica, menos de 3% têm a possibilidade de despender recursos com este tipo de serviço. É possível notar uma relação diretamente proporcional entre existência de despesa com trabalho doméstico e renda familiar. Como já vimos anteriormente, quanto mais no topo da distribuição de renda, maior a chance de a família contar com este tipo de serviço.

Com isso, vimos que é através da desigualdade de classes que a existência do trabalho doméstico se pressupõe. É um serviço no qual salário remunera salário. Sua existência significa, portanto, que existem indivíduos (ou famílias) com renda alta o suficiente para pagar pelo salário de outro indivíduo. Os impactos do aumento dos custos do trabalho doméstico recairão, assim, especialmente sobre as famílias da ponta de cima da distribuição, em benefício daquelas que se encontram na ponta inferior. Seria, sem dúvida, para Pinheiro, Gonzalez e Fontoura (2012), uma medida de caráter redistributivo.

Por outro lado, Teodoro (2015), afirma que com o encarecimento do custo para manter uma empregada doméstica, muitos patrões passaram a demitir as mensalistas para contratá-las como diaristas. Diante desse novo quadro, aponta que muitas empregadas que perderam o emprego após a promulgação da PEC, estão buscando trabalho em empresas de limpeza residencial.

Porém, o fenômeno da troca do empregado doméstico pelo diarista não é recente. De acordo com dados de 2001 e 2011 da PNAD, do IBGE, a proporção de pessoas que trabalham em mais de uma residência, considerando domésticos e diaristas, aumentou de 18% para 30% em dez anos, inversamente proporcional ao número de mensalistas. Ou seja, diminuem as empregadas mensalistas de um lado e de outro aumentam as diaristas.

Voltando às contribuições de Furno (2016), as transformações nos anos 2000, apesar de ainda apresentarem limites substanciais para a construção da igualdade, têm modificado *a marca escravocrata dessa ocupação*. O percentual de formalização aumentou expressivamente em todas as regiões metropolitanas pesquisadas pelo DIEESE. Na região metropolitana de Fortaleza o trabalho doméstico sem carteira diminuiu 7,1%; em Salvador 15,4% e, em São Paulo 17,3%, para citar alguns exemplos.

Esses dados, segundo a autora, sinalizam para a edificação de um novo marco para o trabalho doméstico, pautado em aumento da formalização, aumento da escolaridade, no rendimento médio (que subiu nacionalmente 77% de 2003 a 2014), envelhecimento da categoria e mais acesso a direitos.

Com base nos dados apresentados por BRASIL (2016), após a regulamentação da Lei Complementar 150/2015, que ficou conhecida como a PEC das Domésticas, o número de empregadas com FGTS aumentou em mais de sete vezes. Passou de 190 mil, em junho de 2015, para 1,37 milhão, em maio de 2016, um crescimento de 621%.

Antes da PEC, os empregadores, mesmo que assinassem a carteira das empregadas, não eram obrigados a recolher os 8% para o FGTS e nem 3,2% equivalente à multa por rescisão.

De acordo com Teodoro (2015), após a Promulgação da PEC das Domésticas, houve crescimento de 10,2% no número de empregadas domésticas no Grande ABC, em SP. Essa informação é da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) da Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados (SEADE) do DIEESE. Entre as mensalistas, a expansão foi de 12,3%, enquanto o volume de diaristas aumentou 11,1%.

Girard-Nunes e Silva (2013) observam que a ampliação dos direitos das empregadas domésticas tem ocorrido nos últimos anos, e isso não implicou a redução de salários ou desemprego em massa. Entretanto, a informalidade elevada persiste, mas, diferentemente do que é divulgado pelas associações do patronato, não é causada pelo aumento dos custos da formalização do trabalho. Ela já estava presente. O que os autores argumentam é que o progressivo aumento dos direitos sociais tem sido acompanhado pelo aumento da formalização do trabalho das empregadas domésticas e, neste caso, elas recebem mais, em termos de montante líquido, do que aquelas que não têm contrato formal. No caso desta pesquisa, o que percebemos é que aquelas que atuam como diaristas recebem mais do que as empregadas domésticas que possuem emprego fixo, (porém, as diaristas não têm nenhuma segurança trabalhista e garantia de salário fixo). De acordo com os mesmos autores, estamos longe de garantir a formalização e a conquista dos direitos sociais para todas as empregadas domésticas do país. Acreditamos, porém, que a PEC das domésticas foi um começo para grandes mudanças. Nessa pesquisa, observamos, no entanto, que dos nove trabalhadores que entrevistamos, apenas uma (Nina) teve a situação trabalhista modificada após a promulgação da PEC: já recebia férias e 13º salário, mas passou a ter a sua carteira de trabalho assinada e o pagamento do FGTS.

A esse respeito, Girard- Nunes e Silva (2013) mostram que, apesar de as conquistas de direitos das empregadas domésticas ocorrerem lentamente, elas não são acompanhadas automaticamente pela efetivação dos direitos, havendo grande parcela de empregadas ainda desprotegida. No entanto, o aumento da proteção e dos custos decorrentes dessa lei para o empregador, não é acompanhado por um processo de aumento da informalidade, conforme a previsão de alguns críticos da PEC das domésticas.

Com referência às relações entre empregadas domésticas e empregadores, são perpassadas por relações de afetividade, hierarquia e submissão ambíguas e contraditórias, como mostram também Girard- Nunes e Silva (2013). Tais relações, por um lado, dificultam a incorporação de novos valores de cidadania às empregadas domésticas, que são vistas como pessoas que devem lealdade aos seus patrões. Por outro lado, permitem um processo de subjetivação das domésticas que traz consigo um distanciamento crítico de tal relação. Mesmo assim, tal distanciamento crítico ainda não gera garantia de proteção social, pois não vem acompanhada da presença efetiva do Estado.

Para administrar a relação de trabalho, como afirmam os mesmos autores, as empregadas devem ter a confiança de o Estado poder ser acionado. Entretanto, por não poderem contar com ele para obter proteção igual aos demais trabalhadores, elas passaram a recorrer a outras relações de solidariedade ante as adversidades, como, por exemplo, pedir empréstimos aos empregadores para construção da casa própria, aquisição de móveis, casamento da filha ou outras necessidades. Daí a construção do imaginário de que o bom patrão é também aquele que pode socorrer quando necessário. Assim, as trocas de favores preventivas entre empregada e patrões traduzem uma percepção da falta de proteção proporcionada pelo regime jurídico existente. Em suma, na falta do Estado, os patrões tornam-se o melhor mecanismo de proteção frente à vulnerabilidade social da empregada. Isso também poderá se confirmar com os depoimentos coletados no trabalho de campo desta tese.

Por outro lado, segundo Girard- Nunes e Silva (2013), o esforço maior de proteção a algumas categorias iniciou-se no governo Lula em 2003. Advertem, porém, que o processo de reconhecimento do outro é lento e está sujeito a retrocessos, dependendo das circunstâncias econômicas e políticas. E é o reconhecimento jurídico que permite, por um lado, novas socializações e, por outro, a construção da autoestimadas trabalhadoras na luta para assegurar seus direitos. (A nosso ver, a

autoestima não é algo que se conquiste sozinha/o; é nas relações com o mundo que se elabora e depende de lutas coletivas para ser conquistada). Desse modo, os autores veem a equiparação de direitos como resultado das lutas e como um importante fator que conduz os novos passos necessários à construção de uma sociedade mais justa.

Para Teodoro (2015), a nova legislação pode ter influenciado no crescimento da quantidade de profissionais nesse mercado. A referida autora aponta em seu texto que com a obrigatoriedade do vínculo empregatício, muitas mensalistas também passaram a integrar a estatística da pesquisa.

Com a regularização da profissão, como mostra Teodoro (2015), a quantidade de ações judiciais na esfera trabalhista movidas por domésticas teve aumento de aproximadamente 12%, conforme levantamento do *Idoméstica* – aplicativo que auxilia no processo de cumprimento às novas regras. O levantamento foi realizado com 1.143 empregadores da região Sudeste e revela que, 69% dos patrões consideram as funcionárias como integrantes da família como constatamos também em nossa pesquisa. Entretanto, de acordo com o *Idoméstica*, é justamente aí que reside o engano, pois muitas pessoas acabam não se atentando às leis, se sujeitando assim, a problemas legais posteriores.

As principais situações que levam os trabalhadores a entrarem na justiça são a busca pelo registro profissional e problemas no acerto rescisório. A autora mostra que o *Idoméstica*, afirma que quem não tem carteira assinada, mas tem como comprovar o vínculo, ou, as diaristas que trabalham duas vezes na semana, mas recebem mensalmente, têm grandes chances de ganhar um processo.

Sobre isso, recorremos a reportagem de 11 de março de 2015, publicada na Rede Brasil Atual (online)<sup>25</sup> no qual é apontado o aumento do número de ações trabalhistas ajuizadas por empregados domésticos do estado de São Paulo. O crescimento foi de quase 25% em 2014 em comparação a 2013. Ao todo, foram protocoladas 9.928 ações, em 2014. No texto, Daniela Ferreira da Silva, advogada do Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo, afirma que o crescimento das ações judiciais. Demonstra, mesmo diante de alguns direitos assegurados pela PEC das domésticas, o grande desrespeito a que ainda estão sujeitas.

A mesma reportagem aponta que, segundo o secretário-geral da Confederação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Francisco Xavier, a categoria não concorda

---

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/03/apos-dois-anos-da-pec-das-domesticas-patroes-continuam-descumprindo-obrigacoes-969.html> (Acesso em 01/07/2013, às 21:00h)

com alguns pontos do texto da regulamentação, ressaltando a preocupação com relação à proposta de criação de um banco de horas extras, "*que ninguém sabe como isso vai ser compensado*".

### **2.5.3. Mulheres empregadas domésticas alunas da EJA**

Para iniciar a discussão desse subitem, recorreremos a Louro (2010), que afirma que, a instituição escolar é um espaço privilegiado de socialização, pois nela recebe atenção especial o modo como os sujeitos em relações sociais atravessadas por diferentes discursos, vão construindo suas identificações, construindo e reconstruindo seus lugares sociais e suas formas de ser e estar no mundo.

A educação, como lembra Zaidman (2009), consiste em permitir a entrada individual e coletiva de novos membros numa sociedade, fazendo assim, parte dos processos de reprodução social.

Há mais de três décadas, Borges (1980) afirmava que algumas questões ligadas à mulher estavam um tanto esquecidas, quando muito se discutia seu papel na da sociedade. Segundo a autora, a *condição* da mulher em nossa sociedade era de clara *inferioridade* em relação ao homem. Tal situação decorria da falta de oportunidades que fizeram com que a mulher tivesse que se afirmar como ser socialmente útil, sofrendo discriminação social, econômica e educacional ao longo de todo o processo histórico brasileiro.

Ainda assim, no que diz respeito ao acesso das mulheres à escola e seu desempenho, Nogueira (2003), mais de duas décadas após Borges, desenvolveu um estudo sobre a influência da *condição feminina* na busca de escolarização na idade adulta. As mulheres analisadas pela autora enfrentaram toda a sorte de dificuldades para conseguir se matricular e permanecer em um curso de EJA. Seu estudo não só contribuiu para a produção de conhecimento sobre as limitações e as dificuldades que enfrentam as mulheres que querem exercer o seu direito à educação, como também ofereceu subsídios para a integração das áreas de estudo de gênero e de educação de jovens e adultos. Também acrescentou elementos para as discussões sobre uma política educacional de EJA, com enfoque nas relações de gênero, isto é, uma política que reconhecesse a existência de relações de hierarquia e desigualdade entre homens e mulheres no acesso à educação. Para a autora, a precariedade de estudos sobre a alfabetização de mulheres adultas na perspectiva de gênero, dificulta o conhecimento

dos limites sociais impostos a elas, os quais inviabilizam a sua inserção e permanência escolar.

Assim sendo, no contexto mais geral da área da Educação de Jovens e Adultos, conforme Nogueira (2002), percebia-se, já no início da década, a ausência de uma política nacional articuladora das mais variadas experiências, projetos, iniciativas e ações. Em sua opinião, o combate ao analfabetismo de mulheres adultas, por se tratar de um contingente com necessidades muito específicas e limites próprios, exigiria políticas muito bem planejadas de modo a atrair e manter esse público na escola.

A esse respeito, salientam Barreto, Álvares e Costa (2006), a visão de mundo de uma mulher que retorna aos estudos depois de adulta, após um tempo de afastamento da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricas em experiências vividas, as alunas da Educação de Jovens e Adultos configuram tipos humanos diversos. São mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos. A cada realidade corresponde um tipo de aluna e não poderia ser de outra forma. Afinal, são pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados por meio da experiência, do ambiente e da realidade cultural nos quais estão inseridas.

Vale lembrar, aqui, o que mostram nossas experiências na EJA que corroboram a teoria. Muitas pessoas que se matriculam em cursos de Educação de Jovens e Adultos não estudaram antes ou, porque não havia escola próxima às suas casas, ou, quando havia escola disponível, precisavam trabalhar para ajudar na manutenção da família. Aliás, isso ficou bem evidenciado em nossa dissertação de mestrado (BASTOS, 2011): o trabalho é o principal motivo alegado pelos/as alunos e alunas da EJA para afastamento da escola. Entretanto, as mulheres eram ainda por vezes proibidas de estudar porque os pais acreditavam que as filhas não necessitavam ir à escola diferentemente dos filhos homens. A visão da educação das meninas então compartilhada versava que, para garantirem um casamento, o principal seria ser uma boa dona de casa. Tal visão é fruto de toda uma história social na qual a mulher possui três funções básicas: ser boa mãe; boa esposa e dona de casa.

Ademais, percebemos nas trajetórias escolares e de vida dessas mulheres mais pontos em comum. Ainda crianças ou adolescentes, outras questões familiares afastaram-nas da escola: falta de um dos pais ou o fato de serem requisitadas para o

cuidado de familiares em caso de doenças. Tais situações levaram-nas a abdicar dos estudos em prol do cuidado familiar.

Coura (2007), apontou também, estes mesmos fatores como justificativas que concorrem para o afastamento da mulher da escola, a saber: impedimento de estudar pela família, por acreditar que mulher não precisava de estudo; entrada precoce no mercado de trabalho para contribuir com o sustento do grupo familiar; quando não, a própria constituição social do casamento; nascimento dos filhos, retendo-as no âmbito doméstico. Assim, no caso dessas mulheres, elas informaram à pesquisadora que foi possível retornar à escola em duas situações: com o fim do casamento, pela separação ou pela morte do cônjuge; e/ou quando seus filhos, por vezes, netos já estão crescidos e independentes.

Na década de 1990, já havia estudos que afirmavam que as mulheres vinham se beneficiando da lenta e gradual democratização da educação formal no Brasil, observada nas quatro décadas anteriores, principalmente nos cursos e programas voltados para o público jovem e adulto, como mostrou Rosemberg (1994). Entretanto, segundo essa autora, a possibilidade das mulheres serem alfabetizadas era menor ao transcorrer da vida adulta. Indicava que a vida social impunha muitas limitações à mulher que decidisse frequentar um curso de EJA: menor liberdade de locomoção; cansaço decorrente da justaposição ou sobreposição de jornadas de trabalho e menor disponibilidade subjetiva para realizar atividades fora de casa que pudessem competir com seu papel familiar.

Como apontamos anteriormente em outro estudo, (BASTOS E EITERER, 2012), a escola simboliza para as mulheres, alunas da EJA, oportunidade de mudança de vida. Elas a veem como a porta para inserção e reinserção no mercado de trabalho; como chance de crescimento profissional, possibilitando-lhes obtenção de renda própria e independência financeira; crescimento pessoal e aumento da autoestima, além de sentimento de igualdade perante maridos, filhos e amigos. São essas as promessas que as incentivavam a enfrentar todas as dificuldades apontadas no parágrafo anterior por Rosemberg (1994), para retornarem à escola e prosseguirem os estudos.

Ressaltamos que, com base em nossa vivência, verificamos que a qualidade da escola que o educando ou educanda frequenta, pode também fazer a diferença no seu desempenho e reduzir os impactos causados pelas desigualdades sociais.

Partindo desse ponto, retomamos a Alves (2006) quando afirma que, o aumento da escolaridade é um pré-requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em

todas as esferas sociais. Portanto, para essa autora, faz-se necessário garantir a oportunidade de educação de qualidade tanto para as meninas e meninos, quanto para as mulheres e homens, cumprindo-se, assim, o princípio constitucional que lhes assegura o direito à educação. Além da educação, o trabalho, segundo ela, é a via fundamental para a superação da condição em que vivem essas trabalhadoras. Não qualquer trabalho, mas sim, o trabalho entendido como ocupação produtiva, adequadamente remunerada, exercido em condições de liberdade e segurança, garantindo dignidade às mulheres<sup>26</sup>.

Nesse sentido, descrita a situação geral das mulheres que atuam como empregadas domésticas no Brasil, os seus desafios mais comuns, suas lutas e conquistas, além da visão geral sobre a situação de alunas da Educação de Jovens e Adultos, buscaremos aprofundar a discussão, então, da relação entre ser mulher, empregada doméstica e aluna da Educação de Jovens e Adultos.

Sobre isso, Valle (2010) ressalta que, mesmo sendo a família a primeira instituição social com que as pessoas estabelecem qualquer relação com a leitura é, de fato, no ambiente de trabalho que a maioria dos discentes da Educação de Jovens e Adultos percebe a necessidade de desenvolver as diversas habilidades dessa prática, o que faz com que seus patrões e ofícios sejam muitas vezes seus mediadores da leitura. Para a autora, destaca-se a o papel das famílias empregadoras como mediadoras desse processo influenciando no acesso ao material de leitura e contribuindo para a formação desse público como sujeito leitor. Alguns patrões atuam ainda, eventualmente, como incentivadores ao retorno à escola, assim como, ao cultivo de hábitos de leitura, fornecendo às mulheres o material a ser lido.

Nossa experiência na Educação de Jovens e Adultos nos permite afirmar que, quase todas as mulheres, alunas da EJA matriculadas nas séries iniciais do ensino Fundamental, têm, ou, já tiveram a experiência de trabalhar como empregada doméstica. E, na maioria dos casos, foram inseridas nesse ofício desde muito novas, recebendo, em troca do serviço prestado, moradia e alimentação. Por conseguinte, tal experiência parece fazer parte da vida e da construção da subjetividade da maioria das mulheres inseridas na EJA nos anos iniciais do ensino fundamental.

Complementando essa ideia, Resende (2008) procurou compreender as relações que se estabelecem entre empregadas domésticas pouco escolarizadas e a cultura escrita existente num ambiente de trabalho letrado. A autora investigou empregadas domésticas

---

<sup>26</sup> Infelizmente, não é essa a experiência de trabalho vivenciada pela maior parte dos entrevistados desta pesquisa.

com reduzido capital escolar e com histórias de vida marcadas pelo difícil acesso a materiais escritos, mas que trabalhavam para empregadores efetivamente inseridos na cultura escrita considerada legítima. Analisou tipos de relações interpessoais construídas entre as empregadas e seus patrões e a influência deles na relação das domésticas com a escrita. Concluiu que, a ocupação de doméstica, em meios letrados aproxima de certa maneira, essas mulheres do mundo da escrita. Tal aproximação, segundo Resende (2008) acontece, pois, para exercer a sua ocupação estão presentes demandas práticas de leitura e de escrita que não são comuns nos seus meios de origem, como: ler receita, lista de compras; anotar recados, além do grande contato com diversos materiais escritos. Além disso, são solicitadas, às vezes, a desempenhar práticas de leitura e de escrita pelos empregadores em situações diferentes daquelas vivenciadas nas famílias de origem.

Entretanto, segundo Resende, Galvão e Batista (2010), o fato de as domésticas serem levadas a escrever em algumas situações no trabalho não as leva a muitos outros usos da leitura e da escrita. Na opinião deles, as empregadas domésticas não vivem outras situações fora do trabalho que potencializem as aprendizagens adquiridas no seu ofício, pois em suas casas, o uso da escrita na organização doméstica tende a ser restrito.

Contudo, tanto Valle (2010) quanto Resende (2008) concordam ser fato que o trabalho doméstico exercido em residências de famílias letradas requisita a aproximação das empregadas com o mundo da escrita. Elas estão imersas em um ambiente letrado e são solicitadas a desempenhar tarefas que demandam a competência leitora.

Nessa mesma linha, Valino (2005) assinala que, várias mulheres saem de suas cidades de origem, muitas vezes no interior do país, e vão para São Paulo em busca de trabalho, cujas condições de vida se apresentam completamente diferentes das de origem. E, assim, são obrigadas a utilizarem os serviços da cidade como: ir a bancos, caixas eletrônicos, supermercados e a usarem o transporte coletivo. Desse modo, ler e escrever acabam tornando-se as necessidades pessoais, profissionais ou sociais mais importantes para elas. Enfim, em uma sociedade grafocêntrica, é necessário ler, porque a informação está quase sempre disponível no código escrito e os analfabetos nem sempre encontram pessoas dispostas a lhes fornecer ou explicar as informações de que necessitam.

Contudo, afirma a autora que, os migrantes pouco letrados rapidamente aprendem ou decoram parte daquilo que lhes é necessário para a vida cotidiana, numa busca tanto de sobrevivência, como de esconder a condição de analfabetos. Também

percebem que a possibilidade de conseguir emprego é cada vez mais difícil, pois são muitas as exigências: é preciso, muitas vezes, saberem ler e escrever; terem cursado Ensino Fundamental ou Médio e terem conhecimentos de informática.

Em suma, a necessidade de trabalho, entre outras, faz com que muitas mulheres, jovens e adultas procurem um curso de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. Ora, verificamos aqui um paradoxo: um dos principais motivos que alegam as impedir de frequentar a escola na infância, foi a necessidade de trabalhar. Agora, como pessoas adultas, um dos principais motivos que as levariam a procurar um curso de alfabetização é, novamente, a necessidade de trabalhar. O que não significa que a concorrência entre trabalho e escola desapareça.

De fato, como destaca Santana (2003), em sua dissertação de mestrado, algumas domésticas percebem o trabalho como um espaço no qual podem garantir o dinheiro para sustento da família e favorecer a continuidade dos estudos. Mas, caso o patrão ou a patroa permita a frequência à escola, pois frequentar ou não frequentá-la depende muito mais de uma concessão do que de um desejo da empregada doméstica. Aliás, como destaca também, essa autora, é frequente o trabalho tornar-se incompatível com o estudo e nesse caso, a opção é o emprego. Nesse sentido também, esta investigação tem demonstrado que trabalho e estudo tornam-se inconciliáveis por ser necessário, à empregada doméstica, estar à disposição da família da patroa. Isso ocorre principalmente, quando ela cuida de crianças pequenas, que não podem ficar sozinhas em casa até a chegada da mãe/patroa. Muitas vezes, faltam muito às aulas, por estender seu horário no turno da noite, quando a patroa recebe visitas, oferece recepções, vai à academia ou ao salão de beleza, como atestam também as entrevistadas desse estudo.

A propósito, Ávila (2009) aponta que todas as trabalhadoras domésticas que se mantêm estudando, ou as que já interromperam esse processo, é quando estudam, arcam com todos os custos para isso: estudam no período da noite; realizam as tarefas escolares tarde da noite, quando voltam para as suas casas ou para a das patroas; estudam pela manhã muito cedo ou, ainda, na própria escola, quando chegam um pouco antes da aula começar. Isso, sem mencionar o trabalho doméstico não remunerado em suas próprias residências.

Em se tratando de estudante trabalhadora doméstica com filhas/os e companheiro, o horário da escola, que em geral é à noite, como no caso das entrevistadas desta pesquisa, vai entrar em choque com o horário do trabalho doméstico de sua própria família. Segundo Ávila (2009), manter-se na escola, significa, para as

que continuam estudando, a afirmação de um projeto de vida e de um direito. Para as que não estudam mais, o abandono da escola permanece como uma falta incontornável, uma marca difícil na trajetória de vida e, também, como uma restrição objetiva à possibilidade de escolha de outros caminhos profissionais. Desse modo, abandonar os estudos é uma perda que, subjetivamente, reverbera para sempre porque se mantém como uma marca discriminatória.

Ainda segundo a mesma autora, para as empregadas domésticas que se mantêm estudando, frequentar a escola é uma forma de resistência individual contra uma determinação social que vem junto com o emprego doméstico, que incompatibiliza o tempo do trabalho com o tempo do desenvolvimento pessoal. Porque o tempo do trabalho remunerado determina também, o uso do tempo do trabalho não remunerado.

Com efeito, o acesso à escola, sempre interrompido e retomado, revela-se uma forma de resistência no cotidiano à dominação/ exploração que aprisiona a trajetória de vida das domésticas, como mostra Ávila (2009). Segundo a autora, a escola importa para os sujeitos da pesquisa, para além do fato de quererem ou não quererem se manter no trabalho doméstico remunerado. Tratar-se-ia em primeiro lugar, de não deixarem que o trabalho doméstico remunerado se torne um imperativo nas suas vidas, pois estudar é percebido como uma forma de construir a possibilidade de fazer escolhas<sup>27</sup>. De acordo com Ávila (2009), a escola para esses sujeitos é um projeto emancipatório.

Prosseguindo sua análise, Ávila (2013) conclui que o estudo constitui uma estratégia de resistência, pois é o caminho para elas provarem que lhes é possível alcançar outras profissões e mudarem o seu viver. Diz a autora:

[...] Em minha investigação interessou trabalhar também com as resistências, e uma forma de resistência é que as trabalhadoras continuam estudando, ainda que realizem trabalho remunerado. E isso constitui uma das estratégias de resistência, porque o ato de estudar não é valorizado nem pelas patroas e nem pela sociedade: o que poderiam fazer com o estudo, se ela é uma empregada doméstica? Como se houvesse uma naturalização desta condição. Em contrapartida, para as trabalhadoras, a escola importa. Primeiro como nova possibilidade, mas sobretudo, para superar esse imperativo definitivo de que elas não podem ascender a outras profissões. Trata-se de uma resistência, no sentido de sua construção profissional, e o fazem com muitas dificuldades. (ÁVILA, 2013, p. 231, tradução da pesquisadora.)

É nesta perspectiva que desenvolvemos este estudo. Além de analisar as relações de gênero construídas e vivenciadas por trabalhadores domésticos, buscamos responder à questão central da tese, ou seja, que é compreender como se dá a interpretação de

<sup>27</sup> De fato, verificamos que os sujeitos entrevistados por nós corroboram essa perspectiva. Tanto na dissertação (BASTOS, 2011), quanto na tese.

atribuições muitas vezes destinadas às mulheres e encaradas como algo natural, nos discursos de trabalhadores domésticos, em alguns casos, mãe, pai, filha, filho, esposa, dona de casa, trabalhador/trabalhadora doméstico(a).

Nesse sentido, portanto, procuramos conhecer as trajetórias de vida de sujeitos que conciliam o trabalho doméstico remunerado com a frequência a um curso de EJA, e, então, analisaremos como conciliam as trajetórias profissionais, escolares e familiares. Para entendimento desse processo, apresentamos, a seguir, os colaboradores da pesquisa, trazendo uma síntese de suas trajetórias.

### 3. SUJEITOS DE PESQUISA E SUAS TRAJETÓRIAS

Falar do trabalho doméstico remunerado desde a perspectiva da mulher e das relações de gênero, como sublinha Santana (2003), é uma forma de resgatar a história do trabalho doméstico, cuja principal protagonista é a própria doméstica. Logo, nada mais relevante que, as próprias trabalhadoras serem também protagonistas dessa história nesta tese, permitindo, então, especificar a realidade e o contexto nos quais estão inseridas.

Assim sendo, nossas entrevistadas, são todas empregadas domésticas (e um empregado doméstico), negras em sua maioria, educandas da EJA, pouco escolarizadas/o, oriundas/o de situações familiares fragilizadas por um contexto socioeconômico e cultural desfavorável. Apesar de tantas similaridades formam, como veremos a seguir, um grupo diverso entre si:

---

**QUADRO 2- PERFIL DAS ENTREVISTADAS E DO ENTREVISTADO  
QUANTO À VIDA PESSOAL**

NOME	IDADE	COR/RAÇA (AUTODECLARAÇÃO)	ESTADO CIVIL	Nº DE FILHOS	ORIGEM
IRENE	65	Negra	Solteira	0	Januária
EMÍLIA	53	Negra	Solteira	0	Curvelo
ROSÁRIO	53	Negra	Solteira	1	Lavras
ROSE	52	Negra	Viúva	2	Rio de Janeiro
TINA	45	Negra	Casada	2	Belo Horizonte
NINA	39	Parda	Solteira	1	Téofilo Otoni
LÚCIA	38	Parda	Solteira	1	Belo Horizonte
JÚLIA	20	Branca	Solteira	0	Almenara
JOÃO	43	Negro	Separado	1	Espírito Santo (interior)

---

Fonte: dados da pesquisa

---

---

**QUADRO 3- PERFIL DAS ENTREVISTADAS E DO ENTREVISTADO:  
RENDA MENSAL / SITUAÇÃO TRABALHISTA E DE MORADIA**

NOME	RENDA MENSAL	SITUAÇÃO TRABALHISTA/MORADIA
IRENE	1 salário	Mensalista/ reside no emprego
ROSE	2 salários	Mensalista/reside no emprego
JÚLIA	1 salário	Mensalista/ reside no emprego
JOÃO	3 salários	Mensalista/ reside no emprego
EMÍLIA	1 salário	Mensalista/reside no emprego
TINA	1920,00 (pouco mais de dois salários e meio)	Diarista/ casa própria
LÚCIA	2280,00 (pouco mais de três salários)	Diarista/ casa própria
NINA	1 salário	Mensalista/ residência própria
ROSÁRIO	3 salários	Mensalista/ residência própria

---

**Fonte: dados da pesquisa**

---

**QUADRO 4 - PERFIL DAS ENTREVISTADAS E DO ENTREVISTADO:  
FUNÇÕES**

NOME	LAVA ROUPAS	PASSA ROUPAS	LIMPA A CASA	COZINHA	CUIDA DE CRIANÇAS	CUIDA DE ANIMAIS E PLANTAS	OUTRAS TAREFAS
IRENE	X	X	X	X	-	-	-
ROSE	X	X	X	X	-	-	-
JÚLIA	X	X	X	X	X	-	X
JOÃO	X	X	X	X	X	X	X
EMÍLIA	X	X	X	X	X	X	X
TINA	X	X	X	X	-	-	-
LÚCIA	-	-	X	-	X	-	X
NINA	X	X	X	X	-	-	-
ROSÁRIO	-	-	-	X	-	-	-

Fonte: dados da pesquisa

**QUADRO 5- PERFIL DAS ENTREVISTADAS E DO ENTREVISTADO  
DIREITOS TRABALHISTAS**

NOME	FÉRIAS	13°	REGISTRO NA CARTEIRA	PAGA INSS?	OBSERVAÇÕES
IRENE	-	-	-	-	-
ROSE	X	X	-	X	-
JÚLIA	X	X	X	X	-
JOÃO	X	X	X	X	(Apenas 2 salários registrados)
EMÍLIA	-	-	-	-	-
TINA	-	-	-	-	-
LÚCIA	-	-	-	-	-
NINA	X	X	-	X	(após a PEC)
ROSÁRIO	X	X	-	X	(Apenas 1 salário registrado)

Fonte: dados da pesquisa

---

**QUADRO 6- PERFIL DAS ENTREVISTADAS E DO ENTREVISTADO QUANTO AOS FILHOS**

NOME	IDADE DOS FILHOS	PROFISSÃO	ESCOLARIDADE
IRENE	-	-	-
ROSE	30	Caixa	Ensino médio incompleto
	31	Pedreiro	Ensino médio completo
	34	Vigia	Ensino médio completo
	36	Pintor	Ensino médio completo
JÚLIA	-	-	-
JOÃO	18	Estudante	Ensino Fundamental em curso
EMÍLIA	-	-	-
TINA	25	Moto boy	Ensino Médio completo
	28	Atendente	Ensino Médio completo
LÚCIA	14	Estudante	Ensino Médio em curso
NINA	27	Atendente	Ensino Médio completo
ROSÁRIO	22	Estudante	Superior em curso

---

**Fonte: dados da pesquisa**

---

O que se percebe é que as profissões exercidas pelos filhos de nossos entrevistados não necessitam, em sua maioria, de cursos específicos para exercê-las. Constata-se que, o filho de João apresenta distorção idade série, tendo 18 anos na 8ª série do Ensino Fundamental, quando o esperado para esta série seriam 15 anos. Entretanto, todos os filhos ultrapassaram seus pais em termos de tempo de escolarização.

Com base nas informações apresentadas nos quadros acima<sup>28</sup>, é que acompanharemos, neste capítulo, a apresentação da história oral de vida dos nove colaboradores<sup>29</sup> desta pesquisa, retratando um pouco de suas infâncias, suas situações familiares, e, principalmente, suas trajetórias escolares e profissionais.

---

<sup>28</sup> No momento das entrevistas, ano de 2015, o valor vigente do salário mínimo era de R\$788,00.

<sup>29</sup> O termo colaborador ou colaboradora, aparece nesta tese, para descrever aquelas pessoas que literalmente colaboraram para que este estudo fosse feito, pois sabemos que sem a colaboração destes sujeitos a pesquisa não aconteceria.

### 3.1. Mensalistas residentes no local de trabalho

#### 3.1.1. Irene Soares

Irene Soares, à época da entrevista tinha 65 anos de idade; negra, se autodeclara morena clara. Encontrava-se matriculada na 3ª série do Ensino Fundamental. Residia no Bairro Serra, na casa da patroa, próximo à escola onde estuda. Trabalha para a mesma família desde os 28 anos de idade, ou seja, há 37 anos. Primeiramente, empregou-se na casa dos pais de sua atual patroa que é divorciada e não possui filhos. Mais tarde, ela foi transferida para a filha (atual patroa) como uma herança familiar deixada por seus pais.

Apesar de residir com a patroa, possui uma casa em Ribeirão das Neves, que permanece fechada durante a semana, uma vez que, vai até o local todos os finais de semana. Ali, cuida de seus nove cachorros retirados das ruas. Nos fundos de sua casa, permitiu que seu sobrinho e esposa construíssem um barracão. Atualmente, eles residem nesse local com seus dois filhos. Irene paga a quantia de R\$ 50,00 por mês para a esposa de seu sobrinho alimentar os seus cães, mesmo sendo a proprietária do terreno e não cobrando-lhes aluguel. Sobre a situação ela esclarece:

*“Eu gosto muito de bicho. E ver bicho na rua parte o coração. Então eu fui levando lá pra minha casa e cuidando. Mas como só vou lá fim de semana, eu pago pra Isabel dar comida, água, olhar se está tudo bem. Mas ela não limpa muito. Fim de semana eu vou em casa mais é para limpar tudo. O lugar dos cachorros e dentro de casa”.* (Informação verbal)<sup>30</sup>

Dona Irene não tem filhos e os únicos parentes vivos são seu sobrinho e sua esposa. Nunca se casou, motivo este que contribuiu para sua mudança para Belo Horizonte:

*“Quando eu tinha 28 anos meu noivo me largou. Nos dias do casamento, com o enxoval todo pronto, descobrimos que ele tinha outra família. Aí, por causa da vergonha eu resolvi me mudar para Belo Horizonte.”*

Ela nasceu e cresceu no Norte de Minas, em Januária, em uma família de sete filhos. Das duas filhas moças, Irene era a caçula e juntamente com sua irmã, cuidava da comida, das roupas e da limpeza da casa enquanto seus pais e irmãos atuavam no plantio e colheita, conforme relatou na entrevista.

---

<sup>30</sup> Contrariando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, para não sobrecarregar o texto com notas de rodapé, optamos por apresentar os trechos coletados nas entrevistas em itálico e entre aspas. Esclarecemos que esses dados foram reproduzidos na íntegra.

Como ela frisou, nascera *para cuidar de casa*. Cuidava da casa dos pais e imaginava se casar e cuidar de sua própria casa e família. Entretanto, com o fim do noivado e, ainda, tendo em vista sua idade à época do término (28 anos), afirma que desistiu desse sonho e resolveu mudar de vida:

*“Eu com 28 anos já estava muito velha pra pensar em arrumar outro, casar, ter filho. A Dona Joana, mãe da minha patroa, tinha terra lá na roça. Ela sempre buscava empregada de lá e trazia pra cá. Eu nunca quis vir para a cidade grande porque meus planos era casar, **ter minha própria casa**, né? Mas como não foi da vontade de Deus, resolvi vir com ela. Era bom pra mim mudar de ares... Ter um emprego, meu dinheiro, poder mandar dinheiro para os meus pais, e na verdade, melhor ainda ficar longe do noivo, do falatório de todo mundo.”*

As entrevistas com essa colaboradora ocorreram em dois momentos distintos: o primeiro na casa de sua patroa e o segundo, na escola em que estuda, fora do horário de aulas. Sua patroa solicitou-nos que a primeira entrevista fosse realizada em sua residência, para que pudéssemos esclarecer-lhe os objetivos desta pesquisa e qual uso seria feito dos dados fornecidos.

Sendo assim, no primeiro momento pudemos conhecer a casa de sua patroa: um apartamento antigo, amplo e com muitos cômodos. São três quartos, sendo um com suíte, dois banheiros, sala de visitas, sala de televisão e sala de jantar, escritório, copa, cozinha e dependência de empregadas, que conta com mais dois pequenos quartos e um banheiro.

Em um desses pequenos quartos, há apenas muitas caixas e eletrodomésticos sem uso, guardados. No outro, local onde dorme a empregada doméstica, encontramos uma cama de solteiro, um guarda-roupa pequeno e uma televisão antiga e pequena e, ainda, mais algumas caixas sobre o guarda-roupa. A situação de moradia de Dona Irene nos causou incômodo pelo pouco conforto que oferece e foi por isso que optamos por descrever a quantidade de cômodos existentes naquele apartamento.

Ana, sua patroa, contou-nos que era dona de uma confecção de roupas e ficava fora quase o dia todo. Afirmou que sua motivação para conhecer a pesquisadora era garantir que Irene não correria nenhum risco, uma vez que sua empregada era muito inocente. Assegurou que a considerava como parte da família se preocupando muito com ela. Então, esclarecidos os objetivos da pesquisa, a patroa retirou-se e ficamos sozinhas para darmos prosseguimento à entrevista. Antes, porém, Irene explicou que não serviria cafezinho porque não estava na própria casa, logo ficava sem graça. Mas,

um dia, visitando-a em sua casa, em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, ela serviria um lanche muito gostoso, de acordo com suas palavras.

Irene relatou que com a morte dos pais de Ana (patroa), passou a trabalhar com ela sem pensar duas vezes, repetindo as palavras da empregadora, afirma que a considera parte de sua família. Assim, vemos mais uma vez alguns aspectos que já mencionados neste estudo, sobre as ambivalências da relação patroa/empregada.

Quanto à educação formal, nem os pais de Irene, nem seus irmãos chegaram a frequentar a escola; segundo a entrevistada, não havia escola próxima à sua residência. Assim, a sua primeira matrícula escolar ocorrera há oito anos, na escola onde estudava no momento, encontrando-se na 3ª série. Buscou a escola, inicialmente, porque queria aprender a assinar o seu nome e tirar uma nova carteira de identidade. Inclusive, fez questão de ir até a sua bolsa buscar a cédula de identidade para mostrar, com muito orgulho sua conquista. Vemos, portanto, o significado social da escrita para ela e o peso subjetivo do analfabetismo sendo deixado para trás. Vemos também, como os projetos se constituem em curto e médio prazos. Realizada essa etapa, continuou na escola porque passou a sonhar com seu certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental exposto em um quadro, como símbolo de superação, de suas lutas e suas vitórias. Enfaticamente, assim ela expõe sua decisão:

*“Eu fui pra escola por minha conta mesmo. Via o pessoal passando de uniforme aqui na porta do prédio e me inspirei. Fiquei com vontade de estudar, fui e me matriculei. Eu fui pra escola pra aprender a escrever o meu nome. Tinha muita vergonha da minha identidade com o meu dedão lá em vez da assinatura. E em todo lugar era assim, só assinava com o dedão. Aí eu aprendi a assinar tirei a identidade nova e empolguei. Fiquei inspirada a pegar o diploma da 4ª série. Quero ele lá num quadro para mostrar pra todo mundo que eu sou pobre, nasci pobre, mas dei a volta por cima e estudei”.*

Embora nunca tenha interrompido o curso, faltava às aulas, em decorrência dos horários de trabalho. O curso é presencial e gerou seguidas repetências em todas as séries.

Com referência ao segundo momento da entrevista, lembramos que este ocorreu na escola em que a entrevistada estudava, antes do início das aulas. Como ela chegou mais cedo, conseguimos conversar com calma.

Nesse novo ambiente, ela estava menos retraída e mais à vontade, ao contrário do primeiro momento. Duas razões podem explicar seu comportamento: já havia se acostumado com o processo de entrevista ou não estar na presença da patroa nem em

sua residência. O fato é que a entrevista fluiu mais nesse segundo momento. Contou-nos, por exemplo, que sua patroa passava por grande dificuldade financeira e não podia pagar o salário dela sozinha. Então, duas vezes por semana, ela ficava *emprestada* atuando junto a um casal de amigos de Ana que a ajudavam na sua remuneração mensal, ou seja, um salário mínimo.

O que nos chama a atenção é que Dona Irene só frequentava a escola nos dias em que estava na casa desse casal, pois na casa de Ana, as prioridades da empregadora eram o horário do jantar e a segurança da residência. Como atesta este trecho, havia a extensão da jornada além do horário:

*“Eu falto muito de aula. Perco prova, matéria. Por isso que tomo bomba e não consigo aprender. É que eu só consigo ir pra escola terça e quinta, quando tô na outra casa. Segunda, quarta e sexta eu tô aqui. Aí não dá. É até perto da escola, mas a aula começa 18:30 e a Dona Ana gosta de jantar às 19hs. Aí, até eu arrumar tudo fica tarde pra mim ir. **E ela também fica com medo.** A Serra é muito perigosa tem muito ladrão. E o prédio tem portaria mas tá sem porteiro. **Ela fica com medo de um ladrão me espreitar e entrar pra cá junto comigo**”.*

Não sabemos efetivamente se o fator segurança não foi mobilizado pela empregadora num contexto apenas de minimizar o impedimento de comparecer a escola. Não sabemos se está ciente do desejo da empregada de deixá-la ao se formar.

Nas duas casas em que trabalha a sexagenária lava, passa, limpa a casa toda e cozinha. Deixa sempre a comida congelada para os dias em que não estará presente. Segundo ela, não tem horário muito certo de trabalho, revelando a rotina pesada de cuidado de duas residências. Seu depoimento confirma o que já dissemos sobre as jornadas de trabalho indefinidas. Costuma acordar às 6 horas da manhã e ir fazendo tudo sem pressa, trabalhando, então, cerca de 14 horas por dia. Apesar disso, a empregada atribui a si mesma a qualidade de “moleza”<sup>31</sup>. Afirma estar acostumada ao horário da roça, embora viva efetivamente na cidade há mais de 35 anos, ou seja, a maior parte de sua vida:

*“Eu levanto cedo, umas 6 horas. É que sou acostumada com o horário da roça de acordar. Mas meus patrões nem de cá e nem lá levantam esse horário. Mas eu gosto. Porque aí tomo café sossegada e vou fazendo tudo devagarzinho, porque ando meio cansada ultimamente. Mas apesar de fazer de tudo na casa, não é muito serviço. Porque é só adulto... Não tem criança... Criança que dá mais trabalho. Eu que tô mole. Aí, a hora que eu acabo é essa mesma. Quando vou pra escola tomo banho e janto*

---

<sup>31</sup> Segundo Irene sua saúde é boa, não necessitando utilizar nenhum medicamento de forma contínua.

*mais cedo. Quando não tô aqui e não vou, costumo terminar de arrumar a cozinha da janta e ir dormir”.*

Sua condição revela a exploração de seu trabalho. Recebe um salário-mínimo pelo serviço prestado nas duas residências. Não possui carteira assinada, não sabe o que é Fundo de Garantia, mas tem direito a férias. O que nos chama a atenção é a sua justificativa para essa situação:

*“Quando comecei a trabalhar com a Dona Ana eu tinha registro na carteira. Mas não era registrada como doméstica não. Era registrada como as outras funcionárias lá da empresa dela. Mas aí aquela empresa fechou e ela me **mandou escolher** se queria registro ou não. Ela me explicou **que o que decidiu ela faria**. Só que se eu escolhesse ter o registro, eu **ficar presa a ela**. Se um dia quisesse ir embora, o registro ia me prender aqui. **Eu não ia poder ir embora quando quisesse**. Porque com o registro o funcionário fica com uma obrigação com o patrão. Aí eu não quis. **Porque quero ser livre... Porque quero ir embora quando formar**<sup>32</sup>”.*

Esse depoimento desvela também o que vimos anteriormente acerca da continuidade dos privilégios das classes médias em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Como podemos observar, a entrevistada assegura que a decisão de não ter a carteira de trabalho assinada fora dela, acreditando ter feito uma livre escolha que a beneficiou, mas isso não interferia na questão de suas férias, pois todos os anos recebe o valor referente a elas e pode gozá-las. Entretanto, segundo a entrevistada, ela acabava ficando na casa da patroa durante as férias também, mesmo sem receber por isso:

*“Ah, eu tiro férias todo ano. Ela [a patroa] **é muito correta**. Mas eu vou, fico uns dias lá na minha casa, mas aí eu não tem muito pra fazer. **Lá é muito longe e eu tô acostumada com a rotina daqui**. Aí eu venho. **Ajudo a Dona Ana no que tem que fazer aqui e me distraio**. Gosto de ir na missa daqui de perto. É mais animada. **Ela nunca me proibiu de ficar aqui. É como se fosse minha casa também**”.*

Vemos o excesso de horas de trabalho invadir seu dia-a-dia, férias e folgas. Em seu discurso, entretanto, aparentemente, Irene assume o lugar de quem se beneficia com a situação. De mesmo modo, suas folgas semanais são pouco aproveitadas. Na sequência Irene relata:

*“[...] Pelo combinado **eu poderia ir embora sábado à tarde**, depois que terminasse o serviço e voltar só na segunda de manhã cedo. Mas a Dona Ana **não liga de voltar Domingo**. Ela me disse que era melhor eu voltar Domingo à tarde porque aí não precisava pegar ônibus cheio segunda de manhã. **Aí eu***

---

<sup>32</sup> Estamos cientes que de fato, concluindo o curso em 2015, Irene abandonou esta situação e foi residir em sua casa em Ribeirão das Neves.

*venho e aproveito para fazer uma coisinha ou outra que precisa aqui”.*

Mais uma vez ela aparenta o discurso da empregadora como uma concessão. E complementa expondo suas opções e noções de lazer, que incluem outra rotina de trabalho doméstico não remunerado em sua própria residência:

*“Indo sábado e voltando domingo já dá para mim descansar. Dá para escovar o cabelo lá perto de casa que é mais barato. Eu limpo minha casa toda, deixo tudo ajeitado... Vejo meus cachorros, brinco com eles. Faço um café e um bolo do meu jeito, como. Vejo meu sobrinho e os meninos dele. Dá tempo de tudo. Aí eu volto domingo mesmo e ainda vou pra missa”.*

Sempre elogiando a patroa, reforçou em diversos momentos da entrevista que esta seria uma pessoa muito boa, a melhor que já conhecera. Comentou que se sente muito querida por ela e percebe que Ana se preocupa verdadeiramente com ela, como se fossem da família uma da outra. Percebemos, em suas falas, que, em muitas ocasiões, como já demonstrado nos trechos anteriores, Irene parece ser manipulada pela patroa, pois internaliza um discurso patronal. No entanto, parece pensar que ela mesma tinha controle da situação. Contudo, a marcação discursiva apontando “como se” indica que ela tem clareza de não serem efetivamente relações familiares. De mesmo modo, ao fazer em sua casa, o café e o bolo do seu jeito, explicita a ausência de simetria presente na relação patronal. E, dessa forma, o que acabamos vendo é uma situação de praticamente trabalho escravo, como uma continuidade da escravidão. Essa temática será discutida novamente neste trabalho.

Por outro lado, quanto às faltas à aula, confessa que isso a incomodava, mas que não se importava muito, pois esse problema era muito pequeno perto do de muitas colegas de escola. Vejamos seu depoimento a esse respeito, onde se destaca mais uma vez a ambivalência anteriormente apontada e como se constroem suas justificativas pessoais para a assimetria nas relações vividas:

*“Eu fico incomodada de não ir à escola. Às vezes fico chateada com isso. Mas eu não importo, porque apesar disso, a Dona Ana é muito boa. **Ela me trata bem, que nem gente.** E nem toda patroa, toda casa é assim. Lá na escola a gente sempre comenta na hora de ir embora. **Tem patroa que desconta da sua doméstica o almoço, a janta.** Outras compram sua própria comida. Na Dona Ana não. **Nela eu como e ela nunca me descontou nada.** Nunca tirou um real meu de nada. **E ela também me deu muitos móveis que não usava mais quando comprei minha casa.** Me ajudou muito. **Sou muito grata.** Ela é muito boa...Se é para trabalhar é melhor assim...”*

Esse discurso de Irene nos remete às contribuições de Brites (2008), ao afirmar que, no Brasil e em diversas outras sociedades do mundo, em diferentes épocas, a manutenção adequada desse sistema hierárquico que o serviço doméstico desvela é reforçada, em particular, por uma ambiguidade afetiva entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas. Ambiguidade esta, que, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil.

Quando questionada sobre o que pretende fazer no futuro, o depoimento de Irene mostra como ela valoriza a escola e que só continua trabalhando para se manter em um local próximo à escola. Aponta suas conquistas subjetivas:

*“Eu já sou aposentada, né? Recebo um salário porque já tenho mais de 60 [anos]. E eu ando muito cansada. Então, assim, eu tinha dois sonhos: comprar uma casa e formar [na escola]. Comprar a casa eu já comprei. Juntei dinheiro esses anos todos. E como aqui e nem lá [se referindo as duas casas em que trabalha] **me descontam nada igual as patroas das meninas fazem**, eu pude juntar um dinheirinho e comprei meu barracão. Meu sobrinho me ajudou a reformar e hoje lá é muito lindinho. Cheio de planta, bicho, do jeito que eu queria. E é meu lugar, sabe? Apesar do meu sobrinho morar no lote... O outro sonho é formar. Eu tô muito cansada. Se eu for pra minha casa e parar de trabalhar, eu vou parar de estudar também. Então vou ficar trabalhando aqui até formar na 4ª série. Quando eu pegar meu diploma eu paro de trabalhar e vou ficar lá com meus cachorros e meu sobrinho”.*

Nessa sequência, referindo-se às dificuldades enfrentadas para se manter na escola, a entrevistada reconhece que o cansaço derivado de seus afazeres e de sua idade avançada dificulta a concretização de seu sonho. Mas, o que ela, aparentemente não percebe é que, contraditoriamente o mesmo emprego que ela faz questão de manter para ficar próximo à escola é justamente o que a impede de frequentá-la. É o que revela este trecho da entrevista:

*“Eu tenho que formar logo... Tô muito cansada ultimamente... Às vezes chego na escola e cochilo até.... É que eu não sou mais nenhuma mocinha, e o serviço é o mesmo, e como não sou jovenzinha mais, canso mais rápido. Chega no fim do dia eu estou muito cansada... E quando vou pra escola a cabeça, a mente fica pesada de cansaço... Fica difícil aprender... Eu sei às coisas, mas aí não penso direito e respondo errado. O problema é que eu falto de aula demais. Nos dias que tô na Dona Ana, eu te falei, acabo não indo”.*

Solteira, sem filhos, com pouca escolaridade e idosa, sente-se ligada afetivamente à patroa, que também é uma mulher solteira e sem filhos. Entretanto, não podemos afirmar que a relação das duas é de carinho e respeito mútuo, pois isso foi muito mais perceptível por parte da empregada, que manifesta reconhecimento e gratidão em sua fala.

### 3.1.2. Maria Emília

Maria Emília tinha, à época das entrevistas, 53 anos de idade e autotranscreveu-se como negra. É solteira e não possui filhos.

De todas as entrevistadas, Maria Emília foi a que apresentou a maior dificuldade em agendar a primeira entrevista. Ela só tinha disponibilidade para realizá-la nos finais de semana preferencialmente, no domingo – dia de sua folga. Mesmo assim, por telefone, agendávamos os encontros, e estes, por sete vezes, foram cancelados. O motivo se repetia: Maria havia viajado para o sítio de seus patrões para cuidar do local para receber a família deles. Por telefone, em uma das ocasiões ela procurou justificar-se dizendo:

*“Desculpa desmarcar de novo. Mas é que Dona Ângela e seu Augusto resolveram ir pro sítio de novo no sábado. Aí, eu preciso ir amanhã pra abrir as janelas, arejar tudo para quando eles chegarem. Eu tenho que tirar poeira, varrer, ajeitar a horta, pra quando eles chegarem já estar tudo certo.”*

E acrescenta ainda sobre a rotina extra de trabalho no fim de semana:

*“Mas eu gosto de ir pra lá. Adoro viajar. Sai da rotina. Lá eu descanso. Eu vou cuidar da horta, cozinho no fogão à lenha. Lá no **nosso sítio**, eu colho fruta pra trazer. Tudo de bom...”*

Afinal, conseguimos agendar as entrevistas na casa onde ela trabalha e reside há 32 anos, no Bairro Mangabeiras, Zona Sul de Belo Horizonte. Assim como sua patroa, nasceu em Curvelo, na região central de Minas Gerais. As duas se conheceram ainda crianças por frequentarem a mesma igreja, e, segundo ela, mantiveram amizade.

Maria Emília é filha de um casal cujo pai era sapateiro e a mãe dona de casa. Era a caçula de quatro irmãos. Hoje os únicos parentes vivos são os sobrinhos, como descrito a seguir:

*“Morreu todo mundo. Meu pai sempre foi muito doente por causa da cola de sapateiro que ele cheirava o dia todo enquanto trabalhava. Morreu eu era mocinha. Minha mãe morreu depois, mas também morreu. Morreu de câncer. Doença triste. Morreu eu já trabalhava aqui. Meus irmãos morreram de doença, de acidente, mas morreram também. Hoje ficou só sobrinhos. Além da Dona Ângela [patroa], só eles que são minha família. Mas eu não vejo muito. Cada um mora num canto. Só um que vejo sempre. Que mora em Betim”.*

Maria Emília não frequentou a escola quando ainda era criança. Segundo ela, seus pais não viam muita importância nos estudos. A grande preocupação deles era ensinar às filhas (mulheres) as tarefas do lar e, aos filhos (homens) o ofício de sapateiro. A essa herança familiar gendrada, ou seja, determinada conforme o gênero, como se repete entre as entrevistadas, somam-se, ainda, a distância até a escola e a raridade da oferta desta.

Além disso, como ela explica, havia poucas escolas na cidade e longe da sua residência:

*“Meus pais não preocupavam com a gente estudar. Tinha pouca escola naquela época também... E além disso o importante era que eu e minha irmã aprendesse com minha mãe a cuidar da casa, pra quando a gente casasse. E meu pai ensinava para meus irmãos o trabalho dele de sapateiro. Aí, não fomos pra escola”.*

Ela concluiu 4ª série do Ensino Fundamental na mesma instituição escolar frequentada pelas demais entrevistadas desta pesquisa. Contudo, ainda não se matriculou em outra escola porque recebeu um convite do padre de sua paróquia para tornar-se ministra da eucaristia e está frequentando um curso destinado à esta formação:

*“Não continuei porque Deus me tocou e o Padre Geovanni me convidou para ser ministra da eucaristia. E eu senti que tinha que aceitar. Aí tô fazendo um curso. E olha a importância disso, entregar a comunhão para as pessoas! Agora, se fosse ministra da palavra não aceitava, ainda não sei ler bem pra ler em público não...”*

Quanto à sua mudança para Belo Horizonte, segundo ela, recebeu convite de sua patroa – Ângela, logo após o casamento dela com um médico que trabalhava na capital mineira. Ela viu nesse convite uma oportunidade de conhecer a cidade, trabalhar e enviar dinheiro para a sua mãe que, àquela época, já era viúva. Vejamos, pois, os detalhes de sua mudança neste trecho da entrevista:

*“A Dona Ângela ia casar com o seu Augusto e mudar pra cá. E naquela época eu nunca tinha trabalhado fora, só ajudava minha mãe em casa. Mas eu tinha comentado na igreja que eu precisava trabalhar porque a gente tinha que reformar o telhado*

*da casa e o dinheiro não dava. Aí, ela me chamou pra vir pra cá [para Belo Horizonte] com ela depois do casamento. Eu aceitei. Nunca tinha vindo pra cá... E era a capital, né? Aí, eu ia mandando o dinheiro pra minha mãe todo mês.”*

A respeito de sua rotina como doméstica, relata que cuida de tudo dentro da casa: lava e passa roupas; arruma as camas; cozinha; tira poeira e varre. A parte externa da casa (jardim e piscina) é função do outro empregado da casa, o Manuel. Segundo ela, sua rotina é pesada, e para dar conta de tudo levanta todos os dias às 6 horas da manhã e não tem um horário certo para terminar, configurando mais um exemplo de jornada de trabalho expandida comum a todos os entrevistados que residem no domicílio em que atuam. Entretanto, quando estava estudando, deixava tudo como estava, seguindo orientações de sua patroa, para não se atrasar para a escola, conforme ilustra esta passagem da entrevista:

*“É tanta coisa para fazer que eu levanto cedo. Seis horas to de pé. E nunca tem hora certa pra acabar. Porque o Manuel cuida lá de fora, das plantas, da piscina... Eu cuido de tudo aqui dentro. Mas a própria Dona Ângela, nunca me deixava atrasar pra escola. Me mandava parar tudo e descer pra não perder aula.”*

Conforme seu relato, sua patroa desde o momento em que a empregou, sempre teria desejado que ela estudasse. Mas, ela mesma não via sentido, porque já era adulta e tinha uma profissão. Entretanto, em determinado momento, a função social da leitura se apresentou a fim de ler a Bíblia e acompanhar as leituras e cantos da missa que eram exibidos em um telão. Quando tomou essa decisão, teve apoio de seus patrões e da filha única do casal, como registrado abaixo:

*“Dona Ângela sempre achou que eu devia estudar. Mas eu não queria. Pra quê? Eu já era grande, trabalhava... mas ela insistia. Falava assim que pelo menos o básico eu deveria aprender. Mesmo que não precisasse igual ela. Porque ela estudou, mas não precisou. Porque casou com o seu Augusto que é médico [sua patroa nunca trabalhou fora].”*

E, prosseguindo com sua explanação sobre a escola, diz que percebe que o mundo mudara como mostra esta fala:

*“Mas aí, tudo foi ficando moderno. Eu já não podia ler a Bíblia. Aí me começa a igreja a passar no telão lá na frente as leituras, as músicas... E pra mim era tudo embaralhado. Não lia nada. Aí, tive que resolver a estudar. E todo mundo adorou! Principalmente, a Mariana [filha dos patrões], me entusiasmaram até.”*

Com referência às dificuldades enfrentadas para estudar, ela destacou, confirmando a regra, o cansaço, fruto de sua rotina. Assim, a infrequência se justificaria pela ausência de horário de trabalho definido, folga ou férias<sup>33</sup>. Assinalou, também, a dificuldade com a disciplina de matemática. Eis seu depoimento sobre o tema, que aponta a sua estratégia para driblar seu cotidiano:

*“A escola era perto de casa. Você viu, né? Só descer a rua. O que era difícil mesmo é que eu já ia pra escola cansada. Nossa... Isso mata! E como a Dona Ângela não gosta que eu falte de aula, eu saía de casa como se fosse pra escola, mas ia pra casa de uma amiga pra descansar.... [risos] E outra coisa também que era uma dificuldade enorme pra mim era a matemática. Jesus, aquilo não entra na minha cabeça. Pensei tanto em desistir só pra não ter que fazer conta mais...”*

Quando interrogada sobre seus direitos trabalhistas, Maria afirmou que não possuía carteira assinada, mas recebia férias remuneradas todos os anos. Entretanto, como ela deixou claro, mesmo de férias continuava desenvolvendo suas atividades em casa, que também é a casa dos patrões, pois, sendo sua residência, não poderia deixar de realizar tais atividades. De fato, ela deixa ver por seu depoimento não ter outro lugar para onde ir. As fronteiras entre emprego e família são diluídas para ela, como podemos observar nesta fala:

*“Eu não tenho carteira assinada não. Mas também nem acho necessário. Eu e a Dona Ângela crescemos juntas. Aqui é a minha família. Eu nunca me senti a empregada. **Sempre me senti parte dessa família abençoada.** Eu sei que mesmo eu ficando velha vou continuar morando aqui. **Eu não tenho outra família. Nem outra casa.** Agora, férias, eu recebo todos os anos. Apesar de que eu não tiro férias mesmo.... Eu moro aqui... Como que eu ia ficar em casa vendo as coisas sem fazer? O que eu faço é não ter um horário certo. Eu vou mais à igreja, vejo meu sobrinho caçula...”*

A entrevistada tem a sua folga definida para o domingo, mas usufruiu muito raramente dela já que, segundo ela, sai muito pouco de casa. Seu lazer mais frequente é ir às missas e ao grupo de oração da paróquia perto de sua casa. Sempre que viaja com os patrões, acaba sendo para trabalhar, nunca viajou apenas a lazer. No entanto, afirma que o seu maior lazer é ir para o sítio dos patrões, local onde trabalha quase todos os finais de semana e considera como dela também. Como podemos observar nesta passagem da entrevista:

---

<sup>33</sup> A situação dela faz a gente se perguntar sobre seu futuro quando não der mais conta de suas tarefas.

*“Saio pouco. Minha folga é domingo. Mas eu vou mais é à missa mesmo e no grupo de oração. Não sou muito de balada igual as meninas [referindo-se à algumas colegas de profissão]. Eu gosto de ir passar o fim de semana no “nosso” sítio. Lá é uma delícia. Mato, fogão à lenha pra eu cozinhar... **Eu trabalho, mas descanso mais... O ar é diferente....”***

Maria Emilia, assim como Irene, senhoras negras que residem no emprego por toda a vida nos remetem à personagem de Monteiro Lobato – Tia Anastácia. Sempre presente, amiga da “Sinhá” e das crianças. Família e trabalho se confundindo no cotidiano sem férias, folgas ou direitos sociais.

Sobre isso, Lajolo (1988) reportando-se à Tia Nastácia, descreve-a como a “*negra de estimação*” da família de Dona Benta, algo como a velha frase que ainda se ouve hoje: “*é como se fosse da família*”. Desfruta da afetividade da matriarcal família branca para a qual trabalha e, ao mesmo tempo, apesar de suas breves, mas significativas incursões pela sala e varanda, encontra, no espaço da cozinha o emblema de seu confinamento e de sua desqualificação social.

Lima (2016) afirma que não se pode deixar de questionar a representação, marcada pelos estereótipos raciais dessa personagem, e afirma que, levando-se em consideração que o autor busca representar as contribuições culturais dos negros– o que não era comum nas obras do período, entende-se que há um lugar para os negros no Brasil apresentado por ele. O sítio é uma metonímia do Brasil. Porém, essa representação deve ser problematizada, pois o negro em Lobato é colocado em posições hierarquicamente inferiores às dos brancos e possui apenas um papel nessas obras, que é aquele tipicamente destinado a eles na literatura dos anos 1930. Os trechos preconceituosos da obra de Lobato são, dessa maneira, encarados como parte de um passado histórico e não deveriam ser apagados, mas sempre problematizados e questionados.

Posto isso, não podemos deixar de mencionar que em 2010, houve uma denúncia de um cidadão chamado Antônio Gomes da Costa Neto em relação ao livro “As Caçadas de Pedrinho”, de autoria de Monteiro Lobato. O autor da denúncia almejava fazer com que a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal não utilizasse livros, material didático ou qualquer outra forma de expressão que, em tese, contivessem expressões de prática de racismo cultural, institucional ou individual.

Em resposta a essa denúncia que foi formalizada, a professora Nilma Lino Gomes que foi relatora do Parecer do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica CNE/CEB Nº:15/2010, explica:

[...] surgiu de uma denúncia que foi feita, à época, à Ouvidoria da Seppir. A Ouvidoria encaminhou a denúncia para diferentes órgãos como o Conselho do Distrito Federal, o Ministério da Educação e também para o Conselho Nacional de Educação. O Conselho então se posicionou, através de um parecer, e eu fui a relatora. Esse parecer o que ele faz é dar orientações, ele faz contextualizações para o sistema de ensino e para as escolas em relação não só a essa obra, mas em relação a obras literárias cujos estudos críticos hoje mostram a presença de estereótipos raciais. O que nós fizemos foi orientar as editoras que inserissem uma nota explicativa nos livros falando sobre a questão dos estereótipos raciais na obra do Lobato, assim como em outras obras literárias falando do contexto hoje no Brasil, da superação do racismo, enfim, como um ato educativo. (GOMES, 2015, p. 02)

De acordo com o parecer, a crítica realizada pelo requerente foca a personagem Tia Anastácia e as referências a animais tais como: urubu, macaco e feras africanas. A crítica feita pelo denunciante baseia-se na legislação antirracista brasileira, a partir da promulgação da Constituição de 1988, na legislação educacional em vigor e em estudos teóricos que discutem a necessidade e a importância do trabalho com uma literatura antirracista na escola superando a adoção de obras que fazem referência ao negro com estereótipos fortemente carregados de elementos racistas.

O parecer afirma que de acordo com o requerente, a obra de Monteiro Lobato toma alguns cuidados em relação diante de alguns avanços e das mudanças sociais acontecidas ao longo da nossa história. Por exemplo, cita o fato de haver uma nota explicativa dizendo que em 1933, quando o livro foi publicado, os animais silvestres ainda não se encontravam sob proteção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e nem a onça pintada se encontrava ameaçada de extinção.

Porém, de acordo com o parecer em questão:

O mesmo cuidado tomado com a inserção de duas notas explicativas e de contextualização da obra não é adotado em relação aos estereótipos raciais presentes na obra, mesmo que estejamos em um contexto no qual têm sido realizados uma série de estudos críticos que analisam o lugar do negro na literatura infantil, sobretudo, na obra de Monteiro Lobato e vivamos um momento de realização de políticas para a Educação das Relações Étnico-Raciais pelo MEC, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. (BRASIL, 2010, , p. 3)

Segundo entrevista concedida pela professora Nilma Lino Gomes ao Portal Brasil, em janeiro de 2015, as pessoas não leram o parecer e criou-se uma ideia que este estava vetando a obra de Monteiro Lobato. Entretanto, o que este previa era a formação do professor incluindo a discussão dos estereótipos raciais na literatura e as questões

ligadas ao racismo. Isso, pelo fato de o professor ser mediador na hora da criança trabalhar em sala de aula com uma obra literária e precisar saber orientá-la e explicar que o contexto atual é outro. Na entrevista ainda é afirmado que:

E nessa mediação, esse professor enquanto formador e educador, ele tem que ter subsídio para poder orientar essa criança. Para explicar às crianças que hoje nós estamos em outros tempos. Para que o professor consiga conduzir o debate para que não se criem situações de constrangimento para as crianças negras dentro da escola, que aquilo que está numa personagem não possa se transformar em apelidos pejorativos, por exemplo, para crianças negras dentro da escola. Nós estamos falando de livros que são escolhidos didaticamente, pedagogicamente, para alfabetização e para contribuir numa formação escolar, que as crianças vão ter acesso dentro das escolas. Nós estamos falando de uma dimensão pública da literatura. Essa contextualização é importante, evidentemente, sem ferir o caráter literário da obra. (GOMES, 20015, p. 02)

Retomando o depoimento, sobre os seus planos, Maria Emília afirma que pretende terminar o curso para Ministra da Eucaristia e logo em seguida, iniciar seus estudos no 2º Segmento do Ensino Fundamental. No que diz respeito à sua profissão, não almeja mudanças. Seu grande sonho de futuro, por outro lado, está ligado ao desejo de um casamento e adoção de filhos, evidenciando o sentimento relativo ao desejo de ter sua própria casa e família:

*“Eu vou terminar o meu curso de ministra. Não vejo a hora de entregar a comunhão para as pessoas. Foi o maior presente de Deus em minha vida! Aí, eu quero começar a 5ª série. Se passar muito tempo tenho medo de desanimar. Agora, com meu trabalho, meu salário, eu to satisfeita. Não quero mudar. Ganho um salário aqui... Mas não tenho despesa com nada. To guardando meu dinheiro quase todo.”*

Em adição, ao justificar suas economias, refere-se a seus relacionamentos amorosos e emergem os modelos de família, mulher e mãe interiorizados. Acrescenta:

*“Pra que que eu to guardando esse dinheiro todo? [risos] Porque eu tenho um sonho secreto... **Eu quero casar um dia.** Sei que to velha, mas quem sabe não aparece um homem bom, de Deus, que queira casar? Já tive até alguns pretendentes. O último foi o taxista que faz ponto aqui na rua. Mas ele era muito avançado, já queria logo outras coisas... [risos] Aí, não deu certo. **Mas tenho esperança de casar e de ser mãe. Ser mãe é a maior benção de Deus na vida de uma mulher.** Como to velha, eu penso em adotar pelo menos uma criança. Não precisava ser nem um bebê. Aí a vida ia ta completa.”*

Ou seja, a família, a casa, o esposo, o filho permanecem no horizonte do desejo. Júlia, Rose e João, todos empregados que residiam nas casas dos patrões almejavam, um dia, possuir sua casa própria. Acreditamos, no entanto, que as mulheres trazem

consigo, para além do desejo da casa própria, modelos interiorizados e idealizados de lar, família e casamento e que a escola desempenha um papel secundário em seus projetos de futuro.

Posto isso, se João parece querer sua casa por razões puramente objetivas (limite de horário na jornada diária e semanal, por exemplo), as mulheres, apresentam um desejo que vai em direção ao subjetivo. Além de ter seu espaço, ter seus próprios vínculos, indiciando de modo claro a falácia contida nas sentenças “*é quase da família*”, “*é como da família*”, sabem que não são e querem ter direitos. Como veremos mais adiante.

### 3.1.3. Rose dos Anjos

Rose dos Anjos, uma mulher que se declara negra *com muito orgulho*, tinha no momento das entrevistas, 52 anos de idade. Nasceu e cresceu na capital do Rio de Janeiro na Favela da Rocinha. Seus quatro filhos, todos homens, com idades entre 30 e 36 anos, são casados e residem em Cabo Frio, no interior do Rio de Janeiro. O marido faleceu há 20 anos, quando o filho mais novo do casal tinha dez anos de idade. Nessa época, a família se mudou para Cabo Frio, na Região dos Lagos, onde Rose conseguiu emprego em casas de família e seus filhos vendiam *quitutes* na praia após a escola para completar o orçamento familiar. Além da gravidez precoce e exposição à violência oriunda do tráfico, sua fala registra o ingresso no trabalho doméstico como a opção possível para ela:

*“Eu passei a infância no Rio. Amo aquela minha terra. Casei com 16 anos, quando engravidei do meu mais velho. Mas o pai dos meninos mexia com muita coisa errada e morreu quando o caçula tinha apenas 10 anos. Aí, eu tive que sair do Rio. Fui pra Região dos Lagos, lá pra Cabo Frio com meninos. Tinha parente lá e arrumei umas casas para faxinar e os meninos vendiam quitutes que eu fazia na praia depois da escola, porque a grana era curta. Fiquei lá em Cabo Frio fazendo o mesmo que fazia no Rio: faxinava. É o que menina preta, pobre, que cresceu na favela e não estudou consegue fazer, não é?”*

Reside, há 13 anos, na casa de seus patrões na Zona Sul de Belo Horizonte, em um amplo apartamento, local onde foram realizadas, com muita tranquilidade, todas as entrevistas. Como podemos ver nos trechos abaixo, confirmando a regra geral, veio para Belo Horizonte já com o acordo prévio referente a emprego e residência:

*“Vim pra BH tem 13 anos. Conheci a Dona Rosa [patroa] lá em Cabo Frio. Eu fazia faxina na casa que a mãe dela sempre alugava nas férias. Fazia faxina e fazia comida, porque eu cozinho muito bem. Aí, quando ela casou, ela não sabia cozinhar nada. E gostava de comer bem. Então, a mãe dela arrumou pra eu vir pra casa dela. Como os meninos já estavam criados e andavam com as próprias pernas eu vim pra cá. **Quem não ia querer uma promoção? Parar de limpar pra poder ser cozinheira?**”*

Rose é cozinheira na casa de seus patrões. Prepara todas as refeições da família e também acompanha o trabalho dos demais funcionários da casa: uma faxineira diarista, que vai até a casa duas vezes por semana e uma lavadeira e passadeira, que também trabalha duas vezes na semana (um dia para lavar, outro para passar). Para ela, o cargo que ocupa é um lugar de destaque, lugar de reconhecimento que exige competência e responsabilidade como retratado a seguir:

*“Aqui eu só cozinho. Aliás, eles me contrataram para cozinhar. Mas entre uma refeição e outra, eu aproveito, por minha conta mesmo, para fiscalizar o que os outros fazem. Porque empregada que não é fixa é meio desleixada. E como eu sou a única que moro aqui, me sinto na responsabilidade de acompanhar tudo. **É minha casa também, né?**”*

Porém, logo depois, Rose acaba por relatar que como a família dispensou há um ano a empregada fixa (que não residia no emprego), ela acaba assumindo outras funções, que antes não exercia. Por exemplo, após as refeições é ela quem lava e guarda a louça, além de em algum momento de eventualidade limpar algum cômodo da casa, passar ou lavar uma roupa, como detalhado abaixo:

*“Antes tinha uma outra empregada fixa. Empregada mesmo, não cozinheira igual eu. Ela não morava, mas vinha todo dia. Mas pra família da Dona Rosa estava ficando apertado manter nós duas. Aí eles dispensaram ela, porque era mais nova aqui. E eu também, moro aqui, **acabo sendo meio que da família, participando de tudo**. Agora, sou eu quem lavo a louça e se suja algum lugar da casa eu tenho que limpar, não dá pra esperar a Ana [faxineira diarista]. E se suja uma roupa, **pra não manchar eu lavo**. E se o Jorginho [filho de 13 anos do casal] precisa de uma roupa, ou a Dona Rosa, ou até o Seu Gerson, e **ela tá amassada, eu passo**”.*

O seu discurso confirma o lugar “indefinido” de quem reside no emprego. Com relação aos direitos trabalhistas, verificamos que ela não possui carteira assinada, mas recebe 13º salário todos os anos e goza férias remuneradas. Tem rendimentos de dois salários mínimos por mês, o que é, em suas palavras, muito bom “*para alguém em suas condições*”, reconhecendo a ausência de formação profissional mais ampla. Reconhece ainda o valor da herança recebida da mãe, que a ensinou a cozinhar:

*“Olha, minha carteira não é assinada. Mas quando eu vim pra cá, já sabia que ia ser assim. Foi acordado, então, hoje, não acho justo reclamar. Mas eles me pagam certinho todos os meses. Recebo férias e 13º perto do Natal. Com esse dinheiro viajo em Janeiro e fico com meus meninos em Cabo Frio. E aqui, recebo dois salários. **Pra mim que não tenho quase estudo nenhum, tá é muito bom. Minha sorte foi ter aprendido desde menina a cozinhar bem com a minha mãe.**”*

Por outro lado, não ignora as questões trabalhistas mostrando-se bem informada, apesar de sua situação parecer de segurança, ela se precavê:

*“Em mim eles confiam. Mas olha só, lembra que te falei da outra vez que eles mandaram a outra empregada embora? Nela eles não tinham confiança. **E agora tem uma lei aí que tem que pagar tudo certo, assinar a carteira, senão o funcionário pode “levar os patrões no pau”.** Eu sou esperta, eu pago meu INSS como autônoma, não crio caso. Aí, fico com um emprego bom, casa boa, perto da escola e vou poder aposentar direitinho.”*

Com essa fala da entrevistada, recorremos a Pinheiro, Gonzalez e Fontoura (2012), quando apontam que uma alternativa entre as empregadas domésticas é a filiação à previdência social na condição de autônomas. Esta opção foi adotada por aproximadamente 250 mil trabalhadoras que não possuíam carteira assinada em 2009, o que equivale, no entanto, a apenas 5,1% do total das que trabalhavam com vínculos informais. Assim, a contribuição previdenciária ainda é incomum entre as trabalhadoras sem carteira, mas é um pouco maior entre as diaristas, cuja informalidade é significativamente mais elevada. Entre estas, a proporção das que não possuem carteira e contribuem para a previdência alcança 7,5% (contra 4% das mensalistas). Considerando que a renda auferida no trabalho doméstico é condição para que estas mulheres consigam contribuir como autônomas, nota-se que, são as diaristas que ganham mais de um salário mínimo as que apresentam maior taxa de contribuição previdenciária como autônoma: 14%.

Acerca da educação formal, como vimos, Rose não pôde frequentar a escola quando criança, pois, como seus pais, precisou trabalhar ainda pequena para ajudar no orçamento da família. Entretanto, frisa que sempre valorizou a escola e deixou o sonho de aprender a ler e a escrever adormecido. Relata que a escola fez muita falta em sua vida, como por exemplo, para obter melhores oportunidades de emprego. Por isso, sempre cobrou e ofereceu condições para que seus filhos estudassem, apesar de trabalharem desde muito jovens. Assim, sempre lutou para que seus filhos recebessem uma herança diferente daquela que lhe foi transferida, como explica abaixo, ao relatar sua situação familiar:

*“Eu ajudava em casa desde menina. Se não era na praia vendendo meus quitutes, era em casa cuidando dos meus irmãos... Era a única moça de cinco filhos vivos. Aliás, **era a única moça entre os sete filhos que nasceram da minha mãe. Aí, como que estudava?** Não estudei igual meus pais... Tudo igual... Mas com meus filhos falei que ia ser diferente. Tinha que trabalhar? Tinha. Mas tinha que estudar também. A escola faz falta. Quase que eu tinha que fazer faxina a vida toda... Por isso que sempre quis estudar, estava apenas esperando a hora oportuna.”*

Quando conseguimos agendar a primeira entrevista, Rose já era estudante da 5ª série em outra instituição de ensino<sup>34</sup>. Segundo ela, não quis esperar para prosseguir seus estudos, com medo de desanimar diante do cansaço.

Como enfatiza, o que a motiva a estudar é o sonho de mudar de profissão. Relata seus projetos, como o desejo de ser *cheff* de cozinha em algum restaurante ou até mesmo abrir seu próprio negócio. Reconhece que seus padrões fazem de tudo para facilitar seus estudos apesar de saberem que ela vê, na escola, o meio para sua mudança de profissão, como ela enfatiza abaixo:

*“Eu gosto do meu emprego. É bom. Sou bem tratada, respeitada. **O Jorginho até me pede benção...** Mas a gente tem sempre que querer melhorar. **Quero meu canto, minha casa.** Pra isso tenho que estudar. E meu sonho é formar pra ser *cheff*. Quero trabalhar num restaurante *chique* ou então abrir minha própria loja de quitutes... Pode ser de *cupcakes*, que está na moda, ou de outra coisa... Eu cozinho de tudo e tudo fica bom... Aí, quando desanimo de ir pra escola, principalmente sexta à noite, que eu gosto é de ir pro *forró*, eu penso: ‘Rose, Rose, você tem que estudar pra ser *cheff*...’”*

O que mais gosta em seu trabalho é que sua rotina diária não a impossibilita de ir à escola nem de se divertir aos finais de semana. Ela consegue conciliar o tempo de trabalho com o tempo para cuidar de si:

*“Aqui é um paraíso. **Eu me considero muito afortunada.** O apartamento é bom, meu quarto é bom. É na área de empregada, mas é espaçoso, bonitinho, bem mobiliado. Minha rotina é tranquila. Não tenho que cumprir horário, só tenho obrigação mesmo nas horas das refeições, de deixar tudo pronto. Assim, acabo tendo a manhã livre, depois do café... E a tarde também. Aí, é comigo... Leio, vejo TV, estudo... A casa fica quase sempre vazia... **Faço hidrogenástica três vezes por semana. Faço caminhada todos os dias... Posso cuidar de mim.**”*

---

<sup>34</sup>Como mencionado em outro momento, a escola onde conseguimos o contato das participantes deste estudo, oferece apenas até a 4ª série/ 5º ano do Ensino Fundamental. Concluída esta etapa, as/os estudantes são encaminhados para outra escola filantrópica na região.

Rose revela uma autonomia e investimentos em si mesma que a destaca das demais. Apesar de residir no trabalho, tem seus filhos. Viaja para vê-los, tem projetos próprios que – exequíveis ou não- vão além, projetando-a num futuro distinto do presente. Seu maior desejo é ter a própria casa, como revela este trecho:

*“A Dona Rosa, que é mais próxima de mim, e o Jorginho me perguntam o que eu estou aprendendo na escola. Me incentivam muito, mesmo sabendo que meus planos na vida é deixar de trabalhar em casa de família e ter meu canto. Todo mundo quer seu canto, né? E é isso... Eles me incentivam muito com a escola.”*

Quanto aos finais de semana, tem sua folga e está liberada do trabalho. É o seu momento de lazer. Para isso, deixa a comida pronta na geladeira ou no freezer e a família só precisa esquentá-la, e dedica-se a atividades com as amigas:

*“Fim de semana é meu. Se eu quero ficar em casa lendo, dormindo, vendo TV, eu posso. Mas, geralmente eu saio com umas amigas [todas empregadas no mesmo prédio de Rose]. A gente vai pro forró. Adoro forró! Fico até de madrugada! Senão, vou pras festas lá no Morro onde elas moram [se referindo ao Aglomerado da Serra]. É só deixar os pratos do fim de semana prontos, na geladeira ou congelados. Aí, eles esquentam...”*

Por fim, percebemos, em sua fala, apresentada a seguir, que a entrevistada busca garantir sua autonomia, preservando sua subjetividade:

*“Às vezes vou à missa com a Dona Rosa domingo de manhã, se não sai sábado à noite. Ela gosta da minha companhia. Eu só não comento que virei evangélica... Senão ela não ia gostar... Mas também não preciso falar tudo. Sou empregada, mas tenho minhas vontades próprias.”*

Percebemos nos discursos de todas as pessoas que residem em seus empregos que desejam ter a própria casa. Isso está presente nas falas de Irene, Maria Emília, Júlia e João.

A fala de Rose confirma alguns dos aspectos teóricos já visitados como a importância de se considerar o gênero e a herança familiar para o ingresso no trabalho doméstico. Mas Rose mostra também o espaço de autonomia para seu lazer com as amigas, para a sua segurança futura e sua vivência religiosa.

#### **3.1.4. Julia Silva**

Júlia, de todas as entrevistadas, é a que mais difere do restante do grupo. Tinha apenas 20 anos no momento da entrevista, e é a única que autodeclara branca. Nasceu e

viveu, até os seus 15 anos, em Almenara, no Norte de Minas. É a filha mais jovem de uma família de quatro irmãos, sendo duas mulheres e dois homens. Seus irmãos são casados, e ainda residem em sua cidade natal.

Segundo ela, seu pai trabalhava, há muitos anos, em um pequeno comércio local e sua mãe é dona de casa, nunca tendo trabalhado fora de sua residência. Mas lavava roupas para terceiros e servia almoço, na própria casa, para alguns trabalhadores. O pai estudou até a antiga 4ª série do Ensino Fundamental, e sua mãe nunca frequentou a escola, sabendo assinar apenas o nome. Seus irmãos e ela frequentaram a escola por muito pouco tempo, como mostra este relato:

*“Estudo sempre foi luxo na minha família. Minha mãe nunca estudou. Mas sabe assinar o nome, nem sei como. Meu pai estudou algumas séries, a gente era pequeno. Eu mesma só fui um ano na primeira série”.*

Não se lembra, ao certo, do motivo de ter deixado a escola quando criança. Mas acredita que isso esteja ligado ao fato de seus pais trabalharem muito, embora possa ser indício da ausência de sentido familiar que justificasse o investimento:

*“Se você me perguntar por que que a gente saiu da escola rápido eu não sei. Era criança ainda. Mas acho que tem a ver com meu pai ficar na loja do Seu Manoel o dia todo e minha mãe trabalhando em casa. **Ninguém tinha tempo de levar na escola, de buscar.** Ninguém tinha tempo de ajudar no para casa, e nem sabia ajudar também, né? E a gente acabava ajudando minha mãe a servir os PFs (pratos feitos) em casa. **Aí não deu para estudar”.***

Júlia veio para Belo Horizonte a convite de sua patroa cujos familiares moravam em Almenara, e sempre viajava para lá. Foi o seu primeiro emprego fora de casa, pois, até então, trabalhava com a sua mãe na garagem de sua casa, servindo as mesas no horário de almoço. O que motivou a mudança para Belo Horizonte seria ganhar um salário fixo todos os meses e poder estudar, como retrata este trecho de entrevista. Como veremos, o trabalho junto à família era considerado maior por ela, sem que tivesse direito a rendimentos fixos:

*“Ela [a patroa] me convidou para vir pra Belo Horizonte. **Ela precisava de alguém pra cuidar da casa dela e olhar as meninas.** Eu nunca tinha saído de Almenara... **Fiquei com medo, mas também queria mudar de vida.** Eu cresci o olho quando ela falou, porque ia ter um salário fixo todos os meses e ainda ia poder me estudar. Porque ela garantiu que ia me matricular assim que me mudasse.”*

À época da entrevista, Júlia trabalhava como empregada doméstica na casa desse casal que tinha duas filhas; essa casa foi o local onde realizamos as duas entrevistas com

muita tranquilidade e privacidade, no quarto de Júlia<sup>35</sup>. Entretanto essa situação modificou-se, como veremos no decorrer deste texto.

Assim que chegou a Belo Horizonte, a primeira providência de sua patroa, Dona Elisa, foi, de acordo com a entrevistada, procurar uma escola que oferecesse EJA para matriculá-la. Júlia, inicialmente, estudou em uma escola municipal próxima ao Aglomerado da Serra, mas afirma que não se adaptou. Segundo ela, havia estudantes de várias séries em uma mesma sala, o que prejudicava o trabalho dos professores e o seu aprendizado. Desse modo, precisou mudar de escola. Então, sua patroa descobriu o projeto de EJA, onde Júlia concluiu a 4ª série, mesma escola das demais entrevistadas desta pesquisa.

Neste local, segundo Júlia, ela se adaptou melhor à forma de trabalhar. Fez uma avaliação classificatória e foi direto para a 3ª série do Ensino Fundamental. Como sempre tirou boas notas, no ano seguinte, concluiu a 4ª série. Assim, no momento da entrevista, Júlia havia concluído o 1º Segmento do Ensino Fundamental, mas ainda não havia dado sequência aos estudos em outra escola, na expectativa de que abrissem uma turma do 2º segmento na mesma instituição onde estudara, conforme sua explicação neste trecho:

*“Eu formei e quero continuar estudando. Mas eu me dei tão bem lá na escola que não queria mudar. Mas lá não tem 5ª série. Aí, não me matriculei em outro lugar esperando ver se ia ou não formar uma turma de 5ª série.”*

De acordo com ela, não teve dificuldades para se manter na escola, pois seus padrões lhe davam apoio para estudar e respeitavam o seu horário de trabalho. Ainda permitiam que ela estudasse quando tinha um tempo vago, como podemos observar em sua fala:

*“Eu não tinha problema para ir pra escola. Meus padrões me apoiavam muito. Eu sempre chegava no horário da aula começar, porque eles nunca me agarravam na hora de sair. Isso é uma vantagem pra mim. E eles também me deixavam estudar quando tinha tempo livre, mesmo se fosse no horário de estar trabalhando.”*

Na sequência, ela comentou que sua patroa, velha conhecida de sua família devido ao *restaurante* de sua mãe, combinou com a mãe dela a sua saída de Almenara, pois ela ainda era menor de idade. Segundo seu relato, seu pai não opina nas questões relacionadas aos filhos. Sendo assim, questões, como salário, horário para que Júlia

---

<sup>35</sup> A patroa não quis saber de que se tratavam as entrevistas.

chegasse em casa, escola e local de repouso, tudo foi discutido com a sua mãe, conforme detalhado abaixo, sem que sua autonomia fosse considerada:

*“A Elisa [patroa] combinou tudo com mãe. Quanto que eu ia ganhar, que horas ia ter que estar em casa se saísse com amigas, onde eu ia estudar. Onde eu ia dormir, que ia ter um quarto só para mim. Parecia até que eu ia sair de uma mãe pra cair em outra... [risos]”<sup>36</sup>*

Assim, ela recebia um salário mínimo por mês para limpar todo o apartamento, lavar e passar a roupa, cozinhar e limpar a cozinha, cuidar das filhas dos patrões, de 7 e 10 anos de idade, e levá-las às atividades especializadas, como natação, inglês e ballet, próximo ao apartamento da família.

*“O combinado foi um salário mínimo por mês. Mas tem muitos descontos... Ai dá menos que isso por mês. É muito serviço, mas vale a pena, porque lá [referindo-se a Almenara], eu não ia ganhar nem isso e ia trabalhar tanto ou mais. Aqui, eu faço de tudo que tem para fazer numa casa: lavo, passo, cozinho, lavo vasilha... E também olho as meninas quando minha patroa sai. E também levo elas nas aulas desses trem que elas fazem, ballet, natação, inglês... Elas quase nem ficam em casa e nem quase brincam... Mas é tudo pertinho de casa, levo elas a pé mesmo.”*

Outra peculiaridade apresentada por Júlia, que era para ser a regra, mas acaba sendo a exceção, é o fato de possuir carteira assinada e ter acesso a todos os direitos trabalhistas, como férias remuneradas, contribuição do INSS e 13º salário. Entretanto, quando ela veio para Belo Horizonte, não gozava de todos esses direitos, foi apenas em 2013, após a promulgação da PEC das Domésticas, que sua situação foi regularizada. Como mostra sua fala, entende também que, para angariar aumento na renda, necessita investir na escolarização:

*“Aqui não é ruim não. Eu tenho carteira assinada, férias, recebo 13º, ela paga meu INSS, me paga um salário... é claro que eu queria ganhar mais, mas antes tenho que estudar mais... É um salário, pra mim que não tenho despesa nenhuma, dá pra sair com as meninas [outras empregadas e diaristas que trabalham no mesmo prédio] e ainda mando algum pra minha mãe, pra ajudar ela lá com remédio dela e do meu pai.”*

Quanto ao descanso semanal, definiu que seria aos sábados, após o almoço e aos domingos. Nesse período, ela estaria liberada para administrar o seu tempo como quisesse. Mas, apesar disso e da situação trabalhista regularizada, Júlia dizia sentir-se infeliz em seu emprego, pois sentia um excesso de zelo por parte de sua patroa,

---

<sup>36</sup>O que se aparentava como uma boa oportunidade de mudança vai se modificar, vindo Júlia a somar-se ao número de jovens sem escola e sem emprego, agravando-se com o fato de estar sem a família, na periferia da cidade de Belo Horizonte.

acabando, segundo ela, por sufocá-la e privando-a de sua liberdade. Além disso, o fato de morar na residência de uma família que não era a sua não a deixava à vontade para receber as amigas e muito menos o namorado. E sobre sua situação, assim ela se expressou de forma veemente:

*“Sabe que que é, eu dou valor no emprego. Mas pra mim já deu. Eu vim pra cá tinha 15 anos. Não conhecia ninguém, nunca tinha namorado, não conhecia a capital. Só que aí eu fiz amizade com as meninas. Comecei a sair. E aí era aquele saco na hora de chegar em casa... Por ela eu saía só pra ir no salão escovar o cabelo. Tinha que ter horário para chegar em casa, porque a Dona Elisa não dormia preocupada comigo, de acontecer alguma coisa. Segundo ela eu sou que nem filha dela, responsabilidade dela porque ela que me trouxe pra cá e assumiu um trato com minha mãe de cuidar de mim.”*

Assim, indica a ausência de limites claros na relação trabalhista ou de espaço. Dando prosseguimento à conversa, acaba referindo-se a questões mais íntimas, que têm enfrentado por residir na casa da patroa. Notamos outra faceta a ambiguidade da relação patroa/empregada, sobretudo quando esta reside no emprego. Porém não fica muito clara qual era exatamente a preocupação da patroa:

*“Só que eu não sou filha dela e nem sou mais de menor. Eu trabalho direito, estudo direito... Você sabe, sempre tirei nota boa. Eu fico cansada, a semana toda escola e trabalho. Aí, fim de semana quero relaxar... E aí, não posso chegar de madrugada porque Dona Elisa fica me ligando querendo saber onde eu to, com quem que eu to. A preocupação dela é porque as meninas moram lá na favela e eu moro aqui. Aí, sou a única que venho sozinha de táxi.”*

Complementando o seu sentimento da falta de liberdade, neste espaço ambíguo entre empregador e responsável por ela, ocupado pela patroa. Júlia demonstra o desejo de autonomia:

*“Sei que é coisa minha, mas não tenho liberdade de trazer minhas amigas pra dormir aqui. Dona Elisa fala que não tem problema que é até bom pra ela conhecer elas. Eu até tenho meu quarto aqui fora [referindo-se à área de serviços do apartamento], mas a casa é dela, as regras dela, não minhas. Como que vou ouvir música alta? E o Walerson? [namorado]Se eu trazer ele para dormir aqui, mata a Dona Elisa. Ela tem neura deu engravidar e do que que ela vai falar com a minha mãe...”*

Podemos entender que a patroa possa ter receio de uma gravidez gerar impactos sobre seu cotidiano? Observamos, nesse depoimento, a insatisfação de Júlia e, então, no terceiro momento de entrevista, quando fomos conversar mais um pouco sobre a sua situação trabalhista, a nossa colaboradora já não trabalhava mais na residência de Dona

Elisa e sua família. Estava morando, há pouco mais de uma semana, na casa de uma amiga que trabalhava no mesmo prédio e que morava apenas com o filho de 4 anos de idade. Essa amiga tinha 32 anos de idade e era separada do pai de seu filho. A criança passava o dia todo na creche, enquanto sua mãe trabalhava. Portanto, Júlia estava sozinha durante todo o momento da entrevista.

Nesse momento, ela reforçou sua insatisfação no emprego, como já explicitara anteriormente, porque não tinha a liberdade que gostaria em relação a amizade, namoro e horário para chegar a casa. Relata que resolveu pedir demissão do emprego após uma discussão com sua patroa, quando a mesma encontrou nas coisas de Júlia uma cartela de anticoncepcional. Conforme seu relato, a patroa foi questioná-la sobre sua vida sexual. Ainda de acordo com a entrevistada, Dona Elisa não aceitava o namoro da garota. A justificativa apresentada pela patroa era a de que se sentia responsável por ela, uma vez que a retirou da casa dos pais para trazê-la para Belo Horizonte ainda menor de idade. Mas Júlia entendia essa preocupação como invasão de sua privacidade, uma vez que já era maior de idade:

*“A Dona Elisa achou nas minhas coisas uma cartela de pílula. Aí ela veio falar comigo o que que eu tava pensando, que eu não era mais moça, como que ia explicar isso pra minha mãe... E se eu engravidasse? Que a responsabilidade era dela porque ela que me trouxe pra cá. Que que ia falar com minha mãe. Mas assim, eu já sou adulta. **Ela não tem que se preocupar comigo como se eu fosse uma das meninas dela**, criança... Eu fico sem privacidade, agora tenho que relatar minhas intimidades com meu namorado pra ela?”*

Segundo Júlia, a relação com a patroa ainda era tranquila até o começo de seu namoro. Walerson<sup>37</sup>, o namorado, trabalhava em um sacolão e entregava verdura na casa dos patrões de Júlia e em outros apartamentos do prédio. Ele e Júlia fizeram amizade, trocaram números de telefone e, então, iniciaram o namoro:

*“Eu conheci ele quando ele ia entregar coisa de sacolão lá na casa do pessoal. Íamos conversando... Aí, trocamos telefone e saímos. Aí, começamos a namorar. Ele é um amor... Carinhoso, me respeita, foi meu primeiro namorado.”*

De acordo com Júlia, sua patroa não aprovou o namoro desde o início, pois achava que Walerson não seria um namorado ideal para ela, principalmente pelo fato de também não ter concluído o 1º segmento do Ensino Fundamental. Sua ex-patroa gostaria, segundo a entrevistada, de que ela namorasse alguém que tivesse mais estudo

---

<sup>37</sup> Aproveitamos para relembrar que todos os nomes apresentados nesta tese são fictícios.

para incentivá-la. Constatamos, mais uma vez, as difíceis demarcações de fronteiras entre os papéis de empregadora e empregada. A esse respeito, ela assim se manifestou:

*“Ela achava que ele não era bom pra mim. Porque ele também não estudou. Não terminou nem a 4ª série também. Eles achavam que eu tinha que namorar alguém com mais estudo, assim, com ensino médio, pra poder me incentivar mais”.*

Neste caso, vemos que a empregadora está também aparentemente aprisionada na ambígua relação de responsabilidade para com a jovem.

Com o início do namoro, Júlia relata que se sentiu mais presa e *vigiada* pelos padrões, sempre preocupados, de acordo com ela, com a sua vida íntima, como mostram estas palavras:

*“Foi só começar a namorar pra confusão começar. Ela já ficava me ligando, preocupada com hora que eu chegava e tudo. Quando comecei a namorar aí ficou um inferno. Eu não podia sair sem ter que falar onde ia. Tudo por causa dessa história de medo de engravidar e o que ia falar pros meus pais. Mas eu sei me cuidar. Eu já sou adulta. E sou responsável. O Walerson é meu primeiro namorado. Antes dele não tive ninguém. Agora, ter que ficar dando explicações não deu.”.*

Desse modo, o episódio do anticoncepcional provocou a discussão entre Júlia e a patroa, culminando com sua demissão. Segundo ela, a amiga Lilia ofereceu abrigo até que ela encontrasse outro emprego. Conforme seu relato, ainda não havia ido receber o seu acerto, mas, segundo ela, sua patroa ficou de pagar tudo que lhe era devido. No entanto ela não tinha ideia do valor que receberia, mas contava com essa quantia para ir se mantendo até conseguir outro emprego. Seu depoimento revela ainda a confiança nos ex-empregadores.

*“Eu ainda não fui acertar. Mas ela disse que vou receber tudo. E ela é muito correta. Nunca atrasou nada. Só não sei quanto que vou receber, mas o que eu receber vou cuidando pra render até conseguir outro emprego.”*

Assim sendo, seu objetivo, à época da entrevista, era conseguir outro emprego como empregada doméstica, pois acreditava que era a única profissão que ela estava preparada para exercer. Sua preferência seria encontrar outro emprego onde pudesse residir nele, pois, assim, economizaria, já que não teria despesas com água, luz, aluguel e alimentação. Para isso, contava com a ajuda de suas amigas e conhecidas para indicá-la.

Júlia deixou claro que, a curto prazo, seus planos incluíam conseguir outro emprego para deixar a casa da amiga e voltar a estudar. A longo prazo, pretendia dar sequência aos estudos para concluir o Ensino Médio e mudar de profissão - trabalhar

como secretária em algum escritório ou consultório. Não pretendia retornar à cidade de seus pais. No presente, quer se casar com o atual namorado, comprar um barracão, ter filhos e construir sua própria casa e família em Belo Horizonte, como mostra este trecho da entrevista:

*“Olha, sonho a gente tem muitos, né? Mas pra agora o que eu quero é arrumar outro emprego e sair daqui. Porque por mais que eu seja bem tratada, não gosto de ficar incomodando os outros. Também vou voltar a estudar. Já matriculei em outra escola, já que na nossa não vai mesmo abrir turma de 5ª série. Aí, com mais tempo eu quero formar no Ensino Médio pra mudar de emprego. Queria ser secretária em algum escritório ou consultório. Acho mais fácil e valorizado. Voltar pra Almenara eu não quero não. Quero casar com meu namorado, comprar uma casa, pode ser um barracão mesmo... Ter filho, essas coisas... Mas morando aqui em Belo Horizonte.”*

Como vimos, nossa entrevistada mais jovem parou de estudar quando concluiu a 4ª série e, à época da entrevista, estava sem trabalho, sem formação e morando de favor enquanto procurava outro emprego. Afinal, o principal para ela era a sua liberdade e autonomia, a garantia do direito de viver sua subjetividade segundo suas escolhas.

## **3.2. As mensalistas não residentes**

### **3.2.1. Maria do Rosário**

Maria do Rosário, quando a entrevistamos, tinha 48 anos de idade e, como a maioria, declarou-se negra. É solteira e tem um filho de 22 anos, estudante de engenharia civil, cuja história de nascimento conheceremos mais à frente. Estava matriculada na 4ª série do Ensino Fundamental, pela sexta vez consecutiva, pois sua trajetória escolar é marcada por muitas interrupções.

Nossas entrevistas com ela foram realizadas na residência em que habita com seu filho único. Trata-se de um apartamento grande e luxuoso na Zona Sul de Belo Horizonte, próximo à escola onde estuda. Parece ter um nível sócioeconômico e cultural que a distingue das demais entrevistadas. Antes, porém, de tratarmos da condição financeira da entrevistada, julgamos necessário relatar a sua história de vida. É mais um desses casos que evidenciam as muitas contradições vividas por essas mulheres.

Começando, pois, pela sua infância e adolescência, segundo suas palavras, *nada demais, é apenas mais uma como as outras colegas*. Nasceu no interior de Minas Gerais, na cidade de Lavras. Filha única de pai agricultor e de mãe dona de casa,

nenhum dos dois com estudo algum. Ela ajudava a mãe nas tarefas de casa e o pai, na roça, desde muito jovem. Por conta disso, também não frequentou a escola:

*“Até achei estranho você querer me entrevistar... Mas um prazer... É que minha história não tem nada demais, sou apenas mais uma como as minhas colegas, é só você ver o livro que te falei<sup>38</sup>... Era criança pobre, menina preta e não pude estudar e nem brincar direito. Era filha única, meu pai trabalhava na roça e minha mãe cuidava de casa. Eu ajudava minha mãe em casa e a vender as coisas que meu pai plantava. Mas quando era época de plantar ou de colher, eu e minha mãe também ajudava meu pai. Resumindo, eles [os pais] não estudaram e nem eu”.*

Maria relata que seus pais casaram-se mais velhos e, quando ela nasceu, a idade de sua mãe já estava avançada, motivo pelo qual não teve irmãos. Quando tinha 15 anos de idade, o pai adoeceu, não conseguindo mais trabalhar como antes e garantir o sustento da família. Diante da situação, sua mãe conseguiu um emprego para ela em uma casa em Belo Horizonte, como empregada doméstica, como mostra este trecho da entrevista:

*“Quando era mocinha com uns 15 anos meu pai ficou muito doente. Quase não dava conta de trabalhar mais. Ele tossia, tossia muito. Mas não lembro direito o que ele tinha. Aí, o dinheiro não dava mais. Porque a gente vivia do que ele plantava. Aí, não sei como, minha mãe arrumou pra mim vir pra cá [referindo-se a Belo Horizonte]trabalhar de empregada para uma família. Eu vim.... Aí, foi meu primeiro emprego”.*

Nessa residência, Maria do Rosário cuidava de toda a limpeza da casa, além de lavar e passar as roupas e fazer a comida. Segundo ela, gostava muito de trabalhar lá, pois era bem tratada e tinha muita privacidade e conforto, considerados por ela mais adequados do que havia anteriormente na casa dos pais, como descrito abaixo:

*“Eu limpava tudo, lavava, passava e ainda cozinhava. Pro casal e pros filhos. Mas era bom. **Eles me tratavam muito bem, me davam presente no Natal e no aniversário...** Tinha um quarto só meu, melhor do que na casa dos meus pais. Aí, trabalhava durante o mês e mandava dinheiro pra minha mãe quando recebia.”.*

De acordo com ela, trabalhou para essa família durante 4 anos, mas foi dispensada, pois a família não tinha mais condições de arcar com uma empregada em casa. Essa mesma família a indicou a uma outra, para a qual trabalhou até os seus 25

---

<sup>38</sup> A entrevistada faz referência a um livro de Haicais (poesias de origem japonesa) e autobiografias, produzido em 2013 pelos estudantes da EJA na escola. O livro intitulou-se *Pequenos Versos* e foi distribuído gratuitamente para todos os estudantes e seus familiares que estiveram presentes no lançamento.

anos. Nesse novo emprego, segundo ela, sua relação com os patrões era diferente. Não “*se sentia mais parte da família*”, apesar do bom relacionamento com os dois filhos e com a filha do casal. Eis o que nos diz a esse respeito, este trecho:

*“Os meninos [filhos do casal] me tratavam bem. Conversavam comigo, contavam coisas da nossa idade [a idade dela e dos filhos do casal era muito próxima]. Mas eles, principalmente ela [a patroa] fazia questão de me botar no meu lugar e mostrar que eu não era da família, que eu era só a empregada da casa.”*

E, como ela disse, para complicar ainda mais as coisas, ela e o filho mais velho do casal, que, na época, estava com 26 anos, se apaixonaram e namoravam escondido, pois sabiam que os pais dele não aceitariam o relacionamento. Maria ficou grávida e o casal, sem saber como lidar com a situação, contou toda a história para os pais do rapaz.

Como esperado por ela, a sua patroa ficou muito nervosa, agrediu-a muito verbalmente, chamando-a, inclusive, de interesseira. Os pais do rapaz afirmaram que ele nunca assumiria essa criança, que não envergonharia a família dessa forma. Assim, transferiram à mulher toda e exclusiva responsabilidade pela gravidez:

*“Ela só faltou me matar. Me chamou de piranha, preta suja, interesseira, que eu queria dar o golpe. E não era. Eu gostava dele. Falaram que ele nunca ia assumir a criança, que isso seria uma vergonha pra eles. Me mandaram embora. E ele [o pai do bebê] só chorando, mas não falava nada pra me defender”.*

Na sequência, seus patrões a demitiram e afirmaram que não queriam saber da criança. Ofereceram-lhe uma alta quantia para ir embora e nunca mais procurar a família. Apontaram-lhe as opções de fazer um aborto ou ter o bebê, desde que não tivesse mais qualquer vínculo com o filho deles. Como o *namorado* não se mostrou disposto a enfrentar os pais e ficar ao seu lado, aceitou o dinheiro e foi embora. Ficou hospedada na casa de uma amiga. Decidiu ter o bebê e, com o dinheiro recebido, comprou o apartamento onde reside até então. Guardou um pouco em uma poupança para o filho. Mas vejamos os detalhes desta história, nas palavras de Maria do Rosário:

*“Até eu resolver minha vida e me orientar de novo eu fui morar na casa de uma amiga. Não quis ir pra casa dos meus pais, porque eles também não me apoiaram. Aí eu fiz assim... Pensei: se eu gastar tudo com roupa bonita, com carro novo, daqui a pouco não vou ter nada. Então comprei esse apartamento. Era antigo, mas reformei tudo aos poucos e hoje ele vale muito. Eu moro bem. Coloquei um pouco na poupança do Nicolas. Não sabia do futuro e queria que ele tivesse pelo menos um pouco pra se virar numa emergência.”*

Prosseguindo a sua história, ela narra que decidiu encontrar outro emprego assim que o seu filho nasceu. Rosário demonstra a capacidade de mobilização de suportes que vão dando apoio a ela, a fim de superar suas dificuldades. Uma a hospeda, outra indica novo trabalho e, mais adiante, vemos que a família empregadora também a auxilia. Através de outra amiga, começou a trabalhar na casa de uma família que lhe deu muito apoio, inclusive permitindo que levasse a criança para o local de trabalho. Esse casal, seus novos patrões, a apoiaram tanto que foram até escolhidos para batizarem seu filho. Foram eles, também, que a orientaram a aplicar parte do dinheiro que estava na poupança para gerar uma renda a mais:

*“Depois que o Nicolas nasceu eu tinha que trabalhar. Aí, uma amiga me indicou uma casa perto de onde ela trabalhava. E eles foram anjos na minha vida. Me ajudavam tanto... Olha só, eu podia levar o Nicolas comigo pro trabalho todo dia... Foi até eles que batizaram o Nick. E me ajudaram assim também, dando orientação. **Porque eles são entendidos de fazer dinheiro.** Aí, me ajudaram a aplicar um pouco do dinheiro que sobrou pra render um pouco.”*

Permaneceu por alguns anos cuidando de toda a limpeza da casa, roupas e, além disso, cozinhava. Um casal que frequentava a casa, muito amigos de seus patrões, gostava muito de sua comida e ofereceu um emprego na casa deles como cozinheira. Ela hesitou em aceitar, apesar da proposta de salário maior e da redução das tarefas de serviço, pois tinha grande amizade com seus patrões e temeu que isso pudesse abalar sua relação com eles. Entretanto eles deram apoio, pois, segundo a entrevistada, queriam o melhor para ela.

Nessa nova residência, onde trabalha até hoje como cozinheira, recebe três salários mínimos, mas apenas um é registrado em sua carteira de trabalho. Segundo ela, foi um acordo entre eles ao longo dos anos. Os patrões pagam seu INSS, ela recebe férias e 13º salário referente aos três salários. Além disso, como trabalha em um condomínio fechado, fora de Belo Horizonte, recebe o dinheiro referente ao valor do vale transporte, que utiliza para colocar combustível em seu carro:

*“Eu recebo três salários. Mas na minha carteira é só um que conta. Há uns anos a gente acordou isso. Ficava bom pra mim que ganhava mais e pra eles que não precisavam gastar tanto. E assim, eles pagam meu INSS... As férias o 13º são de acordo com os três salários. E, além disso, recebo o vale. Não o vale em si, mas o dinheiro do valor da passagem. Aí eu uso pra por gasolina, porque vou trabalhar de carro.”*

Os padrinhos de seu filho, ex-patrões e, segundo ela, grandes amigos, mais uma vez atuam como suportes; foram as pessoas que a incentivaram a iniciar seus estudos na EJA, advertiam-na que, mesmo não querendo mudar de profissão, a escola seria importante para ela, principalmente para valorizar a sua autoestima e confiança em si mesma. Além disso, segundo eles, seu filho, Nicolas, em breve, entraria para a faculdade de engenharia e seria importante, para ele, ter uma mãe alfabetizada:

*“Eu sempre quis estudar. Mas faltava aquela coragem. Aí, os padrinhos do Nick me incentivavam muito. **Eles sabiam que eu não queria mudar de profissão e nem quero ainda**, mas eles diziam que ia ser bom pra minha autoestima, pra eu me valorizar. E ainda me amedrontavam dizendo que em breve o Nick entraria pra faculdade de engenharia, porque nessa época ele já sabia o que queria fazer, e ele tinha que ter uma mãe que sabia pelo menos ler e escrever direito”.*

Entretanto sua trajetória escolar na EJA foi marcada por muitas interrupções por dificuldades de inserção na turma. Confessou-nos que já tivera muitos problemas de relacionamento com algumas colegas de sala que a discriminavam e ofendiam pelo fato de ela morar em uma região nobre, ir de carro para a escola e ter condição financeira superior à delas. É o que ela relata nesta fala:

*“Eu parei de estudar milhões de vezes... Você sabe... Pra eu chegar na 4ª série gastei quase uns oito anos. Mas eu não me sentia aceita pelas meninas. Me sentia excluída. Era muito falatório da minha vida porque eu morava bem e elas na favela, porque eu ia de carro pra aula, porque assim, ganhava mais que elas... Mas isso pra mim não importava, pra elas é que importava. Aí saía da escola... Mas esse ano eu formo, porque a turma é 10! Ninguém preocupa com a vida de ninguém!”*

Voltando ao seu trabalho, Maria não possui horário fixo, o que, mais uma vez, nos mostra a concorrência entre trabalho e a escola. Ela precisa cuidar do almoço e deixar o jantar pronto para a empregada da família esquentar, ao fim do que, está liberada para sair. Os atuais patrões sabem que ela estuda e, segundo ela, apóiam-na. Mas, quando há um jantar na casa deles, eventualmente, precisa ficar para atender a essa demanda à noite. Por conseguinte, perde muitas atividades da escola e acredita que esta seja a maior dificuldade em relação aos estudos, conforme ela explica abaixo:

*“Eu não tenho um horário fixo. Eu tenho que cozinhar. Então, eu fico dependendo do horário que eles precisam de mim. No almoço sempre tô lá. Mas no jantar eu deixo pronto e a empregada esquenta. Mas eles recebem muita visita à noite para jantar e aí, quando é assim, eu tenho que ficar pra ajudar a servir os convidados. **Isso que me atrapalha na escola. Vivo perdendo coisas importantes na escola.** Não só aula... Mas passeio, até foto da carteirinha de estudante eu perdi...”*

A entrevistada nos conta que, em sua residência, ela mesma é a responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com os animais e plantas. Afirma que tentou fazer com que seu filho aprendesse a dividir as tarefas domésticas com ela, ou, em suas palavras, ajudasse na limpeza e organização da casa, mas nunca conseguiu, como esclarece abaixo, revelando seu julgamento acerca do trabalho doméstico:

*“Eu que cuido de tudo na minha casa. Dá tempo. Cuido da casa, das minhas plantas e do meu cachorro. Eu tentei ensinar o Nick a me ajudar, porque isso ia ser bom pra ele no futuro, se fosse morar sozinho ou cassasse, mas ele não aprendeu. Não teve jeito mesmo. E eu resolvi não brigar com ele por isso porque vi que isso não era o mais importante. **O mais importante é que ele é muito estudioso, responsável...**”*

Quando questionada sobre quais seriam os seus planos para o futuro, Maria apresenta somente planos em relação ao futuro de seu filho: terminar de pagar a sua faculdade de engenharia, vê-lo formado e exercendo a sua profissão em uma grande empresa. De acordo com ela, é só o que deseja para o futuro, além de concluir a 4ª série do Ensino Fundamental, como confirma esta fala:

*“Meus planos são ver o Nick formado...Terminar de pagar a faculdade dele que não é barata... Ele estuda na PUC, né? Quero ir na formatura dele! Ver ele trabalhando como engenheiro numa empresa grande... É meu sonho!”*

Assim como Lúcia, que será apresentada adiante, investe suas energias no futuro do filho. No mais, projetos pessoais inexistem segundo afirma:

*“Sonho pra mim? [risos] Pra mim sonho é o que falei, sonho pro Nick. **Pra mim tá bom do jeito que está.** É claro que quero formar na 4ª série e que meu filho também vá na minha formatura. Mas depois disso eu não sei o que quero pra mim. Se vou estudar mais ou não. Porque sempre tenho certeza só das coisas do Nick.”*

Para finalizar, Maria relata que sua diversão aos finais de semana é almoçar junto com o filho e a sua namorada e assistir a muitos filmes. De vez em quando, também gosta de visitar cidades históricas e, então, desabafa:

*“Eu já sofri muito nessa vida... Agora eu gosto de aproveitar. Fim de semana almoço com meu filho e minha nora. Aí, eles saem e eu fico vendo filmes. Adoro filme! Tenho milhares de DVDs aqui em casa. E quando dá, gosto de ir nessas cidadezinhas históricas aqui perto... Aí, esqueço o trabalho, dos problemas da vida...”*

Como vimos, esta entrevistada usufrui de mais autonomia financeira, detendo um nível socioeconômico e cultural que a distingue das demais. Ela, como as demais, não é um ser sem projetos. Pensa no futuro, contudo, seus projetos parecem girar unicamente em torno do outro. No caso de Maria do Rosário, por exemplo, sonha com um futuro promissor para seu filho.

### **3.2.2. Maria Nina**

Maria Nina tinha, no momento das entrevistas, 44 anos de idade e se autoclassificou como parda. Atua, há 15 anos, como empregada doméstica na mesma casa na Zona Sul de Belo Horizonte, e não reside no emprego.

Sua patroa é dentista e seu patrão é engenheiro. O casal não possui filhos, o que, segundo ela, facilita o seu trabalho. Nessa residência, que é um apartamento, é função da entrevistada: lavar e passar roupa; fazer almoço e deixar o jantar pronto, só para ser aquecido pelos patrões à noite; varrer; passar pano; tirar poeira; lustrar os móveis; organizar objetos deixados fora do local.

Seu horário de trabalho é de 8 às 17 horas. Porém quase sempre sai às 16h, pois termina o serviço antes. Sua rotina evidencia uma diferença digna de nota em relação àqueles sujeitos que residem no emprego, exibindo limites mais razoáveis. Vejamos a seguir a descrição de sua rotina:

*“Eu tenho muita coisa pra fazer: lavar e passar roupa, varrer, passar pano no apartamento todo, tirar poeira, lustrar os móveis, fazer almoço, deixar a janta pronta só no ponto de ser esquentada, organizar o que tiver fora do lugar. Só que tem uma vantagem: não tem criança, não tem bicho... Aí faço rápido. Teria que trabalhar de 8 às 5, mas saio às 4 quase todo dia. Minha patroa sabe, é porque termino tudo antes, aí vou ficar aqui olhando pro tempo? Vou pra casa, e tomo banho antes de ir pra escola.”*

Vale lembrar que apenas Maria Nina realizou as entrevistas em três momentos, devido ao seu pouco tempo disponível e a um imprevisto ocorrido quando estava sendo entrevistada em sua casa.

No primeiro momento, conversamos na escola, antes do início de suas aulas, porém a entrevistada se atrasou, e tivemos pouco tempo para conversar. O segundo momento ocorreu em sua residência, no Aglomerado da Serra. Porém, no meio de nossa conversa, sua filha chegou com as suas netas, e Nina passou a dar atenção a elas. Sua casa é pequena, com apenas um quarto, sala, cozinha e banheiro. Além disso, há uma área externa cercada de arame e madeira. Só há piso na sala da casa, os demais cômodos são apenas cimentados. A área externa, onde há algumas plantas e uma horta, não é cimentada. É um espaço de terra. Como a entrevista ocorreu em um dia de chuva, a entrada da casa estava cheia de barro.

Nosso intento, ao descrever a residência da entrevistada, é contrapor a algo que nos chamou muito a atenção: a quantidade de aparelhos tecnológicos de marcas conceituadas. Na sala há aparelho *blue-ray*, computador de mesa, notebook, som com jogo de luzes, *tablet*, televisor de tela plana de 42", máquina fotográfica digital, aparelho *smartphone*. Chama-nos a atenção a existência de diferentes aparelhos para a mesma função. Mas, principalmente, o fato de serem subutilizados por ela.

Todos esses equipamentos estavam à vista, na decoração da sala. Segundo Nina, gosta muito de tecnologia, apesar de não saber utilizar muito bem tais equipamentos. Seus aparelhos são mais para expor e demonstrar certo padrão do que para serem utilizados. Por exemplo, possui internet apenas no celular, não utilizando o notebook para esse fim. Afirmou que tudo que seus patrões compram, ela compra também. Insere-se, desse modo, no mundo do consumo: às vezes compra no carnê, outras, a patroa paga ou adianta o dinheiro e depois desconta no seu pagamento. Por conseguinte, apresenta um padrão de consumo desordenado, acima de suas posses. Nina encontra-se bastante endividada, conforme a confissão relatada:

*“Essa é minha casa. É pobre, mas é minha. Eu gosto de tecnologia. Não sei mexer direito ainda não, mas um dia vou aprender. Como minha patroa é entendida dessas coisas, tudo que ela compra, eu compro também. Hoje até pobre compra. Compro no carnê, tiro no cartão... Às vezes minha patroa me empresta o dinheiro, adianta meu salário, aí depois é só ela descontar. Mas eu vou ter que parar de comprar. Tô cheia de dívida por conta dessas coisas.”*

Já o terceiro momento da entrevista ocorreu com muita calma, em seu local de trabalho. Ela fica sozinha em casa, exceto no horário de almoço, durante toda a tarde. Trata-se de um apartamento espaçoso, com três quartos, uma sala, um escritório, cozinha, copa, área de serviço e dois banheiros.

Conforme seu relato, ela nasceu em Teófilo Otoni, na zona rural, em uma família de nove irmãos (duas mulheres e sete homens). Tanto seu pai quanto a sua mãe trabalhavam como agricultores. Não frequentaram escola. A mãe sabia assinar o nome e seu pai não. Nenhum dos irmãos concluiu a escola quando criança, pois desde muito novos se encontravam inseridos no trabalho na lavoura. As filhas ajudavam nas tarefas domésticas. É o que mostra este trecho, confirmando a divisão do trabalho a partir do gênero:

*“Ninguém estudou. Era tudo pra puxar enxada mesmo. Os meninos iam pra lida na roça. As meninas cuidavam de coisa de casa. Eu comecei a trabalhar com oito anos. Tinha que subir no banco pra alcançar o fogão pra cozinhar e levar a comida pro meu pai e pro meus irmãos na roça.”*

Segundo a entrevistada, ela sempre desejou estudar. Mas a rotina do trabalho rural e as distâncias das escolas vêm à tona como razões que a impediram de estudar. Ela e mais dois irmãos apenas chegaram a frequentar a instituição por um curto espaço de tempo, mas a longa distância que precisavam percorrer e as suas obrigações domésticas impediram-nos, segundo ela, de continuar os estudos:

*“Eu e mais dois irmãos que eram mais teimosos até chegamos a ir pra escola. Mas era muito longe. Você tinha que andar a pé, metade do dia pra chegar na escola. E metade pra voltar. Muito distante de casa. Aí não estava valendo a pena. Aí meu pai tirou a gente porque tinha que trabalhar.”*

A fazenda onde ela e a família residiam pertencia a outra família. Seus pais cuidavam da terra e plantavam como meeiros. Nem sempre os pais conseguiam produzir e, mesmo quando o faziam, não conseguiam vender tudo. Como a família era grande, o dinheiro não dava para uma alimentação adequada, roupas e menos ainda brinquedos. Assim que seu pai permitiu, ela mudou-se para a casa da avó, em busca de melhores condições de vida. Nesta passagem, a entrevistada retratou a dificuldade dos pais para manter a família em condições precárias de manutenção financeira e a inserção no mundo do trabalho:

*“A gente não tinha nada. Não era sempre que a terra dava. E quando dava, nem sempre a gente vendia ou conseguia o preço que queria. Aí, a comida às vezes, era só angu, canjiquinha... Roupas eram só velhas. Tinha uma muda de roupa melhor pra ir à missa domingo. Brinquedo a gente nunca teve. **O brinquedo era a colher de pau e a enxada.** [risos]”*

Assim como vemos com Julia, identifica-se aqui a narrativa da busca do trabalho no meio urbano doméstico como uma alternativa mais fácil e mais leve:

*“Quando meu pai permitiu eu fui morar com minha vó na cidade. Lá eu ia ajudar ela com a casa. Mas ia ser só eu e ela, mais fácil. Eu tinha 12 anos quando meu pai deixou. Morei com ela até os 16. Limpava casas na cidade em troca de um dinheirinho.”*

No período em que morou com a sua avó, conheceu o pai de sua única filha e engravidou. Não sabemos se a distância da família ou a ausência de supervisão contribuíram para esta gravidez precoce. Assim, sem escola, e com uma gravidez na adolescência, foi morar com o namorado aos 16 anos de idade, mas a união durou apenas até o nascimento de sua filha, pois, segundo ela, ele era mulherengo demais. Com o que ganhava limpando casas em Teófilo Otoni, não conseguiria sustentar a filha. E sua avó, em idade avançada, não poderia cuidar da criança. Sendo assim, ela resolveu entregar a sua filha, ainda bebê, para a sua mãe cuidar e mudou-se para Belo Horizonte a fim de continuar a trabalhar como doméstica nesta cidade:

*“O que eu ganhava não dava. Aí, resolvi vir para Belo Horizonte trabalhar. Minha vó não ia dar conta, pela idade, de olhar um bebê. Não lembro quanto tempo a Raquel tinha, mas era bebê. Deixei ela com minha mãe e vim. Não dava pra trazer porque vim pra trabalhar e morar na casa dos outros”.*

Nessa primeira experiência de trabalho em Belo Horizonte, Nina conta que não tinha carteira de trabalho assinada ou férias, e não chegava a ganhar um salário-mínimo. Ficou nesse emprego por seis anos até transferir-se para outro. Conta que juntou um dinheiro para alugar e mobiliar um barracão e trazer a filha para residir com ela. A esse respeito, ela assim manifestou:

*“Meu primeiro emprego aqui eu não tinha nada. Não tinha carteira assinada. Não tirava férias. Não ganhava nem um salário. Mas eu tinha um quartinho pra dormir. Mandava um dinheiro pra minha menina e guardava o resto. Isso foi por 6 anos. Até juntar dinheiro pra alugar e montar um barracão e trazer a Raquel de volta pra morar comigo.”*

Afirma que, por sempre valorizar muito a escola e os estudos, esforçou-se ao máximo para que a filha estudasse, cobrando dela bons resultados escolares e atrelando presentes às suas aprovações na escola. Raquel, que hoje tem 27 anos, concluiu o Ensino Médio e, segundo ela, fez dois cursos após, mas a mãe demonstra um interesse disperso acerca da natureza desses cursos:

*“Eu não pude estudar, mas fiz de tudo pra Raquel estudar. Não sabia acompanhar, mas cobrava dela, ia na escola e perguntava pra professora como ela estava. Aí ela formou o 2º grau e fez dois cursos depois. Mas não sei curso de que, porque **ela não me falou e eu também não perguntei.**”*

Atualmente, Maria Nina reside sozinha, pois sua filha já se casou e tem duas filhas, uma de seis e outra de um ano de idade. Como Nina trabalha durante o dia e estuda à noite, geralmente só vê as suas netas aos finais de semana, exceto quando sua filha, que trabalha como atendente em uma farmácia, precisa ficar até mais tarde no trabalho. Nesses casos, Nina busca suas netas na Unidade de Educação Infantil – UMEI, onde ficam durante o dia.

Com referência ao seu ingresso na escola, Maria Nina estava matriculada na 4ª série do Ensino Fundamental, tendo iniciado os estudos na escola em questão, na 2ª série. Anteriormente já havia passado por outras escolas próximas à sua residência, mas, como ressaltou, não se adaptou:

*“Eu estudei antes em duas outras escolas. Mas não dava. Muita bagunça. Aí, **a gente trabalha o dia todo e vai pra escola pra ficar vendo professor chamar a atenção de moleque?** Fiquei uns quatro anos em casa, depois resolvi vir para cá.”*

Segundo a entrevistada, voltou a estudar motivada pelo seu namorado, pela filha e pela patroa. Para ela, o apoio deles a ajudou, mas destaca que o que a encorajou mesmo a sua determinação de estudar foi o projeto de conseguir um emprego melhor, como secretária. Este era o seu projeto, como explicado a seguir:

*“Minha patroa é muito bacana. Bacana mesmo. Ela, meu veio [referindo-se ao namorado] e minha filha sempre me falaram pra estudar, que eu era inteligente, que valia a pena. Mas o que contou mesmo foi minha ideia de estudar, abrir a mente e conseguir um emprego melhor. **A patroa é boa, mas ninguém merece ser doméstica a vida toda, né?** [risos] Eu quero é ser secretária, usar saia, salto, escovar o cabelo, andar de unha feita...[risos]”*

Muito satisfeita com o seu desempenho na escola, queixou-se apenas do cansaço. Aliás, essas reclamações têm sido constantes nas falas dos sujeitos desta pesquisa. Por conta disso, ela escolhe um dia da semana para faltar às aulas e descansar,

demonstrando a construção de uma estratégia para organizar seu cotidiano. Para justificar sua ausência, diz a professora que trabalhará até mais tarde:

*“Eu tô indo muito bem na escola. Tô lendo bem, acertando tudo. Eu tô feliz com isso. Tiro 8, 9 ou 10 nas provas. O que é ruim é só o cansaço do trabalho. Aí, o que que eu faço, escolho um dia na semana e falto de aula pra descansar, ver novela... Mas pra professora eu falo que eu fiquei trabalhando até mais tarde. É porque senão ela não ia entender e ia ficar chateada.”*

Recebe um salário mínimo por mês, férias, 13º salário e possui carteira de trabalho assinada. Porém seus patrões não pagavam, até então, seu FGTS. Recebe vale transporte, e quando é chamada a trabalhar aos finais de semana, devido a alguma eventualidade na casa dos patrões, recebe uma gratificação por isso:

*“Recebo o salário igual todo mundo. Só que eu tenho tudo. Antes até dessa lei das domésticas. Tenho 13ª, férias, carteira assinada. O vale minha patroa paga limpinho, sem descontar nada do salário. É o fundo de garantia que eu não tenho. Mas assim. Se trabalho sábado, em uma festa ou qualquer coisa assim, recebo por fora. Então, é o emprego que eu mais gostei de trabalhar é aqui.”*

Na rotina semanal, reserva os finais de semana para limpar e organizar sua própria casa; rever as matérias da escola quando julga necessário; ler algum livro, que afirma sempre ter o costume de pegar emprestado na biblioteca da escola, e encontrar com o namorado. Os fins de semana se revelam como espaço de convivência e lazer, além do trabalho.

*“O fim de semana tem que render. Eu tenho que arrumar minha casa. Aí faço isso tudo rapidinho pra poder fazer coisa que eu gosto depois. Eu estudo as matérias mais difíceis que a professora deu, leio o livro que sempre pego na biblioteca, vejo minhas netas. E também namoro. Adoro ver meu velho fim de semana. Mas não sou de sair, então ou ele vem pra cá ou eu vou pra casa dele e durmo lá. Ele também mora sozinho que nem eu.”*

O exemplo de Nina revela uma autonomia para gerenciamento do próprio tempo, mais ampla do que a que vimos naqueles que residem no emprego. Ampliam-se, assim, os espaços de subjetivação do sujeito - autonomia que se revela, inclusive, ao decidir o que não dizer aos empregadores ou à professora.

Apesar de afirmar relacionar-se muito bem com a sua patroa, não contara a ela em que série estava matriculada na escola. Tal omissão se deve à sua afirmação de que já tinha concluído as séries iniciais do Ensino Fundamental, julgando que isso a ajudaria a conseguir o emprego que buscava. Hoje, aponta não ter coragem de contar a verdade:

*“Quando fui arrumar o emprego eu falei que já tinha feito o primário. Aí, como que eu falo agora que era mentira? Não tem jeito. Aí, quando ela me pergunta em que série eu estou, eu desconverso.”*

Nina, refletindo sobre as conquistas alcançadas, considera que soube aproveitar as possibilidades que surgiram em sua vida e manifesta estar satisfeita consigo mesma e, por ter conseguido chegar até aonde chegara. Em sua fala, observa-se que o estudo é apresentado na perspectiva também das gerações futuras:

*“Eu sou uma mulher feliz, realizada. Claro que tenho sonhos, desejos, mas tô satisfeita comigo mesma. Olha só, uma menina pobre igual eu era, tenho um emprego que me paga direitinho, estudei minha filha, estou estudando e não vou parar aqui na 4ª série, minhas netas vão estudar. Tenho conforto dentro de casa, não falta nada de comer e ainda vou ao salão, compro roupa boa... Eu tem hora que fico orgulhosa de mim mesma. Tenho essa casa que é própria. Nunca imaginei que ia sair do buraco que morava com meus pais e conquistar isso tudo.”*

Como vimos, ela, diferentemente da maioria das entrevistadas, mostra-se consciente e orgulhosa do que conquistou com o próprio esforço, comparando a situação em que se encontrava no passado à situação do presente.

### 3.3. Diaristas

#### 3.3.1. Maria Tina

Maria Tina tinha 45 anos quando a entrevistamos. Declarou-se como negra, casada e mãe de um casal de filhos, de 25 e 28 anos. Tem um neto, por parte de seu filho, que era recém-nascido à época desta pesquisa. É uma pessoa extremamente sorridente e bem humorada. Reside no Cafezal, região do Aglomerado da Serra, assim como Nina, com seu marido, sua filha, seu filho, sua nora e agora com o seu neto. Concluiu a 4ª série do Ensino Fundamental na EJA, pouco antes do início desta pesquisa. Decidiu não dar continuidade aos estudos para cuidar de seu neto, priorizando a dedicação à sua família. Portanto, mais uma vez, podemos dizer que as necessidades familiares sobrepujam as realizações pessoais, como ilustra o comentário a seguir:

*“Eu era uma boa aluna. Só tirava dez em tudo. Não faltava de aula por nada, nem que chovesse canivete. Mas quando eu formei [na 4ª série] minha nora já estava grávida. Ela tem 17 anos. Ainda estuda. E estuda à noite. Está no 2º grau. Meu filho, minha filha, meu marido chegam tarde. Pra não deixar o Thiago [neto] com um estranho, preferi dar um tempo. **Minha hora de voltar pra escola ainda vai chegar.** Mas agora eu quero curtir, cheirar, cuidar, aproveitar bastante o meu netinho”.*

Como nas entrevistas anteriores, Tina foi entrevistada em dois momentos, mas ambos realizaram-se na instituição onde estudara por preferência dela própria. Em sua opinião, teríamos mais tranquilidade para conversar, uma vez que sua casa estava com a rotina bastante modificada pela chegada do bebê.

Posto isso, iniciando a conversa, Tina relata que sempre morou no Aglomerado da Serra, ou na favela, em suas palavras. Não conheceu o seu pai e possui apenas um irmão, que também não chegou a conhecê-lo. Ambos foram criados pela mãe, que migrou do interior de Minas, buscando emprego na capital. Aqui perdeu todo o contato com a família que deixou para trás.

A mãe de Tina, que faleceu logo após o casamento da filha, nunca frequentou escola e sequer assinava o próprio nome, um dos motivos, segundo Tina, que fez com que sua mãe tivesse grande dificuldade para arrumar emprego. O relato de Tina permite identificar uma dificuldade que distingue o caso de sua mãe. As entrevistadas, ao contrário dela, já saíram do interior com propostas de trabalho acordadas. Ela, no entanto, não dispo de previamente disto, encontra dificuldades para inserir-se no mundo do trabalho na cidade. Seu quadro revela uma vulnerabilidade maior do que a enfrentada pelas demais. Eis o seu relato a esse respeito:

*“Minha mãe veio pra capital com a cara e a coragem. Saiu da roça, nem sei o nome daquele cafundó que ela saiu. Aí chegou aqui, igual te falei, sem saber nem assinar o próprio nome. Ela idealizava arrumar emprego em casa de família, mas não arrumou. Lavava uma roupa ou outra pra fora, mas não era fixo. Arrumou foi dois homens e cada um deixou uma barriga: eu e meu irmão. Aí, sumiram. Minha mãe não tinha parente aqui e não tinha contato com ninguém. Naquela época telefone era difícil. Carta? Ninguém sabia ler nem escrever. Com a dificuldade toda ela arrumou um barraco lá na favela mesmo e foi lá que criou a gente”.*

Nesse contexto, como relatou-nos, durante toda a sua infância viveu em uma situação de extrema pobreza, chegando, inclusive, a passar fome. Afirma que não teve oportunidade de frequentar a escola quando mais jovem. Como podemos observar, sua narrativa retrata uma infância despossuída, na qual ela vivia unicamente em função de buscar suprir a sobrevivência:

*“O barraco nosso era de madeira. Tinha um cômodo só. Lá a gente dormia, minha mãe cozinhava. O chão era de terra, aí subia um frio danado à noite. Vamos mudar de assunto porque eu não gosto nem de lembrar. Mas o que queria dizer é o seguinte, a gente nunca sabia se ia ou não ter comida pra comer. A preocupação nossa era a barriga. **Preocupada com a barriga, você acha que ia sobrar tempo de preocupar com estudo?** Estudo era luxo. O que importava era a fome quando apertava [risos]”.*

Ao relatar a sua infância e os acontecimentos daquela época, o que evidencia a fragilidade da condição a que esteve exposta, em meio a muita emoção e lágrimas, conta que pedia dinheiro nos sinais, assim como pedia comida nas casas das pessoas e, às vezes, quando ficava muito tarde para voltar para casa, dormia nas ruas, vivendo uma situação de exposição a todo o tipo de violência. Vejamos, a seguir, essa realidade descrita por ela:

*“Minha mãe lava roupa pra fora. Mas não era nada certo, às vezes tinha, às vezes não. Então, às vezes tinha comida, às vezes não. Nessa época eu tinha uns nove, dez anos... Minha mãe saía pra um lado tentando arrumar serviço e eu e meu irmão pro outro. A gente pedia dinheiro no sinal. Pedia comida na casa das pessoas. Muita gente acabava ficando com dó e dava. Mas muita gente tinha medo, ou até nojo da gente. Mas também a gente andava sujo, fedorentos... Aí, a gente saía pra pedir, mas às vezes ficava tarde e a gente estava muito longe, tinha andado muito e por causa disso, **eu dormi muitas e muitas vezes na rua pra voltar pra casa no outro dia**”.*

Sobre a situação de vulnerabilidade social acrescenta:

*“Dormir na rua é terrível... Dá medo... medo de estupro era o que eu mais tinha. Mas Graças a Deus nunca aconteceu nada com a gente. A gente via gente mal encarada e sumia. A gente era matuto”.*

Hoje, Tina é diarista e, ao todo, trabalha em cinco residências de família situadas na região Sul de Belo Horizonte, numa intensa rotina. Nessas casas, suas funções variam muito pouco. Geralmente, cuida da faxina da casa: varre, passa pano, tira poeira. Em algumas casas, também varre e lava o quintal. Atividades como cozinhar, lavar e passar roupa, ela realiza com menos frequência, somente em casos já estipulados previamente, conforme explicado abaixo:

*“A gente quando dá faxina cuida da limpeza da casa. É varrer, passar pano, tirar poeira, lustrar os moveis... Isso que é ode praxe em faxina. Só que é assim, quando é casa, a gente acaba limpando o quintal, varrendo, lavando onde tem xixi de cachorro, molhando as plantas... Em apartamento não tem isso. Mas tem apartamento que eu lavo e passo. Como é pequeno o lugar, acabo a faxina logo e já tinha acordado antes com a patroa que pra render mais o dia ia lavar e passar. Às vezes a roupa não seca aí não dá para passar naquele dia. Cozinhar é que eu não gosto... Mas em um desses lugares eu cozinho. E ainda deixo feijão congelado para a semana toda. Mas já tinha sido combinado quando comecei.”*

Afirma, em seu relato, que se orgulha de sua atuação profissional. Ela ingressou nesse universo do trabalho doméstico quando ainda era menina, realizando pequenas

tarefas, como varrer um pátio, passar roupa em troca de comida para ela e sua família, ou de algum dinheiro. Percebe-se empoderada pelo trabalho:

*“Eu sou diarista. Nossa, e com muito orgulho! Tudo que a gente tem em casa também foi fruto do meu trabalho! Então, por um lado sou minha própria patroa, mas por outro tenho várias patroas. Só não trabalho domingo. Então são cinco casas, é porque tem uma que repete. Comecei trabalhando em casa de família cedo. A gente passava dificuldades extremas, como mencionei, aí em algumas casas, eu varria um pátio, passava uma roupa, lavava uma varanda e aí ganhava comida pra levar pra casa ou dinheiro. Muita gente dava a comida direto em vez do dinheiro, com medo de eu usar o dinheiro para outra coisa”.*

Tina sabe da importância da discrição e da invisibilidade de seu trabalho. Ou seja, o trabalho da diarista, quando bem realizado, não deixa marcas visíveis de sua identidade ou de sua passagem pelo local.

Percebemos em sua fala que trabalhar como diarista - e não como empregada doméstica- foi uma opção. Segundo ela, prefere preservar sua autonomia, pois tende a ganhar mais dinheiro, chegando a receber um valor superior a dois salários mínimos à época, além de gozar maior liberdade de horários. Porém sabemos que, se ela adoecer, não ganha nada no período da enfermidade. Sobre o valor recebido nas diárias, explica:

*“Eu já fui doméstica. Na verdade foi meu primeiro, primeiro emprego mesmo. Naquele tempo ruim eu fazia uns bicos direto numa casa, aí eles me contratam porque confiavam em mim, me conheciam. Eu tinha uns 15 anos já... Aí, trabalhei lá e depois em outras casas. Mas depois eu vi que rendia mais ser diarista. Eu cobro R\$80,00 por diária. Dá uns R\$480,00 por semana. Salário de doméstica fixa é só 1 salário. E eu ainda faço meu horário. Posso chegar mais cedo, sair mais cedo, desde que eu faça o serviço todo. E eu, modéstia à parte, eu sou boa. Limpo bem e rápido. Sou quieta no meu canto, não envolvo em nada”.*

A busca de autonomia traz, também, desvantagens, como: ausência de direitos trabalhistas, além de uma maior carga de trabalho. Entretanto, como outras entrevistadas, acredita poder continuar com esta mesma rotina enquanto conta com saúde e força física, deixando as dúvidas para o futuro:

*“O problema é que assim, hoje eu tô com a agenda cheia. Mas nem sempre é assim. Tem vezes que a pessoa muda, não pode pagar, acha outra que cobra mais barato. Então, não dá pra contar certo, certo com o dinheiro. E tem mais, eu não tenho férias, porque se eu paro de trabalhar, eu paro de receber. Não tem fundo de garantia. Eu podia até pagar, mas acaba que sempre faço compromisso com o dinheiro e o tempo foi passando. Mas além da questão financeira, tem outra coisa, como diarista você trabalha muito mais. Imagina só: o que você, como doméstica pode fazer no decorrer da semana, eu tenho que dar conta em um dia só. Porque na minha faxina limpo tudo. Eu não lavo, passo e cozinho, mas o resto, é janela, é chão,*

*geladeira, tudo tem que ficar limpo. Aí é pesado. Mas eu ainda tô forte. Mais pra frente é que eu vou ter que pensar..."*

Com referência ao estudo, Tina aprendeu a ler e escrever na casa de uma de suas patroas, que era professora há muitos anos. Lá teve seus primeiros contatos com a leitura e com a escrita. Já seu primeiro contato com a escola foi na instituição onde todas estão matriculadas. Devido ao seu conhecimento prévio e ao seu considerável domínio da leitura e da escrita, realizou uma prova e foi promovida diretamente para a 3ª série, encurtando o seu tempo de estudos no 1º Segmento, mostrando mais uma vez a diferença que pode vir a fazer a inserção no mundo letrado:

*"Eu aprendi a ler e escrever com a Dona Geovanna, uma patroa que tive a muitos anos atrás. Ela era professora. Hoje eu não sei. Porque ela já era bem velha. Mas ela me ensinou a ler, a escrever. Foi um anjo pra mim. A matemática foi a escola da vida. Pobre já tem que nascer sabendo fazer conta para não ser passado para trás... (risos) Mas isso que me ajudou. **Quando vim pra escola eu já sabia ler, escrever, entender o que eu lia.** Aí, não precisei começar da 1ª série. Comecei já direto na 3ª. Aí foi mais rápido."*

Sobre isso, a colaboradora ainda acrescenta que o desejo de estudar foi algo que carregou por muito tempo. Acrescenta que, quando criança, um dos locais onde recebia comida era a instituição onde acabou por concluir a 4ª série. Na porta desse colégio, ela olhava para as estudantes daquela época e ficava se imaginando no lugar delas. Em decorrência desse fato, afirma carregar um carinho e uma gratidão enorme por essa escola. Estudar nesse local teria contribuído muito para diluir um processo que enfrentou durante toda a vida de complexos e sentimentos de inferioridade:

*"Eu pedia comida, igual falei. O que tinha esquecido de falar é que um dos lugares que pedia comida e sempre ganhava era nessa escola. Eu vinha depois do almoço das alunas e o que sobrava as freiras me davam. Elas enchiam a lata da minha família. Aí, era uma alegria só. Já teve época que era só o que ganhava aqui que a gente tinha para comer (choro)... Nossa, é uma gratidão enorme por essas irmãs... **E estudar aqui, nossa, é um sonho realizado.** Porque eu olhava aquelas meninas com aqueles uniformes bonitos, aquelas tranças, nossa! Imaginava se fosse eu! Mas só imaginava, porque sabia que não era para mim."*

Podemos perceber na fala acima uma afirmação de não pertencimento a esse lugar social. Essa fala motivou-a a descrever como buscou a escola. Ela destaca ainda as marcas dos processos estigmatizantes vivenciados que, como veremos a seguir, vêm sendo superados:

*“Eu sempre fui muito cheia de cismas. Cisma comigo mesma, com meu corpo. **Vergonha de ser negra, de ter cabelo ruim, de ser magra demais.** Já vesti duas calças, uma por cima da outra para dar mais volume nas pernas. Mas com o tempo eu fui me cuidando e vi que ser negra é lindo. Eu sou bonita. E meu marido é loiro do olho azul, meus filhos brancos. E se ele se casou comigo é porque viu alguma coisa em mim, né? (risos) Mas assim, mesmo me aceitando fisicamente ainda me sentia inferior por dentro. Quando soube que tinha EJA nessa escola, porque vi uma moça passando de uniforme, nem acreditei. Primeiro eu confirmei se não tinha mesmo que pagar nada. Depois fiz minha matrícula... Nossa! Estudar aqui, onde aquelas meninas ricas estudavam, mostrou que sou gente igual qualquer um. Então tem um valor agregado. Não é só estudar aqui, é estudar onde só rico, branco estudava!”*

A escola atua na sua fala como suporte no reconhecimento de sua igualdade como ser humano e da sua dignidade. Assim, ciente da gratuidade do curso, retomou os estudos quando seus dois filhos se tornaram adultos com apoio deles e do marido. Vale lembrar neste ponto que, atualmente, seu filho deixa o neto para ela cuidar, o que acaba contraditoriamente impedindo-a de continuar seus estudos:

*“**Quando os meninos eram crianças, jovenzinhos, eu não pude estudar.** Já trabalhava o dia todo e ainda ia ficar fora à noite? Não, não ia. Fui boa mãe. Não que quem fica longe é má mãe. Mas eu quis ficar perto deles. E foi bom. Cresceram na favela, mas nunca se envolveram com ninguém daqui, estudaram, hoje trabalham. Tenho muito orgulho deles. Aí, quando cresceram eu vi que queria estudar. Porque essa vontade de ser mais, sempre carreguei. Mas faltava aquele empurrãozinho. E quem me deu foi meu marido. Ele mesmo nunca estudou e nem quer. Fica com preguiça. Mas ele sabia que era importante para mim. Os meninos [filha e filho] deram apoio, mas o apoio do marido é mais importante. **Porque o companheiro tem que concordar.**”*

Demarcando seu lugar de mãe e o papel de cuidado, durante o tempo em que frequentou a escola, afirma que esta era sua prioridade:

*“Eu quando decidi estudar, decidi estudar. Levar a sério. Conto nos dedos os dias em que faltei de aula. Mas também, deixava claro em toda casa que ia fazer faxina que tinha aula todos os dias às 18h:30min. Então, eu tinha que sair num horário que desse pra estar na escola sem atraso. Mas o difícil era ficar longe do maridão e dos meninos [filhos]. Sou igual galinha com os pintinhos... Gosto de todo mundo reunido. **E aí, eu saía de manhã pra trabalhar, ia direto pra escola e já chegava na hora de dormir.** Não tinha nem tempo de conversar direito com eles. Mas era isso. Cansada eu não ficava”*

Ademais, aponta que, em sua residência, as tarefas domésticas sempre foram divididas entre os quatro membros da família. E, quando voltou a estudar, a família se reorganizou para que ela não se sentisse muito cansada, e sua contribuição na limpeza e organização da casa ficou apenas para o final de semana, como esclarecido abaixo:

*Lá em casa sempre ensinei o seguinte: onde está escrito que por eu ser a mãe e a esposa que eu tenho que fazer tudo? Tudo sempre foi dividido. Cada um com a sua obrigação. Porque se eu trabalho, pago contas, ponho a comida dentro de casa, tenho minha profissão, por que eu é que tenho que fazer? Meu marido é eletricitista, meu filho é moto boy e minha filha atendente. E eu diarista. Todo mundo trabalha. Então todo mundo tem obrigação. Isso nunca foi sofrimento porque sempre ensinei assim. Então a gente se entende. Mas quando voltei a estudar, durante a semana eles todos estavam em casa à noite. Aí eles tiveram que arcar com o que eu é que fazia, por exemplo, a janta. Eu mexia em casa só fim de semana”.*

No que diz respeito ao seu futuro, como já mencionado anteriormente, Tina pretende dar uma pausa nos estudos para cuidar do neto. Mas seus planos, assim que a criança estiver maior e com idade para ir para a escola, é dar sequência aos estudos e futuramente investir em um negócio próprio. Reconhece, em seu discurso, a escola como espaço de investimento em si mesma:

*“Quando o Thiago estiver maior eu vou voltar a estudar. Tenho fé em Nossa Senhora! **Estudar abre a mente, me fez crescer como pessoa, como estudante...** Deixa só ele ficar maior, ir pra escola... Tem que estudar pra manter a mente aberta. Ainda mais eu que quero abrir uma lojinha pra mim. **Quando ficar mais velha não sei se vou dar conta de fazer faxina...** Aí quero vender alguma coisa, roupa, bijuteria, não sei. Vou cuidar do Thiago, depois estudar e depois penso nisso. Um degrau de cada vez (risos)”.*

Tina é a única cujos filhos continuam residindo com ela, apesar de não serem mais crianças ou adolescentes. Em seu caso, segundo ela, sua família, marido e filhos deram apoio para que voltasse a estudar. Entretanto já não está estudando porque está cuidando do seu neto. Assim, ressaltamos, mais uma vez, a concorrência entre o tempo para dedicação à família e à escola, o que, nesse caso, se soma à intensa rotina laboral.

### 3.3.2. Lúcia

Lúcia, Lu, como é conhecida, no momento da entrevista, tinha 38 anos de idade. Declarou-se como parda e cursava a 4ª série do Ensino Fundamental. Era solteira e possui um filho de 14 anos de idade cursando o 1º ano do Ensino Médio, o Juninho (que tem o nome do pai, mesmo este nunca o tendo assumido como filho). Nasceu e cresceu no mesmo local onde reside até hoje - um barracão próprio, apesar de não possuir documentação do imóvel, no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. Atua como diarista e, aos finais de semana, complementa a sua renda com outras atividades. Já foi empregada doméstica em apenas uma residência fixa. Por razões de gênero, assim como

sua mãe e avó, ingressara nessa profissão ainda muito jovem. Também, por questões de gênero, não acredita que seu filho seguirá a mesma profissão; como ressaltou na entrevista, pensa que a transmissão dessa herança será interrompida:

*“Hoje eu sou diarista, mas já fui empregada. Meu primeiro emprego mesmo eu tinha 15 anos. Minha mãe que arrumou em uma casa que ela já havia trabalhado. Mas antes, sempre ia com minha mãe nas casas que ela trabalhava e ajudava ela. Isso é coisa que passa de mãe pra filha. Minha vó e minha mãe eram domésticas. Mas como eu tenho é o Juninho, vou quebrar a tradição (risos).”*

A sua mãe compartilhou seus saberes com a filha. De acordo com seu relato, nunca frequentou a escola quando era criança. Seu primeiro contato com ela fora há oito anos, quando se matriculou na instituição que frequenta até hoje. Até então, assinava o nome, aprendeu a “desenhá-lo” com sua avó materna:

*“Quando era criança eu não cheguei a estudar. Mas de coração, eu nem sei o porquê. Era tanto problema... Meu pai bebia, o dinheiro era pouco. E naquela época não tinha assim, uma obrigação de ir pra escola igual tem hoje... Ai de mim se o Juninho não for para a escola [filho de 14 anos], além de perder o bolsa família o Conselho Tutelar vem em cima. Mas antes não era assim.”*

E, mais adiante, acrescentou, revelando a carência do capital escolar investido na família:

*“A primeira escola que fui foi a nossa lá... há oito anos atrás. Cheguei lá só desenhando o meu primeiro nome. Não sabia mais nada. Minha vó, mãe da minha mãe que me ensinou. Meu pai não escrevia nem lia... e minha mãe estava sempre trabalhando.”*

Lu relata uma trajetória escolar na EJA também com muitas reprovações. No total, já foram quatro reprovações durante os oito anos de estudo. Precisou de dois anos para cada série cursada. Sobre isso, ela assim, como Irene, expressou a dificuldade de conciliar o horário da escola com o trabalho:

*“Eu já tomei muita bomba na escola. Mas parar de estudar nunca. É que eu faltava muito à escola. Agora melhorei. Mas ainda chego muito atrasada. A aula começa seis e meia e eu só chego oito e meia. Isso me atrapalha. Por isso já tomei cinco bombas.”*

E continuando o assunto, acrescentou, avaliando sua situação e atribuindo apenas a si mesma a responsabilidade por ela:

*“Meus professores não estão errados não. O problema é comigo. Eu trabalho demais. Faltava muito, chegava atrasada e às vezes até cochilava. Mas agora resolvi, na medida em que posso, dar prioridade aos estudos. Por isso que esse ano eu vou formar[concluir a 4ª série].”*

De acordo com Lúcia, inicialmente, buscou a escola para poder acompanhar melhor a escolarização do filho, pois queria garantir a ele bom desempenho escolar. Porém, hoje, o que a mantém e motiva a dar sequência aos estudos é a vontade de conseguir um emprego melhor:

*“Eu fui pra escola pra aprender a ler e escrever e poder acompanhar o Juninho melhor nos para casa. Ler os bilhetes que vinham da escola sem ter que ficar perguntando para ninguém. Mas hoje eu tô na escola e vou seguir na 5ª série porque eu quero um emprego melhor. Trabalhar num lugar só, ganhar bem, ter direito a férias, vantagens...”*

Segundo ela, sua rotina de trabalho é muito extensa e exaustiva. Atua como diarista duas vezes por semana em duas casas distintas. Nessas residências, além de cuidar da limpeza, de lavar e passar roupa em alguns casos, cuida dos filhos dos patrões até que algum deles chegue. E, ainda, uma vez por semana, se ocupa de um escritório de advocacia. Nesse local, cuida apenas da limpeza. Além disso, aos finais de semana, durante a noite e parte da madrugada, atua como garçom e cozinheira em um bar na região da Savassi<sup>39</sup>. Dessa forma, quase não fica em casa e/ou na companhia do filho. Devido à falta de tempo livre, foi nesse bar, antes do horário de abertura ao público, que ocorreram todas as entrevistas de Lúcia. Como se vê, sua rotina é sobrecarregada durante toda a semana, quando vai de um local para outro e estuda no período noturno. Com isso, vê seu filho praticamente só antes de dormir. O garoto fica sozinho durante a semana, arruma sua própria comida e cuida da casa para a mãe. Sobre sua rotina, vejamos seu relato a esse respeito:

*“Nossa... Minha vida é uma luta só. Trabalho em duas casas de família, duas vezes por semana em cada. Aí, como não vou todo dia, o serviço acumula. Muita coisa pra limpar, pra colocar no lugar. Muita louça pra lavar. E eu ainda acabo olhando os **meninos até uma das patroas chegar...** O dia que eu tô lá ela aproveita pra chegar mais tarde... sair pra comprar alguma coisa que falta...”*

Prosseguindo, explica, sem deixar claro qual o tempo de que dispõe para sua própria escolarização, casa e família:

*“Na sexta eu dou faxina num escritório de uns advogados. Serviço muito mais tranquilo do que em casa de família. Se pudesse dava faxina só em escritórios...E sexta à noite, sábado e domingo, pego uns bicos aqui no bar. Aqui eu frito os salgados, sirvo as mesas. Sou ‘multiuso’”.*

---

<sup>39</sup>A Savassi é um bairro nobre situado na regional Centro-Sul de Belo Horizonte. É conhecida pela grande quantidade de bares e por um desenvolvido comércio, sendo uma das regiões mais prestigiadas da capital mineira. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Savassi> (Acesso em 30/12/2014, às 20:28hs)

Conforme ela salientou, já trabalhou muitos anos como empregada doméstica fixa, mas foi demitida em função de uma crise financeira dos patrões. Quando estava desempregada, uma colega indicou para ela uma casa para fazer faxina semanalmente e, a partir daí, passou a trabalhar como diarista. No início, foi difícil, porque não tinha faxinas fixas, mas atualmente vê como vantagem a sua forma de atuação; afirma ganhar mais do que se estivesse atuando como empregada doméstica fixa. De acordo com ela, a média salarial de uma empregada doméstica é de um salário mínimo, e ela, como diarista, recebe R\$80,00 por dia nas casas de família, R\$100,00 no escritório e R\$ 50,00 por dia no bar, o que totaliza R\$570,00 por semana, mais de dois mil reais por mês, embora não tenha direito trabalhista algum. Ou seja, três salários, mais ou menos à época. Neste trecho, ela mostra as vantagens do seu regime trabalho:

*“Uma amiga arrumou uma faxina pra mim quando eu fiquei desempregada. Era melhor do que nada, mas era pouco, era uma vez só por semana. Mas quando eu formei minha clientela vi que é muito melhor. Eu tiro oitenta em cada casa, cem no escritório e cinquenta no bar... Isso por semana e não tem desconto nenhum.”*

Quando questionada sobre os direitos trabalhistas dos quais não é beneficiária, ela respondeu que essa é uma preocupação para o futuro, porque, ainda sendo jovem, teria condições de se manter assim. Em sua visão, toda profissão, nesse caso atuação, tem suas vantagens e desvantagens, e mirava o presente:

*“Eu não tenho mesmo férias, nem fundo de garantia, nem carteira... Se eu tirar férias paro de receber. Mas as contas não param de chegar. Cada profissão tem coisa boa e coisa ruim. Você **tem que ver o que mais importa no momento**. No meu caso eu ganho mais, mas não tenho essa segurança...”*

O motivo pelo qual afirma trabalhar tanto é oferecer o máximo de conforto ao seu filho adolescente. Ela engravidara de um homem com o qual não tinha relacionamento estável na época e que, ao ser informado da gravidez de sua parceira, se afastou. Deixou, assim, toda a responsabilidade da criação e sustento do filho para ela. Após alguns anos, a avó paterna a procurou para conhecer o neto e oferecer ajuda mensal, mas não fixa, ao adolescente, que não tem contato nenhum com o pai.

De acordo com sua fala, seu filho tem acesso a aulas especializadas, roupas de marca e lazer em diferentes locais. Acredita que, desse modo, ela poderá compensar, em sua criação, a ausência do pai e dos demais familiares. Mas, nessa tentativa de compensar a ausência do pai, acaba trabalhando tanto que também se faz ausente na vida do filho:

*“Eu trabalho muito, não paro nunca. E quando chego em casa, como somos só eu e o Juninho, ainda tenho coisas para fazer. Ele desde pequeno me ajuda. Esquenta a comida, lava a louça, varre a casa, tira poeira. Porque **ele sabe que trabalho é para ele mesmo**. É para o basquete, para a nataçãõ, para os shows que ele vai, pro cinema, pro shopping do fim de semana. Eu tento **compensar ele ao máximo a falta do “energúmeno” do pai.**”*

Acrescentou, ainda, que não exigiu do pai reconhecimento jurídico e pensãõ a que o filho tem direito, mas esforça-se para oferecer a ele muito mais do que ela mesma recebeu:

*“Porque foi assim: eu e o pai dele saímos umas vezes. Aí uma vez só que não usei camisinha, engravidei. Aí, o safado sumiu quando contei pra ele. Nunca deu nada. E eu também não corri atrás, porque ele já tinha muito filho espalhado por aí na mesma situação do meu. Há uns anos é que a mãe dele veio querer conhecer o Juninho. Aí passou a me dar uma ajuda todo mês. Às vezes cem reais, às vezes duzentos. Depende do mês. E eu não tenho parente aqui perto. Ou morreu ou mora longe. Então, é comigo mesmo. Por isso trabalho tanto, **pra dar a ele vida de filho de rico**. Assim, ele nem sente a falta do pai.”*

Apesar do sobreesforço a que se submete, Lúcia afirma que sempre procurou estar presente na vida de seu filho e acompanhar a escolarizaçãõ dele. Mesmo quando ainda não era alfabetizada, afirma que criava estratégias para isso. Vejamos:

*“Pra mim tudo foi sempre difícil porque sempre tive que trabalhar muito. Mas isso não significava que eu ia deixar o Juninho de lado. Ele sempre ficava com uma vizinha e eu cobrava dela cobrar dele para casa, capricho com a letra... E como eu não sabia ler para ver o as provas dele, os bilhetes da escola, eu ia sempre lá conversar com as professoras dele pra saber como as coisas estavam e pra mostrar pra ele que eu sabia de tudo”.*

E, assim, continua a supervisionar o filho de perto, como podemos observar:

*“Hoje eu cobro menos, porque ele já é grande e já tá com a responsabilidade criada. Mas mesmo assim, de vez em quando apareço na escola pra saber de tudo. E eu sei de tudo da vida dele mesmo. A gente é muito amigo... Sei por exemplo até que ele já andou dando uns beijinhos por aí... Mas aí eu falo, não passa disso meu filho, não vai embuchar filha dos outros porque eu custo a dar conta de você.”*

Durante a entrevista, destaca, corroborando a teoria, que teve muito incentivo dos patrões para voltar a estudar e que, mesmo atualmente, todos apóiam sua decisãõ. No entanto ela percebe aí uma contradiçãõ: as patroas dizem que ela deve estudar, buscar um futuro melhor, mas, na realidade, não atuam no cotidiano a fim de que ela possa efetivamente chegar no horário de início das aulas:

*“A minha patroa e o marido dela me incentivaram muito a voltar a estudar quando eu trabalhava lá pra eles. Hoje todo mundo me incentiva. Acham muito bacana eu estudar depois de velha, com filho grande... Mas o engraçado é que é assim: me incentivam, mas me atrapalham. Minhas patroas, igual te falei, deixam pra chegar tarde nos dias em que estou na casa delas. Vão pagar contas, comprar uma coisa, cortar o cabelo... E eu fico presa... Como que eu deixo criança pequena sozinha? E eu não recebo nada a mais por isso.”*

Mas, para ela, a pessoa que mais a incentiva a estudar e nunca desanimar é o seu filho. É nele que ela investe todo o seu esforço. Como mostra esta passagem da entrevista, ele não só a incentiva como também cobra dela resultados e desempenho escolar, dando mostra de haver internalizado os valores que ela transferiu a ele:

*“Então, eu vejo que quem quer o bem da gente mesmo é quem tá mais perto. O Juninho é que me incentiva de verdade. Ele fala que quer me ver na faculdade um dia, junto com ele. E ele me cobra se falto à escola, se tiro nota ruim (risos). E eu que sou a mãe, né? Aí que vejo que ele cresceu... Cresceu e aprendeu comigo porque eu fazia a mesma coisa com ele.”*

Concluindo, Lúcia, sem benefícios sociais e sem apoio do pai de seu filho, investe todo o seu esforço físico e mental em seu filho, tentando, de acordo com o que acredita, garantir um futuro melhor para ele.

### **3.4. O caso de João**

João é o único trabalhador do sexo masculino que participou desta pesquisa. Vale relembrar, como mencionado anteriormente, que a sua participação foi incluída no decorrer da pesquisa, quando ele ingressou na mesma escola frequentada pelas demais entrevistadas. Ao saber dessa pesquisa por uma colega de sala, o mesmo nos procurou e informou que atuava como empregado doméstico em uma residência na Zona Sul de Belo Horizonte e lá residia. A sua participação possibilitou-nos, como veremos no capítulo dedicado à análise dos resultados, comparar as situações profissionais e trabalhistas enfrentadas por ambos os gêneros quando nos reportamos ao trabalho doméstico.

À época das entrevistas, João tinha 43 anos de idade e se autocalificou como negro. Suas entrevistas ocorreram em dois momentos distintos: um na escola onde estuda, antes do horário de aulas; outro, em sua residência, que também é o seu local de trabalho. Nasceu no interior do Espírito Santo, filho de pais pobres que sobreviviam fazendo *bicos*. Seus pais tiveram onze filhos, dois faleceram quando ainda crianças; João não se lembra da causa da morte deles, pois era muito pequeno.

Ele afirma que, como seus irmãos, “*nasceu e cresceu trabalhando*”, para ajudar seus pais no sustento da família. Por isso, nenhum de seus irmãos chegou a estudar quando crianças. Também sua mãe nunca frequentou a escola, apenas seu pai. Mas este pai, sempre lutando pela sobrevivência, não tivera tempo de compartilhar o pouco que sabia com sua esposa ou filhos. É o que mostra este trecho:

*“Minha mãe pra você ter uma ideia, nunca estudou. Só meu pai que estudou um pouco. Mas não sei como ele conseguiu também... Ele sabia assinar o nome, fazer conta no papel. Mas era tanto trabalho, tanta luta que ele não pode ensinar nada nem pra minha mãe nem pra gente.”*

João tem um filho de 18 anos de idade, fruto de seu único relacionamento sério, como ele frisa. Nunca chegou a se casar com a mãe de seu filho. Ela era vizinha de seus pais, e ele trabalhava fora do Espírito Santo. Atualmente, seu filho reside em Vitória com a mãe e está cursando a 8ª série do Ensino Fundamental. Segundo João, ele vê seu filho muito pouco, mas deposita mensalmente uma quantia para ele:

*“A gente se vê pouco. Ele fica com a mãe e como estuda não vem pra cá. E eu também não tenho uma casa minha para receber ele. **Tenho essa casinha aqui, mas que não é minha, é dentro da casa da patroa. Fica sem liberdade.** E eu, por causa do trabalho vou ver ele e meus irmãos vivos uma vez por ano. Mas todo mês é sagrado, ponho um dinheiro pra ele no banco pra ele ter como estudar tranquilo, coisa que não tive.”*

Apesar da fala de João, a entrevista indica que seu filho também vive distorção idade/série. Com a idade de 18 anos, já deveria regularmente ter concluído o Ensino Médio.

Relembrou, durante a entrevista, sua longa trajetória de idas e vindas de trabalho braçal, mudando de ocupação frequentemente. Desse modo, antes de se tornar empregado doméstico, passou por inúmeras profissões em diversos lugares, sem saber dizer quanto tempo dedicado a que exatamente.

Confirmando a divisão generalizada das aprendizagens familiares, recorda que suas irmãs ajudavam a mãe lavando e cozinhando para fora. Enquanto isso, ele e seus irmãos trabalhavam na construção civil junto com o pai, durante a infância e a adolescência. Logo após, obteve uma oportunidade de ir para Rondônia trabalhar na extração de madeira. Aceitou por acreditar ser uma boa chance de deixar a construção civil, que, segundo ele, era muito desgastante e pagava menos.

*“Fiquei rodando de bico em bico com meu pai. Eu e meus irmãos homens. As meninas rodavam com minha mãe lavando roupa, cozinhado, essas coisas. Mas sempre na construção, na obra. Foi assim quando criança, adolescente. Aí fiquei sabendo perto de casa que muito rapazinho que nem eu estava indo para Rondônia trabalhar cortando madeira. **Resolvi ir e tentar a sorte.** A construção é muito pesada e eu era fracote... E quem sabe não podia ganhar mais?”*

Trabalhou lá por cerca de dois anos, mas não soube precisar a época<sup>40</sup>. Decidiu deixar o local, juntamente com um amigo, pois muitos outros colegas haviam contraído malária e temiam a doença e a falta de cuidados médicos. Esse amigo possuía parentes no interior de Minas Gerais, e convidou João para trabalhar em uma fábrica de calçados com ele. Lá permaneceu por pouco tempo, mas novamente não soube precisar quanto. Em seguida, conseguiu um emprego em uma construtora em Contagem, como pedreiro. Logo após, passou a trabalhar, também como pedreiro, para um engenheiro que conheceu em uma obra. Os detalhes desta história encontram-se no trecho a seguir, que confirma uma trajetória não linear, plena de interjeições, de frequentes mudanças de rumo e sem endereço fixo por muito tempo:

*“Nossa, minha vida já deu tantas voltas. Lá em Rondônia começou a ter muita crise de malária. E não tinha médico direito, nem nada... Claro que fiquei com muito medo da doença e resolvi procurar outra coisa. Foi aí que um amigo que fiz lá me chamou pra vir para Minas, pra Nova Serrana. Ele tinha parentes lá e falou que ia ser fácil a gente conseguir emprego lá nas fábricas de sapato. Fiquei lá um tempo. Mas pagava pouco, a cidade não tinha nada... Consegui através de conhecidos um emprego em uma construtora em Contagem e me mudei pra lá. Depois, fui trabalhar com um engenheiro que conheci numa obra em Belo Horizonte.”*

Segundo João, esse engenheiro para o qual trabalhava conseguiu a construção de uma casa de luxo na Zona Sul de Belo Horizonte. Trata-se da casa da sua atual patroa que era recém-casada na época e, juntamente com seu ex-marido, estava construindo a residência.

Durante o período de obras, João dormia no local onde a casa estava sendo construída, atuando também como vigia, para assegurar que ninguém entrasse ali. Por conta disso, começou a ter uma relação mais próxima com os donos da casa. Foi aí que os proprietários fizeram-lhe a proposta de deixar o engenheiro para o qual trabalhava e empregar-se com eles.

Seus novos patrões propuseram a João um salário fixo e um lugar para morar (uma casinha separada da casa principal, perto da piscina da residência). Em troca, ele

---

<sup>40</sup> Sua biografia é narrada com pouca consciência dos tempos.

deveria assumir as funções de caseiro e as seguintes atividades: limpeza geral da casa e da parte externa (incluindo piscina, sauna, churrasqueira e jardins) e cuidados com os animais da família. Já atividades, como cuidado com as roupas, alimentação e limpeza minuciosa da casa ficariam a cargo de outra pessoa, uma empregada fixa.

Segundo João, o salário proposto pelo casal, à época, era maior do que ele recebia como ajudante de pedreiro e, segundo ele, viu muitas outras vantagens, como ter **horário de trabalho definido, não pagar aluguel e exercer uma atividade que, segundo o entrevistado, seria *menos pesada*** do que a de pedreiro. Contudo, no decorrer deste estudo, veremos que o entrevistado atualmente se encontra muito cansado, dada a sobrecarga de serviço:

*“Eu não vi motivo para não aceitar. Eles confiaram em mim e para mim foi uma oportunidade. Eles me deram um salário maior do que eu ganhava e fixo. Não ia precisar de aluguel. E eu sozinho, qualquer cantinho dá para mim. E a construção é muito pesada, achei que o que eles queriam que eu fizesse ia ser menos pesado, menos cansativo.”*

Com efeito, João trabalha para esta família há 13 anos. Atualmente, sua patroa se separou e vive com os dois filhos de doze e treze anos, respectivamente. Além disso, hoje, conta com o auxílio de uma diarista que vai até a casa duas vezes por semana, para limpar toda a residência e deixar a maior parte da comida preparada no freezer. Dessa forma, as responsabilidades dele para com a família aumentaram muito: cuida da casa, do jardim, da piscina, dos cachorros, faz café e prepara lanche para os meninos. Além disso, faz pequenos reparos e pequenas reformas na residência. Tudo isso, conforme o relato abaixo, deixa-o sobrecarregado.

*“Igual falei, só tem a diarista. Então, sou eu mesmo. Limpo o que tem que limpar todo dia, varro aqui fora, dou comida e banho nos cachorros, levo pra passear. Esquento a comida. Faço o lanche dos meninos. Limpo a piscina, cuido das plantas. **E tem também que como sou o único homem adulto morando aqui, conserto o que quebra, o que estraga.** Ontem arrumei a porta do armário da patroa que tinha despencado. Nossa, coisa demais...”*

O entrevistado afirma ter rendimentos de três salários mínimos por mês, embora em sua carteira de trabalho, constem apenas dois. Conforme explicou, o terceiro salário é um acordo entre ele e a patroa pelas funções extras que realiza. Além disso, possui férias, 13º salário e FGTS garantidos, como mostra este comentário dele:

*“Eu sou fichado. São dois salários na carteira e um por fora. Esse por fora a Dra. Elizabeth me paga como um bônus pelas coisas que faço extra.... E o resto que você perguntou é tudo certinho: férias, 13º, fundo de garantia...”*

Observa, no entanto, que sua carteira de trabalho está assinada como *Trabalhador doméstico*, tendo ele já sofrido muitos preconceitos devido ao uso desse termo. Muitos conhecidos acabam associando a profissão à sua sexualidade. Por isso, ele se identifica como caseiro, como mostrado abaixo:

*“Eu já sou quieto, não sou de farra de muizada. Não sou de sair muito. E ainda se falo que sou trabalhador doméstico igual tá na carteira, os outros ficavam debochando, gozando com minha cara. Achando que eu era bicha. Aí prefiro dizer que sou caseiro. É mais fácil. Ninguém critica.”*

Como já mencionamos anteriormente, João reside no local de trabalho. Entretanto sua moradia é separada da casa principal. Trata-se de uma pequena casa, aos fundos do terreno, que conta com um quarto, cozinha, banheiro, sala e uma área com tanque e varal aos fundos. Ele mesmo a mobiliou. Sem luxo, observa, mas com tudo o que ele julga necessário: sofá, televisão, cama, guarda-roupa, fogão, mesa com cadeiras.

Acerca do descanso semanal, geralmente aos domingos, como não costuma sair de casa, aproveita para lavar a sua roupa e organizar suas coisas pessoais. Destaca um aspecto comum a outras residentes no local de trabalho: a ausência de familiares a quem visitar nos finais de semana. Como quase não sai para passear, costuma ajudar a família da patroa em eventuais churrascos. Logo acaba não usufruindo efetivamente da folga a que tem direito, como explicado a seguir:

*“Eu sou caseiro. É raro eu sair. Saio se for pra ir pra um supermercado, uma coisa assim. Porque não tenho família aqui... Minha folga é uma vez por semana, geralmente domingo. Aí é o dia que tenho pra lavar minha roupa, arrumar minhas coisas. Mas tô em casa. Então, o namorado da Dra Elizabeth vem pra cá e eles gostam muito de fazer churrasco. Eu dou uma mãozinha pra eles.”*

Assim, como se verifica com os depoimentos de quem reside no local de exercício laboral, os horários de descanso são invadidos pelo ofício. Mesmo ajudando a preparar o churrasco, ele não come junto com a família, mas por opção sua. Também não faz as refeições do dia a dia com a família, e ressalta que prefere preparar a sua. Preservando seu espaço próprio e autonomia. Vejamos:

*“Ah, eu já acostumei a ser sozinho. Eles me chamam pra comer com eles, mas eu não vou não. Não gosto. Já acostumei a ser sozinho. Compro minhas coisas no supermercado, cozinho pra eles e cozinho pra mim do meu jeito.”*

Ainda a respeito do lazer, refere-se aos espaços de lazer da residência da seguinte forma, determinando seu lugar:

*“Minha patroa é muito bacana. Ela e o Dr. Jorge [namorado].  
Eles nunca me proibiram de nada. Eu que sou na minha.  
Nesses anos todos, nunca entrei nessa piscina, deitei numa  
rede... Não entrei em sauna... Mas eu não fico à vontade.”*

Os horários de trabalho de João deveriam ser, como combinado com a patroa, de 8 às 17 horas. No entanto sua rotina diária começa às 6 horas da manhã e só encerra na hora de ir para a escola. O que percebemos em seu relato foi o alargamento da jornada de trabalho e o efeito, como já se havia observado antes, da empatia. Afirma ter consideração por eles e não se importar muito com o horário, como veremos neste comentário:

*“Eu levanto 5 horas. Faço meu café, tomo um banho. Aí vou para a casa grande 6 horas. Faço o café de lá e começo o dia. Paro na hora de ir para a escola. Porque o horário de ir pra escola eu respeito muito Não gosto de faltar. Eles [patroa e filhos] são muito legais, então não esquento muito com esse negócio de horário não. Precisou tamo aí...”*

Com referência à escola, à época de nossa pesquisa, João estava cursando a 1ª série do 1º segmento do Ensino Fundamental. Foi o seu primeiro contato com a escola. Chegou até a escola sem assinar o seu primeiro nome, ou, como dito por ele, desenhar seu nome. Afirma:

*“Tô na 1ª série. Nunca tinha tido a oportunidade de estudar antes. Aí cheguei sem nem desenhar meu nome. Mas a professora é muito boa, agora já estou assinando olhando da ficha.”*

Afirma que sempre pensou em estudar, mas nunca havia se matriculado por não saber qual o procedimento para isso. Segundo ele, ao comentar com a sua patroa esse seu desejo, ela teria se prontificado a encontrar uma escola que fosse perto do trabalho e que correspondesse às suas expectativas em relação à escola (local calmo, com pessoas mais velhas estudando, bons professores). A patroa o acompanhou na hora da matrícula e nos primeiros dias de aula:

*“Eu sempre quis estudar. Mas a gente que é sozinho é difícil até para encontrar um lugar, porque não sabe como matricular, o que que tem que fazer. Mas aí comentei com a patroa e ela ficou de me ajudar. Falou que ia arrumar um lugar aqui perto do trabalho e do jeito que eu queria, sem muito adolescente, sem bagunça, tranquilo, com professora boa... E aí ela arrumou. Foi comigo lá fazer a matrícula, me deu carona pra escola nos primeiros dias pra eu ir me acostumando.”*

Quando indagado sobre as suas expectativas após o término dos estudos, conforme deixou claro em seu depoimento, ainda não tem estabelecido metas profissionais. Mas afirma que quer mudar de emprego, o que nos chama a atenção. O objetivo principal do estudo, além de tirar a carteira de motorista, como percebemos, está ligado à questão de autoestima:

*“Eu só quero ‘pegar’ a 4ª série. De profissão eu não sei ainda o que quero. Mas quero mudar. Quero mudar de trabalho, mas não sei porque e nem pra qual. Só o tempo determina a gente. A carteira de motorista eu quero muito tirar e quem sabe comprar um carrinho pra facilitar ir pro Espírito Santo... E quero muito ficar que nem os outros é... Estudado, falando bem...”*

Como assinalaram outras entrevistadas, a maior dificuldade que ele enfrenta para estudar é também o cansaço, fruto da sobrecarga de trabalho: *“Eu fico quebrado à tarde. Só morro aqui nesse bairro. Subo e desço escada o dia todo. Desço e subo a pé da escola. Isso que é mais difícil.”*

E, concluindo a entrevista, enfatiza que já passou por muitas situações difíceis na vida; o relato apresentado traz apenas uma versão resumida delas. Portanto, considera-se uma pessoa forte e determinada, que não desiste fácil das coisas, como ilustra este trecho:

*“O que te contei é um resumo da vida difícil minha. Passei por muita coisa... E não é qualquer coisa que me desanima não. Tive que aprender a ser forte a ter determinação. Fiquei esperando muito tempo para ter essa oportunidade [estudar], então não vou desistir fácil não!”*

Com a entrevista de João, finalizamos o trabalho de campo, e vimos que ele também pensa em mudar de profissão, mostrando certo descontentamento com o trabalho, em decorrência da sobrecarga de tarefas, do alargamento de jornada e do cansaço.

De modo geral, os entrevistados sinalizam buscar na escola a oportunidade de concretizar seus desejos de um futuro diferente, seja através de outras oportunidades de trabalho, da carteira de motorista, ou mesmo na recuperação de um processo de escolarização interrompido ou nunca antes iniciado.

#### 4. ANALISANDO OS RESULTADOS: DIALOGANDO COM A TEORIA

No período de análise dos dados obtidos através das entrevistas, encontramos a página do Facebook intitulada “*Eu Empregada Doméstica*”. Nela encontramos relatos que se assemelham às histórias de vida de nossos entrevistados, como será mostrado a seguir.

A página foi criada em 19 de julho de 2016 e é assinada por “*Preta Rara*”, codinome assumido pela administradora da página e já recebeu, até o momento, cerca de 4 mil relatos anônimos de histórias vivenciadas por empregadas domésticas, filhas, sobrinhas ou netas delas.

Em sua descrição, consta:

No dia 19/07 comecei a relatar alguns casos que aconteceram comigo quando eu era empregada doméstica e logo veio à ideia de expor não só a minha história, mas dividir isso com os meus seguidores aqui no Facebook e incentivar as pessoas a contarem os seus relatos ou relatos das mulheres de suas famílias que já foram ou são empregadas domésticas. Recebi muitos relatos e resolvi criar essa página para divulgar. Quem sabe juntos podemos mudar a situação dessas mulheres que a patroa dizem que são como se fossem da família, porém não são tratadas como seus entes queridos. Saudações Africanas! #PretaRara (Página *Eu Empregada Doméstica*<sup>41</sup>, 2016).

Durante o mês de Abril de 2017, a página foi acompanhada diariamente pela pesquisadora e alguns relatos foram selecionados para compor essa tese, uma vez que denunciam abusos semelhantes aos vivenciados pelo grupo de colaboradores dessa pesquisa.

Assim, devido à importância que damos a esses relatos anônimos encontrados na página citada, e para facilitar a leitura deles, contrariaremos as normas da ABNT e aqueles textos selecionados serão transcritos com a fonte e espaçamento padrão do texto da tese.

1º relato: *Relato anônimo de S.S.:*

*“Tinha 16 anos apenas. Não chegava nem à maior idade! O sonho de morar na capital se tornava a fuga para a melhoria de vida. É comum nas cidades do interior famílias elitizadas convidarem meninas pobres para morar em suas casas na cidade grande.*

---

<sup>41</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page\\_internal/](https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page_internal) (Acesso em 29/04/2017, às 20h10min)

*As promessas de ter acesso aos estudos, trabalho de carteira assinada, melhoria de vida se tornava sonho daquela moça pobre e humilde do interior que aceitou sem pensar duas vezes no quão melhor podia posteriormente voltar a sua terra. E, então, convite feito, decisão tomada, passagem comprada, esperança enraizada, sonho em processo de construção da realidade.*

*Que 16 anos! Nos primeiros meses de descobertas e alegrias a mais nova integrante da família teve seu quartinho garantido no fundo da área de serviço e vez ou outra era solicitada para cuidar das crianças, da casa e cumprir as tarefas domésticas como um pedido de favor. No passar dos meses o fazer parte da família evoluía para o dever de manter casa limpa, organizada, comida feita e crianças de banho tomado. As saídas para os shoppings, restaurantes, festas se tornavam cada vez mais constrangedoras e mesmo com a afirmação de que aquela moça do interior fazia parte da nova família essa moça era vista como a jovem doméstica adotada pela casa e é tratada como a empregada de toda a elite que acompanha aquela família. Até então, tudo normal para uma moça do interior que estava sendo gentil para com as pessoas que à acolheram.*

*Dia a dia, o sonho da menina crescia e no decorrer das descobertas da cidade grande o desejo de conquistar o primeiro emprego se tornava assunto frequente nos almoços de "família". A cada tentativa de levantar o assunto o papo era ignorado e trocado por uma solicitação de favor: "querida acorde cedo, arrume a casa, compre tal coisa, deixe a roupa passada, arrume as crianças, as ensine o dever..." Porém, a menina não se contentava com essa rotina submissa se via pensativa da janela do prédio burguês e sabia que queria para além do trabalho adentrar uma universidade pública, conquistar sua independência e se tornar referência da família que deixou no interior.*

*Novamente, no dia a dia a menina explanava a possibilidade de procurar emprego estudar, trabalhar, "ser alguém na vida". E, na primeira entrevista de emprego foi ordenada a sair da casa grande. Angustiado se arriscou a ir sozinha nas oportunidades que surgiam às escondidas e, após descoberta foi surpreendida com ameaças de ser enviada de volta ao interior com calúnias que poderiam envergonhar sua família. Assustada, entendia que aquela deveria ser sua vida e continuou naquela época sendo a babá, a empregada, a submissa da casa, que, segundo a sua nova família deveria se contentar com tudo que tem.*

*Mas essa moça do interior, se sufocou e entendeu que a casa da família que estava inserida já não suportava os seus sonhos presos. A necessidade de crescer na cidade grande vinha junto a oportunidade de melhorar a vida, transformar a vida dos seus no interior e a solicitação para ir nas entrevistas de emprego surgiam novamente dessa vez, o tom mais grosso se agregou a mensagem de que o lugar de submissa deveria permanecer foi jogado na cara que a casa já não tava tão arrumada como deveria, que a permissão para sair deveria ser solicitada com menos frequência, que as crianças deveriam ser acompanhadas com mais atenção, que as roupas deveriam ser delicadamente passadas e dobradas.*

*Aquela rotina se tornava tortura ao passar dos dias e o sentimento de prisão junto a submissão se intensificava a cada "favor" colocado de forma obrigatória para aquela moça. Então, num surto ela fugiu, resolveu se jogar no mundo e arriscar sua independência sem conhecer ninguém. O sentimento de liberdade tomou conta da sua coragem, mas ao mesmo tempo o medo desse mundo cão acompanhava, mas a decisão já tinha sido idealizada.*

*As lembranças de humilhação, gritos, sufocamentos e exploração se tornaram gás pra tentar mudar de vida e aquela moça sonhadora do interior decidiu cuidar de si com o primeiro emprego de garçoneiro que surgiu na frente. Mesmo sabendo que estava sozinha com a possibilidade de voltar para a sua terra caso tudo desse errado, a única certeza e alívio que tinha na mente, era de não ser mais a empregada da casa". (Página *Eu Empregada Doméstica*<sup>42</sup>, 29 de abril de 2017).*

No relato acima, destacamos um ponto em comum com nossas entrevistadas: o desejo de se mudar para um grande centro urbano e obter melhores oportunidades de estudo e de emprego. Desejo esse que nem sempre se concretiza.

No relato a seguir, evidenciamos a falta de horário de trabalho definido para quem reside no trabalho, como é o caso, principalmente, de Irene, Maria Emília e João. Destacamos, também, que, no depoimento a seguir, a trabalhadora, quando deixa o emprego e a situação vivenciada, demonstra um sentimento de liberdade.

---

<sup>42</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page\\_interna](https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page_interna) (Acesso em 29/04/2017, às 20h10min)

2º relato: *Relato anônimo de R.O.:*

*“Trabalhei em uma casa no Lago Sul, em Brasília. Quando cheguei na residência, fui levada ao quartinho, que ficava distante da casa grande. Quando me vi naquela situação, comecei a chorar muito. Era obrigada estar ali, pois eu não tinha para onde ir. Sempre pensava: eu vou sair daqui. Era como uma prisão.*

*A sinhá me tratava muito mal, eu tinha que acordar muito cedo, para poder preparar o café da manhã. Se eu não levantasse às 6:00 em ponto, ela entrava no meu quarto e me acordava. Lembro que quando eu estava limpando a casa, ela me guiava o tempo todo, mostrando como que eu devia fazer o serviço, pois o meu jeito de arrumar a casa estava errado. Tinha que ser exatamente do jeito dela, todos os dias era a mesma coisa.*

*Quando eu saía final de semana, ela verificava a minha bolsa, para ter certeza de que eu não estava levando nada da casa. Essas atitudes da sinhá, começou a me irritar, foi quando comecei a questionar àquele tratamento abusivo. Sempre que ela reclamava, eu olhava bem para ela e começava a questionar o porquê daquela perseguição. Não me calei e enfrentei a sinhá. Logo depois saí da residência, foi o momento mais libertador de toda minha vida”. (Página Eu Empregada Doméstica<sup>43</sup>, 28 de abril de 2017).*

No terceiro relato, destacamos, dentre outros fatores, o fato de a trabalhadora, que atuava como babá, cuidava das crianças e cozinhava para elas, não receber nada a mais por isso e ainda precisar levar a sua própria comida para o trabalho. Quando uma das crianças da casa vê a sua marmita com arroz, feijão e ovo, demonstra nojo. O pai, por sua vez, ri da situação e diz que ele trabalha justamente para comprar comida gostosa para a família, não considerando que as tarefas da babá também são um trabalho.

3º relato: *Relato anônimo de C.L.P.:*

*“De 2003 até 2010 trabalhei como empregada doméstica em São Paulo. Um dos meus trabalhos foi no apartamento de um jovem que estudava numa faculdade particular caríssima, morava sozinho bancado pelo pai. Eu ia lá limpar duas vezes por*

---

<sup>43</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page\\_interna](https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page_interna)(Acesso em 28/04/2017, às 21h50min)

*semana e sempre estava tudo acumulado, lixo no banheiro e pia lotada de louça velha, nem o lixo ele tirava pra fora. Eu chegava e ele estava dormindo fechado no quarto e ficava lá até meio dia, às vezes mais. Eu não podia fazer nenhum barulho, senão ele acordava e me xingava e era muito difícil lavar louça ou fazer qualquer coisa assim. Eu acaba saindo mais tarde do que devia porque ficava esperando ele acordar pra passar aspirador, tirar os lençóis pra lavar e etc.*

*Ele andava de cueca pela casa e eu ficava super desconfortável, deixava só pão velho pra eu comer e café com leite. Algumas vezes eu cheguei e o banheiro estava todo vomitado e eu tive que limpar, que tipo de pessoa não limpa o próprio vômito?*

*Noutra casa que trabalhei era uma família e eu tinha que olhar as crianças sendo que eu era empregada e não babá, quando alguma criança fazia alguma coisa a patroa brigava comigo como se eu tivesse obrigação de ter visto o que aconteceu. Eu tinha que cozinhar pra eles, mas levar minha própria comida, mas eu não recebia a mais por isso.*

*Uma vez estava esquentando a marmita no forno e a filha mais nova olhou pra minha comida (arroz, feijão e ovo) e ficou falando "eaa" e o pai deu risada de longe e falou que era por isso que ele trabalhava pra comprar comida gostosa.*

*Sempre que eu pedia pra comprar produto de limpeza a patroa me dava um sermão dizendo que eu gastava muito e as coisas não eram de graça que ela ia descontar do meu salário. Só que eu não gastava muito não, ela simplesmente se achava no direito de me dar esse sermão toda vez que acaba um produto.*

*Uma vez tinha acabado o desinfetante e não quis pedir mais pra não ouvir merda, então fiz uma mistura com vinagre pra limpar o chão que funciona muito bem, mas ela reclamou do cheiro, me humilhou muito. Disse que ia comprar o produto e me fez ir lá no sábado de manhã limpar de novo. Eu fui cansada e com raiva, ela percebendo isso falou "Tá com raiva é? Ótimo! Pode descarregar no esfregão e limpar esse chão direito!" Foi a minha maior humilhação, ela falou isso na frente das crianças que deram risada". (Página *Eu Empregada Doméstica*<sup>44</sup>, 27 de abril de 2017).*

No relato a seguir, vemos a situação de humilhação de uma trabalhadora, que necessitava esfregar o rejunte do piso, e quando reclamou com a patroa de dor nas costas, recebeu uma resposta irônica, demonstrando que não se preocupava com o bem-estar de sua funcionária.

---

<sup>44</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page_internal) (Acesso em 27/04/2017, às 16h12min)

4º relato: *Relato anônimo de C.L.P.:*

*“Trabalhei em uma casa que eu tinha que limpar o rejunte do piso todo com uma escova de dente, pois a patroa dizia que o chão não ficava limpo só varrendo e passando pano. Eu reclamava de dores nas costas e ela dizia que era exercício, que eu nem precisava ir pra academia, que na casa dela eu iria emagrecer rapidinho”.* (Página *Eu Empregada Doméstica*<sup>45</sup>, 24 de abril de 2017).

No último relato, evidenciamos, mais uma vez, como é comum nesta profissão as jornadas de trabalho extensas, muitas vezes de 12 horas por dia e os prejuízos na saúde que podem ocorrer devido ao acúmulo de esforço físico diário.

5º relato: *Relato anônimo de C.P.:*

*“Hoje estou aqui pra contar um pouco minha história. Tenho 28 anos e sou diarista. O grupo foi a forma que encontrei de desabafar minha tristeza nas condições de trabalho. Reconheço que é um trabalho digno, mas muitas das vezes um trabalho humilhante. Eu trabalho desde os 20 anos onde sofro privações. Lembro que um dia cortei meu dedo um corte profundo pois a minha patroa mandou eu colocar luvas para meu sangue não contaminar as coisas. Como se eu tivesse alguma doença! O mais difícil é você ter que entrar cedo e você não ter horário. Muitas das vezes trabalho 12 horas por dia. O pior me aconteceu: tive um problema sério na coluna onde sinto muitas dores. Hoje trabalho só por Deus. Se eu tivesse poder acabaria com esta profissão que é tão desumana.”* (Página *Eu Empregada Doméstica*<sup>46</sup>, 12 de abril de 2017).

Os relatos acima mostram que João, Irene, Emília, Julia, infelizmente, não se configuram como casos isolados. Mas, como eles, há muitos trabalhadores domésticos em situações de exploração, quase escravidão.

Logo, realizadas as entrevistas e analisando cuidadosamente os dados obtidos, definimos alguns pontos principais para discutirmos adiante. Muitas foram as informações relevantes e que mereceriam uma análise mais aprofundada. Porém, para a

---

<sup>45</sup>Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page_internal) (Acesso em 24/04/2017, às 14h35min)

<sup>46</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page_internal) (Acesso em 12/04/2017, às 19h34min)

tese, foi necessário priorizar aspectos que julgamos mais marcantes e analisar outros conjuntamente, como veremos a seguir.

#### 4.1. ORIGEM FAMILIAR

Como vimos, os entrevistados têm origem em comum, sua maioria veio de cidades do interior ou de bolsões de pobreza presentes em metrópoles (Aglomerado da Serra e Rocinha). Alguns continuam a residir nessas periferias onde os índices apontam elevado grau de ausência de acesso à escolarização.

As famílias de origem, assim como eles, não tiveram acesso à escola e a alternativas de profissionalização mais especializadas. Ressaltamos, porém, que a situação de miserabilidade em que nasceram e cresceram e a ausência de acesso a políticas públicas que os atendessem adequadamente é o que fez com que essas pessoas integrassem o mundo do trabalho precocemente, ainda na infância. Tentavam, assim, auxiliar no seu sustento e no de suas famílias, o que, no entanto, os coloca em situação de vulnerabilidade social<sup>47</sup>, como veremos a seguir.

Diante do exposto, concluímos que, apesar das diferenças de idade, local de nascimento, sexo, cor e tantas outras, o trabalho, remunerado ou não, faz parte da vida das (dos) domésticas (os) desde muito cedo, comprometendo a infância delas ao colocar, sem segundo plano, seu desenvolvimento e a vida escolar. As entrevistadas e João vemos que fazem/fizeram parte da infância pobre brasileira.

Recorrendo a Resende (2008), 20% das mulheres que trabalham no Brasil são empregadas domésticas. Muitas delas iniciaram a profissão ainda muito jovens, e grande parte nasceu no campo e migrou para os centros urbanos. Exercem essa profissão aqui os grupos sociais mais desfavorecidos no que diz respeito a acesso a bens e serviços. Em geral, a baixa escolaridade também é fator de destaque, o que demonstra que o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres portadoras de menor escolaridade no mercado de trabalho.

O número de brasileiros menores de 18 anos que trabalham em residências, que já chegou a 258 mil, de acordo com estudo de 2011 da PNAD, IBGE. De acordo com a reportagem de 08 de Julho de 2016, publicada no Jornal Correio (online)<sup>48</sup>, da Bahia, há duas razões para que isso aconteça: o aspecto cultural, vindo de uma cultura

---

<sup>47</sup> Este conceito já foi definido na parte teórica deste estudo.

<sup>48</sup> Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/numero-de-demissoes-de-domesticas-sobe-25-apos-nova-lei/> (Acesso em 09/07/2016, às 16h48min)

escravagista arraigada do “*pegar pra criar*”. A reportagem afirma que socialmente parece que trazer uma criança para dentro de casa para trabalhar é criar uma chance para ela, embora seja justamente o contrário.

O segundo motivo apresentado é a evasão do campo para a cidade. Como os jovens ainda não têm qualificação, eles acabam aceitando trabalhar como domésticos em condições inferiores. Isso faz com que a jovem ou a criança fique exposta a diversos perigos, que incluem desde produtos químicos de limpeza e, muitas vezes, até a exploração sexual.

#### **4.2. FRONTEIRAS ENTRE EMPREGO E FAMILIA**

Como já citamos anteriormente, para Campoy (2012), os principais pontos de vulnerabilidade dos trabalhadores domésticos que residem no emprego são as longas jornadas, os ambientes de trabalho e acomodações inadequadas (sem qualquer atenção aos padrões mínimos de conforto, saúde e segurança no local de trabalho); a falta de privacidade e ingerência sobre a vida pessoal destas trabalhadoras (esta situação é favorecida pelas longas jornadas de trabalho e ambiente doméstico que facilita esta situação vulnerável); exposição às mais diversas formas de abuso (mudanças arbitrárias no contrato de trabalho facilitadas pelo alto grau de informalidade e pelos contratos verbais) e baixos salários.

Com efeito, das nove pessoas que entrevistamos, quatro residiam em seu local de trabalho: João, Irene (apesar de possuir casa própria), Rose, Emília. Júlia, quando a entrevistamos pela primeira vez, também residia no local de trabalho, mas, no decorrer da pesquisa, pediu demissão e foi morar com uma amiga em função de reivindicar limites de fronteira entre seu trabalho e sua privacidade.

São pessoas com idades, sexo e raças distintas, mas com algo em comum: todas elas desejam possuir residência separada do local de trabalho. Com isso, percebe-se que residir no trabalho limita seu ser e o estar no mundo como pessoa, interferindo em suas subjetividades, em seu tempo e mesmo em sua autonomia.

A maior queixa do grupo de entrevistados foi o cansaço, oriundo, principalmente, da sobrecarga de tarefas decorrente do alargamento da jornada de trabalho. O fato de residirem no emprego faz com que os horários não sejam definidos claramente, pelo fato de o acesso a eles ser mais fácil, por já estarem ali, no mesmo local em que moram os patrões. São requisitados em caso de jantares ou eventos sociais, mesmo que estes ocorram fora do horário de trabalho previamente combinado e os

impeça de ir até a escola naquele dia; são acordadas durante a noite quando uma criança passa mal; faltam à escola, como no caso de João, para esperar mercadorias; alguns trabalham durante os finais de semana, mesmo sendo a folga semanal estipulada.

Nesse sentido, alguns casos chamam-nos a atenção. Irene, por exemplo, vai até a sua casa no sábado e retorna no domingo, segundo ela, a conselho de sua patroa, para evitar ônibus cheio na segunda-feira de manhã. Entretanto acaba cuidando de alguma tarefa extra, como fazer comida ou lavar louças. João auxilia nos churrascos de final de semana. Rose é cozinheira, mas, na ausência da outra empregada da família, mesmo fora de sua jornada, se há louça suja ou necessidade de passar uma roupa, é ela quem assume essas funções. Atuam além do horário, algumas vezes por serem considerados ‘meio da família’. Por afeto, ou ausência de uma moradia própria, estendem-se suas jornadas para além de 12 horas diárias, como João ou Irene.

Já Emília viaja aos finais de semana com a família empregadora para o sítio e lá realiza tarefas, como cuidar da horta e preparar comida no fogão a lenha. Refere-se ao sítio como sendo dela também, o que a faz cuidar com mais amor e dedicação de tudo. Não tem outros vínculos familiares.

Chama-nos muito a atenção o fato de Maria Emília referir-se mais de uma vez ao sítio dos patrões como “nosso”. A empregada doméstica acompanha os patrões em quase todos os finais de semana para lá e afirma descansar, pois pode cozinhar no fogão a lenha, cuidar da horta, dentre outras atividades. Sempre que viaja com os patrões, acaba sendo para trabalhar, nunca a lazer.

Emília chega a afirmar que sua única família são os patrões, demonstra considerá-los mais do que a seus sobrinhos de sangue<sup>49</sup>. Por conta disso, quando interrogada sobre seus direitos trabalhistas, afirma que, mesmo quando está no período definido como suas férias, continuava desenvolvendo suas atividades rotineiras, pois a casa dos patrões é sua residência e, sendo assim, não poderia deixar de realizar tais atividades. Como já mencionado, as fronteiras entre emprego e família são apagadas para ela.

Diante do exposto acima, o que nos surpreende é que nenhum desses sujeitos questione a sobrecarga de tarefas com os patrões. Aparentemente aceitam a situação: ou por “*sentirem-se*” como parte das famílias para as quais trabalham, ou, ainda, por

---

<sup>49</sup> A expressão “sobrinhos de sangue” é utilizada por Emília.

verem-se coagidos a atender a qualquer necessidade dos patrões, já que residem na casa deles, numa ambígua relação de dependência.

Posto isso, vale ressaltar que, como apontou Figueiredo (2008), os estudos sobre o emprego doméstico, por exemplo, têm destacado a ambiguidade dos discursos sobre o trabalho doméstico. Dessa forma, esses discursos obscurecem os problemas, dificultando que as trabalhadoras domésticas tomem consciência da opressão do gênero, raça e classe que elas vivenciam.

Como vimos nas falas de Emília, Rose e Irene, frequentemente, as famílias que empregam as trabalhadoras domésticas adotam o discurso de que elas fazem parte da família, ao invés de relacionar-se com elas como trabalhadoras. A consequência imediata disso, como mostra Kofes (2001), é que as relações de poder presentes na relação entre patroas e empregadas são mascaradas, escondidas sob o discurso de um suposto parentesco. Para a autora, em decorrência disso, parece imprescindível a construção de uma consciência de classe e a busca por direitos associados ao trabalho doméstico. Isto pode ocorrer através da filiação a sindicatos ou da frequência à escola.

Na prática, segundo Benedito (2008), a conduta reiterada de tratar os trabalhadores domésticos como trabalhadores informais, ou como membros da família, dá às atividades exercidas por eles um caráter não econômico. Para a autora, é mantida, assim, uma estrutura na qual os empregadores se furtam a aplicar os direitos trabalhistas, bem como a remuneração adequada.

De acordo com Collins (2007), a família opera como uma ferramenta ideológica, que tanto constrói quanto mascara as relações de poder. Cita, como exemplo, o caso da “Sr. C”, que afirma a uma amiga que sua empregada, Mildred, “*é como se fosse da família*”. Dessa forma, a patroa, colocando a funcionária na posição de membro da família, ignora as relações de força que as ligam, e mostra uma crença em estruturas de autoridade aparentemente naturais, permitindo que se mascare o poder (ou a opressão?) real envolvido(a).

Collins (2007) afirma que o qualificador “como” é essencial, pois sinaliza o poder da “Sr. C” de definir o que significa família e posicionar Mildred dentro da sua concepção de família normal. Desde que a empregada conheça o seu lugar na família como uma trabalhadora subordinada, ela pode ficar.

No que diz respeito às acomodações dessas pessoas que residem no local de trabalho, podemos citar dois exemplos distintos: Rose considera-se afortunada, pois seu quarto, mesmo sendo na área de serviço, é espaçoso e bem mobiliado. Por outro lado,

Irene dorme em um local apertado, sem ventilação e divide espaço com muitas caixas de itens não utilizados com frequência pela patroa, mesmo havendo na residência outros quartos vagos (mas não na área de empregada).

Percebemos, também, nos relatos de quem reside no emprego, um misto de sentimentos e expectativas em relação a suas patroas. Assim, algumas afirmam que se orgulham de dizer que se sentem parte das famílias empregadoras, ou que são tratadas como parte da família, como Emília (que frisa isso várias vezes durante suas entrevistas); Rose (que relata que o filho dos patrões até pede benção a ela); Irene (que diz ser a família de sua patroa, apesar de não possuir nenhum direito trabalhista, e passou de uma geração a outra). Mas temos, do outro lado, a história de Júlia.

Júlia, como já mencionado anteriormente, difere em função da cor da pele e faixa etária, apesar da origem familiar e a ausência de escolarização em comum com o grupo. Ela pediu demissão do emprego por achar que sua privacidade estava sendo violada. Segundo ela, não se sentia à vontade para receber as amigas e o namorado na casa de sua patroa. Reivindicava direito à sua vida própria. Júlia não aceita a situação, pede demissão e afirma que ela não é filha de sua patroa para ser tratada daquela forma, com vigilância e perguntas constantes.

A história de Júlia nos mostra o nível de complexidade envolvido na relação entre patroas e empregadas que residem na casa de seus patrões. Por outro lado, um dado importante que deve ser lembrado aqui diz respeito à confiança. Percebemos que tanto no caso das diaristas quanto no caso das empregadas domésticas que residem ou não no local de trabalho, a confiança dos patrões na empregada é algo de grande importância. Essa confiança geralmente vem da recomendação de outros empregadores ou de outros empregados. Em nenhum dos casos, a empregada, ou o empregado, começa a trabalhar sem alguma referência positiva, sem alguma recomendação.

Visto por esse ângulo, podemos dizer que nossas entrevistadas eram merecedoras da confiança de seus patrões, pois não se tratava de contratar serviço sem algum conhecimento prévio do trabalhador. As que vêm do interior são contratadas desde lá, e isso também configura um vínculo de dependência por parte delas. Assim, Irene morava na mesma cidade do interior que a mãe da atual patroa. Trabalhou para a mãe e, agora, trabalhava para a filha. Júlia morava em Almenara, mesma cidade de alguns parentes de sua ex-patroa, sendo conhecida da família. Lúcia, diarista, teve seu primeiro emprego em uma casa onde a sua mãe já havia exercido o mesmo ofício

anteriormente. E, então, contou com a recomendação dos patrões para trabalhar em novas casas.

Maria Emília e sua empregadora frequentavam a mesma igreja no interior. Quando ela resolveu se casar e mudar para Belo Horizonte, convidou Emília para vir junto. Maria Nina inicia em casas de conhecidos de sua avó, em Teófilo Otoni, e, então, aproveitou essas experiências profissionais na busca por emprego em uma residência na capital. Maria do Rosário conseguiu empregar-se na primeira residência em que trabalhou através de sua mãe. Em seguida, quando esses patrões não podiam mais arcar com o seu salário, a indicaram para um casal de conhecidos. O próximo vínculo empregatício é obtido por indicação de uma amiga e, nesse local, os atuais patrões experimentaram a sua comida e lhe fizeram uma proposta de emprego. Maria Tina, ainda criança, oferecia-se para limpar quintais de casas em troca de comida. A partir daí, recomendavam-na para outras residências. Rose conheceu seus patrões em Cabo Frio, onde limpava a casa alugada para férias da família. João trabalhou como pedreiro quando uma empresa de engenharia estava construindo a casa de sua patroa. Ela conheceu-o, gostou de seu serviço e convidou-o para trabalhar para ela.

Sobre esse aspecto, Girard-Nunes e Silva (2013) enfatizam que a exigência primordial para se conseguir o emprego como doméstica era *ser de confiança*. E o que significa *ser de confiança*? Os autores mostram que ser de confiança traduz-se na redução dos riscos decorrentes do estabelecimento de uma relação, que tanto empregador como empregada percebem ser mais complexado que a simples venda de serviços, pois implica a convivência em um ambiente perpassado por relações íntimas. Segundo os autores é na relação entre as empregadas, entre elas e os empregadores e, em menor grau, dos empregadores entre si, que se constroem as relações de confiança no mercado de serviços domésticos.

Outro ponto importante que merece destaque dentro da discussão sobre família é o que diz respeito à idealização do casamento e da constituição da própria família. Nesse caso, Irene e Maria Emília são as que mais nos chamam a atenção. Irene afirma que *nasceu para cuidar de casa*. Quando jovem, cuidava da casa de seus pais e sonhava em se casar para cuidar de sua própria casa e família. Como já mencionado, ficou noiva e iria se casar aos 28 anos. Entretanto seu noivado foi desfeito.

Irene vive com a patroa e vai até a sua casa, onde vive o sobrinho com a esposa e os filhos, apenas aos finais de semana. Afirma considerar a sua patroa, que mora sozinha e não possui filhos, como sua família. Demonstra uma ligação afetiva muito

grande com sua patroa. Irene aceita situações, como a extensa jornada de trabalho, aparentando uma confiança que chega a ser ingênua. Mas planejava deixar o emprego assim que concluísse a 1ª etapa do Ensino Fundamental<sup>50</sup>.

Já Maria Emilia apresenta, em suas falas, um modelo de família, mulher e mãe interiorizados. Com 53 anos, afirmou poupar o dinheiro que ganha (uma vez que quase não tem despesas, segundo ela mesma, por morar na casa dos patrões), pois pretendia se casar. Estava esperando um *homem bom e de Deus* (em suas palavras) para se casar e ter seus próprios filhos, pois afirmou acreditar que ser mãe é a maior benção na vida de uma mulher. Em função da idade, pensava em uma possível adoção. Entretanto diz que só pensava em se candidatar para adotar uma criança se fosse casada. Morando na casa dos patrões, só parece visualizar o casamento como uma forma de possuir sua própria casa e família.

Emília faz questão de dizer que se mantém virgem, esperando pelo matrimônio. Relata que já teve alguns namorados, mas que, com o último, um taxista do bairro onde reside e trabalha, terminou por ele querer um relacionamento íntimo com ela. Reproduz, em sua fala, modelos interiorizados e idealizados de lar, família e casamento. Sobre isso, para concluir, recorreremos às contribuições de Silva (2003), quando a professora afirma que:

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial. (SILVA, 2003, p.1)

#### **4.3. A SITUAÇÃO TRABALHISTA**

O objetivo de nossa tese, como já evidenciamos em sua *Introdução*, era compreender atribuições - muitas vezes destinadas a mulheres e encaradas como algo natural nos discursos daqueles representados, em alguns casos, por mãe, pai, filha, filho, esposa, dona de casa, trabalhador/trabalhadora doméstico(a).

O que analisamos é que praticamente todos os sujeitos pesquisados encaram o direcionamento das meninas e mulheres para as atribuições domésticas e de cuidado como algo natural. Portanto, aceitam com naturalidade que se destinem a elas esses

---

<sup>50</sup> Após a conclusão do 1º Segmento do Ensino Fundamental, Irene deixou o emprego e mudou-se para sua casa.

afazeres, assim como gerações anteriores também fizeram e as ensinou a fazer. Trata-se, pois, de uma herança transferida de geração para geração nas famílias dos sujeitos desta pesquisa.

Nessa perspectiva, como vimos, Irene, João e Nina deixam clara a divisão de tarefas em suas infâncias: os filhos homens ajudavam o pai na roça, ou na construção, e as filhas mulheres ajudavam as mães nos afazeres domésticos.

- a) Júlia ajudava a sua mãe a servir almoço para fora e os irmãos ajudavam o pai.
- b) No caso de Maria Emília, o pai era sapateiro. Mas a divisão permanecia, pois ela aprendeu a cuidar dos afazeres domésticos com a sua mãe.
- c) Lúcia é filha e neta de empregadas domésticas. Segundo ela, isso é coisa que passa de mãe para filha. Afirma que *quebrou a tradição familiar* por ser mãe de um menino.
- d) Rose afirma, em sua narrativa, que era a única filha mulher dos sete filhos que sua mãe teve. Por conta disso, com muita naturalidade e aceitação, afirma que por ser a única mulher, assumiu as tarefas domésticas e cuidados com os irmãos mais novos, não podendo, assim, frequentar a escola.
- e) Maria do Rosário é filha única. Por conta disso, ajudava a mãe nas tarefas de casa e o pai, na roça desde muito jovem. Nota-se que ajudava pai e mãe porque eles já eram mais velhos e ela era a única opção de auxílio, não porque a família acreditasse que não havia uma divisão sexual de tarefas.
- f) Tina viveu sua infância em uma situação de vulnerabilidade social. Desde muito cedo, fazia pequenos trabalhos de limpeza em casas de família em troca de comida. Tina tinha um irmão que compartilhava a mesma situação financeira, mas apenas ela trocava o seu trabalho em casas de família por dinheiro ou comida.

Vale lembrar que Tina é a única colaboradora desta pesquisa que questiona as tarefas atribuídas a homens e mulheres. Quando Tina se casa e tem sua própria família, vemos que afirma ensinar a todos os membros (marido, filha e filho) que as tarefas domésticas devem ser divididas entre todos, independentemente do sexo. Afirma que perguntou aos seus familiares onde estava escrito que, pelo fato de ser mulher, a responsabilidade com os afazeres domésticos seria dela. Explicou-nos que defende a ideia de que, assim como eles, trabalha fora, paga contas, tem uma profissão. Sendo assim, as tarefas domésticas não poderiam ser responsabilidade somente dela. Ensinou

aos filhos e ao marido a pensar dessa forma; logo, essa organização é bem resolvida em sua residência segundo ela nos conta.

E, então, afirma que, quando voltou a estudar, trabalhando o dia todo, sua família reorganizou-se para que ela não se sentisse muito cansada, e sua contribuição nos afazeres domésticos ficou restrita aos finais de semana. Mas, para cuidar do neto, abandona a escola, e vemos uma contradição nessa atitude.

Como observamos nos relatos das entrevistadas, apenas uma questiona as atribuições muitas vezes destinadas às mulheres. As demais encaram como algo natural essa divisão de tarefas. Ainda assim, ela deixa a escola para cuidar do neto.

João, por exemplo, nosso único participante do sexo masculino, relata que, além de suas tarefas habituais, precisa consertar tudo que quebra ou estraga, por ser o único homem adulto morando na casa. Percebemos na entrevista a naturalidade com que disse que, por ser homem, precisava dar conta de reparos.

Outra situação que nos chamou a atenção envolvendo João diz respeito à sua carteira profissional assinada como trabalhador doméstico. Ele identifica-se para as pessoas como caseiro, porque já sofrera muitos preconceitos associando sua profissão à sua sexualidade. Isso mostra o estranhamento de muitas pessoas, ao verem um homem trabalhando no âmbito doméstico.

Dessa forma, a participação de João nesse estudo possibilitou-nos comparar as situações profissionais e trabalhistas enfrentadas por ambos os gêneros quando nos reportamos ao trabalho doméstico, como veremos a seguir.

Quando João recebeu a proposta de deixar a construção civil e trabalhar como empregado doméstico ganhando um salário fixo (maior do que o que ganhava como ajudante de pedreiro) e um lugar para morar (uma casa pequena separada da casa principal), não precisando pagar aluguel, resolveu aceitá-la. Além dos motivos mencionados acima, outro fator que ajudou muito a decisão de João, foi o fato de acreditar que esse trabalho seria *menos pesado* do que o de ajudante pedreiro.

Contudo, no decorrer deste estudo, vimos que o entrevistado afirma se encontrar muito cansado devido à sobrecarga de serviço. Além das atividades sob sua responsabilidade, conforme tratado na sua contratação, atualmente, na casa não há mais uma empregada fixa, somente uma diarista duas vezes por semana para limpar toda a residência e deixar a maior parte da comida preparada no freezer. Isso fez com que as tarefas de João aumentassem, pois além das atividades descritas acima, passou a fazer

café e preparar o lanche para os filhos da patroa. Também faz pequenos reparos e pequenas reformas na residência.

Percebemos um alargamento de sua jornada de trabalho para 12 horas ao dia, pois sua rotina diária começa às 6 horas da manhã e só se encerra na hora de ir para a escola, por volta das 18 horas. Além disso, quando necessário, o horário se estende e, com isso, muitas vezes, deixa de ir para a escola.

O efeito da empatia, como mencionado anteriormente, atua, segundo ele, para que não questione a sobrecarga de atividades e nem o alargamento de sua jornada de trabalho.

Porém, assim como outras entrevistadas, um dos objetivos de João em relação à escola é mudar de emprego, devido ao cansaço oriundo de suas tarefas. Cansaço esse que também se configura como uma das maiores dificuldades para se manter na escola. O que analisamos é que João foi para o emprego doméstico remunerado, pois acreditava que esse serviço, geralmente desenvolvido por mulheres, era um serviço mais leve. Porém, ao se deparar com a sobrecarga de tarefas, ele pensa em mudar novamente de profissão.

De fato, ele se encontra em uma situação de maior sobrecarga ainda em relação às entrevistadas do sexo feminino. Isso ocorre porque, o fato de ser homem, de ter experiência profissional anterior e a existência de estereótipos levam João a assumir, além das tarefas domésticas, as tarefas de reparos, consertos e manutenção da casa.

No que diz respeito à situação trabalhista, como vimos, ele não se encontra em desvantagem financeira em relação às mulheres. Do ponto de vista salarial, encontra-se em igualdade com Maria do Rosário que, no entanto, é cozinheira, e afirma que apenas eventualmente assume outras tarefas. Todas as outras entrevistadas recebem menos que ela.

Das mulheres que atuam como empregadas domésticas como ele, apenas Maria do Rosário e Maria Nina possuem acesso aos mesmos direitos. Porém Maria do Rosário, mesmo recebendo três salários mínimos é registrada com apenas um. Maria Nina só passou a ter acesso aos direitos trabalhistas após a promulgação da PEC das domésticas, tratada anteriormente nessa tese.

As demais, como Irene, Maria Emília e Rose, não possuem acesso a nenhum direito trabalhista, como no caso das duas primeiras, ou possuem acesso parcial a esses direitos, como no caso da última.

#### 4.4. RAÇA E HERANÇA DA ESCRAVIDÃO

O cuidado com a aparência foi outro dado que nos chamou a atenção. Lúcia, Nina, Tina e Rose utilizam seus cabelos considerados como crespos ao natural. Maria Emília, Maria do Rosário, Irene e Júlia trazem (ou usam) os cabelos sempre escovados. Excetuando-se Júlia, as demais alisam seus cabelos. Aliás, Irene e Júlia apontaram, na entrevista, elementos que revelam a importância dada ao *cuidado* com o cabelo. Vale lembrar que, para Irene, mesmo tendo pouco tempo para ir até a sua residência aos finais de semana, escovar o cabelo faz parte de sua rotina: “*Indo sábado e voltando domingo já dá para mim descansar. Dá para escovar o cabelo lá perto de casa que é mais barato*”.

Júlia frisou que um dos únicos lugares aos quais poderia ir, sem a patroa se preocupar, era ao salão de beleza.

Sobre isso, diz Figueiredo (2008) que o cabelo é que marca a *raça* e o que mais *preocupa* a mulher. Mas a vivência do racismo é diferente para homens e mulheres. Os homens negros, sobretudo os jovens negros, estão mais expostos à violência física institucionalizada ou não; enquanto que as mulheres são mais vulneráveis a outros tipos de violência. Referimo-nos não só às que condicionam a aparência às oportunidades de trabalho, mas também, e principalmente, aos tipos de violência relacionados às representações sobre o corpo e à construção de padrões de beleza hegemônicos que desconsideram a existência da beleza negra.

De acordo com a mencionada autora, a discussão acerca do corpo negro é importante no Brasil como em muitos outros países da diáspora africana. Os negros foram discriminados nas propagandas e no mundo da beleza, duas esferas importantes na construção de estereótipos negativos contra homens e mulheres negros, particularmente, contra o cabelo crespo. Exemplos de pais que rejeitam a relação interracial sob a alegação de que não querem netos de cabelo crespo são, infelizmente, ainda frequentes na sociedade brasileira.

Sem dúvida, o cabelo constitui uma preocupação que antecede o nascimento da criança e, na maioria das vezes, permanece nas lembranças da infância, da escola e da relação com os outros. Em síntese, o cabelo é um tema muito presente no cotidiano das mulheres negras. Muitas gastam quantias significativas dos seus salários para obter um *cabelo bonito* aos seus olhos e aos olhos dos outros, como aponta Figueiredo (2008).

Ainda com base nas contribuições da autora, os estudos sobre gênero que incorporaram as diferenças de cor/raça na análise do Brasil começam na década de

1980, pois o país é racialmente desigual e essa situação se mostra pior para as mulheres negras. Desse modo, parte significativa das pesquisas sobre o tema objetivava denunciar as desigualdades no acesso à educação e aos desníveis de renda entre as mulheres negras (pretas e pardas), em comparação com os homens negros, com as mulheres e os homens brancos. Os homens brancos estavam sempre no topo da hierarquia, enquanto as mulheres negras sempre, na base da pirâmide.

Vimos que, de todas as pessoas que participaram dessa pesquisa, apenas uma mulher se autodeclarou branca. Os demais se declararam negros. Se levarmos em consideração raça/cor, não encontraremos diferenças salariais entre esses sujeitos. Porém, Benedito (2008), mostra que não podemos deixar de mencionar que o processo de inferiorização do negro e, em especial, da mulher negra, se mantém historicamente como resultado de herança cultural racista e discriminatória.

A autora mostra que o racismo persiste no Brasil e é comprovado em estatísticas oficiais que evidenciam obstáculos à ascensão social de negros em todas as esferas da sociedade e, em especial, no mercado de trabalho.

De acordo com Harvey (2016), o mito da democracia racial deve ser superado, já que, desde a suposta tentativa de sua reinserção em sociedade, a população negra experimenta desvantagem em todas as instâncias da vida social. Para a autora, um olhar direcionado às questões sociais do Brasil demonstra a maneira pela qual a discriminação racial se incorporou a todos os espaços, públicos ou privados. E incluímos, aqui, o mercado de trabalho onde os sujeitos dessa pesquisa estão inseridos. O que vemos é um racismo estrutural e institucionalizado.

Racismo institucional, de acordo com Werneck (2016), trata da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior. O racismo institucional opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas, atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. O racismo institucional é um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes dentro da sociedade.

De acordo com Prado e D'Arrochella (2012), pode parecer contraditório e surpreendente que, em pleno século XXI, quando o nível da produção econômica material no mundo atinge patamares tão altos e quando as tecnologias atingem níveis de

desenvolvimento e sofisticação capazes de produzir perplexidade no mais sábio e melhor informado dos mortais, ainda se fale em “*escravidão*” ou “*trabalho análogo à escravidão*” como forma de exploração da força de trabalho humana e de produção de riquezas. Mas ela existe e é definida pelo Código Penal Brasileiro (CPB) como:

reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (BRASIL, 2003).

No caso da entrevistada Irene, com situação de grande exploração (nenhum acesso à direitos trabalhistas, local inadequado para dormir, trabalho excessivo por ser “*dividida*” entre as tarefas de duas residências), acabamos vendo uma situação que se remete a condições semelhantes ao trabalho escravo, como uma continuidade da escravidão. Além do exposto, Irene “*trabalhava*” para os pais da atual patroa e, agora, trabalha para a filha deles. Não obstante, ela adquiriu uma casa para si mesma, diferente de Emília, por exemplo.

Vimos que, como já mencionado, o cansaço e o acúmulo de tarefas é a maior queixa apresentada pelo grupo, principalmente por aquelas/ aquele que residem/ reside no emprego, pois possuem extensas jornadas de trabalho. Sabem a hora que começam a trabalhar, mas nunca sabem a hora em que suas tarefas do dia serão encerradas. Lembramos, aqui, a “*boa negra*”, de Monteiro Lobato: Anastácia não deixa de ser a escrava do sítio. Sempre disponível, assim como o preto velho, Tio Barnabé.

Em uma sociedade em que ainda existe o racismo, a mão de obra das empregadas domésticas é, em sua maioria, negra, explorada ao máximo por seus patrões. Sobre isso, Benedito (2008) contribui, dizendo que as mulheres negras foram trazidas para o Brasil na condição de escravas e, portanto, para o trabalho. Trabalhavam o tempo todo, fosse na lavoura, fosse nos afazeres domésticos ou amamentando os filhos das sinhás, sendo também responsáveis pela reprodução da mão-de-obra escrava por meio da procriação da espécie.

Benedito (2008) mostra que a escravidão africana foi extinta por motivos estritamente econômicos, tendo em vista a expansão da industrialização e do capitalismo, quando negros e negras passam a ser vistos como um problema para a sociedade que se torna, cada vez mais, racista e preconceituosa. Aliás, podemos verificar muitos exemplos, na história brasileira, dos discursos em prol da modernização

dos centros urbanos, especialmente da capital do Império, que viam nessa população o sinônimo do atraso nacional e uma série de estereótipos negativos como pretensa justificativa da sua inferioridade. Benedito (2008) destaca que o homem negro foi posto na rua, sem trabalho, sem respeito, sem estrutura nenhuma que garantisse seu desenvolvimento, enquanto a mulher negra se manteve nos núcleos familiares, exercendo as mesmas funções do período da escravidão. Assim, estruturou-se um conjunto de atitudes discriminatórias ligadas à raça/etnia:

A mulher negra está envolta em um binômio de discriminação historicamente naturalizado na sociedade brasileira machista e sexista. De modo que, ao observar se a situação da trabalhadora negra no Brasil de hoje, percebe-se que se apresenta como uma extensão da realidade vivida por elas no período da escravidão. Não ocorreram muitas mudanças significativas, pois permanecem em último lugar na escala social, sendo preteridas no mundo do trabalho. Dados estatísticos revelam que elas continuam a ocupar a maioria dos postos de trabalho nos serviços domésticos, que recebem os piores salários, trabalham mais entretanto com rendimento menor e apresentam menor nível de escolaridade se observados todos os níveis de escolarização. Logo possuem limitações para ingressar, permanecer e ascender no mercado de trabalho, restringindo-se assim, as possibilidades de terem uma vida digna com oportunidades iguais. (BENEDITO, 2008, P. 139)

Vasta literatura histórica e sociológica indica como essa discriminação racial se construiu com o auxílio, inclusive da escola. Dávila (2006), por exemplo, mostrou, em sua obra, que educadores, intelectuais, cientistas sociais, médicos tinham, entre o período de 1917 e 1945, a expectativa de que a criação de uma escola universal poderia embranquecer a nação, livrando o Brasil do que eles caracterizaram como a degeneração de sua população. Implementando políticas públicas influenciadas pela eugenia, acreditavam que a maior parte dos brasileiros, pobres e/ou pessoas de cor, estavam ligados à degeneração, devido à falta de cultura, saúde e ambiente, o que comprometia a vitalidade da nação. Também acreditavam na capacidade de mobilizar ciência, técnica, política estatal para "*curar*" essa população, transformando-a em cidadãos-modelo. Mas, para isso, era necessário embranquecê-la, fosse em sua cultura, higiene, comportamento e, eventualmente, na cor da pele.

A partir dessa informação, recorremos à Gonzaga (2011), que afirma que é pela análise sociológica que compreendemos as assimetrias raciais presentes no acesso à educação, moradia, lazer, etc. e a hierarquização entre negros e não negros observada nos ambientes de trabalho, onde os homens e as mulheres negras ocupam os níveis mais baixos da escala ocupacional. De acordo com a autora, somente a partir da compreensão

de que raça existe enquanto construção social e que opera no imaginário brasileiro, será possível lutar contra um tipo de racismo que está impregnado nas estruturas sociais.

Gonzaga (2011) afirma que, apesar da miscigenação da população brasileira e do discurso de que vivemos numa sociedade democrática, as vantagens da branquitude são evidentes, quando se observa o componente racial a que pertencem os ocupantes dos mais altos escalões no governo e nas grandes empresas. Verificamos a forma desigual de usufruto dos direitos trabalhistas para negros e negras e, no limite, a vivência incompleta da cidadania, contrariando os princípios constitucionais do país.

Para a autora, essa discussão reforça os argumentos de que, se biologicamente as raças não existem, sociologicamente estão presentes na forma como se dão as interações entre brancos e negros na sociedade brasileira. A forma de observar, atribuir valor e relacionar-se com o homem negro e à mulher negra são apreendidas dentro da nossa cultura.

Concordamos com Prado e D'arrochella (2012), quando afirmam que ações educativas voltadas para a construção de uma consciência crítica, em que o sujeito possa perceber os percalços de sua realidade e sua capacidade de lutar por melhores condições de vida, podem potencializar políticas públicas na constituição de uma sociedade mais justa e mais humana. Desta forma, a educação configura-se como um viés primordial para despertar a autonomia nos sujeitos que dela necessitam.

Sobre isso, vemos que alguns sujeitos dessa pesquisa, como o caso mais marcante, Irene, devido à baixa escolaridade, ao pouco ou nenhum conhecimento da legislação trabalhista e à pouca criticidade perante as situações vivenciadas, viveram situações de grande exploração na casa de sua patroa.

Irene aceitou a situação de ser “dividida” entre duas residências, assumindo todo o serviço doméstico de ambas e continuando a receber um único salário como rendimento. Como já informado, não possuía carteira assinada e não sabia o que é Fundo de Garantia. Justificou essa situação, dizendo que já teve sua carteira assinada pela patroa, mas não como doméstica, e sim como funcionária de uma antiga empresa da patroa. Quando a empresa encerrou suas atividades, lhe teria sido oferecida a opção de ter ou não a carteira assinada. Entretanto ela foi informada de que, se optasse por ter a carteira de trabalho assinada, ficaria “*presa ao emprego*” e não teria a liberdade de deixar o trabalho quando não mais quisesse aquela profissão. Irene, que já tinha planos de concluir o 1º segmento do Ensino Fundamental e ir morar em sua própria residência, foi levada a não querer o registro em sua carteira de trabalho. Em seu discurso,

aparentemente, Irene assume o lugar de quem se beneficia com a situação, porém o que percebemos é uma situação de grande exploração de sua mão-de-obra consequente da ignorância de seus direitos trabalhistas.

Assim, voltando às contribuições de Prado e D'arrochella (2012), é verdade que os que sofrem esse tipo de exploração e violência são enganados e a precariedade de sua situação social (pobreza, pouca ou nenhuma instrução formal, esperança de conseguir um emprego estável, em condições de justiça trabalhista) facilita a ação de pessoas em busca de privilégios. Porém as autoras citadas não entendem pessoas em situação semelhante àquela em que encontramos Irene como vítimas e, sim, como sujeitos sociais importantes, criativos, que resistem aos seus modos, e a eles devem estar voltadas políticas de educação e de direitos humanos, a fim de que melhor possam articular suas estratégias de luta por uma cidadania plena.

Ávila (2016), com base em outros autores, afirma que viver no local de trabalho é ter seu cotidiano organizado de acordo com o modo de vida e com as exigências de outras pessoas. Isto se configura como uma forma de privação, uma vez que a vivência do cotidiano para além da jornada de trabalho está subjulgada à regra dos outros, o que caracteriza uma relação de servidão.

A autora citada menciona que o sentido de servidão no trabalho doméstico, ligado a uma concepção sobre as mulheres como sujeitos predispostos a uma disponibilidade permanente para servir os outros, é informado ainda por um outro sentido de servidão, que diz respeito à sua associação com a escravidão da população negra. A análise crítica dessas heranças contribui para a desnaturalização das relações de servidão no emprego doméstico. Contribui, ainda, segundo a autora, para fortalecer as evidências da maneira pela qual as relações sociais de raça se constituem como uma dimensão estruturadora da pobreza das mulheres e da população negra em geral no Brasil.

Sobre a extensão da jornada de trabalho, após a aprovação da PEC, e, portanto, da regulamentação da jornada de trabalho, Ávila (2016) mostra que permanece a disparidade entre regiões e que a jornada de 44 horas ainda não é, na prática, vivenciada pela categoria no geral. A média de horas trabalhadas em cada uma das seis regiões metropolitanas pesquisadas é a seguinte: Porto Alegre e São Paulo: 40; Belo Horizonte: 41; Salvador: 46; Fortaleza: 48 e Recife: 51.

A autora aponta que através dos processos de pesquisas e dos diálogos sistemáticos com as trabalhadoras domésticas organizadas, podemos perceber que estas

estão também sujeitas ao que denominamos de trabalho antecipado e trabalho retroativo: o primeiro caso são tarefas realizadas com antecedência para suprir as necessidades que virão na sua ausência; o segundo são as tarefas acumuladas na ausência das empregadas domésticas e deixadas para elas fazerem.

Vemos que essas duas situações ocorrem com Irene: como trabalha em duas residências, precisa deixar a comida congelada, a casa limpa antes de ir atender às necessidades da outra família. E, quando retorna, precisa limpar e organizar o que foi utilizado em sua ausência.

Segundo Ávila (2016), no caso das trabalhadoras diaristas, são observadas situações de trabalho nas quais, em um ou dois dias na semana, a empregada doméstica deve realizar tarefas que cobrem necessidades de uma semana de trabalho, considerando o acúmulo de trabalho que encontra e o que deve deixar realizado para os dias que virão. Lembramos que situação parecida foi descrita por Lúcia, que atua como diarista e foi entrevistada para essa tese.

Por fim, concordamos com Benedito (2008), quando afirma que fica estabelecida a necessidade de superação da condição de desigualdade da mulher negra no mercado de trabalho, fato que trará como consequências alterações positivas em todos os âmbitos da vida dessas mulheres e, conseqüentemente, na estrutura socioeconômica e cultural do país, dando um passo significativo rumo ao tão sonhado desenvolvimento sustentável e à efetivação da cidadania.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese trabalhou com a hipótese de que, nos grupos sociais que correspondem aos estudantes da EJA na etapa do Ensino Fundamental, ocorre a naturalização de funções e a atribuição de exclusiva responsabilidade às mulheres, no que diz respeito às tarefas de cuidado, ou tarefas domésticas.

Verificamos que praticamente todos os sujeitos pesquisados encaram o direcionamento de meninas e mulheres para as atribuições domésticas e de cuidado como algo natural. Portanto, aceitam com naturalidade a responsabilidade pelos afazeres, assim como gerações anteriores também fizeram e os ensinou a fazer. Trata-se de uma herança transferida de geração para geração nas famílias dos sujeitos desta pesquisa.

Observamos que os entrevistados têm origem em comum, vindos, em sua maioria, de cidades do interior ou de bolsões de pobreza presentes em metrópoles (Aglomerado da Serra e Rocinha). Alguns continuam a residir nessas periferias onde os índices apontam elevado grau de ausência de acesso à escolarização.

Observamos também que as famílias de origem, assim como eles, não tiveram acesso à escola e a alternativas de profissionalização mais especializadas. Ressaltamos, porém, que a situação de miserabilidade em que nasceram e cresceram e a ausência de acesso a políticas públicas que os atendessem adequadamente fizeram com que essas pessoas integrassem o mundo do trabalho tão cedo, ainda na infância.

Constatamos que o grupo analisado, apesar das dificuldades que enfrentam, faz planos, mas seus projetos giram ou parecem girar, na maior parte, em torno do outro: dos filhos, principalmente, mas, em muitos casos, também em torno dos patrões e suas necessidades.

Constatamos, também, que, tanto no caso das diaristas quanto no caso das empregadas domésticas que residem ou não no local de trabalho, a confiança dos patrões na empregada é algo essencial. Essa confiança geralmente vem da recomendação de outros empregadores ou de outros empregados. Em nenhum dos casos, a empregada ou o empregado começa a trabalhar sem alguma referência positiva, sem alguma recomendação. O que mostra como são necessárias, para eles, as boas relações sociais dentro de uma rede de conhecidos que possa indicá-los.

Percebemos, nas entrevistas, que o cansaço decorrente da extensão da jornada de trabalho situa-se em seus discursos como a maior dificuldade apontada para

permanecerem na escola. Grande parte afirmava faltar às aulas dado o cansaço, já que não contam com horário de trabalho definido, nem com folga e nem com férias. Ou, quando têm esses direitos, não os usufruem.

Nenhum desses sujeitos questiona a sobrecarga de tarefas com os patrões. Aparentemente aceitam a situação ou por “*sentirem-se*” como parte das famílias para as quais trabalham; ou, ainda, por verem-se, de certa forma, coagidos a atender a qualquer necessidade dos patrões, já que residem na casa deles, numa ambígua relação de dependência. Dona Irene, que aparentemente mostrava-se cordata, assim que concluiu o 1º Segmento do Ensino Fundamental, rompeu com a situação em que se via e deixou o emprego e a casa de sua patroa.

Vislumbramos que todos os colaboradores que residem no emprego manifestam desejo de ter a própria casa. Percebemos nos relatos dos entrevistados que residir no emprego impõe limites à subjetividade dos sujeitos, pois, assim, o trabalho não lhes concede direito a espaço de intimidade. Restringe sua autonomia, seu direito de ir e vir, de fazer suas próprias escolhas, receber pessoas, etc.

Os entrevistados sinalizam buscar na escola a oportunidade de concretizar seus desejos de um futuro diferente, seja através de outras oportunidades de trabalho, da carteira de motorista, ou mesmo da recuperação de um processo de escolarização interrompido ou nunca antes iniciado.

Verificamos que, apesar da base de vida aparentemente comum (pessoas oriundas de famílias extensas, com poucos recursos financeiros, sem estudo ou com pouca escolarização, em grande maioria, negras ou pardas), os pesquisados apresentaram características próprias, que os distinguem e os tornam únicos como sujeitos. Sendo assim, cada um vai lidando, a seu próprio modo, com as dificuldades do percurso, construindo a forma como enfrentou e enfrenta os desafios impostos pela vida, seus sonhos e prioridades.

Trabalhou-se, também, com a hipótese de que um homem, atuando em uma profissão maciçamente feminina, teria vantagens, principalmente financeiras, em relação às mulheres que também exercem a mesma profissão. A participação de João nesse estudo possibilitou-nos comparar as situações profissionais e trabalhistas enfrentadas por ambos os gêneros quando nos reportamos ao trabalho doméstico. Porém vimos que o entrevistado se encontrava em uma situação de maior sobrecarga em relação às entrevistadas. Isso porque o fato de ser homem, de ter experiência profissional anterior e os estereótipos existentes levaram-no a assumir, além das tarefas

domésticas, as tarefas de reparos, consertos e manutenção da casa. No caso das mulheres, nenhuma delas assume tais funções.

Com essa tese, vimos que nossos entrevistados são pessoas que trabalham desde a infância, seja em casa, seja na casa dos outros ou ajudando os pais em seus ofícios. São pessoas que não estudaram quando jovens por necessitarem trabalhar e, hoje, quando voltam para a escola na EJA, mais uma vez, vivenciam uma concorrência entre trabalho e escola.

Concluimos que a vida desses sujeitos está estruturada no e pelo trabalho. Uma das evidências encontradas nessa tese é o papel do trabalho na vida deles, estruturando suas formas de ser e estar no mundo, suas pretensões e disposições. O trabalho é a família, é a casa, é a escola e o lazer deles. Invade todas as dimensões de sua existência. Mas ainda assim resistem, criam estratégias, projetos, buscam alternativas. Não são sujeitos sujeitados e procuram na escola o suporte necessário para a superação dessa realidade.

Vimos que, de todas as pessoas que participaram dessa pesquisa, apenas uma mulher se autodeclarou branca. E é justamente essa mulher, jovem e branca, a única a romper com a situação que não lhe agradava. Os demais entrevistados declaram-se negros. Levando em consideração raça/cor, não encontramos diferenças salariais entre esses sujeitos. Porém acreditamos que a questão racial é mais um obstáculo à ascensão social de negros no mercado de trabalho.

Por fim, concluimos que as pessoas que participaram desse estudo não questionam os lugares ocupados por eles e nem fazem associações com as cores de suas peles. Percebemos, na forma como são tratados pelos empregadores e na pouca quantidade de direitos trabalhistas aos quais têm acesso, que vivem situações que remetem a um continuísmo da escravidão. Constatamos ainda que processo de inferiorização de mulheres negras se mantém ao longo da história como resultado de herança cultural, e faz com que situações de exploração de mão de obra doméstica sejam tratadas com certa naturalidade por empregados e empregadores.

Posto isso, concluimos que o racismo permeia as estruturas da sociedade, mesmo que de forma velada e, para as pessoas participantes dessa tese, se configurou como mais um obstáculo à ascensão social no mercado de trabalho e naturalidade para a aceitação de servidão em seus ofícios. Principalmente as mulheres, conjugando as categorias raça e cor, verificamos que são vistas como seres para servir e cuidar do outro, no caso deste estudo, a família empregadora.

Entretanto conclui-se, por fim, que há uma diferença entre a situação de alguns trabalhadores participantes desse estudo e os escravos. Os escravos conheciam sua condição e tinham consciência de como o sistema em que estavam inseridos funcionava. No caso de nossos entrevistados, não se pode afirmar a mesma coisa. Eles não demonstram ter clareza sobre as situações vivenciadas em seus cotidianos de exploração, privação de oportunidades e de direitos.

Observamos ainda que esta tese foi desenvolvida e redigida em um contexto político e social diferente do que vivenciamos em 2017. Sendo assim, estudos futuros poderão analisar possíveis efeitos e alterações na situação social e trabalhista das empregadas domésticas, diaristas ou mensalistas, decorrentes das reformas trabalhistas recentemente aprovadas. Estudos futuros poderão, ainda, aprofundar-se sobre como o racismo estrutural é invisibilidade, e como a EJA pode trazer para seu cotidiano discussões acerca dessa temática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016.p. 113-124.

ALMEIDA NETO, Francisco Sérgio de. *Abrem-se as portas da senzala?* Análise da dinâmica da ação coletiva das filiadas ao sindicato das empregadas domésticas de João Pessoa-PB. 2014. 176f. Dissertação. (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2014..

ALVES, Francisca Elenir. *Mulheres trabalhadoras, sim. Alunas, por que não?* Estudos sobre gênero, trabalho e educação na Bahia. 2006. 141 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC de Brasília. Brasília, 2006.

APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p.76-79.

ARAÚJO, Janaína Rodrigues. Relações de gênero na educação infantil: questionamentos acerca da reduzida presença de homens e mulheres na docência. In: TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; DUMONT, Adilson (orgs.). *Discutindo relações de gênero na escola: reflexões e propostas para a ação docente*. Araraquara: Junqueira e Martins, 2009. p. 109-130.

Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. Mulheres negras e o trabalho doméstico no Brasil. *Cadernos Informação AMNB*. Porto Alegre, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, 2009. 56 p.

AVELINO, Mario. *Cartilha PEC das domésticas: direitos e deveres de patrões e empregados*. Rio de Janeiro: Doméstica Legal, 2015. 53 p.

ÁVILA, Maria Betânia. Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico. In.: ÁVILA, Maria Betania; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza; SOARES,

VERA; FERREIRA, Verônica (orgs.). *Reflexões feministas: sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 65-72.

\_\_\_\_\_. O tempo de trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In.: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 137-148.

\_\_\_\_\_. Presentación Mesa de discusión sobre trabajo doméstico. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 45, p 229-232, 2013. ISSN 0123-885X

\_\_\_\_\_. Vida cotidiana: um desafio teórico político para o feminismo. *Cadernos de crítica feminista*, Recife, ano III, n. 2, p. 44- 79, 2009.

AZEREDO, Sandra. A ânsia, o sino e a transversalidade na relação entre empregadas e patroas. In: *Cadernos Pagu*, Florianópolis, n.19, p. 323-334, 2002. ISSN 0104-8333.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Paris: Flamarion, 1981. 268p.

BARRETO, Vera (coord.); ÁLVARES, Sônia Carbonell; COSTA, Elisabete. *Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunos e alunas da EJA*. Brasília: SECAD, 2006.

BASTOS, Ludimila Corrêa. *Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA*. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2011.

BASTOS, Ludimila Corrêa; EITERER, Carmem Lúcia. Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA. In: EITERER, Carmem Lúcia; CAMPOS, Rogério Cunha. (Orgs.). *Sujeitos sociais, processos educativos e enfrentamentos da exclusão*. 1ª ed. Belo Horizonte: Mazza edições, v. 01, p. 92-107, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo – a experiência vivida*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. 499 p.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 309 p.

BENEDITO, Alessandra. *Igualdade e diversidade no trabalho da mulher negra: superando obstáculos por meio do trabalho decente*. 2008. 151 f Dissertação. (Mestrado em Direito Político e Econômico). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo: 2008. .

BORGES, Wanda Rosa. *Profissionalização Feminina: uma experiência no ensino público*. São Paulo: Loyola, 1980. 151p.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693-732.

BRASIL. *A participação das mulheres negras nos espaços de poder*. Brasília: Secretaria de Políticas de promoção da Igualdade Racial, 2011. 41p.

\_\_\_\_\_. *Lei 7.839 de 12 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o Fundo de Garantia do tempo de Serviço e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7839.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7839.htm). (Acesso em 30/07/2015).

\_\_\_\_\_. *Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). (Acesso em 25/05/2015).

\_\_\_\_\_. *Lei 10.208 de 23 de março de 2001*. Acresce dispositivos à Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10208.htm). (Acesso em 30/07/2015).

\_\_\_\_\_. *Lei 10.803 de 11 de dezembro de 2003*. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p.

\_\_\_\_\_. Agência. Um ano depois da PEC das Domésticas, cresce sete vezes empregados com FGTS. São Paulo: SETECO, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Orientações para que a Secretaria de Educação do Distrito Federal se abstenha de utilizar material que não se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. Parecer CNE/CEB 15/2010. Relatora Nilma Lino Gomes. P. 1-7, Brasília, 1º de setembro de 2010.

BRITES, Jurema. Trabalho doméstico: políticas da vida privada. In: ÁVILA, Maria Betania; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza; SOARES, VERA; FERREIRA, Verônica (orgs.). *Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS CORPO. Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 73-100.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, nº 110, p. 67-104, jul/2000.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 288 p.

CAMARGO, Silvia Maria; ISIDORO, Cristiana. *Mulher e trabalho: 32 histórias*. São Paulo: Editora 34, 1ª ed., 1997. 144p. ISBN: 85-7326-052-1

CAMPOY, Beatriz Rigoletto. *O trabalho doméstico remunerado no Brasil: desigualdade, direitos e saúde*. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2012.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. *Trabalho doméstico no século XXI*. Rio de Janeiro: PUC- RIO, Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES), 2013. 3p ISSN: 1982-1522.

CARVALHO, Lenira. Direitos das trabalhadoras domésticas: uma luta de todo o movimento de mulheres. In: ÁVILA, Maria Betania; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica (org.). *Reflexões feministas: sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 109-116.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Inclusão da perspectiva de gênero na educação e na formação docente. In: TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; DUMONT, Adilson (orgs.). *Discutindo relações de gênero na escola: reflexões e propostas para a ação docente*. Araraquara: Junqueira e Marins, 2009. p. 13-44.

CATTANÊO, Nathalie; HIRATA, Helena. Flexibilidade. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p.106-110.

COLLINS, Patricia Hills. Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana. *Revista Gênero*. Niterói: vol. 8, n. 01. P. 27-52, 2º semestre de 2007.

COURA, Isamara Grazielle Martins. *A terceira Idade na Educação de Jovens e Adultos: expectativas e motivações*. 2007. 134 f. \ (Dissertação). Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400p.

DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. Portugal: Plataforma Gueto, 2013. 171 p.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: *Sociedade e Estado*. Brasília vol. 20, n. 03. p. 561-584, : set-dez/ 2005. ISSN 0102-6992.

\_\_\_\_\_, Anne-Marie. Família. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 96-100.

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Lívio (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Bahia: UFBA, 2008. p. 237-256

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p.256-261.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª. ed. rev. São Paulo: Global, 2006. 736p.

FREIRE, Paulo. Sobre educação. In.: *Diálogos*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 (1ª ed., 1982). 132 p.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. 3.ed. Porto Alegre: L&PM, 1994. 316 p.

GEBARA, Tânia Aretuza Ambrizi. *Gênero, família e relações étnico-raciais: um estudo sobre, mulheres pardas e provedoras e as relações que estabelecem com a educação de seus filhos e filhas*. 2014. 371 f Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014...

GIRARD-NUNES, Christiane; SILVA, Pedro Henrique Isaac. Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil.: *Revista Sociedade e Estado*. Brasília: UnB, vol. 28, n.3. p. 587-606, set-dez/ 2013.

GOLDSTEIN, Donna. *The Aesthetics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers*. In: *Laughter out of place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shantytown*. Berkeley, University of California Press, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *Entrevista com a ministra da Seppir*. Brasil: Portal Brasil, janeiro, 2015. Entrevista concedida ao Portal Brasil.

GONZAGA, Yone Maria. *Trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação na UFMG: relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida*. 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2011.

HARVEY, Isadora Lopes. *Plataforma Racial? O racismo, a sub-representação e a ausência de questões raciais em campanhas eleitorais*. 2016. 101 f; Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) Brasília: Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2016.

HIRATA, Helena. *Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. In: *Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n. 1, Jun. 2014.

\_\_\_\_\_. *Teorias e Práticas do Care: Estado Sucinto da Arte. Dados de Pesquisa e Pontos em Debate*. In: FARIA Nalu; MORENO, Renata (Orgs.). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010. p.42- 56.

\_\_\_\_\_. *O cuidado em domicílio na França e no Brasil*. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016.p. 193-202.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniéle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 184 p.

FURNO, Juliane. A PEC das domésticas aumentou o desemprego? Brasília: Brasil Debate, maio de 2016.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, , p. 93-103, mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.p. 67-75.

\_\_\_\_\_. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In.: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

KOFES, Suely. *Mulher, Mulheres*: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, 469 p. ISBN: 85-268-0568-1.

LAJOLO, Marisa. *A figura do negro em Monteiro Lobato*. Campinas: UNICAMP, 1988. 9 p.

LAURENTIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. Tendências e impasses. In.: HOLLANDA. Heloísa Buarque (Org.). *O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LAUTIER, Bruno. Desenvolvimento. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p.53-58.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina; CRUZ, Gabriela Freitas. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; OMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 93- 112.

LIMA, Yasmim. *Tia Nastácia: a negra “de estimação”*. Bahia: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 11ª ed. Petropolis: Vozes, 2010, v. 01. 179 p.

MACIEL, Fernanda Gabriela Lampert. Trajetórias descontínuas de escolarização: um estudo com alunos/trabalhadores do PROEJA. In.: *Trabalho e Educação*. Dossiê trabalho e cultura escrita. Belo Horizonte: Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFMG, vol. 19, nº 3, p. 23-33, set./dez. 2010.

MACHADO, Julice Maria Resende. *A inserção da mulher no mercado de trabalho técnico: uma proposta para a Escola Técnica Federal de Ouro Preto dentro de seu universo de atuação*. 2001. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Ouro Preto/ Instituto Superior de Pedagogia e Educação Técnica e Profissional, Ouro Preto, 2001.)

MARCONDES, Mariana Mazzini. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In.: \_\_\_\_\_. et al (org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013. p. 251-279.

MARRY, Catherine. . Filles et garçons à l'école. In.: VAN ZANTEN, A. (org.). *L'école- l'état des saviors*. Paris: La découverte, 2000. p. 283-292.

MARTINS, Conceição Garcia; LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de. Relações de gênero no trabalho doméstico. In.: *Fazendo gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos*. Florianópolis: UFSC, 2006. 10 p.

MARUANI, Margaret. Emprego. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 85-89.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como estudos feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, mai-ago/ 2008. p. 333- 357.

MEC. *Parecer CNE/CEB Nº: 15/2010*. Brasília: Conselho Nacional da Educação, 2010.

MEIHY, José Carlos S. Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 80 p.

MELO, Hildete Pereira de. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Rio de Janeiro, junho de 1998. 34p.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins de; JORDÃO, Janaína Vieira de Paula. Mídia e Trabalho Doméstico: quando a lei expõe desigualdade.: *Revista Eptic Online*. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, vol.15, n.3. p. 87-100, set-dez/2013.

MEYER, Dagmar Estermann. Aprendizagens de gênero em espaços educativos ou da importância das pontes entre pós-graduação, graduação e escola básica. In: TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; DUMONT, Adilson (org.). *Discutindo relações de gênero na escola: reflexões e propostas para a ação docente*. Araraquara: Junqueira e Martins, 2009. p. 7-9.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; CAMARGO, Maria Rosa M. de. Prática de Leitura, Gênero, Exclusão. 17º Congresso de Leitura do Brasil – COLE. Campinas: ALB, UNICAMP, 2009.

NEVES, Maralice de Souza. Representações (excludentes) no discurso de uma jovem doméstica. In.: GHIRALDELLO, Claudete Moreno e CORACINI, Maria José .F. (Orgs) *Memória, Imaginário e Discurso*. São Paulo: UNICAMP, 2009. 18 p.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. Educação de Jovens e Adultos e gênero: um diálogo imprescindível à elaboração de políticas educacionais destinadas às mulheres das camadas populares. In.: SOARES, Leôncio. *Aprendendo com a diferença- estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos*, Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 65-90.

\_\_\_\_\_. *Mulheres Adultas das camadas populares: a especificidade da condição feminina na busca de escolarização*. 2002. 303 f. Dissertação. (Mestrado em Educação).

Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

OLIVEIRA, Creusa Maria. A organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. In.: ÁVILA, Maria Betânia; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica (orgs.). *Reflexões feministas: sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 109-116.

PACHECO, Hasla de Paula; ARANHA, Antônia Vitória Soares. Estudante trabalhador na experiência de EJA articulada à Educação Profissional. In.: *Trabalho e Educação*. Dossiê trabalho e cultura escrita. Belo Horizonte: Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFMG, vol. 19, nº 3, p. 23-33, set./dez. 2010.

PINHEIRO, Luana; GONZALES, Roberto; FONTOURA, Natália. *Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília: IPEA: 2012. 50p.

PRADO, Adonia Antunes; D'ARROCHELLA, Luciana Siqueira da Costa. Escravidão contemporânea: dimensões do problema e educação para a prevenção. In.: *Trabalho e Educação*. Dossiê trabalho e cultura escrita. Belo Horizonte: Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFMG, vol. 21, nº 3, p. 121-134, set./dez. 2012.

QUIRINO, Raquel. *Mineração também é lugar de mulher!* Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração. 289 f. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2011.

\_\_\_\_\_. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. *Revista Tecnologia e Sociedade*. Curitiba: 2012. 2ª ed. p.90-101. (versão online): ISSN 1984-3526.

QUIRINO, Raquel; FIDALGO, Fernando. A conquista da cidadania da mulher pelo acesso ao trabalho produtivo. In.: XII Congresso da ARIC. Florianópolis: UFSC, 2009. 17 p.

RESENDE, Patrícia Cappuccio de. Modos de participação de empregadas domésticas nas culturas do escrito. 2008. 241 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2008.

RESENDE, Patrícia Capuccio de; GALVÃO, Ana Maria Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A leitura e a escrita no trabalho de empregadas domésticas. In.: *Trabalho e Educação*. Dossiê trabalho e cultura escrita. Belo Horizonte: Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFMG, vol. 19, nº 3, p. 23-33, set./dez. 2010.

ROGERAT, Chantal. Desemprego. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p.48-52.

ROSA, Ubiratan. *Mini Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. São Paulo: Reedel, 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. In.: SAFFIOTI, Heleieth e MUÑOZ, Vargas (orgs). *Mulher Brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina P.; NEGRÃO, Esmeralda V. *A Educação da Mulher no Brasil*. São Paulo: Global, 1982. 112 p.

SABÓIA, Ana Lúcia. *As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica*. Estudo realizado para o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), Rio de Janeiro: Organização Internacional do Trabalho, 2000. 25p.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. 528 p.

SANTANA, Munich Vieira. *As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local do emprego*. 2003. 169 f. Dissertação. (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN, Natal, 2003.

SANTOS, Naira Carla Di Giuseppe Pinheiro Dos. *Representações sócio-religiosas do trabalho doméstico: uma leitura de gênero entre batistas na cidade de São Paulo*. 2006. 167 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

SILVA, Cleusa Aparecida da. Organização das trabalhadoras domésticas e as relações políticas. In.: ÁVILA, Maria Betania; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza; SOARES, VERA; FERREIRA, Verônica (orgs.). *Reflexões feministas: sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 65-72.

SILVA, Danielle Lima. Educação escolar, gênero e mulher: uma história de desigualdade entre o espaço público e o privado. In *Educação e Igualdade de gênero*. DIAS, Alfrâncio Ferreira; CRUZ, Maria Helena Santana (Orgs.). Jundiaí: Paco editorial: 2015. p. 349-366.

SILVA, Márcia Alves da. O trabalho feminino entre os espaços públicos e privados. *Trabalho & Educação*. Dossiê trabalho e cultura escrita. Belo Horizonte: Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFMG, vol. 19, nº 3, p. 35-48, set./dez. 2010.

SILVA, Maria Nilza da. A mulher negra. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Paraná: Universidade Estadual de Maringá, ano II, n. 22, março de 2003.

SILVA, Roséli Bueno da. *Roda de Conversa: Trabalhando temas emergentes na EJA*. 2009. 59 f. Monografia. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

TEDESCHI, Losandro Antonio. História das mulheres e as representações do feminino. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2008. 144 p. ISBN: 978-85-99944-10-3.

TEODORO, Mariana. Após PEC das Domésticas, processos crescem 12%. *Diário da Grande ABC*, São Paulo, p. 14, 23 de ago. de 2015.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Sundermann, 2008. 152 p.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Gênero e educação para todos: o salto rumo à igualdade*. Relatório Conciso. Paris, 2003. 40 p.

VALINO, Maria de Lurdes. A escola “desejada” por jovens e adultos em processo de alfabetização. In. *Anais do 15º COLE. Campinas: ALB – Associação de Leitura do Brasil, 2005*. 15º COLE (Congresso de Leitura do Brasil). Campinas: ALB, UNICAMP, 2005. 5 p.

VALLE, Mariana Cavaca Alves, do. *A leitura literária de mulheres na EJA*. 2010. 110 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

WERNECK, Jurema. *Racismo institucional: uma abordagem conceitual*. São Paulo: Geledés - Instituto da Mulher Negra, 2016. 55 p.

XIMENES, Daniel de Aquino. (2015). *Vulnerabilidade Social*. Belo Horizonte, Gestrado – UFMG, 2011. (Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=274>>. Acesso em 18 de março de 2016).

Z Aidman, Claude. Educação e socialização. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p.80-84.

ZORZI, Fernanda; FRANZOI, Naira Lisboa. Saberes do trabalho e do trabalhador: reflexões no contexto do PROEJA. In.: *Trabalho e Educação*. Dossiê trabalho e cultura escrita. Belo Horizonte: Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFMG, vol. 19, nº 3, p. 23-33, set./dez. 2010.

**Sites visitados:**

<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/numero-de-demissoes-de-domesticas-sobe-25-apos-nova-lei/> (Acesso em 09/07/2016)

<http://www.dieese.org.br/analiseped/mulheresSINTMET.html>, (Acesso em 19/03/2017)

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Evolucao\\_emprego\\_carteira\\_trabalhoassinada](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Evolucao_emprego_carteira_trabalhoassinada)(Acesso em 18/07/2016).

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011>(Acesso em 07/12/2015)

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo\\_trabalho\\_afdom\\_pnad2009](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2009) (Acesso em 04/05/2016)

[http://www.ipea.gov.br/sites/002/pdf/08\\_05\\_13\\_120anosAbolicaoVcoletiva.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/002/pdf/08_05_13_120anosAbolicaoVcoletiva.pdf).

(Acesso em 14/08/2016)

[https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page_internal) (Acesso em 12/04/2017; 20/04/2017; 24/04/2017; 27/04/2017; 28/04/2017 e 12/04/2017)

<http://www.jornalfranquia.com.br/?pg=desc-noticias&id=2649> (Acesso em 01/07/2013)

<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/genero>(Acesso em 25/06/2013).

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/03/apos-dois-anos-da-pec-das-domesticas-patroes-continuam-descumprindo-obrigacoes-969.html> (Acesso em 01/07/2013)

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Savassi>(Acesso em 30/12/2014)

**APÊNDICE****ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS:**

PERFIL (sócio-econômico, cultural, escolar, profissional, familiar):

*Nome:*

*Idade:*

*Série que está cursando:*

*Ano de ingresso nesta escola:*

*Número de filhos:*

*Idade dos filhos/ estudam/ trabalham?*

*Em caso de possuir filhos crianças: Quem fica com os filhos pequenos para que estude e trabalhe? Quem revisa o dever de casa? Quem frequêntas as reuniões escolares?*

*Estado civil:*

*Ocupação e escolaridade do companheiro:*

*Local onde reside:*

*Local de trabalho:*

*Atividades que desenvolve no trabalho:*

*Além de você, quem mais contribui financeiramente na manutenção da casa?*

**1º BLOCO DE PERGUNTAS:**

- 1) Você pode contar um pouco da sua infância? (Família de origem, ocupação e escolarização dos pais, número de irmãos)
- 2) Frequentou a escola antes? Quando? Por que deixou a escola? Como era essa escola?
- 3) O que te motivou a iniciar/ retomar seus estudos na EJA, nesta instituição?
- 4) Alguém te apoiou a voltar a estudar? Se sim, são as mesmas pessoas que a apóiam hoje?
- 5) Quais as maiores dificuldades enfrentadas para se manter na escola?

**2º BLOCO DE PERGUNTAS:**

- 1) Como se tornou empregada doméstica?
- 2) Qual o seu horário de trabalho?
- 3) Na casa/ nas casas onde trabalha, quais são as suas funções?
- 4) Você possui carteira de trabalho assinada, FGTS, férias?
- 5) Seus patrões sabem que você estuda?
- 6) Quem é responsável pelas tarefas domésticas em sua residência?
- 7) Descreva a sua rotina diária.
- 8) O que você deseja para você no futuro?
- 9) O que faz no fim de semana? Qual o seu lazer?